



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia

MARCOS FERNANDO ARRIEL

A DINÂMICA PRODUTIVA E ESPACIAL DA INDÚSTRIA GOIANA

GOIÂNIA-GO
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Marcos Fernando Arriel

Título do trabalho: A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 30/ 04/ 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MARCOS FERNANDO ARRIEL

A DINÂMICA PRODUTIVA E ESPACIAL DA INDÚSTRIA GOIANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus

GOIÂNIA - GO
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Arriel, Marcos Fernando

A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana [manuscrito] /

Marcos Fernando Arriel. - 2017.

CCVII, 207 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

Bibliografia.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Indústria goiana. 2. Periodização. 3. Dinâmica espacial. 4. Perfil industrial. I. Deus, João Batista de , orient. II. Título.

CDU 911:33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
Marcos Fernando Arriel

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete (2017), a partir das 09h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de Marcos Fernando Arriel, intitulada "A DINÂMICA PRODUTIVA E ESPACIAL DA INDÚSTRIA GOIANA". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 017/2017 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Prof. Dr. João Batista de Deus** (Presidente), **Prof. Dr. Denis Castilho** (membro titular Externo), **Prof. Dr. Sergio Duarte de Castro** (membro titular Externo), **Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas** (membro titular Externo) e **Prof.ª Dr.ª Flávia Rezende Campos** (membro titular Externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 09:00 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Batista de Deus (Presidente) – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Denis Castilho – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Sergio Duarte de Castro – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof.ª Dr.ª Flávia Rezende Campos – Ass. Flávia Rezende Campos

Aprovado (X) Reprovado ()

Resultado final: Aprovado (X) Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não (X)

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria..... Luana de Castro

Luana de Castro Amorim
Assistente em Administração
Instituto de Estudos Socio Ambientais
Matrícula: 2357313

Ao meu pai, José Arriel, e minha mãe, Naita, que me proporcionaram a vida. A minha esposa, Gislaine, e meus filhos, Luis Fernando e Maria Luisa, que muito apoiaram em mais esta conquista.

A Deus, pela proteção de sempre.

Agradecimentos

Entendo que a construção de um trabalho desta magnitude seria muito difícil sem ter recebido tantas contribuições generosas. Meu agradecimento a cada pessoa que, de forma direta ou indireta, contribuiu para execução dessa tese.

Aos professores, professoras, técnicos e técnicas da Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, pela colaboração no processo de aprendizado e pela boa vontade com que sempre me atenderam.

Ao professor João de Deus, orientador desta tese, pelo incentivo, confiança e companheirismo. Suas palavras de estímulo em cursar o doutorado foram fundamentais. Minha eterna gratidão.

Aos professores componentes da banca de qualificação, pelas sugestões que possibilitaram um redirecionamento do meu trabalho. Sérgio Duarte, pela sua visão sistêmica do objeto do trabalho, pelo fornecimento de ampla bibliografia e sua disponibilidade de sempre em debater o assunto. Tadeu Arrais, também professor da disciplina Projeto de Pesquisa, pela contribuição na reelaboração do projeto de pesquisa, sua leitura cuidadosa e fornecimento de amplo material bibliográfico e documentos históricos. Reconheço que sem a contribuição desses professores o caminho seria bem mais árduo.

Às colegas e aos colegas do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), da Segplan-GO, pelo companheirismo e incentivo. Em especial à Lillian Prado, por compreender que a minha pesquisa era de interesse do Instituto, justificando minhas ausências; à Dinamar, pelas discussões e sua larga experiência que muito contribuiu para o desenvolvimento do trabalho; ao Eduiges Romanatto e Rejane, pela torcida; aos colegas da Gerência de Estudos – Alex, Antônio, Eduardo, Guilherme, João, Késsia, Juliana, Murilo, Paulo, Rafael, Rui e Thalyta – pelos estímulos positivos; e ao colega Vanderson, pelas contribuições no uso da informática.

Às colegas e aos colegas gestores governamentais Cláudia, Caio, Cássio, Rúbia, Ney, Roberta, Romanatto, José Marcos, Fabrício, Cecília, Paulo, Janine e Denilson, que motivaram no processo de construção desse trabalho.

Às colegas e aos colegas do doutorado, em especial a Débora, Daniel, Edna, Elcilene, Flávia Resende, Hugo, Tathiana, Onofre e Carlos pela amizade,

companheirismo e pelas discussões sempre proveitosas. Aos componentes do grupo de estudos Território e Fluxos, Alex, Carlos, Cintia, Emerson, professor João, Mariana, Renata, Ubiratan, pela união e companheirismo.

À Marília e Edson, do IBGE, ao Murilo Pires, do IPEA, à Dinamar e Rui, do IMB, à professora Ivany Neiva, da UNB, ao professor Denis Castilho, da UFG, ao professor Mario, da UEG, à Sulamita e Reinaldo Fonseca, da FIEG, ao Onofre e Tathiana, colegas da pós, pelo fornecimento de bibliografias que contribuíram muito para o desenvolvimento do trabalho.

À Secretaria Estadual de Fazenda, por disponibilizar amplo banco de dados, especialmente ao Wederson, pelo pronto atendimento às minhas dúvidas.

Ao primo Paulo, pelo apoio e a amizade sincera. Aos membros da AME, Athaíde e Flávio, pela amizade, incentivo e vibrações positivas. Ao Marcelo Cardoso, pela amizade, companheirismo e as discussões sobre este trabalho, mesmo à distância. Aos companheiros de sempre Leandro e Wagno, pela amizade sincera.

À minha irmã Lêda, pela leitura cuidadosa e revisão atenta deste trabalho. À Juheina, pela contribuição na elaboração dos mapas. À Heloisa e Diego, pelas contribuições na tabulação de parte dos dados. À Mariana, pela contribuição na tradução de texto.

À minha esposa, Gisllaine, por estar ao meu lado apoiando e compreendendo a importância desse desafio. Aos meus filhos, Luis Fernando e Maria Luisa, por ter respeitado meus momentos de solidão. À minha mãe, pai, irmãs, irmãos, pelo incondicional apoio. Quero dividir esta conquista com vocês todos.

RESUMO

As poucas pesquisas e estudos elaborados sobre a indústria goiana costumam relaciona-la com a indústria nacional, o que pode esconder a dinâmica própria e sua importância na estrutura produtiva estadual. A tese defendida no presente trabalho é que a indústria goiana não pode ser observada somente do ponto de vista da indústria brasileira, ela tem sua própria trajetória e, portanto, necessita ser compreendida e periodizada. Desta forma, este trabalho teve como objetivo a construção da periodização da indústria goiana. Foram identificados, a partir dos eventos ocorridos que influenciaram o setor, através dos dados estatísticos e documentos históricos, quatro períodos distintos. O primeiro, de 1910 até 1935, mostra a gênese da indústria goiana e sua localização ao longo da Estrada de Ferro Goiás (EFG), sobretudo nos municípios Catalão e Ipameri. O segundo, de 1935 a 1960, é marcado pela chegada da EFG em Anápolis, a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) e o processo de construção de Brasília. O perfil produtivo e a localização da indústria mudam significativamente, devido às demandas provocadas pela urbanização do estado. Há concentração espacial nos municípios de Anápolis e Goiânia, com liderança do primeiro. O terceiro período da indústria goiana, de 1960 a 1985, é caracterizado pelo apoio governamental ao setor, pela tecnificação da agropecuária, que dá início ao processo de integração produtiva, e pela expansão da urbanização. A indústria elevou sua participação na estrutura produtiva estadual, diversificou seu perfil produtivo e concentrou espacialmente em Goiânia, que passa a liderar, e Anápolis. O quarto e último período, 1985 aos dias atuais, é marcado pelo desdobramento do processo de integração da agropecuária com a indústria, e a instituição dos incentivos fiscais e financeiros, de forma coordenada. A indústria intensifica sua participação na geração da renda do estado, diversifica-se e se integra à base local (agropecuária e mineração) e se insere nas cadeias produtivas nacionais. Espacialmente, há uma nova configuração, com a liderança de Anápolis e Goiânia além de emergirem novos polos industriais como Rio Verde, Catalão, Itumbiara e Jataí.

PLAVRAS-CHAVE: Indústria goiana. Periodização. Dinâmica espacial. Perfil industrial.

ABSTRACT

The few research elaborated about the industry of Goiás usually relate it to the national industry. The vision of an industry complementary to that space can hide its own dynamics and importance in the Goiás state productive structure. The thesis defended in the present research is that the industry of Goiás cannot be observed only from the point of view of the Brazilian industry, it has the own trajectory and, therefore, needs to be understood and to divided in periods. In this way, this work had as objective the construction of the periodization of the industry of Goiás. From the events that influenced the sector, through the statistical data and historical documents, four distinct periods were identified. The first one, from 1910 to 1935, shows the born of Goiás industry and its location along the Goiás Railroad (EFG), especially in the municipalities of Catalão and Ipameri. The second, from 1935 to 1960, is highlighted by the arrival of the EFG in Anápolis, the change of the capital of the state of Goiás to Goiânia, the implantation of the National Agricultural Colony of Goiás (Cang) and the process of construction of Brasília. The productive profile and the location of the industry change significantly, because of the demands caused by the urbanization of the state. There is spatial concentration in the municipalities of Anápolis and Goiânia, with leadership of the first. The third period of the Goiás industry, from 1960 to 1985, is characterized by governmental support to the sector, by the modernization of agriculture and cattle raising, which initiates the process of productive integration and by the expansion of urbanization. The industry increased its participation in the state productive structure, diversified its productive profile and concentrated space in Goiânia, which is to lead, and Anápolis. The fourth and final period, 1985 to the present day, is highlighted by the unfolding of the process of integration of agriculture and industry with the establishment of fiscal and financial incentives in a coordinated way. The industry intensifies its participation in the income generation of the state, diversifies and integrates to the local base (agriculture and mining) and is inserted in the national productive structure. Spatially, there is a new configuration, with the leadership of Anápolis and Goiânia as well as emerging new industrial poles such as Rio Verde, Catalão, Itumbiara and Jataí.

Keywords: Industry of Goiás. Periodization. Spatial dynamics. Industrial profile.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Representação Industrial no Brasil – 1920.....	49
Figura 2: Espacialização da indústria goiana, segundo o número de estabelecimentos – 1920	59
Figura 3: Estradas de ferro e rodagem em Goiás no ano de 1920.....	69
Figura 4: Evolução da população de Anápolis – 1920 a 1960	71
Figura 5: Espacialização da infraestrutura de transporte e energia em Goiás - 1960	83
Figura 6: Agregação de valor e produtividade do trabalho da indústria goiana, comparadas à média da indústria nacional	88
Figura 7: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo principais gêneros industriais – 1940, 1950 e 1960	90
Figura 8: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1940.....	93
Figura 9: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1940.....	94
Figura 10: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1950.....	96
Figura 11: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1950.....	97
Figura 12: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1960.....	98
Figura 13: Fotos das instalações e aulas práticas na Escola do Senai, Roberto Mange, em Anápolis, nas décadas de 1950 e 1960.....	99
Figura 14: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1960.....	101
Figura 15: Taxa de crescimento do PIB e setores econômicos brasileiro – 1974-1979	109
Figura 16: Distribuição setorial dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG)	123
Figura 17: Estado de Goiás - participação, em %, da área colhida dos principais produtos agrícolas – 1960 a 1985.....	139
Figura 18: Estado de Goiás - número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam tratores, fertilizantes e defensivos agrícolas – 1975 e 1985.....	140
Figura 19: Estado de Goiás - Participação, em percentual, dos três grandes setores produtivos no PIB – anos selecionados	142
Figura 20: Estado de Goiás: Participação, em percentual, de Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em relação a indústria brasileira – anos selecionados	144

Figura 21: Produtividade do trabalho e agregação de valor da indústria goiana, comparadas à média da indústria nacional.....	146
Figura 22: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo principais gêneros industriais – 1960, 1970, 1980 e 1985.	148
Figura 23: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – anos selecionados.	150
Figura 24: Estado de Goiás – Evolução da população urbana, rural e total – 1950, 1960, 1970 e 1980.	152
Figura 25: Estado de Goiás – Espacialização da evolução da população urbana, rural e total – 1950, 1960, 1970 e 1980.....	153
Figura 26: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1970.....	155
Figura 27: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1980.....	157
Figura 28: Goiânia e Anápolis – Evolução da participação, em %, no Valor da Transformação Industrial (VTI) – 1960, 1970 e 1980.	158
Figura 29: Goiânia e Anápolis – Evolução da estrutura produtiva, em %, com base no VTI – 1970 e 1980.....	160
Figura 30: Fotos de indústria em Anápolis, em 1965. Da esquerda para direita, fábrica de beneficiamento de café, fábrica de beneficiamento e empacotamento de arroz e fábrica de óleos vegetais.....	161
Figura 31: Brasil - Participação das indústrias de transformação e extrativa mineral no PIB – 1995 – 2014.....	164
Figura 32: Estrutura (em %) da indústria brasileira, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – anos selecionados.	165
Figura 33: Participação das regiões geográficas na indústria de transformação brasileira – anos selecionados	168
Figura 34: Estado de Goiás - Participação da agropecuária no PIB – 1995 – 2014.....	170
Figura 35: Estado de Goiás – Participação, em %, dos segmentos industriais na agroindústria, 2008.....	172
Figura 36: Goiás e Brasil - Participação das indústrias de transformação e extrativa mineral em seus respectivos PIBs – 1995 – 2014.....	179
Figura 37: Estado de Goiás: Participação, em percentual, de Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em relação a indústria brasileira – anos selecionados.	180
Figura 38: Produtividade do trabalho e agregação de valor da indústria goiana, comparadas à média da indústria nacional, em percentual – anos selecionados...	181

Figura 39: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo principais atividades industriais – anos selecionados.	182
Figura 40: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – anos selecionados.	184
Figura 41: Evolução da representatividade, em percentual, dos municípios polos no setor industrial de Goiás – anos selecionados.	187
Figura 42: Espacialização da indústria goiana, segundo participação (em %) das saídas de mercadorias do setor industrial – anos selecionados.	188
Figura 43: Fluxo de entradas de mercadorias do setor industrial, em R\$, dos municípios polos – 2014.....	190
Figura 44: Fluxo de saídas de mercadorias do setor industrial, em R\$, dos municípios polos – 2014.....	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organização Hierárquica da CNAE 2.0	23
Quadro 2: Evolução da indústria em Goiás	40
Quadro 3: Classificação das atividades industriais, segundo intensidade tecnológica	44
Quadro 4: Destino das exportações goianas, por produtos	51
Quadro 5: Objetivos da política industrial de Goiás, do Governo de Leonino Di Ramos Caiado – 1973-1975.....	127
Quadro 6: Objetivos e metas para o setor da política industrial de Goiás, do Governo Irapuan Costa Junior – 1975-1979	130
Quadro 7: Medidas propostas pelo governo Ary Valadão para promover o desenvolvimento do setor industrial – 1980-1983	133
Quadro 8: Subprogramas do Produzir.....	175
Quadro 9: Município de Anápolis - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014.....	192
Quadro 10: Município de Rio Verde - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014.....	193
Quadro 11: Município de Goiânia - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014.....	194
Quadro 12: Município de Catalão - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014	195
Quadro 13: Município de Itumbiara - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014.....	195
Quadro 14: Município de Jataí - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014.....	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exportações de Goiás para os estados de Minas Gerais e São Paulo, utilizando a Estrada de Ferro Goiás – 1915-1916.....	53
Tabela 2: Caracterização da indústria goiana – 1920	55
Tabela 3: Participação do Valor da Transformação Industrial das Grandes Regiões Geográficas do Brasil e São Paulo – anos selecionados	66
Tabela 4: Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em valores correntes, da indústria goiana e brasileira – 1940, 1950 e 1960...	87
Tabela 5: Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em valores correntes, segundo Grupos e gêneros, da indústria goiana – 1940, 1950 e 1960	89
Tabela 6: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – 1940, 1950 e 1960	91
Tabela 7: Composição da Renda Interna em Goiás – 1940, 1950 e 1960.....	91
Tabela 8: Participação do Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo Grupos, Classes e Gêneros de indústria — anos selecionados	110
Tabela 9: Participação do Valor da Transformação Industrial e Pessoal Ocupado das Grandes Regiões Geográficas do Brasil – 1970/1985	116
Tabela 10: Estado de Goiás e Brasil - Participação, em percentual, de Estabelecimentos, segundo faixas de pessoas ocupadas da indústria – 1960, 1980 e 1985.	145
Tabela 11: Estrutura, em percentual, de Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo Grupos e gêneros, da indústria goiana – 1960, 1970, 1980 e 1985	147
Tabela 12: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) – 1960, 1970 e 1980.....	154
Tabela 13: Estrutura, em percentual, de Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo Grupos e gêneros, da indústria goiana – anos selecionados	183
Tabela 14: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo participação nas vendas industriais – anos selecionados.	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
BEG	Banco do Estado de Goiás
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
Cang	Colônia Agrícola de Goiás
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí
CIVAT	Companhia Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins
CNAE	Classificação Nacional da Atividade Econômica
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
CONDEL/FCO	Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
CONFAZ	Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiásindustrial)
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
DGSAG	Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
DPES	Departamento de Planejamento Econômico e Social
EFG	Estrada de Ferro Goiás
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FNE	Fundo Constitucionais do Nordeste
FNO	Fundo Constitucionais do Norte
Fomentar	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNMINERAL	Fundo de Fomento à Mineração
GoiásFomento	Agência Goiana de Fomento

Goiásindustrial	Companhia de Distritos Industriais de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDE	Investimento Direto Externo
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre a Produção Industrial
ISIC	International Standard Industrial Classification
METAGO	Metais de Goiás S.A.
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAG	Plano de Ação do Governo Otávio Lage
PDEG	Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PGPM	Políticas de Garantias de Preços Mínimos
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PIN	Plano de Integração Nacional
PIR	Plano de Industrialização Regional
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PO	Pessoal Ocupado
Polamazônia	Programa de Polos Agropecuários e Agro-industriais da Amazônia
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Polonordeste	Programa de Áreas Integradas do Nordeste
Polonoroeste	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
Proálcool	Programa de Substituição do Petróleo
Prodecer	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODEGRAN	Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados
Prodepan	Programa de Desenvolvimento do Pantanal
Produzir	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
PT	Produtividade do Trabalho

Sefaz	Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIC	Secretaria da Indústria e Comércio
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UF	Unidade da Federação
USP	Universidade de São Paulo
VA	Valor Adicionado
VBP	Valor Bruto da Produção
VTI	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	16
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.....	22
1.1 Conceitos de indústria, industrialização e localização industrial	22
1.2 Pressupostos da periodização da industrialização brasileira	28
1.2.1 Pressupostos da periodização da industrialização goiana	34
1.3 Considerações metodológicas	40
CAPÍTULO 2 A INDÚSTRIA NASCENTE EM GOIÁS – 1910 a 1935.....	46
2.1. Crescimento com diversificação da atividade industrial brasileira (1860-1933) .	46
2.1.1 A concentração Industrial em São Paulo.....	48
2.2 As primeiras indústrias em Goiás.....	49
2.2.1 Expansão da infraestrutura de transporte: base para a indústria incipiente	50
2.2.1.1 Perfil produtivo da indústria goiana em 1920	54
2.2.1.2 Distribuição espacial da indústria goiana em 1920	57
CAPÍTULO 3 O DESLOCAMENTO DA INDÚSTRIA PARA O CENTRO DO ESTADO – 1935 a 1960	61
3.1 O período da industrialização restringida no Brasil – 1933 a 1955	61
3.1.1 A ampliação da concentração industrial em São Paulo.....	65
3.2 A ampliação da indústria goiana para o atendimento do mercado interno – 1935 a 1960	66
3.2.1 A implantação da ferrovia no centro goiano: o deslocamento do dinamismo incipiente	67
3.2.2 Goiânia e a urbanização do consumo	72
3.2.3 A Colônia Agrícola de Ceres	75
3.2.4 A construção de Brasília e a ampliação da infraestrutura em Goiás	80
3.2.5 O perfil da indústria goiana – 1935 a 1960.....	84
3.2.6 A dinâmica espacial da indústria goiana – 1935 a 1960	92
CAPITULO 4 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL (1960 – 1985)	105

4.1 O período da industrialização pesada no Brasil (1955-1980).....	105
4.1.1 A desconcentração da produção industrial no Brasil.....	112
4.2 O papel do Estado na promoção industrial em Goiás	117
4.2.1 Apoio da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU) para as políticas de industrialização.....	118
4.2.2 Planos estaduais com apoio à indústria (1960 a 1985)	121
4.2.3 A tecnificação da agropecuária: base para agroindustrialização.....	135
4.3 A indústria goiana no período de 1960 a 1985.....	140
4.3.1 A concentração industrial em Goiânia: o reflexo da urbanização.....	150
CAPITULO 5 A POLARIZAÇÃO DA INDÚSTRIA EM GOIÁS (1985 – aos dias atuais)	
.....	163
5.1 A indústria brasileira pós 1980	163
5.1.2 O comportamento espacial da indústria brasileira pós 1980	165
5.2 A evolução da indústria goiana nos anos recentes	168
5.2.1 O processo de integração da agropecuária e indústria	169
5.2.2 Principais políticas de industrialização em Goiás no quarto período da indústria	173
5.2.3 A ampliação da indústria na geração da renda estadual e seu perfil produtivo	178
5.2.4 A polarização da indústria em Goiás.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS.....	200

INTRODUÇÃO

A indústria é uma das atividades produtivas que mais tem poder de estimular inovações tecnológicas e provocar impacto em outros setores da economia, por isso é objeto de constantes estudos e pesquisas no mundo. No Brasil, muito se discutiu a respeito da evolução dessa importante atividade produtiva, periodizações foram desenvolvidas e sua importância para a economia do país foi difundida em diversos estudos, sobretudo em momentos extremos de expansão ou decadência. Em Goiás, ainda se produziu pouco em termos de estudos e pesquisas que viessem a ser referência para compreender a evolução da indústria e sua importância na geração da renda estadual.

Kaldor (1966), ao discutir a importância e a relação da indústria com a expansão do PIB do Reino Unido e de alguns países desenvolvidos, foi conhecido como um dos autores que mais chamou a atenção, no mundo, para a importância da indústria como atividade produtiva capaz de alavancar o crescimento da economia de um país. A indústria, com sua longa cadeia produtiva, consegue impactar outros setores, como a agropecuária, por meio da utilização dos produtos como matéria-prima ou na fabricação de insumos; e o setor de serviços como suporte, podem ser citados o transporte, a tecnologia da informação, os serviços bancários, dentre outros.

A importância da indústria na economia brasileira foi muito discutida, seja o seu processo histórico, sua expansão produtiva ou o debate da perda de participação precoce na economia do país em períodos recentes, chamado de desindustrialização. Suzigan (1986) ocupou-se em verificar o processo de desenvolvimento industrial brasileiro e identificou quatro interpretações principais, até 1980: teoria dos choques adversos; ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; o capitalismo tardio; e a industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo. Numa perspectiva espacial, outros estudos ocuparam-se em mostrar a dinâmica industrial no território brasileiro, como os de Cano (1998), Diniz (1993), Diniz e Crocco (1996), Pacheco (1996) e Araujo (1997), dentre outros. Num debate mais recente, sobre a desindustrialização

precoce do Brasil, algumas discussões se destacam como as de Arend (2009), Cano (2012), Oreiro e Marconi (2014), Squeff (2012), dentre outros.

O fato é que as discussões sobre a indústria brasileira sempre esteve em pauta e, para conhecer sua dinâmica e compreender seu desenvolvimento, pode acessar em obras como as citadas no parágrafo anterior. No caso de Goiás, poucas obras dedicaram-se em compreender o processo de evolução, e alguns autores trataram somente de demonstrar determinado período proposto em seus trabalhos, com destaque para Castro e Fonseca (1995), Paschoal (2001), Castro (2007), Arriel (2010), Aguiaris (2013), Borges (2014) e Castro (2014). Outras obras, que discutem sobre a história socioeconômica de Goiás ou de parte do território do estado, abordaram o tema da indústria como atividade importante para a estrutura produtiva goiana, mas não o seu processo de desenvolvimento, podendo destacar os trabalhos de Borges (1990,2005), Deus (2002), Ipea (2002), Estevam (2004), Silva (2007), Pires (2008), Castro et al (2009), Cunha (2009) e Arrais (2013,2016).

No conjunto das obras que faz referência à indústria goiana, de forma direta ou indireta, há uma tradição em relacioná-la com a indústria nacional, podendo esconder a dinâmica própria e até o protagonismo na geração de renda no espaço local. A tese levantada é que a indústria goiana não pode ser vista com o mesmo olhar da indústria brasileira, ela tem sua dinâmica própria, portanto deve ser estudada e periodizada.

Considerando a necessidade de mostrar o processo de evolução, esta tese tem como objetivo construir a periodização da indústria goiana, delimitando cada um dos períodos com base em eventos, documentos históricos e dados que evidenciem a clivagem do setor no tempo e no espaço. Para tanto, o trabalho está dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta as questões conceituais e metodológicas, a fim de conceituar os termos “indústria” e “industrialização”, bem como apresentar as fontes e bases de dados consultadas, além de delimitar os períodos do processo de industrialização de Goiás. Do segundo ao quarto capítulo, é realizada a delimitação dos quatro períodos da indústria goiana, por meio dos principais eventos que impactaram diretamente e indiretamente a participação na estrutura produtiva estadual, bem como as alterações no perfil produtivo e sua dinâmica no espaço.

Estudos sobre a indústria goiana terão que necessariamente conhecer sua trajetória de formação das estruturas, tanto do perfil produtivo quanto do seu estabelecimento no território goiano. Desta forma, esta tese se propõe a ser objeto de consulta.

CAPÍTULO 1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os aspectos conceituais e metodológicos da tese. Busca-se a definição de indústria e industrialização, bem como fazer uma proposta de periodização da indústria goiana. Apresentam-se os pressupostos metodológicos, contemplando as fontes de bases de dados trabalhadas, bem como os autores sobre o tema, para o desenvolvimento do presente trabalho e realiza revisão da literatura acerca das teorias da localização industrial.

1.1 Conceitos de indústria, industrialização e localização industrial

A origem da palavra indústria vem do latim, formada por *indu*, que quer dizer *em, dentro*, mais *struere*, que significa *construir, empilhar*. Com base no dicionário de economia, Sandroni (1994), a indústria é formada por um conjunto de atividades produtivas que, com o auxílio do trabalho, de máquinas e equipamentos, transforma a matéria-prima em produtos finais ou para o consumo intermediário, que vai servir de insumos (consumo intermediário) para as próprias indústrias transformarem em outros produtos.

Na economia industrial, indústria é definida como “[...] grupo de empresas voltadas para a produção de mercadorias que são substitutas próximas entre si, desta forma, fornecidas a um mesmo mercado” (DANTAS; KERTSNETZKY; PROCHNIK, 2002, p.35).

Nas estatísticas industriais em geral, as informações são organizadas em um sistema hierarquizado por nível de agregação. No Brasil, esse sistema é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)², elaborado pelo IBGE. Na CNAE, em sua versão 2.0, em vigor atualmente, o conjunto das atividades industriais é formado pelas sessões B - Indústrias extrativas; C - Indústrias de transformação; D - Eletricidade e gás; E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; e F - Construção. Nesta tese as seções investigadas serão B (Indústrias extrativas) e C (Indústrias de transformação).

² A CNAE é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas.

Dentro das duas seções, a classificação de atividades industriais abrange 22 gêneros (2 dígitos), que são desagregados em 141 grandes grupos (3 dígitos), 393 grupos (4 dígitos) e 690 subgrupos (6 dígitos)³. Conforme será relatado nos pressupostos metodológicos, por falta de dados mais abertos para Goiás, este trabalho abordará apenas os 22 gêneros que são: extração de minerais; transformação de produtos de minerais não-metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transporte; madeira; mobiliário; papel e papelão; borracha; couros, peles e produtos similares; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; produtos de matérias plásticas; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica; e diversas.

Para se ter uma ideia de como se dá as divisões de atividades produtivas dentro da CNAE 2.0, no Quadro 1, a seguir, está demonstrada as estruturas de forma hierarquizada em cinco níveis, com 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1.301 subclasses.

Nome	Nível	Número de Grupamentos	Identificação
Seção	Primeiro	21	Código alfabético de 1 dígito
Divisão	Segundo	87	Código numérico de 2 dígitos
Grupo	Terceiro	285	Código numérico de 3 dígitos
Classe	Quarto	673	Código numérico de 4 dígitos + DV
Subclasse	Quinto	1301	Código numérico de 7 dígitos (incluindo o DV)

Quadro 1: Organização Hierárquica da CNAE 2.0

Fonte: IBGE (2007)

A escolha pelas duas seções industriais (indústrias extrativas e indústrias de transformação) se dá pela importância da capacidade de transformação de matérias-primas em novos produtos, além da existência de pesquisas sistemáticas que acompanham de forma periódica e minuciosa o comportamento dos seus desempenhos. Atualmente, essas duas atividades econômicas são alvos da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) e da Pesquisa Industrial Anual (PIA), ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como será exposto na parte dos pressupostos metodológicos, mais à frente, este trabalho utilizar-se-á a PIA como base de dados para o acompanhamento recente da atividade industrial. Outra justificativa pela escolha das duas atividades econômicas, é que dentro do setor industrial são as atividades que mais envolvem

³ Conforme IBGE (2007), o método de codificação da CNAE é misto, formado de um código alfabético (uma letra), o que indica o primeiro nível de grupamento, a Seção, e de códigos numéricos para os demais níveis de agregação, Divisão, Grupo, Classe e Subclasse.

complexidade tecnológica, sobretudo a indústria de transformação, e que envolvem o maior conjunto de setores da economia.

A classificação da atividade industrial, assim como as demais atividades produtivas, passa por periódicas atualizações para acompanhar as mudanças que ocorrem no processo produtivo. A CNAE em sua versão 2.0, utilizada atualmente, é fruto de um trabalho de revisão entre os anos de 2004 e 2006, publicado em 2007, coordenado pela Comissão Nacional de Classificação (Concla), a partir da versão anterior (CNAE 1.0). A anterior, iniciada em 1994 e atualizada em 2003, foi pioneira na padronização nacional, no sentido de adoção por órgãos responsáveis pela organização e produção de informações relacionadas à atividade econômica. Conforme IBGE (2007), a CNAE deriva da *International Standard Industrial Classification - ISIC/CIIU*, desenvolvida pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas como instrumento de harmonização na produção e disseminação de estatísticas econômicas no nível internacional.

Mesmo antes da oficialização da Classificação das atividades econômicas, a partir de 1994, já havia um rigor metodológico para conceituação das atividades produtivas. O maior problema era a padronização das informações advindas de diferentes fontes de pesquisas ou de registros administrativos. O IBGE utiliza uma padronização internacional desde 1948, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma Comissão de Estatística, a fim de comparar diversas estatísticas no mundo.

Ao longo do período tratado nesta tese, a partir de 1920, a indústria passou por modificações em sua classificação, principalmente a indústria de transformação, o que pode ser observado nos Censos Industriais e nas pesquisas industriais mais recentes. A mudança na classificação está relacionada com as transformações pelas quais o processo produtivo industrial passou. Por um lado, diante do aumento da complexidade produtiva, segmentos industriais são criados. Por outro, na medida em que a organização produtiva se modifica, parte de segmentos produtivos são transferidos para o setor de serviços.

A exemplo, no período de produção em massa, caracterizado como Fordismo - em que o processo de produção na unidade industrial era verticalizada -, a atividade industrial era mais densa, pois reunia um conjunto de segmentos

produtivos em uma só unidade.⁴ Com a crise estrutural do modelo, nos anos de 1970, provocada pela redução no lucro das empresas, causada principalmente pela elevação do preço da força de trabalho, emergiu a produção flexível. Segundo Benko (2002), a organização flexível se pautou pela desverticalização das empresas, com redução nos custos de produção e no aumento da eficiência. Assim, inicia-se um processo de terceirização nas firmas, o que acaba transferindo parte do setor produtivo industrial para o de serviços.

Para questão operacional, adota-se nesta tese a conceituação de indústria vigente (CNAE 2.0), para os Censos trabalhados a fim de padronizar os dados e compará-los em termos de representação intra e intersetoriais, quando possível, em relação à produção da economia do Brasil e de Goiás.

No Recenseamento de 1920, era considerada indústria um conjunto de 13 grupos produtivos a seguir, com suas subdivisões: têxteis; couros, peles e outras matérias do reino animal; madeiras; metalurgia; cerâmica; produtos químicos; alimentação; vestuário; mobiliário; construção de aparelhos de transporte; indústrias relativas às ciências; edificação; e produção e transmissão de forças físicas. Os dois últimos grupos estão fora do escopo da tese.

O Censo Industrial de 1940 trouxe a investigação sobre 20 classes industriais e suas subdivisões, que foram 151 grupos industriais. Naquele Censo, houve uma tentativa de padronização internacional das estatísticas do setor, atendendo uma recomendação de 1938, da Sociedade das Nações, instituição que posteriormente foi substituída pela ONU. As 20 classes industriais foram as seguintes: indústrias extrativas de produtos minerais; indústrias metalúrgicas; indústrias mecânicas; indústria de transformação de minérios não metálicos; indústria de madeiras e produtos afins; indústria de papel e papelão; indústrias da borracha; indústrias de óleos e graxas vegetais; indústrias de couros e peles; indústrias de pelos e penas de animais; indústrias químicas e farmacêuticas; indústrias têxteis; indústrias de vestuários e calçados; indústrias de produtos alimentares; indústrias de bebidas e estimulantes; indústrias mistas; indústrias editoriais e gráficas; indústrias extrativas de produtos vegetais; indústrias da construção civil; indústrias de produção e distribuição de eletricidade, gás, água e

⁴ Fordismo consistia num modelo de produção fundamentado “em uma produção industrial standardizada, apoiada num consumo de massa – que permitiu o desenvolvimento de produção em massa -, que em seu estabelecimento com ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção” (BENKO, 2002 p. 28)

esgoto. Novamente, as três últimas classes não fazem parte do objeto de investigação da tese.

Nos Censos seguintes, a partir do Censo de 1940, a classificação industrial sofreu pouca alteração em seu cerne até chegar na Classificação Nacional de Atividades Econômicas em 1994, tendo sofrido alterações nas classe e subclasse das atividades produtivas.

Enquanto a indústria está ligada à definição formal da atividade produtiva, a industrialização relaciona-se com o processo por qual passa a indústria em determinado território. Utilizando novamente a definição de Sandroni (1994), industrialização está ligada ao processo histórico e social, em que a indústria se torna a atividade com crescente participação na composição da estrutura produtiva de um país, na geração de renda. No Brasil, o processo de industrialização se deu a partir da modificação da estrutura produtiva que se baseava na agricultura artesanal e, posteriormente, exportadora, com grande contingente populacional no campo. Com a crescente participação da indústria, a economia foi migrando para uma base urbana e industrial.

No decorrer do processo de industrialização, a localização dos empreendimentos industriais passa por constantes mudanças, acompanhando a dinâmica dos padrões da produção industrial. Diniz e Crocco (1996) expõem que, num período de apenas três décadas, a partir dos anos de 1950, os padrões locais do setor industrial no mundo passaram por intensas mudanças. Os autores citam quatro grandes eventos para exemplificar tal dinâmica: a desindustrialização de regiões velhas dos Estados Unidos e da Inglaterra, para a emergência de novas áreas industriais também nos mesmos países; as alterações ocorridas pela divisão internacional do trabalho, com a migração de indústrias para países não industrializados; a crise do padrão fordista, para o padrão flexível; e a intensificação dos fluxos internacionais de mercadorias, com o processo de globalização integrando blocos econômicos. Essas alterações provocaram mudanças na espacialização da produção industrial no mundo.

No Brasil e em Goiás, durante o período aqui tratado, ocorreu profundas mudanças de localização espacial da indústria, como será mostrado mais adiante. O processo de mudanças na espacialização industrial encontra suporte nas teorias que tratam de fatores de localização e que dão ênfase aos fatores aglomerativos. A teoria da localização tradicional conta com autores como Von Thünen (1966), Weber

(1929), Christaller (1966) e Isard (1956). Os principais autores que deram destaque aos fatores aglomerativos foram Perroux (1977), Hirschman (1985) e Myrdal (1957). Há também abordagens mais modernas, como a Nova Geografia Econômica, desenvolvidas principalmente por Fujita, Krugman e Venables (2002), que utilizam os custos de transporte para a explicação da aglomeração de atividades econômicas.

A teoria da localização industrial, especialmente com Weber (1929), apresentou grande contribuição, na medida em que explica as razões da localização industrial, dando ênfase ao papel dos custos de transporte, matérias-primas e produtos acabados, em função da localização dos mercados consumidores. Christaller (1966), também presta valiosas contribuições, ao explicar os determinantes da concentração urbana. Segundo o autor, as atividades econômicas e sociais tendem a se aglomerar em centros urbanos com capacidade de demandar seus bens e serviços. De forma resumida, Benko (1996) afirma que as empresas têm uma política recorrente de se deslocarem para regiões onde o custo de produção seja menor.

Estudos sobre aglomeração produtiva ganham importância inicialmente no trabalho pioneiro de Alfred Marshall, no qual se destacam as externalidades obtidas pelas empresas inglesas com a aglomeração industrial. Segundo Marshall (1982), a proximidade regional e a especialização produtiva contribuem de forma significativa para o ganho de eficiência das empresas, com melhoria da competitividade. As indústrias se concentram em torno de vantagens físicas, mercado local e acesso à mão de obra. A proximidade entre as firmas permite o surgimento de outras atividades correlatas, fornecendo, à atividade principal, matérias-primas e conhecimento técnico, que proporcionam ganhos na aquisição de produtos intermediários para o processo produtivo. Por outro lado, deseconomias externas surgem da elevação dos salários e aluguéis nas aglomerações urbanas. O desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte altera as forças aglomerativas, logo, os padrões locacionais e a distribuição geográfica das atividades econômicas.

A partir da definição do conceito de indústria e de posse das bases de dados disponíveis sobre o tema, foi possível operacionalizar a pesquisa conforme metodologia desenvolvida mais à frente.

1.2 Pressupostos da periodização da industrialização brasileira

Há diversos estudos que procuram interpretar a origem e o processo de industrialização no Brasil. Não é objeto desta tese discutir sobre esses estudos, apenas contextualizar para inserir a evolução da indústria goiana e, assim, construir uma proposta de periodização desta atividade produtiva em Goiás, tanto em sua representatividade na geração da renda, quanto sua dinâmica espacial ao longo do tempo. Ademais, em cada capítulo seguinte será explorado o contexto do desenvolvimento da indústria no Brasil no período em questão, seja como parte integrante da geração de renda, seja como dinâmica espacial no país.

Um importante trabalho que dedicou à tarefa de verificar as origens do desenvolvimento industrial brasileiro foi elaborado por Suzigan (1986). O autor identifica quatro interpretações principais para o desenvolvimento da indústria no país: teoria dos choques adversos; ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; o capitalismo tardio; a industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo. Do ponto de vista da dinâmica industrial no território brasileiro, há estudos, como os de Cano (1998), Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), Pacheco (1996) e Araújo (1997) que demonstram como se deu a espacialização, em termos de localização e produção, ao longo do tempo.

Os choques adversos, resultados de crises no setor exportador ou econômicas internacionais e guerras, afetaria o setor externo da economia, o que acarretaria em elevação nos preços das importações, conseqüentemente a demanda voltaria para as atividades internas substituidoras de importação. Para Suzigan (1986), há duas versões para esse argumento: uma primeira que o autor chama de extrema e classificada com interpretação errônea, desenvolvida pelos primeiros observadores contemporâneos da economia brasileira, como Simonsen (1973), e outra que se refere à interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro realizada por Furtado (1961) e Tavares (1975). Esta última refere-se aos choques da crise do café e da Grande Depressão dos anos 1930 que “[...] é enfatizada por Furtado e Tavares como um ponto de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro” (SUZIGAN, 1986, p. 29). A crise externa abre espaço para a indústria interna, o que promove o início da substituição de importações. Furtado (1961) chama este processo de deslocamento do centro dinâmico, ao se referir à mudança da economia brasileira, que até a crise de 1929 a 1932 estava voltada para as

exportações, passa a ter atenção ao mercado interno, o que vai provocar o rápido crescimento da produção industrial brasileira.

A industrialização liderada pela expansão das exportações, segundo Suzigan (1986), difere da abordagem anterior, ao interpretar que a indústria avançava em períodos de bom desempenho exportador e retraía-se quando havia uma crise desse mesmo setor. Os principais representantes dessa visão são Dean (1971), Peláez (1972) e Left (1982), sendo apontada ao primeiro a maior contribuição. Dean (1971) estabelece relação direta entre a expansão do café e o desenvolvimento industrial. Para o autor, a Primeira Guerra Mundial diminui um processo de expansão industrial no Brasil, e a crise do café juntamente com a Grande Depressão de 1929 quase destruíram a indústria paulista. Para Dean (1971), a economia cafeeira promoveu uma série de benefícios para a industrialização brasileira, na medida em que contribuiu para elevar a demanda por produtos industrializados através da renda gerada, promovendo também a instalação de equipamentos de infraestrutura que deu suporte, à integração de mercados nacionais. Essa atividade contribuiu igualmente para a elevação da oferta de mão de obra, por meio da imigração de pessoas e também gerou recursos em moedas estrangeiras, servindo para importação de insumos e bens de capital para a indústria.

Autores como Silva (1976), Cano (1990) e Mello (1982) contestam o posicionamento de Dean (1971) e Peláez (1972), em relação ao período da Primeira Guerra Mundial, ao argumentarem que houve expansão de investimentos e produção, principalmente. As indústrias aproveitaram melhor a capacidade instalada existente. Suzigan (1986) contrapõe com dados estatísticos mostrando que houve forte redução de investimentos no setor e, quanto à produção, houve expansão inicialmente, mas em seguida registrou-se declínio provocado principalmente pela diminuição da capacidade de importar.

A terceira interpretação para o desenvolvimento da indústria no Brasil, segundo Suzigan (1986), refere-se à interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, chamada também como capitalismo tardio, que tem as principais contribuições de Silva (1976), Mello (1982), Tavares (1975), Cano (1990) e Aureliano (1981). De forma resumida, para atender o objetivo de identificar o início da industrialização no Brasil, esta corrente de autores sustenta que o desenvolvimento industrial no país se deu de forma retardatária, dependente do

exterior e por meio da acumulação de capital da cafeicultura. A geração de renda do complexo cafeeiro contribuiu para fomentar o setor industrial, sobretudo os segmentos voltados para o consumo.

Mello (1982) enfatiza que o ponto de partida para a expansão industrial se deu a partir do final da década de 1880, com a abolição da escravidão, até os anos de 1920, período em que a atividade cafeeira criou as condições básicas para o nascimento do capital industrial, por meio da oferta de mão de obra e capacidade de importar meios de produção. Assim se deu até a crise do final dos anos de 1930, quando o setor exportador entra em crise. A partir daí, a acumulação de capital industrial se dá de forma mais independente do setor cafeeiro, com base na acumulação do próprio setor industrial-urbano.

Por fim, a quarta interpretação sobre a questão da industrialização no Brasil, segundo Suzigan (1986), é a industrialização intencionalmente promovida por políticas do Governo. Essa interpretação tem como principais autores Versiani e Versiani (1977). Esses autores atribuem às políticas governamentais, como proteção tarifária e concessão de incentivos e subsídios, a promoção da industrialização. Há uma divisão de períodos sobre o apoio do governo ao setor industrial. No período anterior à Primeira Guerra Mundial, não há assistência direta do Estado ao setor, com a exceção da indústria do açúcar e isenções ocasionais. A partir de então, o governo passa a incentivar alguns setores, mas não a indústria de forma geral. Fazendo uma análise do processo de industrialização no Brasil Baer (2009) diz que, somente a partir da década de 1930, o Estado brasileiro passa a contribuir de forma mais efetiva com o setor. Inicialmente, com a proteção, promovendo políticas de substituição de importação, e posteriormente, a partir da segunda metade dos anos de 1950, com estratégia do desenvolvimento industrial.

Santos e Silveira (2001), com o propósito de apresentar a sucessão dos meios geográficos no Brasil, também mostram como se deu essa fase de crescimento da participação da indústria na economia brasileira, que eles chamam de meios técnicos, e posteriormente a passagem para o meio-técnico-informacional. Ao propor a divisão da história do território brasileiro, o fizeram em três grandes momentos: meios naturais, meios técnicos, e meio-técnico-informacional.

O momento dos meios naturais foi marcado pelo que Santos e Silveira (2001) chamaram de tempos lentos, em que a natureza direciona as ações humanas e estas procuram se adaptar ao sistema. Esse período é marcado pela escassez de

instrumentos de dominação da natureza e caracterizado pelas ações da população indígena e a chegada dos europeus. Santos (1996) ressalta que, no período dos meios naturais, a sociedade era local e criadora de suas próprias técnicas, tendo uma harmonia com a natureza, preservando e permitindo a continuidade de seu meio de vida.

No segundo momento, Santos e Silveira (2001) apontam que foi uma grande fase de diversos meios técnicos no Brasil. Este período é marcado pela dominação do homem sobre a natureza, através da mecanização. Os autores subdividem em fase da pré-máquina, e fase da técnicas da máquina, mas aplicada apenas à produção. Mais a frente, há a incorporação das máquinas ao território, com a implantação de meios de circulação da produção de forma a integrar as regiões, como ferrovias e portos, e de comunicação, como telégrafos, abrindo espaço, portanto, para a industrialização e urbanização brasileira. Este processo se dá de forma concentrada da produção, sob o comando de São Paulo.

Para Santos (1996, p. 158), no período técnico o espaço é modificado pela mecanização das técnicas: “As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos”. Dessa forma, as regiões e países se desenvolvem de forma desigual. Aqueles países que tinham ambiente para que as técnicas fossem absorvidas e difundidas se distanciaram dos demais.

O terceiro meio geográfico, na concepção de Santos e Silveira (2001), trata-se da construção e da difusão do meio técnico-científico-informacional, que os autores diferenciam numa primeira fase que se caracterizou, entre outras questões, pela evolução da telecomunicação no Brasil, na década de 1970, e a tecnificação da agricultura, bem como o avanço da indústria química e petroquímica no País. A outra fase se dá na união entre a técnica e a ciência, com o avanço da globalização, tornando o espaço cada vez mais fluido.

O meio técnico-científico-informacional tem seu início a partir da Segunda Guerra Mundial, mas em países periféricos vai se concretizar na década de 1970. Santos (1996) diz que a combinação entre a técnica e a ciência se dá sobre a égide do mercado e, desta forma, as regiões vão se especializando e centrando suas produções em produtos que possuem vantagens comparativas, o que necessita de intercâmbio de bens e serviços. Assim, surge a economia em rede na qual, na visão

de Castells (2000), cada vez mais cresce a interdependência entre empresas e regiões.

De acordo com Santos e Silveira (2001), a industrialização no Brasil, de forma geral, se inicia durante o meio técnico, num período de transição entre uma fase pré-mecânica e a integração nacional. Este período ocorre entre o início do século XX e a década de 1940, quando “[...] se estabelece uma rede brasileira de cidades, com hierarquia nacional [...] É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com crescimento industrial do país [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37).

Seja na proposta de Santos e Silveira (2001), com a intenção de apresentar os meios geográficos no Brasil, ou com Suzigan (1986), com as quatro interpretações principais para o desenvolvimento da indústria no Brasil, há certa sintonia de que a indústria tem um impulso a partir do final do século XIX, com maior força a partir dos anos de 1930. Mas é a partir dos anos de 1940 que a atividade industrial caminha para se expandir a um ritmo superior à média dos demais setores produtivos no Brasil. Em Goiás, como será exposto nos capítulos seguintes, a indústria com características de produção urbana nasce no sul do estado com a chegada da ferrovia, na década de 1910; já no centro goiano vai ser implantada após 1930 e só vai ter participação significativa na geração de renda do estado a partir de 1980.

A fim de propor uma periodização do processo de desenvolvimento da indústria goiana e ter as fases da indústria brasileira como pano de fundo, esta tese se baseia na proposta de periodização segundo Mello (1982) e Tavares (1975), com alguns complementos de Arend (2009). A proposta de periodização, que tem a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, conhecida também como capitalismo tardio, apresenta três momentos distintos: a fase do crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933); a industrialização restringida (1933-1955); e a industrialização pesada (1955-1980). Estes períodos propostos por Mello (1982) e Tavares (1975) não são consensuais, mas vão ao encontro ao objeto da tese de mostrar que, em Goiás, a industrialização também se deu de forma retardatária.

Para o período seguinte aos anos de 1980, é consenso que a crise fiscal financeira no Brasil, vivida naquela época, prejudicou as políticas de desenvolvimento da indústria, sobretudo as de cunho regional. Desta forma, os

estados passaram a desenvolver políticas industriais locais de promoção do desenvolvimento regional, sem muita coordenação. Arend (2009), entretanto, vai além ao dizer que a estratégia para o setor industrial, escolhida pelo Brasil no período anterior (1955 a 1980), deixou o país aprisionado a grupo de empresas voltadas para a produção de mercadorias que são substitutas próximas entre si, desta forma, fornecidas a um mesmo mercado de estratégias internacionais, ocasionando uma espécie de desindustrialização precoce.

No âmbito espacial, esta tese se baseia na periodização realizada por Cano (1998) e nas contribuições de Pacheco (1996) e Araujo (1997). Cano (1998) apresenta três períodos distintos para a distribuição territorial da indústria brasileira: a primeira vai até os anos 1960, a segunda se dá do final dos anos de 1970 até o final dos anos 1980, e a terceira a partir da década de 1990. Nesta última fase, recorre-se às contribuições de Pacheco (1996) e Araujo (1997), que apresentam certa divergência quanto ao ritmo da desconcentração espacial da indústria no Brasil.

Na primeira fase, Cano (1998) aponta a estratégia de industrialização brasileira que se dá a partir da década de 1930, após a crise no setor agrícola. O estado de São Paulo, por ter instalado importante infraestrutura de transporte e de cidades, naturalmente foi beneficiado com as políticas de industrialização. Dean (1971) ressalta a importância que o complexo cafeeiro paulista exerceu para implantar a infraestrutura naquele estado, bem como contribuiu para aumentar a demanda por produtos industriais. Foi um período de ampliação do sistema de transporte nacional, num projeto de unificação do mercado brasileiro, sob o comando do estado de São Paulo.

A segunda fase, que vai dos anos de 1970 até o final dos anos 1980, é apontada por Cano (1998) como o período de desconcentração industrial no Brasil, com patrocínio do Estado. Este período é marcado por forte contribuição do Estado, na medida em que articulou investimentos públicos e privados em indústrias de insumos básicos e bens de capital, bem como também na ampliação de projetos públicos, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A política adotada era de diminuição da dependência do mercado internacional, mas um dos diferenciais para a área industrial foi o desenvolvimento regional. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), o plano trouxe importante contribuição às regiões não industrializadas ao promover a descentralização de

importantes projetos industriais. Diniz (1993), chamando esta fase de reversão da polarização, diz, entretanto, que este período se deu em duas etapas, a primeira implicou numa desconcentração industrial no próprio estado de São Paulo e um espraiamento para quase todos os estados, e a segunda fase se deu na concentração industrial em forma de um polígono que se situa em volta do estado de São Paulo.

Na terceira fase da dinâmica espacial da indústria, que ocorre a partir da década de 1990, Pacheco (1996) e Araujo (1997), acreditam ainda em um movimento de desconcentração industrial, mesmo que lento, e apontam para uma tendência à fragmentação no tecido produtivo.

A partir da periodização da indústria brasileira, que vai ser retomada a título de contextualização em cada um dos capítulos propostos, a seguir será apresentada a proposta para a periodização da indústria goiana, tanto no ponto de vista de seu perfil e representatividade na geração da renda goiana, como no ponto de vista espacial.

1.2.1 Pressupostos da periodização da industrialização goiana

Os pontos de mudança, tanto de perfil produtivo quanto na localização espacial da indústria, estão intimamente ligados aos eventos ocorridos.⁵ Os principais eventos que contribuíram de forma decisiva para a industrialização goiana, principalmente sobre o ponto de vista da localização, foram: a implantação da infraestrutura logística ferroviária, na segunda década do século XX até a década de 1930; a chegada da ferrovia em Anápolis, em 1935, a implantação da nova capital, Goiânia, em 1942 (inauguração oficial); a criação da Colônia Agrícola de Ceres, a transferência da capital federal para o Planalto Central, em território goiano, em 1960; os planos governamentais com políticas de apoio à indústria, a partir de 1960; a chamada tecnificação da agropecuária, que em Goiás se dá a partir da década de 1970, com reflexos nos anos seguintes; a urbanização; a integração da agropecuária e indústria; por fim, contribuindo mais para alteração do perfil produtivo, os incentivos fiscais, de forma ordenada a partir de meados da década de 1980.

Poucos estudos se dedicaram a compreender a relação dos eventos citados com a evolução industrial de Goiás. Destacam-se os estudos de Castro e

⁵ Os eventos seguem a definição de Santos (1996).

Fonseca (1995), Paschoal (2001), Castro (2007), Arriel (2010), Aguiaris (2013), Borges (2014) e Castro (2014). Com exceção do último autor, que observou a dinâmica industrial num período mais amplo, os demais se ocuparam em estudar a dinâmica industrial goiana apenas no período proposto por cada autor, sem uma visão ampla do processo industrial em Goiás. Esta tese propõe suprir esta lacuna para a historiografia do processo de industrialização de Goiás.

Castro e Fonseca (1995), ao estudar a dinâmica da agroindústria no Centro-Oeste brasileiro, dedicaram boa parte do trabalho ao estado de Goiás, haja vista sua maior participação neste segmento dentre os estados da região. O trabalho das autoras foi dividido em duas partes, sendo que a primeira, dedicada a traçar o perfil da agroindústria e verificar os fluxos investimentos para o setor, esteve voltada ao setor industrial. Castro e Fonseca (1995) afirmam que a ocupação da agroindústria no Centro-Oeste, conseqüentemente em Goiás, se dá em três fases: a primeira, durante a década de 1970, com a adaptação da soja para o cerrado, em que se verifica a existência de atividades industriais de processamento de grãos; a segunda fase, as autoras não precisam a data, mas infere-se que vai entre a metade das duas décadas de 1970 e 1980, sendo marcada pela entrada de *tradings* no mercado de *commodities* agrícolas, promovendo a ligação da região com o mercado externo; a terceira fase identificada situa-se a partir da metade da década de 1980, quando se dá o deslocamento de grandes conglomerados industriais dos ramos de beneficiamento de grãos e de atividades integradas de criação e abate de aves e de suínos para a região.

Paschoal (2001) teve como objetivo estudar o papel do Fundo de Participação e Fomento à industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), programa de incentivos fiscais, no processo de estruturação industrial em Goiás, no período de 1984 a 1999. O autor constata que o programa, mesmo de forma bastante limitada, conseguiu formar um incipiente parque industrial em Goiás, o que permitiu modificar timidamente o perfil produtivo, através da atração de empreendimentos industriais. Paschoal (2001) ressalta ainda que a atração industrial foi promovida à custa de renúncia fiscal elevada e direcionada, principalmente para empresas de grande porte, com indústrias no mesmo perfil das existentes e de forma concentrada espacialmente.

O trabalho coordenado por Castro (2007) teve como objetivo elaborar diretrizes de política industrial e tecnológica e delinear caminhos, estratégias e ações

para o que seria uma nova política industrial do governo estadual. Antes de elaborar alguma propositura, Castro (2007) realizou um amplo diagnóstico, apontando os avanços dos programas de incentivos fiscais do Fomentar e Produzir, implementados em 1984 e 2001, respectivamente. Verificou que os referidos programas apresentaram resultados satisfatórios, no entanto “[...] verifica-se que, apesar dos esforços, a concessão de benefícios se deu de forma horizontal e faltou articulação efetiva entre as diversas políticas em torno de uma política industrial mais ampla e explicitada” (CASTRO, 2007, p.5). Assim, a proposta seria de uma política industrial articulada, com seletividade, elegendo os seguimentos industriais prioritários, e uma coordenação mais eficiente. Embora a proposta tenha sido amplamente debatida no âmbito da organização pública estadual e atores interessados, o governo de Alcides Rodrigues (2007-2010) não teve vontade suficiente para levar o projeto adiante.

O trabalho de Arriel (2010) teve como objetivo traçar o perfil produtivo da indústria goiana e sua dinâmica no espaço, no período de 1999 a 2007. Do ponto de vista do perfil produtivo, o autor constatou que, no período em análise, a indústria goiana era formada, em grande parte, por segmentos intensivos em recursos naturais (indústria de alimentos e de mineração, principalmente), embora esses perdessem participação no conjunto da indústria goiana, para segmentos intensivos em escala, como montagem de veículos e máquinas agrícolas e de fabricação de produtos farmacêuticos. No aspecto espacial, Arriel (2010) constatou, com base em dados de faturamento industrial, que ocorreu descentralização produtiva da indústria, cujo movimento se deu com a perda de participação da região metropolitana para municípios polos ou próximos a eles.

O estudo de Aguiaris (2013) abordou o fenômeno da heterogeneidade estrutural da indústria goiana no período de 2000 a 2010, a partir da produtividade do trabalho. Partindo do conceito de heterogeneidade estrutural (HE), criado por Pinto (1970)⁶. O autor propôs verificar o comportamento da produtividade da indústria goiana, comparada com a paulista. Aguiaris (2013) constata que há elevada diferença da produtividade intrassetorial na indústria goiana, e que, no geral, embora a indústria paulista seja bem mais produtiva, a diferença com a indústria de Goiás

⁶ O objetivo de Pinto (1970) foi de chamar atenção para as diferenças básicas existentes no plano econômico, social, político, tecnológico e cultural entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

vem caindo. O autor mostra, também, que há em curso um processo de especialização produtiva em segmentos industriais com baixo uso de tecnologias ou o que ele chama de “especialização industrial regressiva”. Neste ponto, há uma divergência com o trabalho de Arriel (2010), que verificou uma tendência de diversificação produtiva do tecido industrial. A diferença entre os dois trabalhos pode estar relacionada à crise vivenciada em 2008 e 2009, quando houve queda na produção dos segmentos industriais mais dinâmicos, período não abordado por Arriel (2010). Para tirar a dúvida, seria importante tratar o período pós-crise, o que será abordado mais adiante, a fim de observar se de fato há esta tendência.

O estudo de Borges (2014) vai na direção que Paschoal (2001) abordou, e propõe avaliar os impactos econômicos, no período de 1995 a 2011, produzidos a partir de dois importantes programas de industrialização de Goiás, os programas de incentivos fiscais Fomentar e Produzir. O autor investiga se houve alteração no perfil produtivo da indústria e se os programas contribuíram para o desenvolvimento regional. Verificou que os incentivos fiscais contribuíram para o adensamento de suas principais cadeias produtivas, do ramo da indústria alimentícia, e estimularam a diversificação da estrutura produtiva ao atrair indústrias do ramo automobilístico e farmacêutico, por exemplo. Do ponto de vista espacial, Borges (2014) ressalta que as empresas que usufruíam dos incentivos fiscais estavam concentradas nas regiões mais dinâmicas do estado. Constatação semelhante à encontrada por Arriel (2010), ao se referir sobre os incentivos fiscais em seu trabalho em período semelhante, dizendo que os incentivos fiscais contribuíram para acelerar a instalação de indústrias de base natural e diversificar o perfil produtivo da indústria.

Castro (2014), com o intuito de estudar as políticas industriais de Goiás e a industrialização do estado no período 1970 e 2010, propôs uma periodização do desenvolvimento da indústria goiana a partir das políticas industriais para fomentar o setor, embora o autor não tenha aprofundado ao ponto de defender a periodização proposta. Castro (2014) pouco abordou a questão espacial, por não fazer parte do seu objeto de pesquisa. Nesta periodização, o autor mostra três fases distintas: a primeira vai de 1930 a 1960, a segunda de 1960 a 1980 e a terceira após 1980.

Segundo Castro (2014), em sua primeira fase proposta, houve uma combinação de esforços entre os governos federal e estadual, que resultou na implantação e ampliação de considerável infraestrutura, o que proporcionou a atração de novas empresas. O autor destaca o povoamento da região central do

estado, através da chegada da ferrovia e mudança da capital para Goiânia, além da construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Somados à infraestrutura instalada e os incentivos ao povoamento, destacam-se também os primeiros incentivos fiscais concedidos às industriais. O resultado, na visão de Castro (2014), foi a ampliação do número de agroindústrias tradicionais e de indústrias do segmento da extração mineral.

Na segunda fase, que vai de 1960 a 1980, Castro (2014) destaca a expansão da fronteira agrícola na região do cerrado e as ações do governo federal em instituir a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). O autor chama a atenção ainda para o fato de que o governo estadual também atuou para promover a industrialização naquele período, ao implantar o Plano de Desenvolvimento de Goiás (no ano 1961), ampliar as políticas de atração de investimentos industriais, por meio de incentivo fiscal, além de ter criado dois importantes órgãos da administração estadual para trabalhar diretamente com o setor, que foi a Secretaria da Indústria e Comércio e o Goiásindustrial, nos anos de 1961 e 1973, respectivamente. As ações dos dois governos “[...] visavam promover a modernização da produção agropecuária e ampliação da infraestrutura (principalmente a de transporte), o que propiciou a instalação de novos empreendimentos agroindustriais de porte maior e tecnologias mais modernas” (CASTRO, 2014 p. 29).

Castro (2014) afirma que a terceira fase da indústria goiana se dá após 1980, na esteira da desconcentração da indústria vivenciada no Brasil, e foi marcada pelas “[...] políticas industriais de atração de empresas, baseadas em incentivos fiscais e ampliação de infraestrutura, o que tem provocado a diversificação do parque produtivo do Estado” (CASTRO, 2014 p. 29).

Dentre os estudos sobre a indústria em Goiás, o trabalho de Castro (2014) foi o que mais se aproximou do objetivo proposto nesta tese, embora careça de aprofundamento e redefinição em cada fase. Na primeira fase proposta pelo autor, por exemplo, é importante compreender como se deu o processo de implantação da indústria goiana com características urbanas. Ademais, a presente tese avança no sentido de verificar não só a evolução da indústria goiana, como geradora de renda, mas também compreender a dinâmica espacial ao longo do tempo, sendo a principal diferença da proposta de Castro (2014).

Com base nos trabalhos elencados sobre a indústria goiana e a partir dos estudos de Waibel (1947), França (1974), Nogueira (1977), Neiva (1984), Borges (1990,2005), Deus (2002), Ipea (2002), Estevam (2004), Silva (2007), Pires (2008), Castro et al (2009), Cunha (2009), Arrais (2013) e Castilho (2014), bem como pesquisas em documentos históricos, como a revista *A Informação Goyana*, Censos industriais e planos de governo com apoio à indústria em Goiás, foi possível realizar uma proposta de periodização da dinâmica da indústria em Goiás, tanto da sua participação na renda gerada no estado, quanto do perfil produtivo e principalmente sua mudança de localização espacial. A periodização da indústria goiana é de fundamental importância para identificar e compreender os pontos de clivagem desta atividade produtiva no estado, no tempo e no espaço.

As fases da indústria goiana que se propõe nesta tese serão apresentadas nos próximos capítulos, junto com a contextualização nacional desta atividade produtiva. Vale destacar que a periodização aqui proposta nem sempre segue a mesma periodização da indústria nacional.

Conforme Quadro 2, a indústria goiana, com características urbanas, nasce com o avanço da logística de transporte em Goiás, a partir da construção da ferrovia na segunda década de 1900, estimulada pela expansão da economia cafeeira paulista, sendo o primeiro principal evento para o setor em estudo no estado.

Posteriormente, a expansão industrial em Goiás se beneficiou com o crescimento da urbanização, com a chegada da ferrovia em Anápolis, com a mudança da capital para Goiânia, implantação da Colônia Agrícola de Goiás (Cang) e com a construção de Brasília, junto à construção de uma série de rodovias federais. Pode-se creditar, também, ao processo de tecnificação da agricultura, ao se instalar a base para a agroindustrialização do estado, que combinou com a reestruturação produtiva da indústria no Brasil, ao buscar realocação dos empreendimentos industriais. No período mais recente, o evento dos incentivos fiscais e o desdobramento da expansão da agropecuária com a formação dos complexos agroindustriais⁷ foram decisivos para que Goiás viesse a se industrializar.

⁷ Entende-se por Complexo Agroindustrial “o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária.” (MÜLLER, 1989, p.63).

Períodos	Principais Eventos		Indústria predominante	Regionalidade da indústria	Principais fontes de dados/informações
	Internos	Externos			
1910 a 1935		Implantação da ferrovia (EFG).	Alimentícia (charqueadas); e Couros	Catalão e Ipameri	Revista a Informação Goyana; Recenseamento Industrial
1935 a 1960	Construção de Goiânia.	A chegada da ferrovia em Anápolis; Cang; construção de Brasília.	Alimentícia; Materiais não metálicos; e Madeira	Anápolis, Goiânia, e Ceres	Censos Industriais
1960 a 1985	Políticas de apoio a indústria, ampliação da infraestrutura; urbanização	Tecnificação da agropecuária	Alimentícia; Materiais não metálicos; e Extrativa Mineral.	Goiânia e Anápolis - surgimento de indústrias no interior.	Censos Industriais
1985 aos dias atuais	Urbanização; Incentivos fiscais e financeiros	Integração agropecuária e indústria	Alimentícia - Agroindústrias; montagem de veículos e máquinas agrícolas; e produtos farmacêuticos	Anápolis, Ap. de Goiânia, Goiânia, Catalão, Rio Verde, Jataí, Itumbiara	Pesquisa da Indústria Anual; Contas Regionais; Registros Administrativos de Compras e Vendas de Mercadorias

Quadro 2: Evolução da indústria em Goiás

Elaboração do autor

1.3 Considerações metodológicas

Para periodizar o processo de desenvolvimento da indústria goiana, é preciso explorar os seguintes objetivos específicos: a) investigar o processo histórico da indústria em Goiás, identificando os principais eventos que contribuíram para o seu desenvolvimento; b) identificar o perfil produtivo da indústria goiana e sua transformação ao longo da história no estado; e c) identificar a localização da indústria goiana e sua dinâmica espacial ao longo do tempo. Realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, além da utilização de métodos estatísticos analíticos para interpretar banco de dados relativos aos censos industriais e de pesquisas anuais a fim de traçar o perfil produtivo da indústria goiana ao longo do tempo, bem como as mudanças espaciais ocorridas no território goiano.

O escopo da tese abrange a atividade industrial, aqui conceituada como indústria extrativa mineral e indústria de transformação, e, em termos espaciais, contempla o estado de Goiás e seus municípios. Há de se ressaltar que, antes da

divisão territorial (1988), o estado de Goiás abrangia também o estado do Tocantins. O foco da presente pesquisa, entretanto, se dará somente na porção do território pós-divisão, ainda que a análise abarque períodos anteriores à divisão.

Os pontos de mudança, tanto de perfil produtivo quanto de localização espacial, estão intimamente ligados aos eventos ocorridos. Os eventos aqui referidos seguem a definição de Santos (1996), ao dizer que os eventos sociais são ações humanas, resultados da interação entre os homens, sobre os dados naturais.

Com essa visão de eventos sociais, pode-se enumerar os principais que contribuíram de forma decisiva para a indústria goiana, principalmente sobre o ponto de vista da localização: a implantação da infraestrutura logística ferroviária, na segunda década do século XX até a década de 1930; a chegada da ferrovia em Anápolis, em 1935; a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), no ano de 1941; a implantação da nova capital, Goiânia, em 1942 (inauguração oficial); a transferência da capital federal para o Planalto Central, em território goiano, em 1960; a chamada tecnificação da agropecuária, década de 1960 com reflexos nos anos seguintes; a integração da agropecuária e da indústria; a urbanização; e por fim, contribuindo mais para alteração do perfil produtivo, os incentivos fiscais, de forma ordenada a partir de meados da década de 1980. É importante destacar que estes eventos, que contribuíram de forma direta e indireta para a evolução da indústria em Goiás, foram patrocinados, em sua grande maioria, pelo Estado.

Baseado nos dados de produção e pessoal ocupado, dos censos e pesquisas industriais, foi possível definir o perfil produtivo da indústria e sua dinâmica espacial no estado. Com a análise da produção historiográfica sobre a indústria goiana, bem como de Goiás, é possível contextualizar no tempo e no espaço a dinâmica produtiva industrial, a fim de periodizar o processo de industrialização no estado.

Para a recuperação do processo histórico de desenvolvimento da indústria goiana, é de fundamental importância a sistematização das transformações em seu perfil produtivo e dinâmica espacial ao longo do tempo, com uma periodização que identifique os pontos de clivagem desse processo no tempo e no espaço.

Na construção do processo histórico sobre a evolução da indústria em Goiás, foi realizada revisão bibliográfica a fim de contextualizar a dinâmica do setor no estado. A pesquisa foi realizada, também, em documentos históricos, como

censos industriais, para a montagem de bancos de dados que possibilitou identificar seu perfil produtivo e sua distribuição espacial no estado ao longo do tempo.

A pesquisa bibliográfica sobre industrialização brasileira se deu através de autores que abordaram o tema, sobretudo aqueles que procuraram periodizar a evolução da indústria no Brasil ao longo do tempo e no espaço. Suzigan (1986) trata de quatro interpretações principais para o desenvolvimento da indústria no país. Santos e Silveira (2001), por meio da apresentação da sucessão dos meios geográficos no Brasil, mostram a evolução da indústria no Brasil. Por fim, a tese adotará a proposta de periodização segundo Mello (1982) e Tavares (1975), complementada por autores que tratam sobre o comportamento da indústria contemporânea.

Para dar suporte à periodização da indústria brasileira realizada por Mello (1982) e Tavares (1975), outros autores foram consultados como, como Baer (2009), Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), Versiani e Suzigan (1990), Silva (1976), Dean (1971) e Cano (1990). Estes autores abordam como se deu o impulso à industrialização brasileira por meio da economia cafeeira. Mostram ainda como a dinâmica da cultura do café permitiu a formação de um mercado consumidor para a indústria, bem como contribuiu para a implantação da infraestrutura logística e a criação de centros urbanos, que mais tarde se tornaria importantes cidades brasileiras. Os autores também relatam como se implantou as políticas de apoio à indústria e como esta atividade se tornou mais representativa na geração de emprego e renda na economia nacional. Dean (1971) e Cano (1990) também mostram como São Paulo conseguiu desenvolver relações capitalistas avançadas e, aproveitando a dinâmica cafeeira, passa a se destacar já na década de 1920 como importante estado industrial. Na verdade, a industrialização brasileira se dá por aquele estado, que passa a concentrar grande parte da manufatura brasileira até a década de 1970. A partir de então, segundo Cano (1998), Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), há um processo de desconcentração produtiva que foi provocada, principalmente, pelas ações do Estado, através de políticas de desenvolvimento regional.

Sobre o desenvolvimento da indústria goiana, a pesquisa se deu a partir dos principais autores que produziram trabalhos relativos à atividade em Goiás, como Castro e Fonseca (1995), Paschoal (2001), Castro (2007), Arriel (2010), Aguiaris (2013), Borges (2014) e Castro (2014). Acrescida das leituras de Arrais

(2013), Borges (1990), Castilho (2014), Deus (2002), Estevam (2004), Pires (2008), Nogueira (1977) e França (1974). Com o suporte de documentos históricos, foi possível realizar uma proposta de periodização da dinâmica da indústria em Goiás, tanto da sua participação na renda gerada no estado, seu perfil produtivo e principalmente da sua mudança de localização no estado.

A pesquisa em documentos históricos, como a revista *Informação Goyana*⁸, censos industriais e planos de governo que contemplaram a indústria, permitiu a mensuração da crescente participação da atividade industrial em Goiás, bem como a sua localização no espaço. Nestes documentos, são encontrados importantes registros que ajudam a mensurar a magnitude da atividade industrial e seu perfil. As bases de dados relacionadas às atividades industriais são importantes instrumentos de mensuração da magnitude, perfil produtivo e localização da atividade industrial no estado. A primeira base de dados explorada foi o Recenseamento de 1920, em seguida os censos industriais a partir de 1940, sendo de 10 em 10 anos, até 1980. Para o período contemporâneo, por falta de continuidade dos censos industriais, último realizado foi em 1985, foi explorada a Pesquisa da Indústria Anual (PIA) e as Contas Regionais do Brasil, coordenada pelo IBGE.

No período mais recente, há perda da riqueza dos dados em nível municipal, assim como eram mostrados nos censos industriais. Para suprir essa lacuna, foi utilizada a base de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz) para os anos de 1998, primeiro ano como dados sistematizados, e 2014, último disponível.

Para compatibilizar os dados da série histórica, haja vista a mudança da nomenclatura da classificação das atividades industriais ao longo do tempo, foi utilizada a padronização definida pela OCDE (2003) e adaptada, conforme Quadro 3, que classifica os setores industriais em quatro grupos principais de intensidade tecnológica: alta intensidade tecnológica; média-alta intensidade tecnológica; média-baixa intensidade tecnológica; baixa intensidade tecnológica.

⁸ A revista *Informação Goyana* teve seu primeiro exemplar em 1917 e a última em 1935.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do setor industrial	Classificação por Intensidade Tecnológica
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	Alta Tecnologia
Fabricação de máquinas e equipamentos	Alta Tecnologia
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	Alta Tecnologia
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Alta Tecnologia
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	Alta Tecnologia
Extração de carvão mineral	Baixa Tecnologia
Extração de petróleo e serviços relacionados	Baixa Tecnologia
Extração de minerais metálicos	Baixa Tecnologia
Extração de minerais não-metálicos	Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos do fumo	Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos têxteis	Baixa Tecnologia
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Baixa Tecnologia
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos de madeira	Baixa Tecnologia
Edição, impressão e reprodução de gravações	Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Baixa Tecnologia
Fabricação de móveis e indústrias diversas	Baixa Tecnologia
Reciclagem	Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos químicos	Média-Alta Tecnologia
Fabricação de outros equipamentos de transporte	Média-Alta Tecnologia
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Média-Baixa Tecnologia
Fabricação de artigos de borracha e plástico	Média-Baixa Tecnologia
Metalurgia básica	Média-Baixa Tecnologia
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	Média-Baixa Tecnologia

Quadro 3: Classificação das atividades industriais, segundo intensidade tecnológica

Fonte: PIA/IBGE e OCDE (2003). Elaboração do autor

Os principais dados coletados nessas fontes foram: número de indústrias; Pessoal Ocupado (PO) – Número de pessoas ocupadas nas unidades locais industriais, com ou sem vínculo empregatício; Valor Bruto da Produção (VBP) - soma das vendas de produtos e serviços industriais; e Valor da Transformação Industrial (VTI) - valor da diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais. Com exceção do Recenseamento de 1920, que houve a

necessidade de estimar o VTI, em todos os demais anos os dados são padronizados conforme o conceito.

Para a espacialização da atividade industrial num período mais recente, considerando os registros administrativos da Sefaz-GO, foram utilizados dados de saídas de mercadorias, por atividade industrial com abertura a dois dígitos da CNAE, padronizados com a PIA, por não haver dados padronizados com os censos e pesquisa industriais. Entende-se que, a partir daí, ter-se-á a possibilidade de visualizar quais as principais atividades industriais e onde elas estão espacialmente localizadas. Adicionalmente, para o ano de 2014, utilizou-se a base de dados da Sefaz-GO para a verificação dos fluxos internos e externos aos polos industriais para examinar a integração industrial.

O próximo capítulo abordará a primeira fase da indústria goiana, que se trata da indústria nascente no estado, a partir da chegada da ferrovia em Goiás no ano de 1911, sendo o primeiro principal evento que estimulou o setor em estudo, no estado.

CAPÍTULO 2 A INDÚSTRIA NASCENTE EM GOIÁS – 1910 a 1935

Este capítulo mostra como se deu a primeira fase da indústria goiana, no período de 1910 a 1935. A integração de Goiás com a economia nacional via ferrovia, possibilitou a implantação das primeiras unidades industriais, ligadas ao processamento de produtos da agropecuária. Esta indústria estava ligada, em sua maioria, ao processamento de carnes para a exportação ao sudeste brasileiro atendendo o complexo cafeeiro paulista, e se localizava basicamente em dois municípios atendidos pela Estrada de Ferro Goiás. Antes, porém, é importante contextualizar de que forma a indústria goiana foi inserida num contexto nacional. Seguindo a proposta de periodização do desenvolvimento industrial brasileiro feita por Mello (1982) e Tavares (1975), a parte inicial deste capítulo discorrerá sobre a primeira fase proposta pelos autores, que é a fase do crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933). Será mostrado, ainda, como a indústria brasileira se desenvolveu, no período em destaque, especialmente de forma concentrada em São Paulo.

2.1. Crescimento com diversificação da atividade industrial brasileira (1860-1933)

Do final do século XIX até a década de 1930, a indústria brasileira passa por rápida expansão produtiva, especialmente em setores de bens de consumo não-duráveis. É nesse período que Tavares (1975) e Mello (1982) chamam a atenção para o início do crescimento e diversificação da produção industrial no Brasil, sobretudo na produção de bens de baixa capacidade de agregação de valor. Nessa fase, entretanto, o crescimento das atividades industriais era incapaz de se auto sustentar e dependia fortemente da renda gerada pela economia agroexportadora. Em termos espaciais, o crescimento industrial no Brasil se dá de forma concentrada, no estado de São Paulo.

O impulso à industrialização brasileira esteve intimamente ligado à economia cafeeira. A dinâmica desta cultura no século XIX e início do XX permitiu a formação de um mercado consumidor, com um enorme contingente de imigrantes empregados no setor cafeeiro e atividades a ele relacionadas, o que estimulou a

demanda de bens industrializados. O setor cafeeiro também foi responsável pela implantação de uma infraestrutura logística ferroviária, que dava suporte a exportação do produto ao mercado mundial e centros urbanos, que mais tarde se tornariam importantes cidades brasileiras.

O trabalho assalariado nas atividades ligadas ao café permitiu que se formasse, nos primeiros anos da década de 1920, indústrias de baixo valor agregado, como ligadas ao setor alimentício e têxtil. Para Baer (2009), a população imigrante e ocupada na cafeicultura formou um grande mercado para bens de consumo barato. Dados de Brasil (1927) mostram que 59% da produção industrial no Brasil, em 1920, estava ligada a produtos têxtil e alimentício.

Versiani e Suzigan (1990) apontam que, em 1920, a produção de um conjunto de produtos ligados aos setores de alimentos e bebidas, vestuário e calçados, era realizada por estabelecimentos industriais de baixa escala, com técnicas de produção quase que artesanais. Mesmo produzido de forma semiartesanal, estes produtos ainda possuíam preços mais atrativos que os importados. Aliás, segundo Versiani e Suzigan (1990), a indústria brasileira ganha força devido a uma série de crises, como as que provocaram variações bruscas no câmbio no final do século XIX e início do sec. XX, que estimula os importadores a instalarem fábricas no Brasil. Dean (1971) destaca a importância do importador para a indústria nascente no Brasil que, muitas das vezes, na impossibilidade de embarcar produtos completos em seus países de fabricação, dado sua complexidade, completava o processo de montagem em solo brasileiro. Outra participação do importador era na fabricação de produtos perecíveis, como alimentício e químicos perigosos no transporte.

A atividade agrícola que sustentava a economia brasileira chegou ao final dos anos de 1920 com dificuldades, pois o café estava perdendo valor de mercado no comércio mundial. Assim, a década de 1920 é considerada como um período de transição para a indústria brasileira, pois parte-se de uma estrutura agrário-exportadora, em crise, para uma economia assentada na formação industrial, que se inicia na década de 1930 como política de Estado. Nesta época, são criadas condições estruturais para o desenvolvimento industrial com o objetivo de superar a dependência que o Brasil tinha com os países industrializados. Nos anos que se

seguem, foi implantada uma série de políticas industriais para assegurar a industrialização brasileira⁹.

É importante registrar que, segundo Cano (1990), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) também contribuiu para a aceleração da produção industrial. Contudo, esta se dá pela maior utilização da capacidade instalada e nas indústrias com menor utilização de tecnologia, como as alimentares, fato explicado pela dificuldade na importação de máquinas utilizadas no processo produtivo.

2.1.1 A concentração Industrial em São Paulo

A atividade econômica ligada ao café foi a grande responsável pela implantação industrial no Brasil. Para Dean (1971), o complexo cafeeiro não só contribuiu para aumentar a demanda por produtos industriais, como também bancou partes das despesas sociais e econômicas do final do século XIX e início do XX, como estradas de ferro e portos. Enfim, foi instalada uma infraestrutura capaz não só de dar suporte direto à atividade do café, mas também de servir para a importação de bens de consumo para uma população urbana que se formava. Grande parte desta infraestrutura construída e a formação do mercado consumidor, proporcionados pelo mercado do café, se deram no estado de São Paulo. Para Cano (1990), São Paulo conseguiu desenvolver relações capitalistas avançadas, graças principalmente à expansão de um complexo produtivo ligado ao café. Há de se ressaltar que a dinâmica da agricultura daquele estado contribuiu de forma decisiva para ampliação da indústria, sobretudo a alimentícia.

O complexo cafeeiro paulista, para Cano (1990), refere-se às atividades produtivas ligadas diretamente a produção, agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, atividade industrial, implantação do sistema ferroviário paulista, sistema bancário, comércio de importação e exportação, além da atividade do Estado por meio do gasto público, sobretudo na área da infraestrutura.

Aproveitando a infraestrutura implantada pelas atividades ligadas ao café, a indústria paulista passa a se destacar ainda na década de 1920. Segundo dados

⁹ Política industrial, segundo Ferraz, Paula e Kupfer (2002), do ponto de vista conceitual, se refere a um conjunto de incentivos e regulações promovidos por ações públicas, de forma a influenciar positivamente a atividade industrial. Segundo os autores, os instrumentos de políticas industriais podem ser horizontais, com alcances globais, e verticais, para atingir setores definidos.

do Recenseamento de 1920, São Paulo participava com 33,0% do Valor da Produção (VP) industrial do Brasil, 32,2% do Valor da Transformação Industrial (VTI) e 30,5% do total de operários (Figura 1). No Censo de 1907, o VP da indústria paulista representava pouco mais de 15% do total do Brasil.

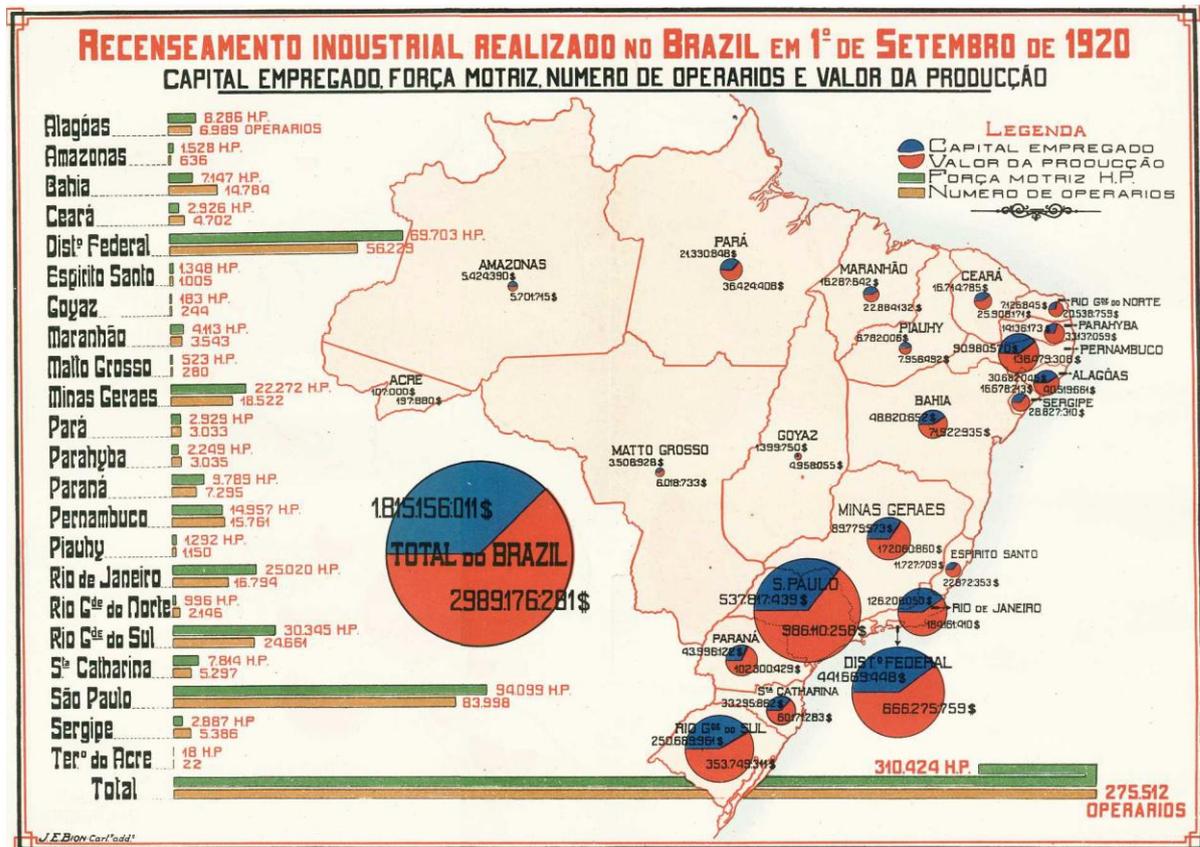


Figura 1: Representação Industrial no Brasil – 1920

Fonte: Brasil (1927)

A Figura 1 mostra que, em 1920, a indústria brasileira se concentrava no litoral do Brasil. Estados do interior do país tinham baixa participação em todas as variáveis investigadas pelo Recenseamento. A indústria goiana era uma das que tinham menores participações na indústria nacional, superando apenas o território do Acre. A seguir, será mostrado como se deu o processo integração da economia goiana com a dos estados do centro-sul do país, o que permitiu a implantação da indústria em Goiás.

2.2 As primeiras indústrias em Goiás

Se a renda gerada pela economia cafeeira foi fundamental para implantação e expansão da indústria brasileira, a indústria goiana também se

beneficiou dela. Até o início do século XX, a indústria goiana se baseava em atividades artesanais, com beneficiamento de produtos fornecidos pela agricultura e pecuária, como engenhos rudimentares de fabricação de açúcar e aguardente, abate de bovinos, bem como fabricação de doces e produtos do leite. Estes produtos da manufatura artesanal fomentavam o comércio local e contribuíam para o parco comércio interestadual.

A expansão da logística de transporte, a partir da extensão da economia cafeeira do sudeste do país, possibilitou a implantação da indústria com características urbanas em Goiás, como será exposto a seguir.

2.2.1 Expansão da infraestrutura de transporte: base para a indústria incipiente

A ferrovia exerceu papel fundamental para a integração da economia goiana com a brasileira, sobretudo com os estados do centro-sul do Brasil, especialmente com estado de São Paulo pela demanda do complexo cafeeiro. Até o início do século XX, a limitada ligação com os estados litorâneos mantinha certo isolamento em termos de transações comerciais.

No início do século XX, a logística de transporte, que ligava Goiás aos outros estados, se limitava a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins na porção norte, que hoje é o estado do Tocantins, e estradas abertas para a passagem de animais de carga e carros de boi, na parte sul que ligava aos mercados do Triângulo Mineiro, entreposto comercial de São Paulo. Até então, o transporte de mercadorias na importação de produtos acabados se dava por meio de lombo de animais ou carros de boi, e o acesso aos mercados mais dinâmicos do país, naquela época, era praticamente inviável. Os produtos da agricultura e pecuária teriam que ser levados até a estação de Araguari (MG), ponto final da Estrada de Ferro Mogiana. Nesse período, os poucos produtos¹⁰ da agropecuária, que Goiás produzia, tinham dificuldade para acessar o incipiente mercado nacional, que já contava com a liderança de São Paulo. A exceção ainda era o gado, pois era possível autotransporte até mercados mais distantes.

¹⁰ Os produtos da fazenda goiana, segundo Estevam (2004) era formado basicamente por arroz e gado.

Contudo, a revista *A Informação Goiana*, na sua edição de 1917, relatou que, apesar das dificuldades de transporte, Goiás mantinha importante comércio com os estados vizinhos, como Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, conforme Quadro 4. Embora estas informações sejam de um balanço realizado pela revista nos anos de 1915 e 1916, tudo indica que esse comércio já vigorava há bastante tempo. De fato, conforme Arrais (2013), já havia comércio com os estados do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia desde o início do século XX, mas “[...] a maior parte das trocas mercantis ocorria com São Paulo e Minas Gerais, fato que se dinamizou com a ferrovia, pois a precariedade nas vias de transporte constituía um gargalo que encarecia as mercadorias, especialmente na parte setentrional do território goiano” (ARRAIS, 2013 p.38).

Pará	Gado, cereais, aguardente, açúcar, rapadura, carnes, toucinhos, peles, couros, café, castanha, borracha, galhadas de cervo, aves silvestres, artefatos indígenas, cães de caça e galinhas
Maranhão	cereais, borracha, cravo silvestres
Piauí	Gado e borracha
Bahia	Gado, cereais, couros, toucinhos e borracha
Mato Grosso	Cavalos, muares, marmelada, fumo, aguardente e cereais
Minas Gerais e São Paulo	Gado, suíno, cavalos, arroz, fumo, couros, peles, toucinho, borracha, marmelada, manteiga, milho, feijão, açúcar, charque, banha, cristal de rocha, ouro e pedras preciosas

Quadro 4: Destino das exportações goianas, por produtos

Fonte: Revista A Informação Goiana (1917) – Elaboração própria.

A dificuldade de acesso aos mercados e as “[...] razões políticas e econômicas de caráter nacional, influenciaram interesses pela implantação da ferrovia em Goiás” (CASTILHO, 2014 p.68). Com isso, em 1911 a ferrovia chega em solo goiano e até 1914 outras estações foram inauguradas, penetrando os atuais municípios goianos de Anhanguera, Cumari, Goiandira, Ipameri, Catalão e Urutaí, tendo como ponta de linha a estação Roncador. Por problemas relativos à Primeira Guerra Mundial e forças conservadoras, a ferrovia foi ponto final nesta última estação até em 1922, quando é inaugurada a estação no município de Pires do Rio.¹¹ Mais adiante, será possível notar a importância desta infraestrutura de transporte, pois nessa porção do território, até o final da década de 1940, concentrava-se maior parte da produção da indústria goiana.

¹¹ Para maiores detalhes consultar Castilho (2014).

A chegada da ferrovia em Goiás foi fruto de um processo de desdobramento das atividades ligadas à economia do café, que se estendia no início do século XX. Com o mercado consumidor da região sudeste do país em expansão, sobretudo em São Paulo, havia necessidade de alimentos e de matéria-prima para a indústria alimentícia. Cardoso de Mello (1982) identifica o importante papel dos alimentos para a manutenção das taxas de acumulação do complexo cafeeiro. A oferta de alimentos em abundância ajudava a manutenção do valor da mão de obra em níveis aceitáveis. Desta forma, a proximidade de Goiás com a economia cafeeira o credenciava como forte parceiro no fornecimento de alimentos.

Num contexto de expansão da economia cafeeira, em que se tornava escassa as terras para o cultivo de alimentos no centro-sul do país, as terras goianas com a fertilidade “[...] e o baixo custo das glebas eram um perfeito imã para atrair os trabalhadores à nova e promissora área” (CHAUL, 1997 p.157). A atração de migrantes em busca da produção de produtos da agropecuária, para o fornecimento à região dinâmica do país, aos poucos vai inserindo Goiás na economia nacional.

Foi desta forma e por meio da implantação da ferrovia, que produtos goianos da agropecuária passam a ter maior acesso aos mercados fora do estado. Dados da revista *A Informação Goyana*, de 1917, mostram que, nos anos de 1915 e 1916, o comércio para os estados de Minas Gerais e São Paulo, utilizando a Estrada de Ferro Goiás, já alcançava números interessantes e com tendência de expansão do volume e variedade de produtos. Apenas de um ano para o outro, conforme Tabela 1, produtos como arroz e couros quase que dobraram a exportação em quantum, chegando até a quintuplicar, como o caso do milho, que salta de 32.960 Kg, em 1915, para 170.015 Kg em 2016.

A pauta de exportação interestadual, via Estrada de Ferro Goiás, reforça o argumento de Chaul (1997) ao atribuir a Goiás o papel de fornecedor de bens primários às economias dos estados do centro-sul do país. De fato, o estado não teria muito a oferecer além dos produtos relacionados na Tabela 1, pois ainda não se produzia outros produtos fora daqueles ligados à agropecuária e a indústria rural.

Tabela 1: Exportações de Goiás para os estados de Minas Gerais e São Paulo, utilizando a Estrada de Ferro Goiás – 1915-1916

Produtos	1915	1916	Evolução (%)
Açúcar (Kg)	-	13.852	
Arroz (Kg)	3.219.417	5.907.378	83,5
Banha (Kg)	-	27.551	
Bois gordos (cabeças)		7.021	
Borracha (Kg)	-	18.403	
Cavalos (cabeças)	25	25	-
Couros (Kg)	110.762	213.619	92,9
Cristal de rocha (Kg)	-	5.882	
Feijão (Kg)	-	62.526	
Fumo (Kg)	133.130	209.984	57,7
Manteiga (Kg)	4.688	4.900	4,5
Marmelada (Kg)	4.688	2.400	-48,8
Milho (Kg)	32.960	170.015	415,8
Peles (Kg)	-	5.435	
Suínos (cabeças)	4.176	7.197	72,3
Toucinho (Kg)	92.703	130.061	40,3
Charque (Kg)	-	247.871	

Fonte: Revista A Informação Goyana (1917) – Elaboração própria.

A penetração da ferrovia no sul do estado não só dinamizou o comércio e a agropecuária daquela região, como também estimulou a implantação das primeiras unidades industriais em Goiás. Para Castilho (2014), a implantação desta logística de transporte foi elemento principal para Goiás se conectar a parte mais dinâmica do Brasil, iniciando assim um processo de modernização da estrutura produtiva no estado.

A implantação da ferrovia também atraiu pessoas, o que contribuiu para a urbanização e formação de um mercado consumidor na região de influência. Os municípios de Catalão e Ipameri, segundo Borges (1990), foram os primeiros a serem favorecidos. Na década de 1920, estes dois municípios se diferenciavam dos demais “[...] pelos seus aspectos urbanos modernos e seus traços culturais em geral” (BORGES, 1990 p.104). Ipameri, segundo o autor, foi a primeira cidade goiana a receber importantes equipamentos públicos, como ruas alargadas, redes de esgoto, energia elétrica, telefone, telegrafo e cinema. Essa dinâmica trazida pela ferrovia propicia a instalação das primeiras indústrias mais modernas em território goiano, o que será explorado mais à frente.

2.2.1.1 Perfil produtivo da indústria goiana em 1920

Com a possibilidade de alcançar mercados do Sudeste do país e atender o mercado consumidor local crescente Goiás atraiu as primeiras plantas industriais, sobretudo na porção do território alcançada pela ferrovia, onde se formava centros urbanos. Dados de Brasil (1927) comprovam que as 16 indústrias existentes em 1920, se dividiam entre a produção para o mercado interno e para a exportação interestadual.

Um forte indicativo de que a produção da indústria em grande parte era enviada para fora do estado, além da própria pauta de exportação para outros estados utilizando a ferrovia, é que o custo de transporte no processo produtivo era elevado. Enquanto a média da indústria nacional utilizava 3,6% de seus custos produtivos com transporte, a indústria goiana utilizava mais que o dobro, 7,6%, segundo informações do Recenseamento de 1920. Mas é bem verdade que a indústria localizada na parte sul do estado, também teria que enfrentar dificuldades enormes para penetrar a parte centro-norte de Goiás, o que certamente encareceria o custo com transporte.

O Recenseamento Industrial daquele ano revela também que, do total de 16 estabelecimentos industriais existentes em Goiás, dois foram instalados entre 1910 e 1914 e 14, de 1915 a 1919, o que indica que a implantação da infraestrutura de transporte, no início do século XX, foi a indutora da indústria e que provocou a mudança na estrutura produtiva no estado. Isso mostra que a ferrovia foi importante para que houvesse maior agregação de valor aos produtos, o que antes se dava, em boa parte, no Triângulo Mineiro. A esse respeito, Weber (1929) chamava a atenção para a importância do fator transporte na influência da localização industrial, pois as indústrias tendem a se localizar onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos.

Vale lembrar que, naquela ocasião, já havia em Goiás uma importante indústria rural, que não faz parte do escopo deste trabalho, na qual se beneficiava de forma bastante artesanal produtos consumidos localmente e outros que compunham a limitada pauta de exportação para outros estados, como é o caso de manteiga, banha, doces, dentre outros.

Excluindo a indústria rural, a indústria goiana era composta, em 1920, por 16 estabelecimentos, divididos em apenas quatro dos 13 grupos industriais pesquisados pelo Recenseamento, conforme Tabela 2. Juntas, empregavam 244 operários e geravam um valor de produção de 4.958 contos de reis, representando apenas 0,17% do valor da produção nacional.

Outro dado interessante é a produção industrial deduzida os custos de produção, o que os censos industriais posteriores e as pesquisas atuais assemelham ao Valor da Transformação Industrial (VTI). Em Goiás dos 4.958 contos de reis gerados pela produção industrial, descontando os custos de produção, a indústria agregou naquele ano apenas 1.823,9 contos de reis ou 36,8%. Essa relação, para o Brasil, foi de 43,6%. A agregação da indústria alimentícia goiana ainda era inferior, cerca de 30% do valor de produção. Na comparação do VTI, Goiás participava ainda menos, com apenas 0,14% da nacional.

As duas indústrias de couro, compostas por fabricação de calçados e selaria, provavelmente estava ligada ao consumo da população local assim como as indústrias de produtos cerâmicos e fabricação de vestuários. Já as indústrias da alimentação, compostas por duas de beneficiamento de arroz, uma de fabricação de aguardente e quatro charqueadas, se dividiam entre o mercado interno e o mercado de outros estados.

Tabela 2: Caracterização da indústria goiana – 1920

Grupos de Indústrias	Estabelecimentos	Capital empregado (contos)	Força motriz (HP)	Número de operários	Valor da produção anual (contos)	Valor da produção anual deduzido os custos (contos)
Indústrias de couros	2	285,100	33	73	522,325	389,875
Cerâmica	3	13,300	-	29	50,860	50,86
Indústrias da alimentação	7	965,050	114	98	4.113,674	1.263,234
Indústrias do vestuário	4	136,300	36	44	271,196	119,996
Total	16	1.399,750	183	244	4.958,055	1.823,963

Fonte: Brasil (1927) – Elaboração própria.

Se comparada à nacional daquela época, a indústria goiana estava inserida num processo produtivo bem rudimentar, com todas as atividades produtivas classificadas em baixa intensidade tecnológica, segundo classificação da

OCDE (2003), embora representasse modernidade para os padrões da estrutura produtiva de Goiás naquela ocasião. Um dos indicativos que leva a crer que a indústria goiana era bem menos complexa que a média da indústria nacional, é a utilização da força motriz, que vai indicar certo grau de mecanização da produção. Enquanto na média nacional, considerada pouco mecanizada, utilizava-se 1,13 HP/operário, a indústria goiana usava apenas 0,75 HP/operário. São Paulo, estado com maior dinamismo industrial, já utilizava a relação de 1,20 HP/operário.

A baixa utilização da força motriz pode ser atribuída, em parte, à indisponibilidade de energia no estado. Segundo Brasil (1927) havia apenas uma usina térmica para produção de energia, que tinha capacidade de produzir apenas 100 HP, abaixo, portanto, do consumo industrial de energia daquele ano do Recenseamento.

Os dados de Brasil (1927) mostram que das 16 indústrias instaladas no estado, nove utilizavam motores, sendo que, dos 183 HP consumidos, 124 HP advinham das máquinas a vapor e 59 HP provenientes de rodas d'água, com toda energia produzida no próprio estabelecimento. Para se ter uma ideia do atraso, em relação à indústria nacional, esse tipo de fonte de energia correspondia a 67% da potência utilizada pela indústria goiana. Na média nacional, essa participação era de 36,2% e São Paulo apenas 29%. A utilização de máquinas elétricas, consideradas mais modernas, já atendia 47,2% da potência utilizada nas indústrias brasileiras e, em São Paulo, já correspondia a 57%. Em Goiás, não há registro da utilização desta fonte de energia na indústria naquela época.

Outra característica da indústria goiana, segundo o Recenseamento, é que em sua maioria os estabelecimentos eram de pequeno e médio porte. Das 16 existentes, cinco possuíam até quatro operários, sete de cinco a 19 operários e, nas faixas de 20 a 49 e de 50 a 99, existiam duas empresas em cada.

Com base nos dados de Brasil (1927), pode-se dizer em relação ao perfil da indústria goiana naquela época, que boa parte da produção era para a exportação, estava fortemente concentrada na indústria alimentícia, com 83% do valor da produção industrial, tinha baixíssima participação na produção nacional, possuía baixa capacidade de agregação de valor e, em termos de utilização de fonte de energia, sua força motriz utilizada indicava certo atraso no processo produtivo.

Ainda que fosse de baixa produtividade, a presença destas indústrias em território goiano significou um novo padrão de produção industrial, representando avanços significativos na qualidade em relação ao processo produtivo anterior. Emerge em Goiás novas relações capitalistas de produção, substituindo parte das atividades artesanais pela produção com melhor técnica e maior escala. Essa evolução se deve em grande medida ao desenvolvimento da logística de transporte, sobretudo com a implantação da ferrovia em solo goiano naquela época.

2.2.1.2 Distribuição espacial da indústria goiana em 1920

A chegada da ferrovia em solo goiano em 1911, e a inauguração da primeira estação em 1914, provocam alterações significativas do ponto de vista econômico. Os pouco mais de 200 quilômetros de linha férrea no estado, até 1922, permitiram que indústrias de bens de consumo, de primeira necessidade, começassem a operar em Goiás. Isso ocorre pelo fato de ter aumentado a escala de consumo local, e, principalmente, pela possibilidade do acesso aos mercados do sudeste brasileiro, especialmente São Paulo.

Antes da implantação da ferrovia em Goiás, o Triângulo Mineiro exercia forte influência sobre a porção sul do estado, como centro comercial e destino dos principais produtos da agropecuária, como o gado para ser abatido ou engordado e o arroz para ser beneficiado. Era considerado um entreposto comercial de São Paulo, que fornecia produtos manufaturados para regiões de Goiás, Mato Grosso e parte do estado de Minas Gerais, que enviavam de volta àquele estado produtos da agropecuária.

A maior agregação de valor aos produtos, propiciada pela ferrovia, “[...] permitiu a retenção de excedentes produtivos no próprio seio do território goiano” (ESTEVAM, 2004, p. 89)¹². Para se ter ideia da influência desta logística de transporte, das 16 indústrias existentes, segundo Brasil (1927), apenas duas não estavam na área de influência da Estrada de Ferro Goiás: uma fábrica de calçados e selarias em Planaltina, e uma de beneficiamento de arroz no município de Goiás,

¹² Estevam (2004) refere-se à possibilidade de maior produção de produtos da agropecuária, principalmente para às vendas externas e ao crescimento do comércio, devido à expansão dos centros urbanos. No caso da indústria, mesmo que incipiente, a ferrovia permitiu agregação de valor aos produtos que antes eram produzidos fora ou exportado *in natura*.

então capital do estado. As demais 14 indústrias se dividiam entre Catalão (oito) e Ipameri (seis), conforme Figura 2.

Com base em Brasil (1927), não é possível quantificar qual dos dois municípios exercia papel mais importante na indústria do estado, com base na produção, mas certamente as oito indústrias de Catalão e as seis de Ipameri eram bem mais representativas que as outras duas dos municípios de Planaltina e Goiás. Primeiramente pelo fato da população dos dois municípios representarem 12% da população goiana e já estarem num processo de maior urbanização. Segundo, por já exercer o papel de influência entre outros municípios goianos e, em terceiro, pela acessibilidade aos mercados dinâmicos do Triângulo Mineiro e de São Paulo, via ferrovia.

Os municípios de Catalão e Ipameri foram os primeiros a sofrerem impactos com a chegada da ferrovia. Ipameri, segundo Borges (1990), foi a primeira cidade goiana a receber cinema, em 1915, e já no início da década de 1920 exibia filmes de sucesso internacional. Suas ruas, segundo o autor, foram alargadas e a cidade passou a receber redes de esgoto. Em seguida, em 1921, passa a contar com a primeira agência do Banco do Brasil no estado. Conforme a revista *A Informação Goyana* (1919), esse município também passou a exercer papel de centro comercial, antes exercido por Araguari (MG), principalmente para os municípios do Planalto Central (Planaltina, Formosa, Santa Luzia, hoje Luziânia, e Cristalina). A estes municípios eram enviados produtos manufaturados, e em direção a Ipameri enviavam produtos da agricultura, para serem exportados por via férrea, comércio que foi intensificado com a construção de uma rodovia ligando Ipameri a este conjunto de municípios em 1920. Nogueira (1977), contudo, diz que, embora o desenvolvimento nesta parte do território tenha sido positivo, isso não impediu que Araguari ainda continuasse como capital econômica de toda região, pois, além de ainda não contar com produção intensiva, também faltava um sistema viário capaz de dar suporte ao transporte ferroviário.

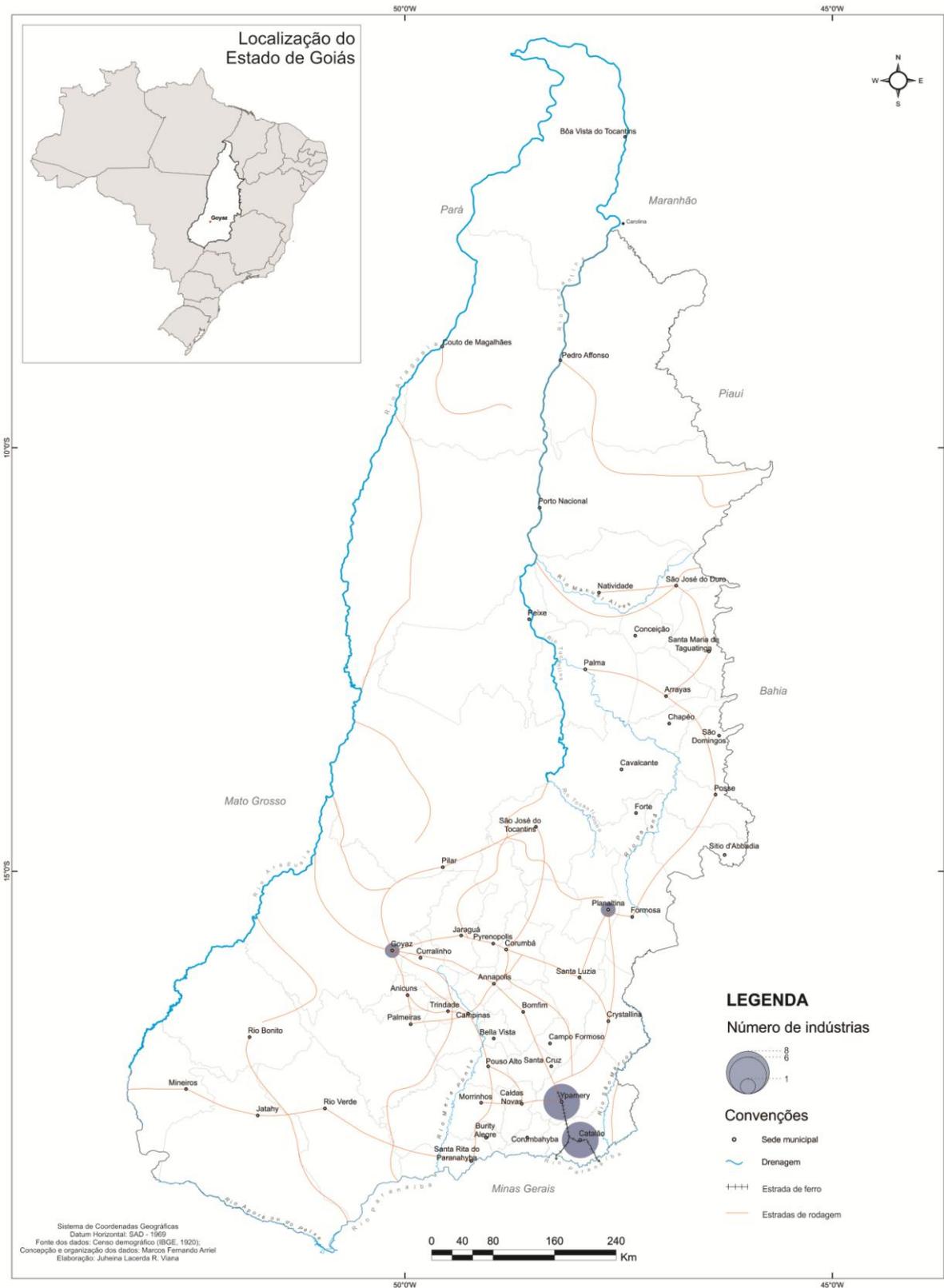


Figura 2: Espacialização da indústria goiana, segundo o número de estabelecimentos – 1920
 Fonte: Brasil (1927).

O município de Catalão, primeiro a receber a Estrada de Ferro Goiás, embora não seja possível quantificar pelo Recenseamento de 1920, talvez fosse o principal município industrial de Goiás naquela época. Conforme *A Informação Goyana* (1919), o município que antes exportava produtos *in natura*, após a implantação da ferrovia passou a processar couros, carnes e arroz para exportar pela estrada. Outra informação interessante da incipiente indústria goiana, refere-se à nacionalidade dos proprietários das primeiras fábricas de Catalão. Segundo Borges (1990), muitos deles eram espanhóis e italianos, que vieram prestar serviço qualificado para implantação da ferrovia e resolveram empreender na região. Isso mostra o baixo grau de complexidade produtiva, pois os empreendedores não eram tradicionais industriais e sim aventureiros que perceberam a oportunidade de produzir.

Os municípios de Catalão e Ipameri foram hegemônicos em Goiás, tanto na incipiente produção industrial, como também nos centros comerciais da porção sudeste de Goiás. Na medida em que a ferrovia foi avançando rumo ao centro do estado, os dois municípios vão perdendo a referência, em termos de representação econômica, e outras cidades vão ganhando força. Deus (2002) acrescenta ainda que a crise do transporte ferroviário na década de 1950 foi mais um evento que contribuiu para a decadência daquela região do estado.

Dessa forma, com uma indústria de alimentos com características rudimentares e voltada para fora do estado, concentradas ao longo da Estrada de Ferro Goiás, encontra-se a gênese do processo de industrialização de Goiás. Esse perfil muda significativamente a partir da década de 1930, quando as demandas urbanas, em função de Goiânia e Brasília, passam a estimular o consumo, iniciando assim um novo período para a indústria goiana.

CAPÍTULO 3 O DESLOCAMENTO DA INDÚSTRIA PARA O CENTRO DO ESTADO – 1935 a 1960

O objetivo deste capítulo é mostrar como a indústria goiana, que inicialmente estava concentrada em produtos alimentícios para a exportação e localizada na porção sul do estado, aos poucos vai expandindo seu perfil produtivo e penetrando o centro de Goiás, seguindo o caminho da Estrada de Ferro Goiás, chegando a Anápolis em 1935, e aos poucos se direcionando para as cidades de maior população. Esse período é marcado por forte influência de políticas do Estado nacional desenvolvimentista, com Estado Novo de Vargas, mais especificamente o projeto da Marcha para o Oeste¹³ e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, com implantação de infraestrutura para ligação da nova capital com o restante do país. Os principais eventos foram: a implantação da Estrada de Ferro Goiás em Anápolis; a construção de Goiânia; a implantação da Colônia Agrícola de Goiás (Cang); a construção da nova capital do país, Brasília; e a expansão da infraestrutura, sobretudo de transporte. Estes eventos contribuíram sobremaneira para que a indústria goiana ampliasse seu perfil produtivo e sua localização espacial, principalmente no centro goiano.

Para contextualizar, primeiramente apresenta-se como se deu a evolução da indústria brasileira na segunda fase da periodização realizada por Mello (1982) e Tavares (1975) e sistematizada por Curado e Cruz (2008), chamada a industrialização restringida (1933-1955). Aproveita-se, também, para mostrar o processo de industrialização do Brasil em termos espaciais, com a concentração produtiva industrial em São Paulo.

3.1 O período da industrialização restringida no Brasil – 1933 a 1955

Segundo Mello (1982) e Tavares (1975), a partir da década de 1930 se deu o início o processo de industrialização no Brasil. É a partir de então que a expansão da economia brasileira passou a ser determinada com base no

¹³ Criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar a ocupação do oeste brasileiro, onde se encontra a Região Centro Oeste. Neiva (1984) cita algumas medidas para a ocupação dos espaços vazios do oeste, como a construção de Goiânia, o Plano Rodoviário de 1944, a Fundação Brasil Central (1943), a Expedição Roncador-Xingu (1943), a criação dos territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu (1943).

crescimento do setor industrial. Curado e Cruz (2008) também afirmam que a partir deste período há um processo de diversificação do tecido industrial brasileiro, com a diminuição da importância de setores produtores de bens primários e o crescimento da produção de bens de capital: “Em outras palavras, a partir de 1933 o processo de acumulação de capital no interior da economia passou a se estruturar em um novo padrão” (CURADO E CRUZ, 2008, p.407). No período em questão, a priorização para o setor industrial era de expandir, modernizar e diversificar a estrutura produtiva. Com isso, a estratégia era diminuir a participação relativa dos setores de bens de consumo não duráveis e aumentar a participação dos bens intermediários, de capitais e de bens de consumo duráveis.

Possas (1983) destaca que, no ano de 1939, o conjunto de bens de produção, formados pelos setores de bens intermediários e bens de capital, somavam 30,8% da produção industrial do país, sendo que no Recenseamento Industrial, em 1920, este conjunto industrial representava apenas 7%. Nota-se a mudança brusca na estrutura produtiva industrial no período de duas décadas.

Embora a estrutura produtiva da indústria brasileira tenha tido maior diversificação a partir da década de 1930, para Mello (1982) e Tavares (1975) ainda era restrita, pois sua expansão estava intimamente ligada ao setor exportador, através da forte dependência da renda gerada, o que possibilitava a importação de bens de produção. Estes bens, que seriam utilizados para produzirem outros bens pela indústria, estavam limitados pela renda gerada advinda do setor agroexportador. Portanto, as intempéries causadas pelas crises ligadas ao câmbio, restringiam o processo de expansão da economia brasileira, sobretudo da indústria.

Para que a indústria puxasse a expansão da economia brasileira e atingisse tal diversificação em sua estrutura produtiva apontada por Possas (1983), a partir da década de 1930, o Estado brasileiro promove uma série de políticas de substituição de importação, com o objetivo de estimular a indústria nacional. Dos anos de 1930 até o imediato pós-II Guerra Mundial, a indústria se beneficiou basicamente pela proteção, por meio de mudanças na política comercial impostas pela crise do setor externo da economia. A partir da segunda metade dos anos de 1950, o Estado age com maior estratégia para o desenvolvimento industrial.

A crise instalada no setor agrícola-exportador, no final dos anos de 1920, somada a Grande Depressão de 1929, com reflexos nos anos seguintes, levou o

Governo Vargas a desenvolver mecanismo de defesa da cafeicultura, o que indiretamente ajudou o desenvolvimento industrial, ao assegurar a renda do setor e, com isso, a permanência do poder de compra de um grande contingente de pessoas. Essa seria a primeira política industrial brasileira.

Não há consenso, todavia, se a política de Vargas de fato foi a primeira iniciativa para promover a industrialização do país. Mello (1982) atribui, à abolição dos escravos, a primeira iniciativa de promover a industrialização do Brasil em 1888, na medida em que abre espaço para renda dos assalariados e permite o consumo de bens industrializados. Contudo, para Baer (2009), na fase de 1890 a 1930 não se pode falar em industrialização e sim um período de expansão industrial, cujo crescimento se deu em virtude do setor agroexportador. De acordo com o autor, a “[...] industrialização está presente quando a indústria se torna o principal setor de crescimento e gera mudanças estruturais pronunciadas [...]” (BAER, 2009, p.59), o que, para ele, viria a ocorrer a partir da década de 1930.

A intervenção no preço do café no Governo Vargas, que adquiria o produto excedente e depois destruía, ajudou duplamente a indústria nacional. Primeiro porque manteve a renda do pessoal ocupado na atividade, com isto promovendo efeito multiplicador na economia; segundo porque, em seguida, o Governo promoveu a elevação do imposto de exportação do café, gerando recursos para a aplicação na atividade industrial, via construção de infraestrutura e proteção às atividades industriais que estavam se consolidando. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), a ação de Vargas de comprar o café para estocar e posteriormente destruir, seguiu até a Segunda Guerra Mundial. Esta política, de acordo com os autores, constituía uma típica política keynesiana, antes mesmo da publicação da obra de Keynes (1936)¹⁴.

Para Versiani e Suzigan (1990), a demanda por produtos manufaturados aumentaram com a renda gerada pela proteção ao setor exportador e também por medidas de desvalorização cambial promovida pelo Governo Vargas nos anos de 1930, o que provocou encarecimento das importações, causando o avanço da substituição de importação de bens de consumo e alguns bens intermediários.

¹⁴ Economista inglês que em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, coloca o Estado como agente indispensável no controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego, nos períodos de crise.

Nesse período, além de promover a substituição de importação, o Estado brasileiro inicia uma nova fase com políticas do nacional-desenvolvimentismo.

Do final da década de 1930 até os anos de 1950, o Estado brasileiro atuou diretamente como financiador e investidor na produção de insumos básicos, como a siderurgia, mineração e petroquímica, e na infraestrutura, como energia e transporte. Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), caberia ao Estado quatro principais funções: 1) adequação ao arcabouço institucional à indústria – Legislação Trabalhista e uma burocracia estatal capaz de preparar todo um ambiente para a industrialização; 2) geração de infraestrutura básica – atuação principal nas áreas de transporte e energia; 3) fornecimento de insumos básicos – atuação complementar ao setor privado, quando este era inviável, sendo criada uma série de empresas estatais, como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Petrobrás e hidrelétricas; 4) captação e distribuição de poupança – os bancos públicos tinham funções de agente financiador do setor produtivo.

Há de se destacar que, tanto no primeiro Governo Vargas (1930-1945) quanto no segundo (1951-1954), embora a indústria tenha tido tratamento especial, o setor primário, como a agricultura, não foi desprezado, mas passa a ter nova função. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), dentre outras funções, a agricultura passa a ter papel fundamental no fornecimento de matéria-prima e mercado consumidor para a indústria. É importante dizer que, no período do governo Dutra (1946-1950), houve rompimento das ações do governo anterior, buscando certo liberalismo à economia, sendo menos industrializante.

Vale lembrar, ainda, que as políticas de apoio à industrialização promovidas por Vargas, tiveram uma grande contribuição da Segunda Guerra Mundial, na medida em que reduziram de forma drástica as importações. Assim, a guerra foi um “[...] poderoso estimulante para ulterior industrialização do país. As importações tinham que ser substituídas pela produção interna. Indústrias de maior importância, como as de cimento, ferro e siderurgia, tiveram grande impulso” (BAER, 1966 p.45).

Os esforços do Estado nos Governos Vargas, com posterior contribuição da Segunda Guerra, surtiram efeitos para a industrialização, o que pode ser constatado pela evolução da produção industrial e pela estrutura produtiva brasileira.

No período de 1930 a 1947, a produção industrial avançou a uma taxa média de 6,6%, segundo o IBGE. Já a atividade da agricultura expandiu apenas em 2,2% e a produção total em 4,2%. Os dados da estrutura produtiva também corroboram. A indústria, que no final da década de 1920 participava com 22,7% da estrutura produtiva brasileira, saltou para 36,1% em meados da década de 1945. Pode-se dizer, portanto, segundo o entendimento de Baer (2009), que neste período houve a arrancada para a industrialização no Brasil.

Durante o período da industrialização restringida, que segundo Mello (1982) e Tavares (1975) vai de 1933 e 1955, o estado de São Paulo é que puxa a produção industrial brasileira, ao ampliar em quase 20% sua participação na produção industrial, de 34% em 1919, para 54% em 1960, conforme será mostrado a seguir.

3.1.1 A ampliação da concentração industrial em São Paulo

Com o Estado Nacional passando a se comprometer com a industrialização a partir de 1930, com estímulo a substituição de importações, e a integração do mercado nacional, São Paulo ganha ainda mais força e amplia a concentração industrial. Com significativa infraestrutura implantada e participação da produção nacional, o estado paulista passa exercer o papel de articulador comercial entre as regiões brasileiras, principalmente pelo fato de regiões exportadoras terem entrado em crise.

Essa nova fase de integração do mercado nacional, sob o comando de São Paulo, que vai da crise de 1929 até final da década de 1950,

[...] foi essencialmente mercantil e conduzida pelo capital sediado em São Paulo. Esse período foi marcado por políticas de redução e eliminação dos impostos interestaduais, construção de estradas e conversão política de antigos “problemas regionais” em “questões nacionais”, na agenda política do governo federal. A ampliação do fluxo inter-regional de mercadorias sancionou a liderança da indústria sediada em São Paulo, beneficiada pelo constrangimento da guerra e do desequilíbrio cambial, e possibilitou a integração do mercado nacional. (CAIADO, 2002, p. 11).

Nesse período, houve forte ampliação do sistema de transporte no Brasil, diminuição das tarifas comerciais interestaduais, o que promoveu a unificação do mercado nacional. Assim, São Paulo é favorecido por já exercer liderança entre os estados e amplia a produção industrial acima da média do Brasil, provocando maior

concentração na geração de renda no setor. Conforme Diniz (1993), com exceção dos estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, que exerceram papel complementar no fornecimento de produtos alimentícios, produtos de origem agropecuária e mineral, os demais estados diminuíram a participação no setor industrial no período, conforme Tabela 3.

Tabela 3: Participação do Valor da Transformação Industrial das Grandes Regiões Geográficas do Brasil e São Paulo – anos selecionados

Regiões	1907	1939	1950	1960
Norte	4,3	1,1	0,6	1,1
Nordeste	16,7	10,4	9,3	7,6
Sudeste	58,2	74,3	75,5	78,1
São Paulo	15,9	45,4	46,6	54,5
Sul	19,9	13,8	14,0	12,4
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,6	0,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Industriais – Elaboração própria.

O processo de concentração em São Paulo, segundo Cano (1998), bloqueou ou até mesmo destruiu a produção industrial de algumas regiões, em curso naquela época. A Tabela 3 mostra que, enquanto São Paulo avança na participação da indústria, representando a região Sudeste, as regiões Norte, Nordeste e Sul perdem participação. No caso da região Centro Oeste, mesmo com uma indústria incipiente, acaba acompanhando a expansão da média nacional, a partir da década de 1950, sobretudo Goiás. O comportamento da indústria goiana neste período será tratado mais à frente.

3.2 A ampliação da indústria goiana para o atendimento do mercado interno – 1935 a 1960

O período da indústria restringida foi marcado por uma série de intervenções estatais no Brasil para promover a expansão da economia, como foi relatado anteriormente, tanto no setor industrial como na intervenção no território, com o objetivo de integração das regiões. Em Goiás, esse período foi marcado por diversos eventos com interferência do poder público que contribuíram para a expansão da indústria local, podendo destacar a chegada da ferrovia no centro goiano, em Anápolis no ano de 1935, a mudança da capital do estado, a

implantação da Canga de Ceres, a construção de Brasília e sua influência para a implantação de infraestrutura.

O segundo período da indústria goiana, de 1935 a 1960, diverge um pouco da periodização brasileira, tanto no início (1933) quanto no final (1955). O início desse período, em 1935, se deve ao evento marcante da implantação da ferrovia em Anápolis, município que se tornou importante produtor industrial. O final se deve ao encerramento de um tempo em que a indústria não era objeto de políticas setoriais. A partir de então, o poder público estadual encara o setor como estratégico e passa a desenvolver políticas de apoio a ele.

Ao contrário de São Paulo, onde a política nacional de industrialização agiu de forma direta, em Goiás as intervenções públicas no território pouco estiveram ligadas diretamente à industrialização. A exceção ficou por conta de uma iniciativa local, da Constituição Estadual de 1935, em seu artigo 16, que concedia isenção de impostos estaduais e municipais para empresas de determinadas atividades, para vendas internas de mercadorias, conforme constatado em Goiás (1935). Mas outra iniciativa foi a isenção de impostos para indústrias fornecedoras para a construção civil, no período de 1933 a 1935, nas proximidades de Goiânia, no intuito de facilitar a construção da nova capital do estado.

A incipiente indústria que até então estava concentrada no processamento de carnes, as chamadas charqueadas, inicia um processo de diversificação. Entram em cena as indústrias de suporte à construção civil, como a transformação de produtos de minerais não metálicos e de madeiras, que vão contribuir, principalmente, para a construção de Goiânia e Brasília, além da indústria alimentícia e de bebidas, e de uma série de outras que surgiram com a crescente urbanização. Com atração locacional, a indústria goiana passa a ter, no período em questão, o mercado interno como fator de atração para seus produtos.

3.2.1 A implantação da ferrovia no centro goiano: o deslocamento do dinamismo incipiente

Os municípios de Catalão e Ipameri ainda nem estavam consolidados do ponto de vista de região dinamizadora econômica do estado, quando a expansão da ferrovia atinge o município de Anápolis em 1935, paralelamente à mudança da

capital do estado, dando início a mudança do incipiente centro dinâmico para a região Mato Grosso de Goiás. A atividade industrial, que estava concentrada basicamente naqueles dois municípios, passa a se distribuir em outros pontos ao longo da ferrovia.

A ligação por via férrea com a parte mais dinâmica do país, sobretudo com São Paulo, permitiu que Goiás se integrasse à economia capitalista, mas isso não aconteceu em todo seu território. A região por onde passava a estrada de ferro, em especial os municípios de Catalão e Ipameri, se desenvolveram ofertando bens primários e semiprocessados, como charque e arroz, para o complexo cafeeiro paulista, e de lá recebiam bens de consumo, que por sua vez eram distribuídos para dentro do estado. Silva (2001) chega a afirmar que Goiás, com base na teoria da dependência, tinha o papel de periferia da periferia no sistema capitalista, pois fornecia bens primários e adquiria produtos transformados.

A dinâmica comercial conseguiu se irradiar por parte da região centro-sul do estado, através de abertura de estradas de rodagem que passaram a ligar os municípios do Sudoeste ao Mato Grosso goiano. A ferrovia cumpriria o papel de ligação com mais eficiência à parte central de Goiás, mas a paralisação de sua construção por vários anos fez com que estradas de rodagem fossem sendo abertas para facilitar o escoamento da produção agropecuária até as estações da ferrovia.

A Figura 3, a seguir, mostra a infraestrutura logística de transporte goiana nos anos de 1920. Nota-se que a ligação partia da região que se encontrava as estações ferroviárias, que por sua vez se ligava ao Sudeste do país. É nesta parte do território goiano que a urbanização foi mais acelerada, contribuindo para a implantação da indústria goiana. A parte centro-norte de Goiás permanecia desarticulada com a dinâmica nacional e as ligações eram basicamente realizadas por via fluvial, por onde se dava o comércio de produtos da indústria rural para os estados do Norte do país, região que ainda não era beneficiada pela dinâmica da indústria com característica urbana. Nas palavras de Freitas (2009),

[...] o povoamento e a dinâmica econômica do centro-sul do Estado foram maiores, já que esteve mais ligado ao sul do país que ao norte. Enquanto o sul era dinamizado com auxílio da zona produtiva do país, o norte era ligado às regiões Nordeste e Norte, o que não representava nada além de trocas de produtos primários e artesanais. (FREITAS, 2009, p. 81).

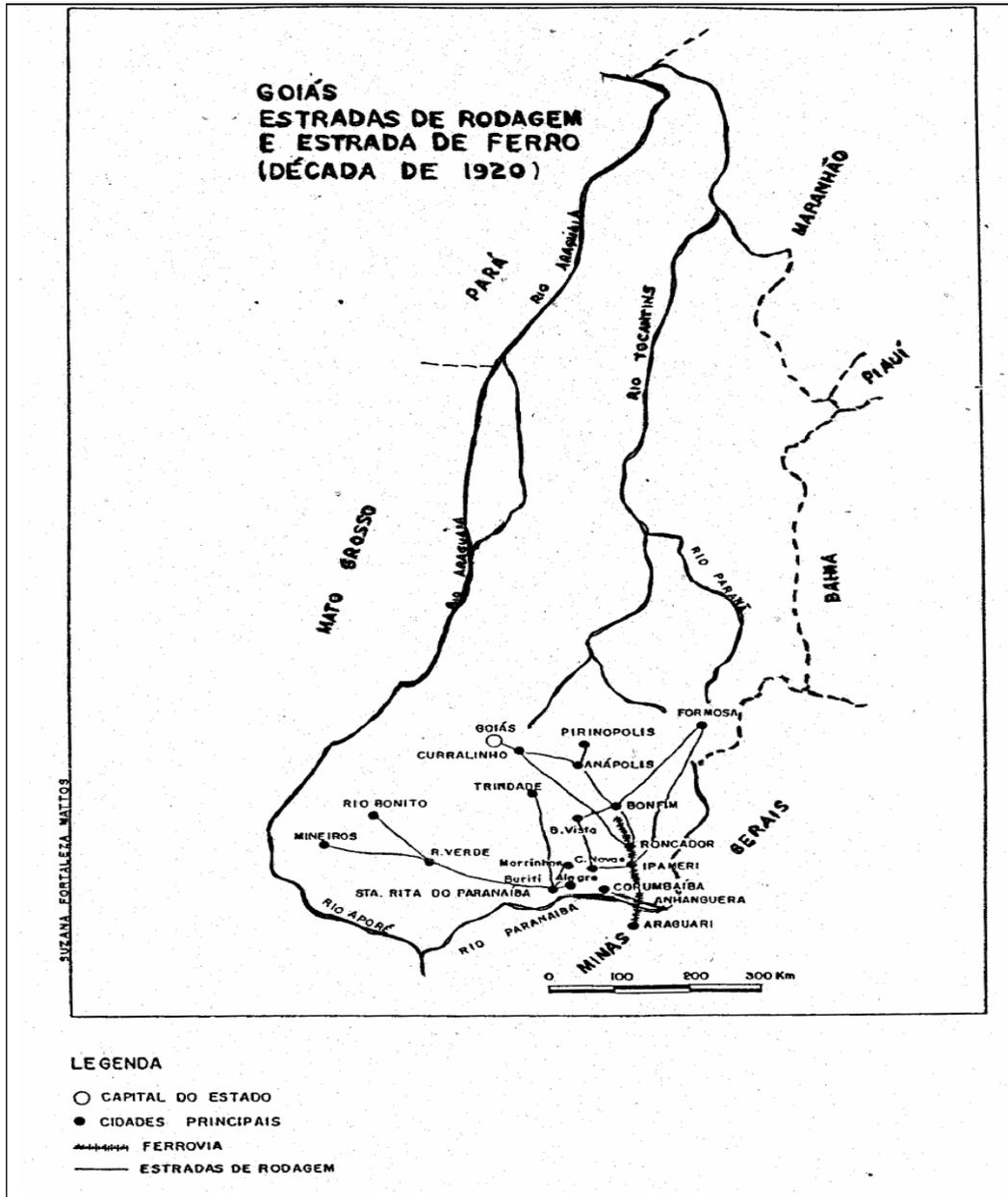


Figura 3: Estradas de ferro e rodagem em Goiás no ano de 1920.

Fonte: BORGES (1994)

A ferrovia que esteve como parada final na estação Roncador, de 1914 a 1922, foi atingir o município de Anápolis em 1935. Segundo Castilho (2014), por onde os 483 km de ferrovia passavam em solo goiano, com suas 30 estações, foram promovidos a valorização das terras, o aumento da população, o surgimento de novos povoados, que mais tarde se transformaram em cidades, e o estímulo à produção agropecuária. No trecho por onde a ferrovia passava, a transformação da estrutura produtiva era evidente. Para Nogueira (1977), na medida em que esta logística de transporte avançou rumo ao centro de Goiás, complementada com

estradas que permitiam o transporte de produtos agropecuários por meio de carros de boi, houve redução no preço do frete, estimulou-se a produção primária, tornando-a lucrativa, criando assim um ambiente para a instalação de agroindústrias ao longo do trajeto da ferrovia.

Antes mesmo de ser implantada em Anápolis, a ferrovia provocou o dinamismo em vários pontos das 30 estações existentes naquela época, como o caso do município de Pires do Rio. Ao cruzar o rio Corumbá, em 1922, o ponto final deixou de ser a estação Roncador, onde a ferrovia estava parada desde 1914 por ter enfrentado dificuldades na continuação, passando para o povoado no município de Santa Cruz, que em 1930 seria elevado a condição de município, Pires do Rio. Nogueira (1977) relata que, a partir da inauguração da estação, em novembro de 1922, aquela localidade experimentou expansão extraordinária, ao tornar um centro comercial da região. Em 1924, segundo o autor, o vilarejo já contava com as primeiras indústrias, como máquinas de beneficiar arroz, serraria, curtume e fábrica de manteiga. Contudo, à medida que a ferrovia foi avançando rumo ao Mato Grosso Goiano, outras centralidades foram sendo criadas e as antigas foram se enfraquecendo, assim como ocorreu com Catalão e Ipameri.

O que ocorreu com Catalão e Ipameri é explicado por Myrdal (1968) ao falar da causação circular e cumulativa ascendente e descendente. Para o autor, a causação circular e acumulativa descendente seria constatada quando um evento negativo impacta determinada localidade, causando efeitos negativos no emprego e na renda. Estevam (2004) lembra que com o avanço da estrada de ferro para o centro goiano, municípios como Catalão, que exercia papel de centralidade, passam a perder população. A força atrativa no território passa a ser Anápolis, tendo-se a causação circular e cumulativa ascendente, que, segundo Myrdal (1968), se dá quando se cria um ambiente atrativo para atividades econômicas.

Ao ser implantada em Anápolis, a ferrovia encontrou o município em evolução. Emancipada em 1907, o município já contava com 33.375 habitantes, sendo 7.559 a população urbana, e ostentava a posição de “[...] polo comercial munido de uma arcaica indústria de transformação [...] constatado pela concentração de máquinas de beneficiar arroz” (ARRAIS, 2013 p.41). Waibel (1947) relata que a chegada da ferrovia a Anápolis dinamizou ainda mais o município ao causar uma nova era de ocupação populacional e de dinâmica econômica na região. Mais tarde,

em 1938 e 1944, o polo comercial seria ainda mais fortalecido pela ligação via rodoviária com a nascente capital, Goiânia, e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), respectivamente.

Para França (1974), Anápolis teve uma participação fundamental na implantação da nova capital ao fornecer suprimentos para a população recém-chegada e material de construção para as obras empreendidas em Goiânia. A abertura de estrada para a ligação com a Cang de Ceres, também fez da cidade um centro fornecedor de bens de consumo e recebedor de produtos agrícolas daquela região, para processamento ou mesmo servindo de intermediação para exportação posterior, por meio da ferrovia, aos mercados de Minas Gerais e São Paulo.

Anápolis foi se fortalecendo como centro urbano ao receber equipamentos geradores de serviços, como da área de telecomunicação, serviços financeiros, transporte urbano e até mesmo fazendo parte de rota de uma companhia aérea, que ligava ao exterior. A cidade passou a exercer a função de centro comercial e de serviços.

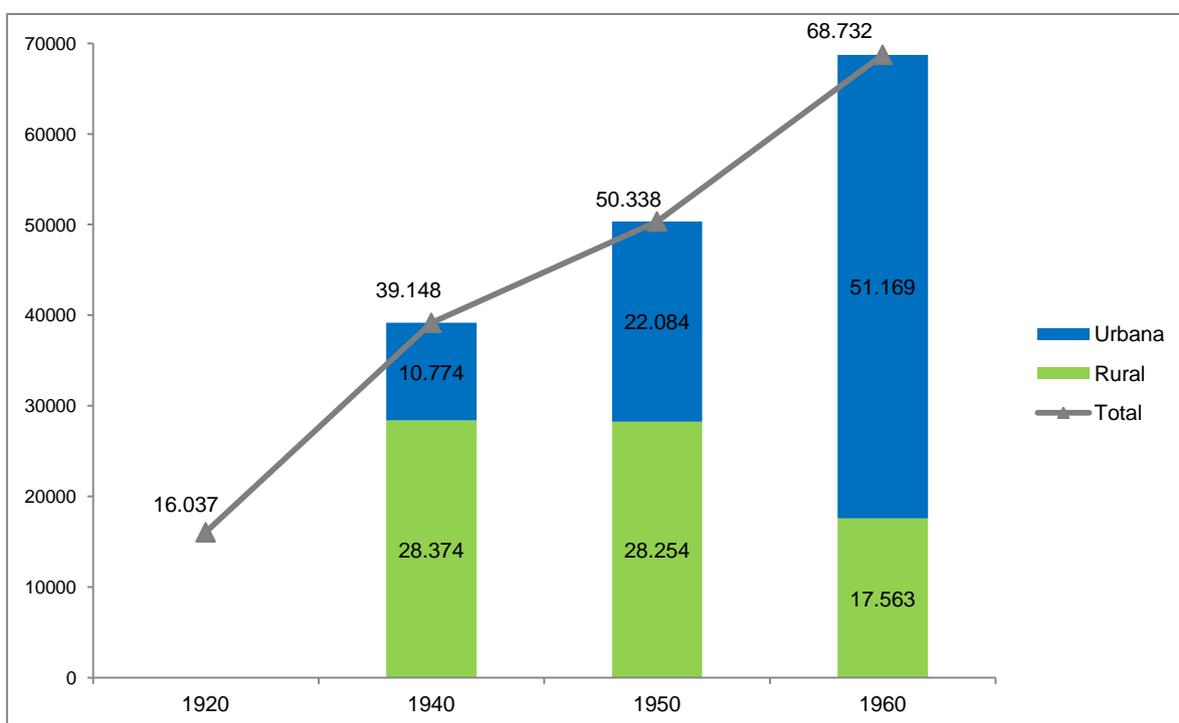


Figura 4: Evolução da população de Anápolis – 1920 a 1960

Fonte: Brasil (1927), IBGE (1940,1950 e 1960) – Elaboração própria.

Com a forte expansão da população local, conforme demonstra a Figura 4, e atuando como cidade polarizadora, Anápolis criou condições para a ampliação

da indústria incipiente e atração de novas plantas industriais, para suprir parte da demanda crescente por produtos industrializados. O apoio do município, em termos de oferta de bens e serviços, foi fundamental para a implantação de Goiânia, apoio a Cang de Ceres, e também um importante suporte para construção de Brasília.

Mesmo depois de Goiânia já consolidada como capital de Goiás, nas décadas de 1950 e 1960, Anápolis ainda exercia papel fundamental como cidade polo do estado, pois faltava à capital infraestrutura necessária, como energia elétrica disponível. Desta forma,

Embora sendo a capital administrativa do estado, Goiânia não possui a mesma importância de Anápolis. Esta é a capital econômica da região, sendo grande sua área de influência. Nascida da exploração do ouro, só mais tarde cresceu em importância, quando se tornou ponto terminal da E. F. Goiás. Esta condição de ponta de trilho facilitou a intensificação do comércio, pois atraindo as produções do norte e do oeste do estado, transformou-a em um centro redistribuidor da produção. (SOUZA, 1965 p.517).

Anápolis, influenciada pela via ferroviária que vinha do sul, manteve sua hegemonia por muito tempo, mas viu sua importância sendo diminuída aos poucos, perdendo espaço para a capital estadual, Goiânia, que nascia ao oeste, e a capital do país, Brasília, sendo construída ao leste.

3.2.2 Goiânia e a urbanização do consumo

O processo de construção da nova capital de Goiás, entre os anos de 1933-42, foi fundamental para instalação de indústria de consumo em Anápolis, principalmente a de produtos alimentícios como beneficiamento de arroz e abate de animais, além de produtos que dava suporte direto à construção civil, como madeira, tijolos e telhas. Mas a implantação da capital serviu não só para contribuir para o aumento da atividade industrial naquele município, como também, por meio de sua própria dinâmica, colaborou para que a região do Mato Grosso Goiano viesse a sediar a maior parte dos empreendimentos industriais nos anos seguintes. Logo no lançamento da pedra fundamental de Goiânia, segundo Monteiro (1938), o governo do estado isentou, por meio do Decreto 3.759 de 1933, de todos os impostos estaduais e municipais, por um prazo de dois anos, as indústrias com atividades de suporte à construção civil da nova capital, e que se instalassem num raio de 24 quilômetros.

A implantação da capital, de acordo com Estevam (2004), se deu de forma demorada e em várias etapas. No dia 24 de outubro de 1933, houve o lançamento da pedra fundamental no atual Palácio das Esmeraldas. Após dois anos, em 20 de novembro de 1935, instalou-se o município e, antes do término daquele ano, inicia-se a transferência da estrutura administrativa da antiga capital para a nova. Em 23 de março de 1937, foi assinado o decreto transferindo, de forma definitiva, a Capital Estadual da Cidade de Goiás para a cidade de Goiânia. Todavia, a inauguração da capital só se deu quase dez anos depois do lançamento da pedra fundamental, em cinco de julho de 1942 com batismo cultural.

Com discurso modernizante, segundo Chaul (1997), Pedro Ludovico Teixeira, então governador de Goiás, promoveu a transferência da capital do Estado para Goiânia. A promessa seria “[...] uma capital moderna, planejada, coerente com os novos tempos do Goiás que se anunciava” (CHAUL, 1997 p. 203). Estes novos tempos significavam que Goiás estaria cada vez mais conectado com a economia nacional, através da ampliação da ligação logística, o que propiciava a elevação nas relações de troca com o centro-sul do país.

A conexão de Goiás com a economia nacional é devido à inserção de Goiânia no projeto da Marcha para o Oeste, junto com a implantação da Canga de Ceres. Este projeto, inserido na estratégia do Estado Novo de Vargas, tinha a preocupação de ocupar os espaços vazios do centro do país e provocar a ligação com o centro dinâmico naquela época. Nesse sentido, Pedro Ludovico encontrou em Vargas um fiador para transferência da nova capital, conforme relata Chaul (1999).

Em um discurso do Presidente Getúlio Vargas, em 1940, ficou nítida a estratégia do governo federal naquela época em fazer de Goiânia um centro irradiador regional, ao afirmar que,

Tornou-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Nordeste. (VARGAS, 1940, p.23).

Se, para as planícies do oeste e nordeste do país, Goiânia representaria um centro de força dinâmica, para Goiás ela seria um divisor de águas. Segundo Chaul (1999, p. 109), a construção de Goiânia representou, para Goiás, uma transição entre o arcaico e moderno, na medida em que promove a mudança de um

estado que “[...] era essencialmente agrário, com uma população quase que totalmente rural, dedicada à agropecuária”. Essa transformação se expressava em alguns atos do poder público, a exemplo bem lembrado por Estevam (2004), de que no início da construção da nova capital foi demarcada extensa área no município para a destinação de um polo industrial, mostrando que Goiás tinha uma nova mentalidade, aproveitando o que já estava ocorrendo no Brasil, o interesse pela industrialização.

Em 1942, na inauguração, Goiânia não representava toda a aposta que havia sido depositada no período de planejamento e construção, conforme destaca Estevam (2004). Primeiro porque não se consagrou como a cidade do desenvolvimento, e segundo, por não se concretizar como polo industrial, conforme havia se pensado. Mesmo com o incentivo à produção local de insumos para a construção civil, grande parte dos produtos utilizados na construção advinha de São Paulo. Estevam (2004) lembra que materiais de construção, ferramentas, produtos alimentícios e de confecção, eram fornecidos pelas indústrias paulistas. A afinidade de Pedro Ludovico com o governo Vargas facilitou a mudança para a nova capital, que era o principal objetivo do então governador, mas não garantiu que a cidade fosse um polo de desenvolvimento e industrializada.

O fato é que Goiás não tinha uma escala de consumo necessária para suportar uma indústria mais complexa. O mercado consumidor goiano ainda estava se formando, o estado não possuía infraestrutura adequada e nem aglomeração de pessoas e atividades produtivas o suficiente para atrair a produção de boa parte dos produtos industriais consumidos. Além do mais, não havia capital humano qualificado e tecnológico disponível para a indústria. Tais características, de acordo com os postulados de Weber (1929), são fundamentais para a localização de empreendimentos industriais. Há de se ressaltar ainda que a política de industrialização vigente no Brasil, naquela época, era para viabilizar escala à produção industrial de São Paulo, através da elevação do consumo de produtos industriais, além do mercado do Sudeste Brasileiro.

Outro evento importante ocorrido em Goiás, ao mesmo tempo em que se consolidava a nova capital, e que contribuiu para iniciar um processo de adensamento produtivo, em especial a indústria, e populacional, da região central do estado foi criação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres.

3.2.3 A Colônia Agrícola de Ceres

A ocupação dos “espaços vazios” do centro do país, objetivado pela Marcha para o Oeste, provocou importantes transformações em Goiás. A transferência da nova capital, Goiânia, e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), talvez tenham sido os principais eventos entre a segunda metade da década de 1930 e os anos de 1950. A Cang, na visão de Castilho (2014), abre caminho para se construir ligações rodoviárias, sobretudo na porção centro-norte do estado, que contribuiu para o avanço no sentido de integrar Goiás à economia nacional. Pode-se dizer, ainda, que a referida colônia contribuiu para a elevação de renda na região de sua instalação, bem como em Anápolis, que era o entreposto comercial e local onde se transformava boa parte dos produtos agrícolas da Cang, e assim, contribuiu para ampliação da indústria naquele município. Do ponto de vista do objetivo de sua concepção, na visão de Borges (2005), Estevam (2004), Ipea (2002) e Pires (2008), o projeto da Cang apresentou fracasso.

Em 1941, no âmbito do projeto de Getúlio Vargas de interiorização do desenvolvimento, o governo federal instituiu, por meio de decreto, as Colônias Agrícolas Nacionais, que foram criadas para “[...] receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura” (DAYRELL, 1974, p.88). Os objetivos desse projeto, no entendimento de Bertran (1988), eram viabilizar a ocupação da mão de obra que até então estava ocupada na cadeia produtiva do café, que se encontrava em decadência, além do intuito de promover a agricultura comercial no interior do Brasil. Segundo Borges (2005), essa agricultura comercial seria desenvolvida a partir de técnicas modernas, com suporte do Ministério da Agricultura, através de assistência financeira e apoio técnico, que substituiria os antigos modos de produzir na lavoura. A modernização das técnicas produtivas interessaria à indústria, tanto no fornecimento de insumos como no processamento de produtos agrícolas.

A criação das Colônias Nacionais seguiu o que determinava o Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, com uma série de exigências para sua localização. No seu artigo segundo, por exemplo, determinava que a Colônia se localizasse em uma grande área de terra, dotada de condições climáticas para o cultivo agrícola, bem como água farta para promover irrigação. No artigo quarto, tratava-se sobre o tamanho de cada área destinada a cada colono (que seria de 20

a 50 hectares) e os cuidados em relação à proteção da fauna e flora da região de implantação. Os outros artigos tratavam ainda de toda a regulamentação e a relação entre terra e o colono¹⁵.

Seguindo as determinações do Decreto-Lei de 1941, e com apoio de Pedro Ludovico Teixeira, então governador de Goiás, na identificação da região, foi escolhida a primeira das oito colônias criadas pelo governo federal naquela época. Conforme Teixeira (1973), foi mostrado ao presidente da república, Getúlio Vargas, uma grande área que ficava a quase 200 km de distância de Goiânia, mas a cerca de 140 km de Anápolis, cidade com maior população naquela época. Assim, em 1941, na margem esquerda do rio das Almas, na gleba de terras denominada São Patrício, área extremamente fértil e bem dotada de água, institui-se a Cang, cujo núcleo sede recebeu o nome de Ceres (deusa da agricultura), sendo emancipada em 1953.

Por meio da coordenação do engenheiro Bernardo Sayão, segundo Estevam (2004), a área 106.000 hectares demarcada, foi dividida em lotes que variava de 26 a 32 ha. Além das terras, os colonos recebiam uma casa, sementes, ferramentas, assistência médica, dentária e social, gratuitamente por parte do governo federal. O colono recebia o lote para usufruto das terras até que o Ministério da Agricultura outorgasse o título de propriedade definitiva.

Waibel (1947) descreve que a primeira tarefa de Bernardo Sayão foi a viabilidade e a construção da rodovia de ligação da Cang com Anápolis, o polo dinâmico daquela época, concluída em 1944, quando existiam somente 10 famílias. A partir da ligação rodoviária, a colônia foi se expandindo e, em 1946, já contava com 1.600 famílias e cerca de 8 mil pessoas. Anos mais tarde, em 1950, a colônia de Ceres contava com 2.230 lotes e 3.543 famílias de agricultores, tendo fluxo progressivo de pessoas com a construção da rodovia federal “Belém-Brasília”, atual BR-153, que passava pela colônia e ia em direção ao norte do país.

Com o cultivo dos principais produtos agrícolas, como arroz, milho e feijão, e com interligação rodoviária, tanto para o sul, como para o norte do país, viabilizou-se a instalação de arcaica indústria de transformação. Waibel (1947) relata que, na ocasião de sua viagem para conhecer a colônia de Ceres, em pouco tempo

¹⁵ Para maiores detalhes conferir em Brasil (1941).

de instalação já estava em construção a sede da colônia, dotada de escritório para a administração, almoxarifado, oficina mecânica, serraria, hospital, dentre outros equipamentos. O autor, em tom de admiração, também relata os futuros projetos da implantação de engenho para a produção de álcool e açúcar, além da construção de outras indústrias de processamento dos produtos agrícolas de produção local.

Passada a empolgação de conhecer a organização e projetos da Cang, o próprio Leo Waibel passa a indagar sobre o futuro da colônia. Cerca de 60% dos colonos tinham como origem Minas Gerais, 20% eram goianos e outros 20% vinham de outros estados, sendo boa parte deles de paulistas e nortistas. Assim, grande parte deles tinham a prática de “[...] derrubar e queimar as matas, usar a terra durante alguns anos e depois mudar-se para outra mata, afim de recomeçar o ciclo” (WAIBEL, 1947 p. 335). A preocupação do autor estava relacionada à fixação do colono, haja vista que se não repetisse as normas, como a preservação de 25% em reserva florestal, estava sujeito ao não recebimento do título definitivo, podendo até mesmo ser excluído do projeto. Havia um forte risco das pessoas alferirem renda de forma menos custosa e irem embora, evitando maior dispêndio de recursos a partir da utilização de técnicas produtivas mais apuradas nos anos seguintes.

Além da preocupação com as técnicas usualmente utilizadas pelos colonos em seus processos produtivos, a Cang “[...] estava cercada por uma outra área agrícola, na qual os agricultores têm dez a vinte ou trinta vêzes mais terras do que a gente da Colônia, e que ainda continuam a desperdiçar a mata e enriquecer com isso” (WAIBEL, 1947 p. 335). Waibel (1947) relata que a contradição com a vizinhança deixava os ideários da Colônia muito interessantes, mas se tornava um grande desafio. Essa preocupação poderia ser minimizada se o apoio prometido pelo Ministério da Agricultura estivesse presente, assim conforme indicou Borges (2005), a partir da interpretação das estratégias da Cang.

Ao constatar que o objetivo de tornar a agricultura moderna na Cang apresentou fracasso, Borges (2005), Estevam (2004), Ipea (2002) e Pires (2008), confirmam o que Waibel (1947) anteviu, embora este último estivesse bastante admirado pelo projeto. Os autores citados apontam diversos motivos para o fracasso da Cang, como falta de cumprimento do que foi prometido pelo governo federal, a forte diversidade entre os agricultores da vizinhança, a apropriação da renda gerada na Colônia pelo mercado anapolino e ainda a concorrência de produtos agrícolas de

outras regiões, a partir da construção da infraestrutura de transporte promovida pelo Plano de Metas (1956 – 1961), de Juscelino Kubitschek.

Na visão de Borges (2005), o fracasso da Cang iniciou-se quando o poder público praticamente abandona o projeto de assistência da Colônia, e como consequência,

Faltaram os recursos técnicos e financeiros prometidos pelos governos. Depois de algum tempo a Colônia foi 'engolida' pelo latifúndio. A partir dos anos 50, o colono, o pequeno produtor, passou a enfrentar um processo de crise econômico financeiro que o levaria à ruína. Por um lado, ele era pressionado pela especulação comercial e financeira que se apropriava do excedente econômico que produzia. (BORGES, 2005, p. 77).

O abandono do projeto de assistência tornou-se mais evidente após a emancipação de Ceres, em 1953, quando a região da Colônia passa ter mais autonomia. Com a falta de apoio técnico, o objetivo de modernizar a agricultura e torná-la comercial fracassou, pois os colonos permaneceram utilizando métodos tradicionais no cultivo da lavoura, assim como estavam acostumados em seus locais de origem, causando, na visão de Borges (2005), um verdadeiro desastre ecológico naquela porção do território goiano.

Pires (2008) acrescenta mais um elemento que potencializou o fim da Cang: o reflexo da construção da capital federal, durante o Plano de Metas de JK. A construção de equipamentos de infraestrutura, sobretudo de transporte, permitiu a

[...] interligação rodoviária com o mercado nacional ampliou a concorrência nos mercados goianos, pois os produtos provenientes de outras regiões chegaram ao estado com preços módicos, em especial, no mercado anapolense. Logo, houve um aumento da concorrência nos mercados agrícolas de atuação dos colonos da CANG que os desestruturou financeiramente causando, assim, uma redução da capacidade de investimento para aumentar sua capacidade competitiva no mercado agrícola. (PIRES, 2008, p. 59).

A falta de apoio técnico e financeiro, que era de responsabilidade do governo federal, somada à elevada concorrência da produção agrícola de outras regiões e a pressão pelos proprietários de terras da vizinhança, aos poucos obrigou os colonos “[...] a abandonar a condição de proprietários, negociando ou mesmo renunciando a seus direitos de posse, durante a década de 1950” (ESTEVAM, 2004, p. 115).

Embora não tenha tido grande êxito em seus principais objetivos, a Cang contribuiu para intensa modificação na porção centro-norte do território goiano. Castilho (2014) lembra que, a partir da Colônia, surgiu o município de Ceres, além da abertura de estradas ligando o sudeste ao norte do país, passando por Goiás, que contribuiu enormemente para a indução do desenvolvimento no estado, colaborando para aumento do raio de influência de Anápolis e Goiânia.

A partir da produção agrícola na região de Ceres, sua interligação rodoviária com o sul e o norte de Goiás e o crescente aumento populacional na década de 1950, surgem várias pequenas indústrias. Em 1953, ano da emancipação de Ceres, Dayrell (1974) relata que já havia considerável produção industrial de rapadura, açúcar mascavo, açúcar cristal, farinha de milho e mandioca, óleos vegetais, algodão beneficiado, tijolos, telhas francesas e coloniais. E no ano de 1954, ainda segundo Dayrell (1974), Ceres já contava com oito cerealistas de beneficiamento de arroz e algodão.

Na visão de Ipea (2002), os benefícios concretos da Cang foram maiores para Anápolis. De fato, aquele município capitalizou as transformações ocorridas na região da Cang ao servir de entreposto comercial entre o centro dinâmico do país, São Paulo, produtor da maioria dos bens industriais consumidos, e a região que passara a produzir produtos agrícolas básicos. Além de expandir a capacidade produtiva das arcaicas indústrias existentes, a intensa movimentação de pessoas e de produção agrícola na região da Cang atraiu “[...] empreendimentos de grandes companhias inclusive de capital estrangeiro como Anderson Clayton & Company of Texas, que abriu uma refinaria de óleo e uma fábrica de algodão em Anápolis” (NEIVA, 1984, p. 120).

Paralelamente à implantação da Cang de Ceres, que permitiu a elevação da produção agropecuária em Goiás e a atração populacional, “Goiás foi contemplado com um pacote rodoviário que acelerou a integração nacional” (ESTEVAM, 2004, p. 117). A construção de rodovias, patrocinada pelo governo federal, que estava a passos lentos no estado ganha celeridade com o Plano de Metas de JK ao implantar um extenso pacote de infraestrutura que daria suporte à nova capital, Brasília.

3.2.4 A construção de Brasília e a ampliação da infraestrutura em Goiás

A construção de Brasília e a implantação da infraestrutura para receber a nova capital do Brasil foi um dos eventos que mais contribuiu para o desenvolvimento de Goiás e do Centro-Oeste brasileiro, abrindo espaço para a ampliação e diversificação da indústria goiana. Com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), inicia-se uma importante fase para a região centro-norte do país.

Ainda sem a definição do local da nova capital do Brasil, James e Faissol (1960), ao escreverem o artigo *O Problema da Capital do Brasil*, em 1956, publicado pelo *Boletim Geográfico* em 1960, relataram que o governo brasileiro, a fim de cumprir um dispositivo constitucional, criou uma comissão em 1952 para estudar a localização da nova capital, que já estava em discussão desde 1920, mas com afloramento entre os anos de 1946 e 1948¹⁶. Após duas expedições, a comissão indicou duas possíveis localizações para instalar a nova capital. A primeira, preferida pelos geógrafos da comissão, localizava-se próxima a Tupaciguara (Minas Gerais) e a segunda, preferida pela maioria da comissão, situava-se nas proximidades das cidades de Planaltina e Formosa.

James e Faissol (1960) narraram que a Câmara dos Deputados formou outra comissão composta por um representante de cada estado, vinte e dois naquela ocasião, para definir a entre as duas regiões já indicadas. A definição foi pela segunda área apresentada pela comissão anterior, com algumas modificações, onde o Governo Federal apontaria a localização para a construção da futura capital e seu entorno, o Distrito Federal. James e Faissol (1960) mostraram-se preocupados com a área escolhida, pois dificilmente atenderia os oito princípios traçados: topografia, clima agradável, abastecimento de água, área florestal, fornecimento de energia a baixo custo, existência de material para suporte à construção civil, subsolo propício fundações e boa paisagem. Os autores chamaram a atenção para dificuldade de dois primordiais, o abastecimento de água e o fornecimento de energia.

¹⁶ A discussão sobre a mudança da capital se insere a partir de 1946 num processo de interiorização do desenvolvimento que estava em curso desde 1930.

As críticas de James e Faissol (1960) também estendiam à questão do vazio demográfico da região ao afirmarem que a criação da nova capital do país não era garantia para atração de grande contingente populacional. Neste ponto, citaram o caso da transferência da capital goiana, que não havia conseguido até aquele momento uma nova onda de colonização do oeste brasileiro, e que Anápolis ainda continuava como cidade provedora de bens e serviços da região central de Goiás. A dúvida também era lançada sobre a fertilidade dos solos do cerrado, sendo a principal preocupação: “[...] poderá o campo cerrado alimentar um aumento substancial de colonização, uma verdadeira marcha para o Oeste?” (JAMES; FAISSOL, 1960, p.782). Ao lançarem hipóteses sobre o principal problema, James e Faissol (1960) parecem prever a tecnificação da agropecuária que ocorreria anos depois. Os autores também mostravam-se preocupados com o custo de implantação das vias de transporte e comunicação, na ligação dos grandes centros de São Paulo e Rio de Janeiro à nova capital.

Ao tomar posse em 1956 como presidente do Brasil, para o mandato 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek (JK) assume o projeto da transferência da capital brasileira e trata como esforço pessoal quando incluiu no seu Plano de Metas, minimizando toda a discussão feita a respeito do tema desde 1946, segundo Visentini (1986). Embora JK não tenha “[...] dado realce à construção de Brasília na sua campanha como candidato a presidência, fez dessa obra a meta síntese do seu governo” (VISENTINI, 1986, p. 93).

O fato é que a discussão sobre a mudança da capital se insere a partir de 1946, num processo de interiorização do desenvolvimento em curso desde o início da década de 1930. Santos (1979) ressalta que nesse período era preciso ampliar o mercado da indústria brasileira até então concentrado em São Paulo. Um importante passo nesta direção foi a eliminação das barreiras comerciais entre os estados brasileiros, principalmente por meio da redução das alíquotas dos impostos interestaduais sobre a circulação de mercadorias. O principal gargalo seria a melhoria e ampliação dos sistemas de transporte para viabilizar a integração do mercado interno no Brasil. Neste sentido, a construção de Brasília contribuiu sobremaneira para a integração dos estados do centro-sul com os estados do centro-norte do país e, conseqüentemente, para a ampliação da indústria paulista.

De acordo com Diniz (2001), a mudança da capital para o planalto central foi um dos elementos que mais contribuiu para a integração econômica não só da região Centro-Oeste, mas do território brasileiro e aponta três motivos:

Em primeiro lugar, por sua localização no centro do país, em área relativamente vazia até então. Em segundo lugar, pelas diretrizes estabelecidas a partir do Programa de Metas sobre a infra-estrutura, especialmente do sistema rodoviário. Brasília passou a funcionar como o nódulo da integração do referido sistema, decorrente da construção dos grandes troncos rodoviários: Brasília-Belém; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Cuiabá; Brasília-Barreiras, e suas ramificações. Em terceiro lugar, como decorrência do sistema de transportes e das mudanças tecnológicas na agricultura, foi possível a incorporação produtiva dos cerrados, viabilizando a expansão da extensa fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro, atingindo os cerrados nordestinos e amplas faixas da Região Norte do país. O crescimento de Brasília, em si, a expansão agropecuária e seus efeitos sobre o crescimento urbano e de suas atividades permitiram que o Centro-Oeste se transformasse em uma das regiões mais dinâmicas do país. (DINIZ, 2001, p.14).

A construção de Brasília foi um importante marco na história da região Centro-Oeste, pois permitiu a expansão do mercado interno de consumo e ampliou de forma significativa a infraestrutura rodoviária, além de implantar equipamentos de geração e transmissão de energia e de telecomunicação, contribuindo para que a região viesse a ser, anos depois, a grande fornecedora de alimentos, no sentido que viabilizou as vias de escoamento.

Se o Centro-Oeste foi beneficiado, Goiás foi mais ainda, pois Brasília foi edificada dentro do seu território. Enquanto a nova capital estava em fase de construção, uma série de rodovias federais foi construída ou iniciada, partindo de Brasília: BR 010, passando pelo nordeste goiano; BR 020, passando por Formosa; BR 040, sudeste goiano; BR 050, rumo a São Paulo; BR 060, passando por Anápolis e Goiânia rumo ao Mato Grosso. Outras importantes rodovias também foram ampliadas ou construídas na mesma ocasião: BR 153, cortando Goiás de norte a sul; BR 452, ligando o sudoeste goiano a Minas Gerais; e a BR 364, ligando o sudoeste goiano ao Mato Grosso. A partir daí, muda-se o principal modal de transporte de mercadorias em Goiás. Os investimentos em ferrovias foram perdendo força e as rodovias ganharam espaço.

Assim, Goiás passa a ter forte integração com o centro dinâmico do país, especialmente São Paulo, e com boa parte dos estados brasileiros. O conjunto de rodovias também permitiu a integração do próprio território goiano e o surgimento de

novos núcleos urbanos, além de reforçar a influência de Goiânia e Anápolis sobre um número maior de cidades.

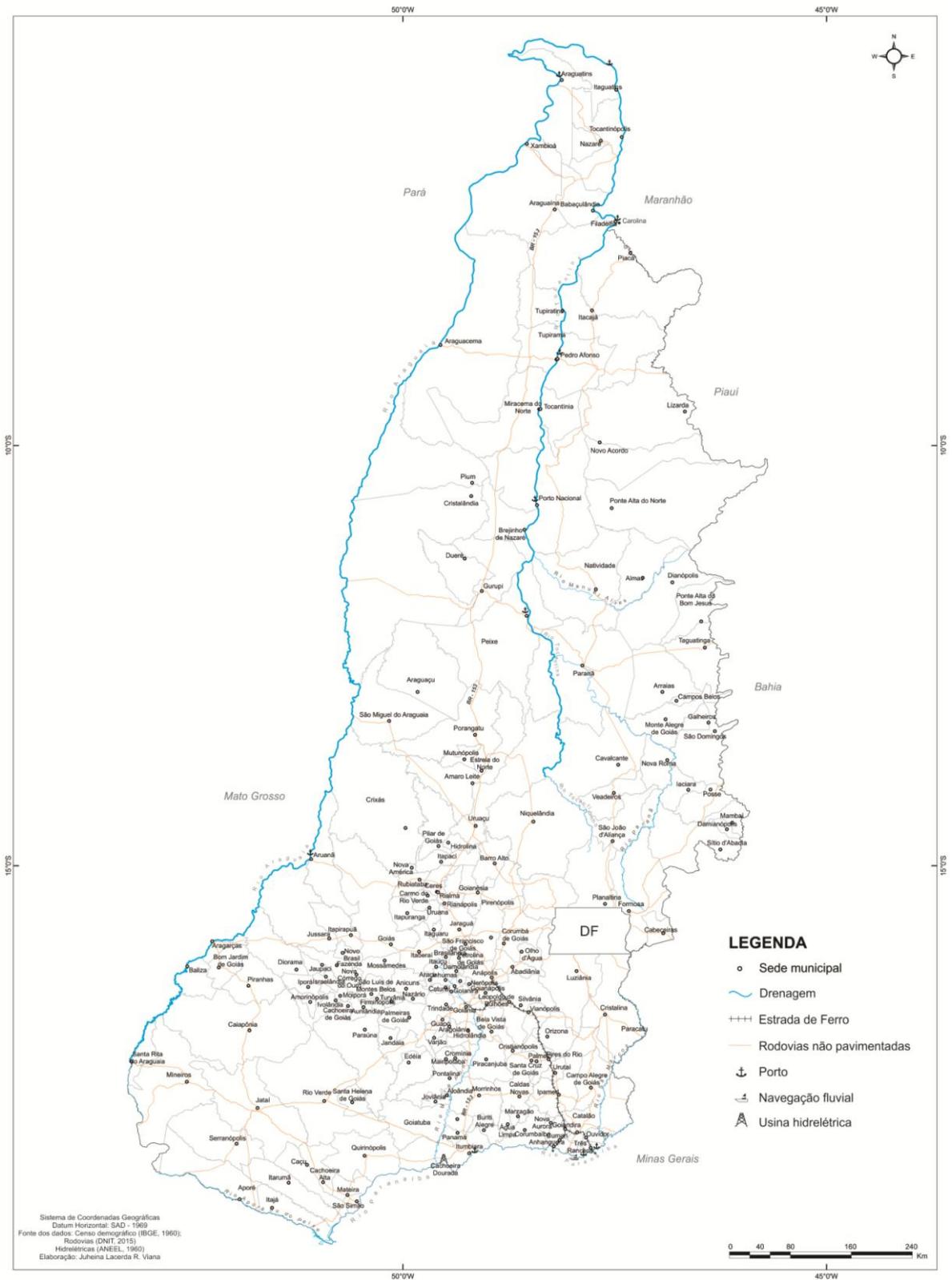


Figura 5: Espacialização da infraestrutura de transporte e energia em Goiás - 1960

Fonte: IBGE (1960)

É creditada também à construção de Brasília, a aceleração da implantação da infraestrutura de comunicação e de energia elétrica. Segundo Estevam (2004), a mudança da capital federal estimulou a construção da hidrelétrica Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba. Também foi neste período que o governo de Goiás foi incentivado a implantar a CELG (Centrais Elétricas de Goiás), financiada em grande parte pelo governo federal, pois o principal interesse era que de abastecer a região de Brasília.

O mapa das infraestruturas de energia e de transporte, Figura 5, mostra onde estava o interesse dos governos federal e estadual em promover o desenvolvimento. O próximo tópico, em que se tratará da espacialização da indústria goiana no período analisado neste capítulo, mostrará que a indústria seguiu a infraestrutura instalada.

Desde a implantação da ferrovia em Anápolis, em 1935, o centro goiano passou por profundas transformações. As décadas de 1950 e 1960 foram anos muito importantes para a formação da base de desenvolvimento de Goiás, pois foram marcados por uma intensa imigração. A logística de transporte, a elevação da produção agrícola, principalmente com a implantação da Cang de Ceres, a mudança das capitais do estado, Goiânia, e do Brasil, Brasília, que contribuiu para o aumento da urbanização, foram eventos decisivos para que a indústria se fixasse no centro do estado. A indústria goiana, até então localizada, em grande parte, no sul goiano e com maior ligação à pecuária (charqueadas), passa a ser liderada por Anápolis e o perfil produtivo diversifica-se.

3.2.5 O perfil da indústria goiana – 1935 a 1960

Desde o nascimento da indústria com características urbanas em Goiás, até o período analisado no presente capítulo, que vai de 1935 a 1960, notou-se que a indústria goiana foi se desenvolvendo de forma espontânea. A estratégia nacional era de que Goiás, assim como boa parte dos estados brasileiros, servisse como fornecedor de produtos agrícolas básicos para o crescente mercado urbano e industrial do Sudeste brasileiro, além de potenciais consumidores dos produtos industriais daquela região. Não houve, no período em questão, políticas para a promoção da industrialização do território goiano aos moldes que eram praticadas no

Brasil, muito menos de modernização e diversificação produtiva¹⁷. Além disso, ainda faltava escala de consumo em Goiás e infraestrutura adequada para escoamento dos produtos industriais a serem produzidos localmente, embora esta tivesse passado por tanto avanço.

Pode-se inferir que as lideranças goianas contentavam com o estado em ser um intermediário comercial dos produtos industrializados por São Paulo. O próprio governador de Goiás, em 1958, ao redigir a introdução da publicação *Enciclopédia dos Municípios Goianos*, deixa claro que não havia estratégia para desenvolver a indústria local ao enaltecer o papel da capital goiana em “[...] elevar o padrão de vida do sertanejo e criar maior mercado interno para a indústria litorânea” (IBGE, 1958, p. 14).

Enquanto no Brasil a indústria, a partir dos anos de 1930, passa a ditar o ritmo de crescimento da economia, com políticas industriais priorizando a modernização e diversificação da estrutura produtiva industrial, em Goiás a indústria ainda era incipiente e a diversificação que ocorria estava ligada à crescente urbanização em curso no estado.

Nesse contexto, o perfil produtivo da incipiente indústria goiana continuava voltado para o processamento de produtos ligados à agropecuária, principalmente a alimentícia, e se iniciava uma frágil indústria de apoio à construção civil, principalmente a de minerais não metálicos e madeiras. Na teoria da localização industrial, concebida por Weber (1929), as indústrias voltadas para o processamento de matéria-prima advinda de recursos naturais tenderão a se localizar próximas de suas fontes, sendo estas classificadas como indústria weberiana de recursos naturais. Era esse o retrato da indústria goiana.

Sem uma política de promoção industrial, a indústria goiana produzia o que não compensava ser produzido no Sudeste do país. O que vai diferenciar a indústria de Goiás do período em questão, em relação à fase da implantação, é o alargamento da estrutura produtiva e a ampliação, em termos espaciais, da localização industrial no estado. Inicia-se, com a urbanização de Anápolis e a construção de Goiânia e Brasília, uma indústria weberiana de mercado, que são

¹⁷ Borges (2014) relata que a partir de 1950 há alguma preocupação, mesmo que de forma tímida, com algumas medidas de incentivos à industrialização. O autor cita leis de 1951, 1956 e 1958, que foram importantes para atração de unidades industriais para Goiás.

aquelas localizadas próximas ao mercado consumidor. Destacam-se as indústrias de apoio à construção civil, a alimentícia e de calçados e confecção.

Depois de 20 anos passados do Recenseamento de 1920, o Censo de 1940 mostra que a indústria goiana ampliou muito em termos de quantidade, mas seguiu com pouca participação em relação ao que era produzido no Brasil. Os dados mostram, também, que a estrutura produtiva industrial foi ampliada, mas continuou com alta dependência de recursos naturais. Além do Censo de 1940, são analisados neste tópico os dados dos Censos Industriais de 1950 e 1960, contemplados no período tratado neste capítulo. Nestes dois últimos Censos, os dados mostram maior avanço.

As transformações ocorridas em Goiás no período em questão, proporcionadas pelos eventos já citados, apontam para a evolução da indústria de transformação. Conforme Tabela 4, o Censo de 1940 indicou que haviam instaladas no estado 301 estabelecimentos industriais, que empregavam 1.909 trabalhadores e geravam 0,17% do Valor da Transformação Industrial (VTI) brasileiro. Se comparado ao Censo anterior, de 1920, quando havia apenas 16 indústrias no estado, o salto em termos de quantitativo chama a atenção, mas a participação na geração da renda em relação ao Brasil, expressa pelo VTI, mostra que houve pouca alteração, pois saiu de 0,14% para 0,17%. Há de se ressaltar que a indústria brasileira sofreu expressiva expansão, como apresentado anteriormente.

Os dois Censos Industriais seguintes, 1950 e 1960, comprovam a continuidade da expansão industrial no estado, chamando a atenção para o número de estabelecimentos, que triplica de 1950 para 1960, de pessoal ocupado que dobra, entre os anos de 1950 e 1960, e o VTI, que quase dobra a participação de Goiás em relação à nacional em 1950, se comparado a 1940 (Tabela 4). Os dados relativos à época de abertura dos estabelecimentos corroboram sobre a evolução em cada década, ao mostrarem que boa parte das indústrias foram abertas após o último Censo. Ainda que não tenha grande representatividade em relação ao país, isso mostra que o ambiente da economia goiana na época era propício para a dinâmica de abertura de nova firma industrial.

Tabela 4: Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em valores correntes, da indústria goiana e brasileira – 1940, 1950 e 1960

	Estabelecimentos			Pessoal ocupado			VTI (Cr\$ mil)		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Goiás	301	623	1.623	1.909	3.161	7.137	11.388	140.473	1.963.103
Brasil	44.957	84.908	112.771	870.557	1.362.593	1.799.376	6.668.066	48.784.283	553.918.842
% Goiás/Brasil	0,67	0,73	1,44	0,22	0,23	0,40	0,17	0,29	0,35

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1940, 1950 e 1960) – Elaboração própria.

Nota: foram excluídos os dados relativos às atividades produtivas da Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública, que compunham os Censos Industriais de 1940 e 1950, por estarem fora do conceito de indústria abordado nesta tese.

Em termos de agregação de valor, medida que diz o quanto a atividade produtiva é capaz de agregar durante seu processo produtivo, pode-se afirmar que a indústria goiana conseguia agregar 35%, em média, aos seus produtos em 1940, tendo evoluído para 38% no ano de 1960, capacidade inferior à registrada pela indústria brasileira, que era de 44% e 46% nos referidos anos. Isso evidencia que a indústria goiana agregava, em média, nos três censos, cerca de 80% do que era registrado no Brasil, conforme Figura 6. A referida figura também mostra a relação da produtividade do trabalho da indústria goiana, comparada à indústria nacional. De acordo com os dados, a indústria goiana seguia com produtividade inferior à média da indústria brasileira.

A menor agregação de valor, que também contribui com a baixa produtividade do trabalho da indústria goiana, está ligada ao seu perfil produtivo. Possas (1983), baseado nos censos industriais de 1920 e 1940, apontou que o Brasil havia tido uma evolução considerável na mudança do perfil produtivo, ao mostrar que o conjunto de bens de produção (bens intermediários e de capital) saltou de uma participação na estrutura da produção industrial de 7% para 30,8%. Em Goiás, comparando-se à primeira fase da indústria, que vai até início da década de 1930, o perfil produtivo foi expandido na segunda fase da indústria goiana (1935 a 1960, com dados dos censos industriais de 1940, 1950 e 1960), sobretudo a fabricação de produtos ligados ao consumo básico. Todavia, o peso da indústria de alimentos na geração da renda do setor continuou elevado, conforme Tabela 5 e Figura 7.

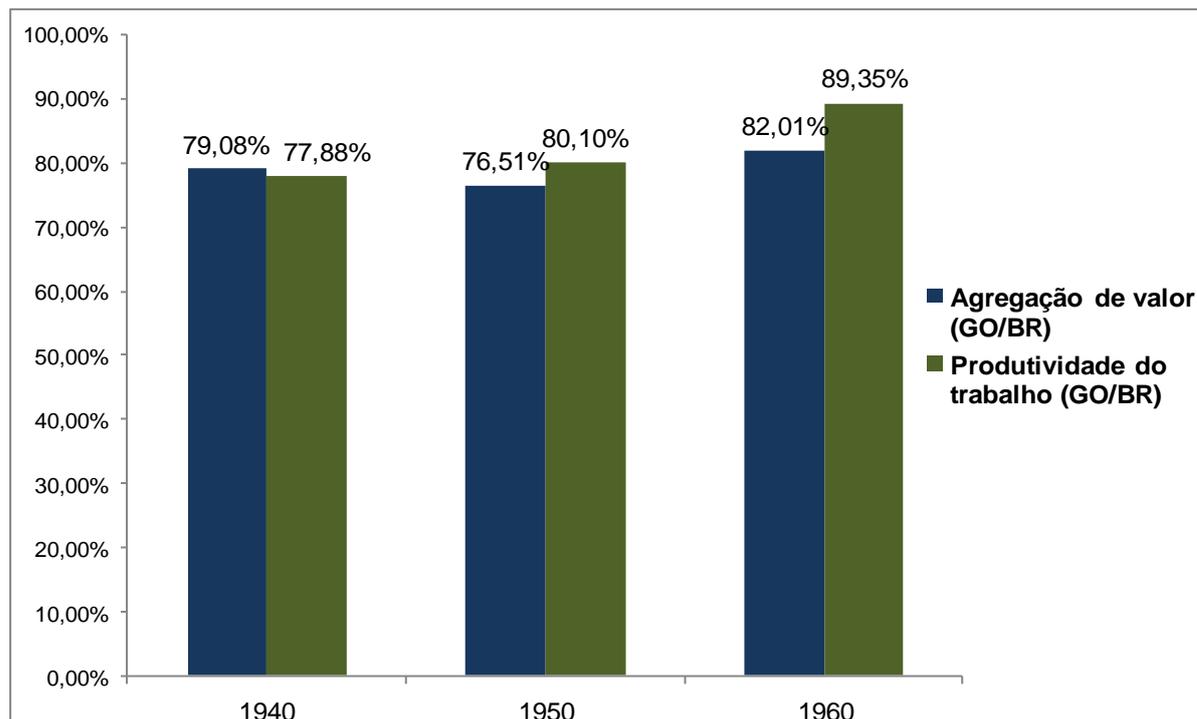


Figura 6: Agregação de valor e produtividade do trabalho da indústria goiana, comparadas à média da indústria nacional

Fonte: Cálculos realizados a partir de IBGE - Censo Industrial (1940, 1950 e 1960) – Elaboração própria.

Notas: 1 – Valor agregado corresponde à relação entre Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) – $VA=VBP/VTI*100$; 2 – Produtividade do Trabalho (PT) corresponde a relação entre VTI e Pessoal Ocupado (PO) – $PT=VTI/PO*100$.

Mesmo nos segmentos produtivos da indústria alimentícia, principal atividade em Goiás, a indústria goiana durante este período passava por mudança em seu perfil. As indústrias de charque, predominantes na década de 1920, haviam perdido forças no final dos anos de 1930, pois, segundo Estevam (2004) e Borges (1994), as charqueadas goianas enfrentavam duras concorrências do Rio Grande do Sul, no mercado do centro-sul do país. E, para penetrar nos mercados do Norte e Nordeste, mercado potencial para o charque goiano, havia a necessidade de passar primeiro por São Paulo ou Rio de Janeiro, inviabilizado o produto comercialmente.

Se na primeira fase a indústria alimentícia goiana estava bastante ligada ao comércio interestadual, os novos segmentos passaram a ter maior ligação ao mercado interno, podendo-se destacar as indústrias de beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares, abate de animais e preparação de conservas de carne e banha de porco e produtos de laticínios, que teve suas participações no VTI elevadas, chegando a participarem com cerca de 90% do total da indústria de alimentação, em 1960.

Tabela 5: Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em valores correntes, segundo Grupos e gêneros, da indústria goiana – 1940, 1950 e 1960

Grupo e gênero industrial	Estabelecimentos			Pessoal ocupado			VTI (Cr\$ mil)		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Indústrias extrativas de produtos minerais	18	-	27	104	-	102	447	-	18.182
Indústrias de transformação	283	623	1.596	1.805	3.161	7.035	10.941	140.473	1.944.921
Minerais não metálicos	45	105	368	326	563	1.564	800	11.113	225.707
Metalúrgica	2	4	25	x	26	200	x	335	22.469
Mecânica	-	x	1	-	6	20	-	168	7.780
Material elétrico e de Comunicação	-	-	1	-	-	2	-	-	98
Material de Transporte	-	3	18	-	20	101	-	613	14.862
Madeira	30	66	176	179	280	810	720	4.017	125.714
Mobiliário	-	25	115	-	146	408	-	2.286	63.993
Papel e papelão	-	-	1	-	-	6	-	-	657
Borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros, peles e produtos similares	22	37	53	142	148	166	672	2.650	22.671
Química e Farmacêutica	3	4	7	15	22	48	60	298	26.830
Textil	3	x	3	x	2	55	x	1.111	14.976
Vestuário, calçado, e artefatos de tecidos	15	42	112	202	315	528	1.519	6.484	87.738
Produtos alimentares	134	283	660	823	1.335	2.681	6.759	104.628	1.253.461
Bebidas	4	22	23	10	151	135	13	4.202	23.238
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Editorial Gráfica	21	26	27	108	142	277	297	2.536	46.585
Diversas	4	2	6	x	5	34	101	32	8.140
Total	301	623	1.623	1.909	3.161	7.137	11.388	140.473	1.963.103

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1940, 1950 e 1960) – Elaboração própria.

Notas: 1 - Foram excluídos os dados relativos às atividades produtivas da Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública, que compunha os Censos Industriais de 1940 e 1950, por estarem fora do conceito de indústria abordado nesta tese; 2 – O “x” indica que o valor não pode ser revelado, por existirem poucos estabelecimentos.

Se, por um lado, a indústria de processamento de carnes foi afetada pela concorrência externa, por outro, a crescente urbanização de Goiás, a partir dos anos de 1930, fez crescer a demanda por produtos básicos no estado, o que favoreceu a proliferação de pequenas indústrias¹⁸ de baixa produtividade, como as ligadas à fabricação de minerais não metálicos, especialmente à fabricação de tijolos, telhas e outros produtos cerâmicos (que teve sua participação expandida de 7,02% em 1940, para 11,50% em 1960). No ano de 1960, havia 368 indústrias ligadas à fabricação de minerais não metálicos, que chegou a empregar 21,91% da mão de obra do conjunto da indústria de transformação e extrativa mineral no estado¹⁹.

¹⁸ O Censo de 1940 não disponibilizou os dados por porte dos estabelecimentos, mas o de 1950 apontou que 92% dos estabelecimentos estavam na faixa de até 10 empregados e o Censo de 1960, 89% estava na referida faixa.

¹⁹ A elevada participação em pessoal ocupado e baixa participação em VTI da indústria de minerais não metálicos indica que a produtividade era baixa, pouco mais de 50% da média da indústria goiana que já era considerada baixa.

O crescimento da população urbana em Goiás também favoreceu as indústrias da madeira e do mobiliário e a fabricação de vestuário e calçados. Estas três atividades, que praticamente não existiam em 1920, passaram a participar com quase 20% do VTI industrial em 1940, tendo reduzido a importância em 1960.

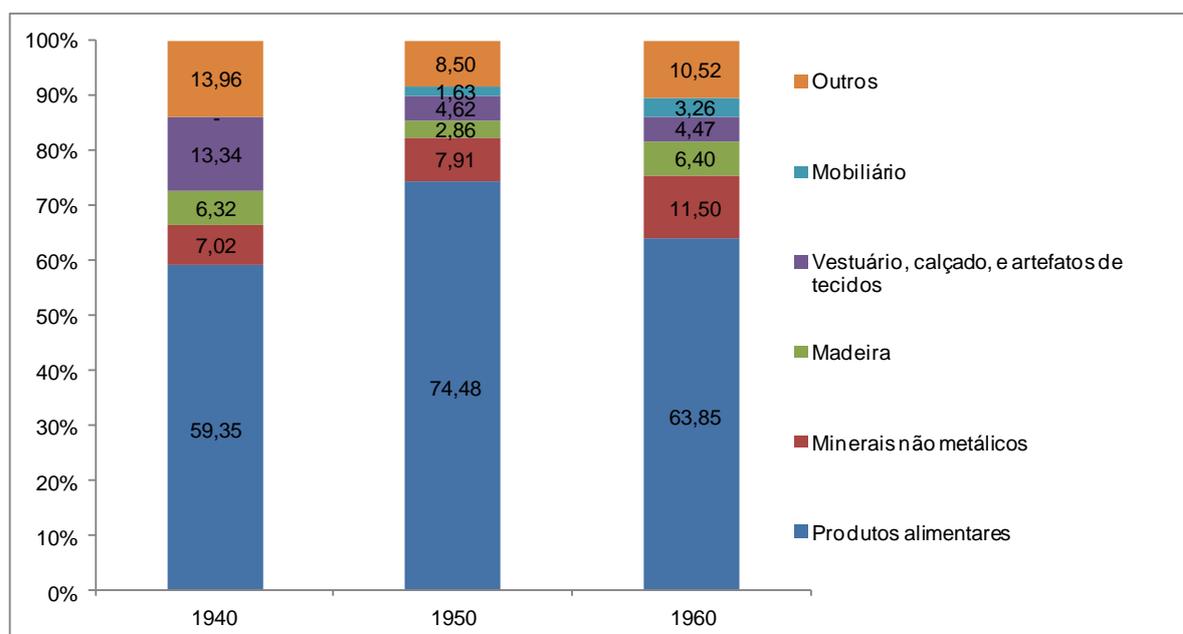


Figura 7: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo principais gêneros industriais – 1940, 1950 e 1960

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1940, 1950 e 1960) – Elaboração própria.

Visando a compatibilização do perfil produtivo industrial ao longo da série histórica, utilizou-se a padronização definida pela OCDE (2003), que classifica os setores industriais em quatro grupos principais de intensidade tecnológica. Com base nesta classificação (Tabela 6), notou-se, mediante os dados do Censo industrial de 1960, que a indústria goiana deixou de estar ligada apenas às atividades industriais de baixa tecnologia, embora esta ainda representasse 95,89% em 1960.

Embora a indústria goiana tenha alargado seu perfil produtivo e sofrido expansão nessa segunda fase da periodização, em relação à primeira, sua participação na economia goiana ainda era muito pequena. Em 1940 a agropecuária era a grande geradora de renda no estado, com participação de 70,4% na renda interna, tendo quedas substanciais nas duas décadas seguintes. A indústria, composta pela indústria de transformação, extrativa mineral, construção civil e serviço industrial de utilidade pública, participava com apenas 5,8% em 1940, tendo

avançado um pouco nas décadas seguintes. O setor de serviços é o que mais ganha participação na renda interna, sobretudo o comércio, refletindo a crescente urbanização em Goiás (Tabela 6)

Tabela 6: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – 1940, 1950 e 1960

Intensidade Tecnológica	1940	1950	1960
Baixa	98,59	98,97	95,89
Média-Alta	0,53	0,65	2,12
Média-Baixa	0,00	0,24	1,18
Alta	0,00	0,12	0,40
Diversas	0,89	0,02	0,41
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1940, 1950 e 1960) – Elaboração própria.

* Classificação com base em OCDE (2003)

Utilizando os dados dos censos industriais para desagregar a atividade industrial, excluindo Construção Civil e Serviço Industrial de Utilidade Pública, chega-se a estimativa de que a indústria goiana, conceituada nesta tese, representava apenas 5,2% da renda interna gerada em 1940, 7,4% em 1950 e 5,4 em 1960 (Tabela 7).

Tabela 7: Composição da Renda Interna em Goiás – 1940, 1950 e 1960

Ano	Agropecuária	Indústria		Serviços
		Total	Indústria de Transformação e Extrativa Mineral*	
1940	70,4	5,8	5,2	23,8
1950	51,0	9,2	7,4	39,8
1960	49,5	7,3	5,4	43,2

Fonte: IBRE/FGV – Elaboração própria.

*Através dos dados de VTI das atividades econômicas da Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública, dos censos industriais, foi possível estimar a participação da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral na Renda Interna de Goiás.

Mesmo com baixa participação na geração da renda interna, a indústria goiana exerceu papel importante na geração de renda e de empregos em Goiás, comparando-se a fase de 1935 a 1960 em relação à fase anterior, pois permitiu maior agregação de valor aos produtos agropecuários e contribuiu de forma ativa para a construção das cidades que emergiam, através dos ramos industriais ligados à construção civil. Em termos espaciais, a indústria goiana seguia o caminho da ferrovia, desembarca em Anápolis, em 1935, e partir daí direciona-se para as cidades que entraria em franca expansão, como Goiânia. Seguia a tendência que

Marshall (1982) dizia sobre o movimento urbano, que por natureza tenderia a atrair e aglomerar, espacialmente e setorialmente, as atividades econômicas.

3.2.6 A dinâmica espacial da indústria goiana – 1935 a 1960

A implantação da Estrada de Ferro Goiás em Anápolis, a mudança da capital para Goiânia, a implantação da Colônia Agrícola de Goiás (Cang), a construção da nova capital do país, Brasília, e a implantação da infraestrutura, sobretudo de transporte, durante o período em questão promoveu profundas mudanças de localização da incipiente indústria goiana. Inicialmente concentrada nos municípios de Catalão e Ipameri, aos poucos foi se instalando na região Mato Grosso de Goiás, tendo o município de Anápolis como o principal *locus* da indústria durante décadas. As mudanças de localização da indústria, conforme a concretização dos eventos ocorridos em Goiás durante o período em questão, mostram que não havia uma política industrial, assim como estava em curso no Brasil com a concentração da atividade produtiva na Região Metropolitana de São Paulo.

O Censo Industrial de 1940 mostra Anápolis em ascensão e já se destacando na parte central de Goiás como um município com potencial crescimento para a atividade industrial, tendo em vista que no Recenseamento de 1920, não havia registro de nenhum estabelecimento industrial. Embora naquele ano Anápolis se mostrasse na terceira posição, em relação ao valor produzido pelas indústrias, mas praticamente empatado com Catalão, nos anos seguintes o município viria a ocupar posição de destaque²⁰.

A Figura 8 comprova que diferentemente de 1920, em que havia apenas quatro municípios com atividade industrial, em 1940 era possível contar 40, dos 52 municípios existentes, com pelo menos um estabelecimento industrial. Os dados mostram ainda a importância da ferrovia para a atividade industrial em Goiás ao apontar que mais de 70% do Valor da Transformação Industrial naquele ano foram gerados em municípios pelos quais a ferrovia passava. Dos cinco municípios com

²⁰ No Censo Industrial de 1940 os dados em nível de município não eram desagregados por segmento industrial, por tanto não sendo possível mensurar a produção da indústria de extração mineral e transformação em separado, conforme conceituação de indústria.

maior valor gerado pela indústria, que correspondia a cerca de 80% do valor da produção, todos eram atendidos pela ferrovia.

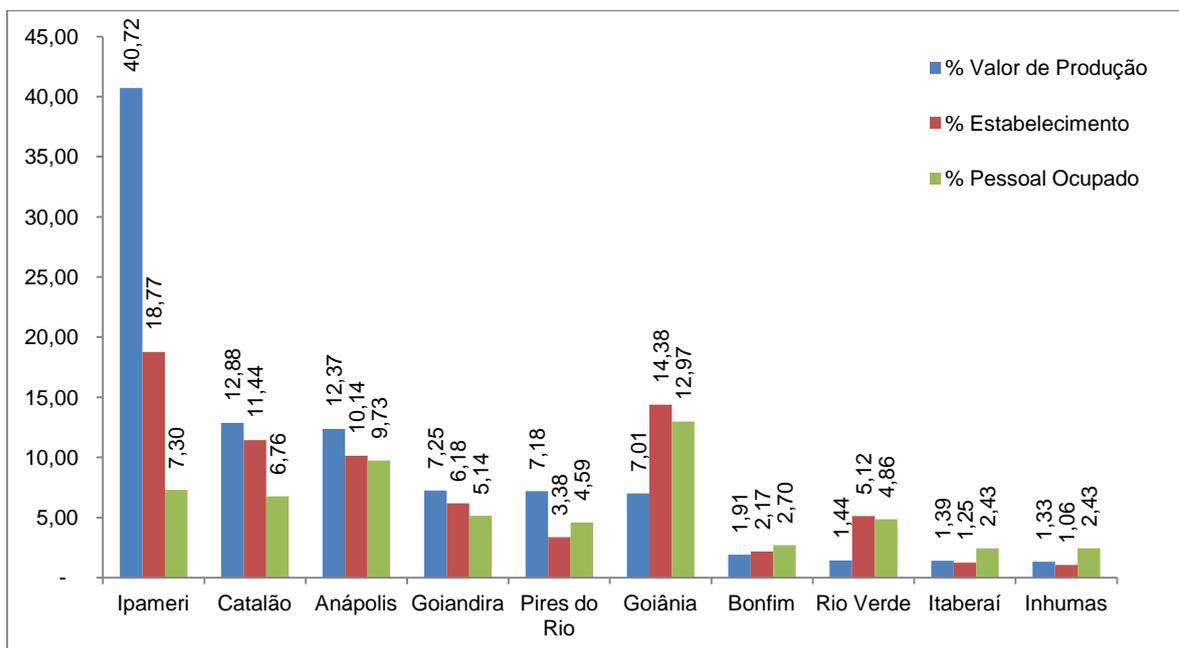


Figura 8: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1940

Fonte: IBGE (1940)

Embora os dados de 1940 mostrem uma mudança espacial da indústria, da região sudeste para a central do estado, o destaque era Ipameri. O município representava 40,72% de todo o valor produzido pela indústria goiana em 1940 (Figura 8). A expressiva participação na indústria estadual naquele ano era reflexo do pioneirismo da atividade no município e principalmente pelo longo período que aquele local foi ponta de linha da Estrada de Ferro Goiás (1913 a 1922). Ipameri foi o primeiro município goiano a receber “[...] indústrias com instalações modernas, como charqueadas e máquinas de beneficiamento de arroz movidas a energia elétrica ou a vapor” (BORGES, 1990 p.104).

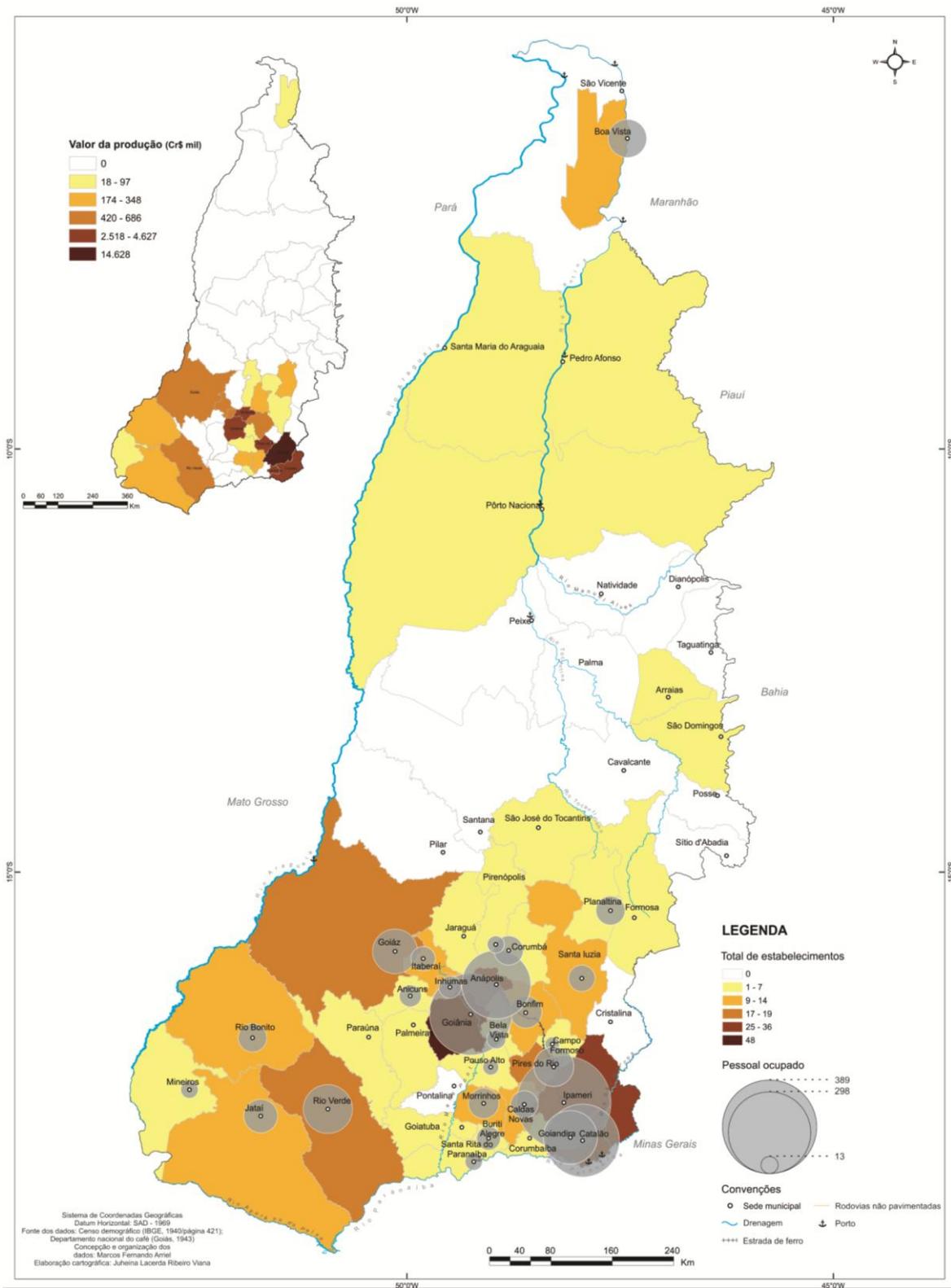


Figura 9: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1940
Fonte: IBGE (1940)

O Censo de 1940 não permite a abertura das atividades industriais por município, mas é possível fazer algumas inferências a partir dos dados disponíveis,

sobre a importância da indústria ipamerina. De longe os melhores números a respeito da produtividade industrial eram provenientes de Ipameri. Os 27 estabelecimentos instalados empregavam 389 operários, o que indica uma média de 14,41 trabalhadores por indústria, apontando que ali se localizavam as indústrias de maior porte do estado, pois a média estadual era de 5,6 (Catalão, segundo colocado, era de 9,48). Enquanto a média estadual era de produção de Cr\$ 97 mil por estabelecimentos, as indústrias de Ipameri produziam Cr\$ 541,78 mil por estabelecimento, quase três vezes mais que a segunda melhor média, de Catalão (Cr\$ 185,08 mil).

Segundo Brandão (2005), no final da década de 1930 havia importantes indústrias em Ipameri, como as de calçados, de couros, charqueadas, laticínios, fundição, máquinas de beneficiamento de cereais, torrefação e moagem, olarias, ladrilhos, além de comércio atacadista, para venda interna e exportação para outros estados.

O Censo Industrial de 1950 revela, entretanto, que Ipameri havia perdido o protagonismo de maior município industrial. A consolidação de Anápolis como centro comercial e as transformações, em curso no centro goiano, faz emergir novos pontos industriais no território goiano. Além disso, segundo Brandão (2005), com a decadência do transporte ferroviário, Ipameri passa a sofrer um período de isolamento, culminando com transferência, na década de 1950, de uma série de indústrias, casas comerciais e da população para outras cidades, como Uberlândia, Anápolis e Goiânia, e mais tarde, para Brasília.

Os dados do Censo Industrial de 1950 mostram os reflexos dos eventos ocorridos a partir de 1935. A chegada da Estrada de Ferro Goiás, a construção e mudança da capital do estado, a implantação da Canga de Ceres, contribuiu para que Anápolis atraísse indústrias, principalmente as processadoras de produtos da agropecuária e de fabricação de minerais não metálicos e de madeiras. Conforme figuras 10 e 11, Anápolis, em 1950, passa a se destacar em primeiro lugar na geração do valor da produção. O interessante é que a nova capital, Goiânia, já se destacava em quantidade de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado.

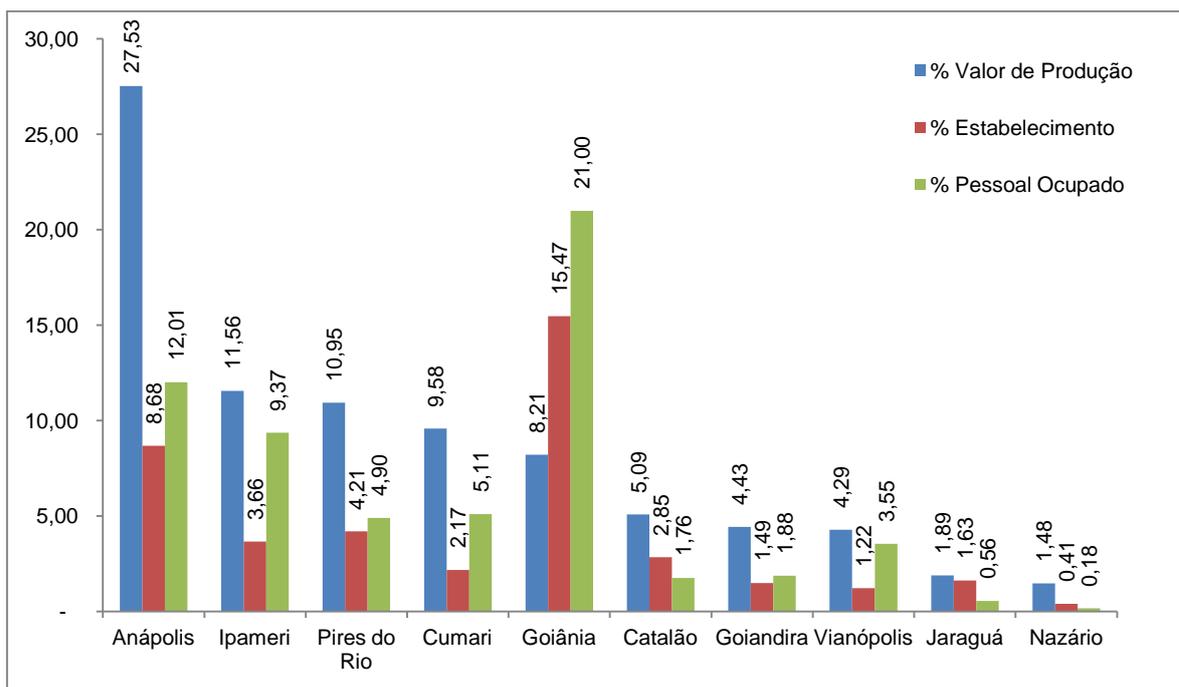


Figura 10: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1950

Fonte: IBGE (1950)

De acordo com França (1974), a ligação ferroviária aos centros dinâmicos de São Paulo, Rio de Janeiro e de Belo Horizonte potencializou ainda mais a efervescente Anápolis. O referido evento estimulou a produção agrícola nas imediações, para exportação, e tornou o município um importador de bens industriais do sudeste do país, elevando-o à condição de “[...] entreposto comercial das produções agropecuárias regionais e das manufaturas dos centros produtores nacionais” (FRANÇA, 1974, p. 646).

O suporte à construção de Goiânia e à implantação da Cang de Ceres contribuíram ainda mais para que o município aumentasse sua influência regional e se tornasse também uma cidade industrial. Para o processo de construção da nova capital, a indústria anapolina contribuiu com produtos da fabricação de minerais não metálicos e produtos provenientes da madeira, além do fornecimento de gêneros alimentícios processados na indústria incipiente. Para a Cang, Anápolis também serviu de suporte não só no fornecimento de produtos industrializados, na sua maioria importados do sudeste brasileiro, como também recebeu produtos da agropecuária produzidos naquela região para armazenamento e/ou transformação. Para Ipea (2002) e Neiva (1984), Anápolis foi o que mais capitalizou a dinâmica produtiva e populacional provocada pela região da Cang. Vale lembrar que a

indústria anapolina, bem como a goiana, produzia apenas o que não compensava ser produzido nas regiões industrializadas do Brasil naquela época.

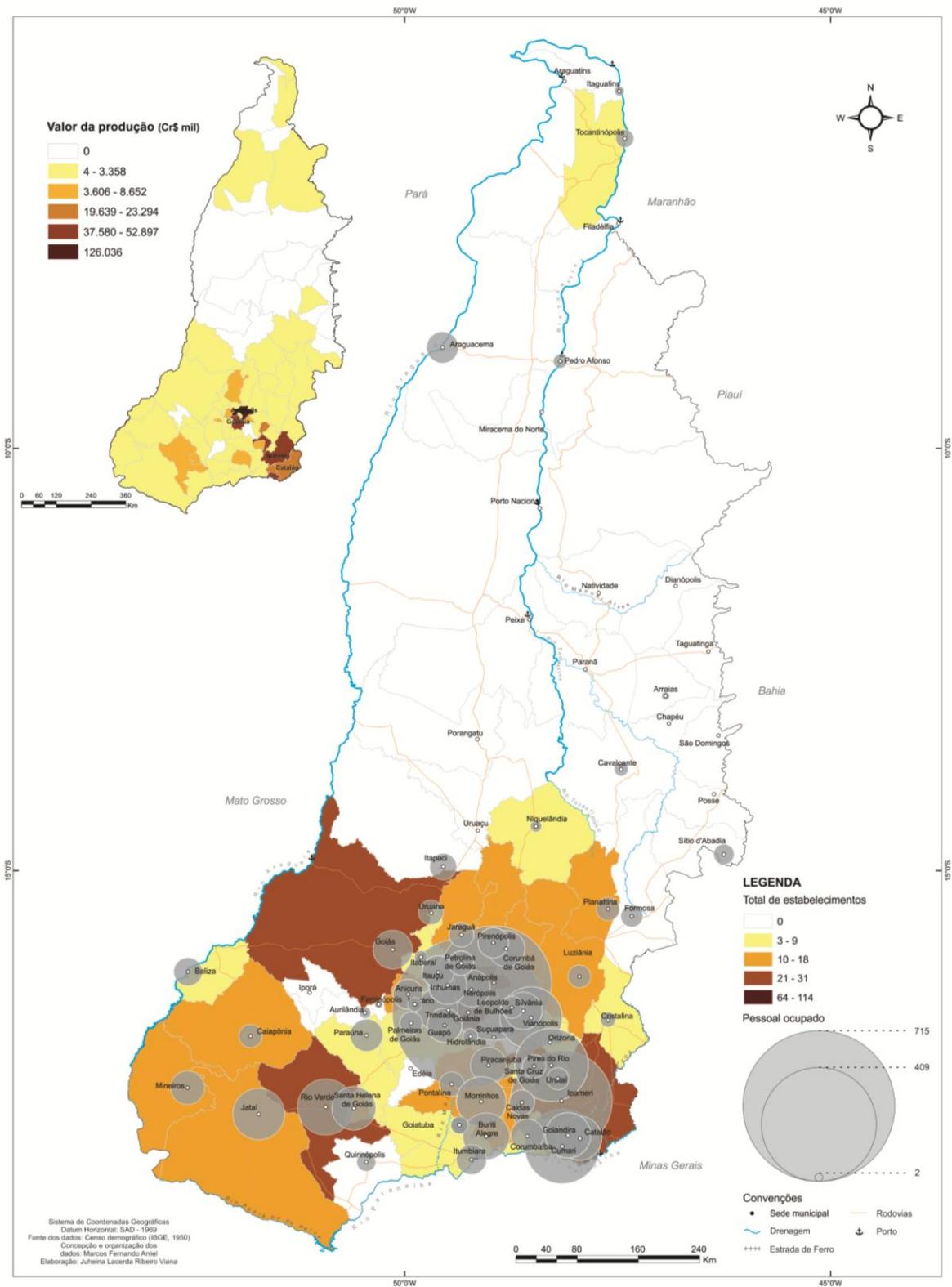


Figura 11: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1950
Fonte: IBGE (1950)

Passados dez anos, os dados do Censo Industrial de 1960 mostram que a transformação espacial do setor industrial, no território goiano, em curso a partir de 1935, estava se consolidando (conforme figuras 12 e 14). Anápolis e Goiânia já eram de longe os mais representativos em termos de produção industrial, pois juntos possuíam quase 50% do Valor da Transformação Industrial (VTI). Ceres também era outro município que se destacava, aparecendo em terceiro lugar no estado. Os municípios da região da Estrada de Ferro Goiás, sobretudo Ipameri, haviam entrado em decadência. Outro detalhe interessante é que a abertura de estradas permitiu que as indústrias, sobretudo pequenas e pouco produtivas, penetrassem nos municípios da parte norte de Goiás, conforme Figura 14 mais à frente.

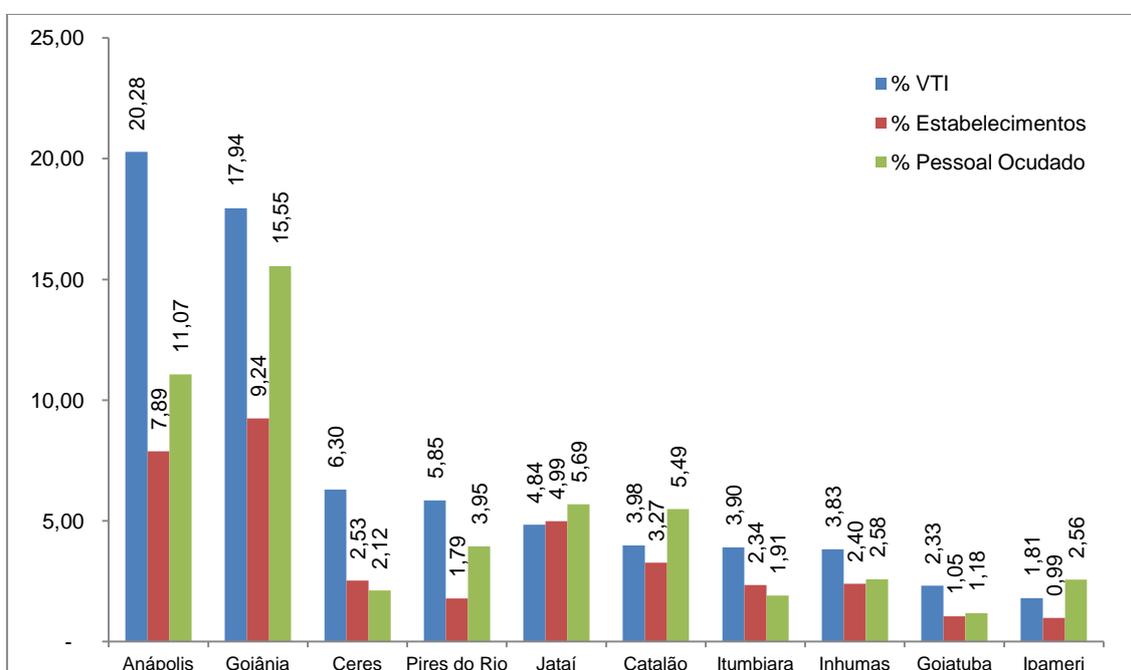


Figura 12: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1960

Fonte: IBGE (1960)

Anápolis, primeiro colocado na geração da renda industrial de Goiás, já tinha certa organização do setor e despertava interesse de entidades da classe produtiva em nível nacional. Em 1952 é inaugurada a primeira unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Estado de Goiás. É claro que, segundo Assis e Lima (2012), houve espírito de pioneirismo por parte do então Bispo Metropolitano de Goiás, Dom Manuel Gomes de Oliveira, que já contava com a amizade de Roberto Mange, então coordenador, da 6ª Delegacia Regional do Senai de São Paulo, a qual Goiás era subordinado, para implantar a unidade no

município. O Bispo articulou a doação de parte do terreno com a igreja, a qual representava, e mobilizou as industriais do município para viabilizar a instalação da unidade em Anápolis.

Com a instalação numa área de 21,7 mil metros quadrados, a primeira escola do Senai em Goiás foi pioneira no suporte a indústria goiana nas décadas de 1950 e 1960²¹, na formação profissional de centenas de jovens de Anápolis e de vários municípios goianos, segundo Assis e Lima (2012). Os cursos profissionalizantes estavam ligados à serralheria, carpintaria, mecânica de automóveis, ferramentaria, marcenaria, eletricidade, dentre outros. Como pode ser observado por meio da Figura 13, eram cursos condizentes com grande parte do perfil industrial de Goiás, pequenas indústrias e de baixo valor agregado, mas de grande valia para uma atividade produtiva que não tinha apoio governamental semelhante à indústria nacional do período.



Figura 13: Fotos das instalações e aulas práticas na Escola do Senai, Roberto Mange, em Anápolis, nas décadas de 1950 e 1960.

Fonte: Assis e Lima (2012)

O Censo Industrial de 1960 indica que Anápolis tinha 20,28% do Valor da Transformação Industrial (VTI), possuía 790 empregados, 11,07% do total do estado, em 128 estabelecimentos, distribuídos em 41,41% no segmento de fabricação de produtos alimentares, 14,85% na fabricação de produtos da madeira e

²¹ Somente em 1968 que vai ser inaugurada a segunda escola Senai em Goiás, a de Goiânia, segundo Assis e Lima (2012).

mobiliário e 10,94% do segmento de minerais não metálicos. Grande parte da produção industrial anapolina estava ligada a estes segmentos, o que caracterizava uma indústria de fornecimento para o mercado goiano. Conforme dito anteriormente, Anápolis havia se tornado um polo. Não só contribuía para oferta de bens industriais para a capital, Goiânia, como também já exercia grande influência sobre o norte goiano, a partir da abertura de novas estradas de rodagem, sobretudo a rodovia que nas décadas seguintes iria se chamar BR-153 ou Belém-Brasília, que passava na região da Cang, e seguia para norte do país²². Os dados de participação de Anápolis no número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado, no total do estado, desperta a atenção. Enquanto o município tinha elevada participação no VTI estadual, era baixa em termos de estabelecimentos e pessoal ocupado. Isto indica que a indústria anapolina era bem mais produtiva que o restante do estado (quase o dobro, Cr\$ 503.920, contra a média estadual de Cr\$ 275.059). As grandes empresas instaladas em Ipameri em décadas anteriores, em 1960 estavam presentes em Anápolis.

Se os dados do Censo Industrial de 1960 mostravam Anápolis e Goiânia como novo local da indústria, também é possível observar o ensaio da disputa pela localização industrial nas décadas seguintes. A jovem capital que na década anterior tinha participação inferior a 10% e quinta colocada no valor da produção, já contava com 17,94% no VTI, segunda colocada no estado, e líder no número de estabelecimentos e de pessoal ocupado do setor. Era reflexo das transformações ocorridas, como chegada da ferrovia em 1950, a crescente população e a força de atração exercida por uma capital. A elevada participação no número de estabelecimentos industriais de fabricação de minerais não metálicos (20,67%), fabricação de produtos da madeira (12%) e fabricação de mobiliário (8,67%), segmentos da indústria que davam apoio à construção civil, indica que a indústria goianiense foi bastante influenciada pela expansão urbana daquela época.

²² Para maiores detalhes consultar Castilho (2014).

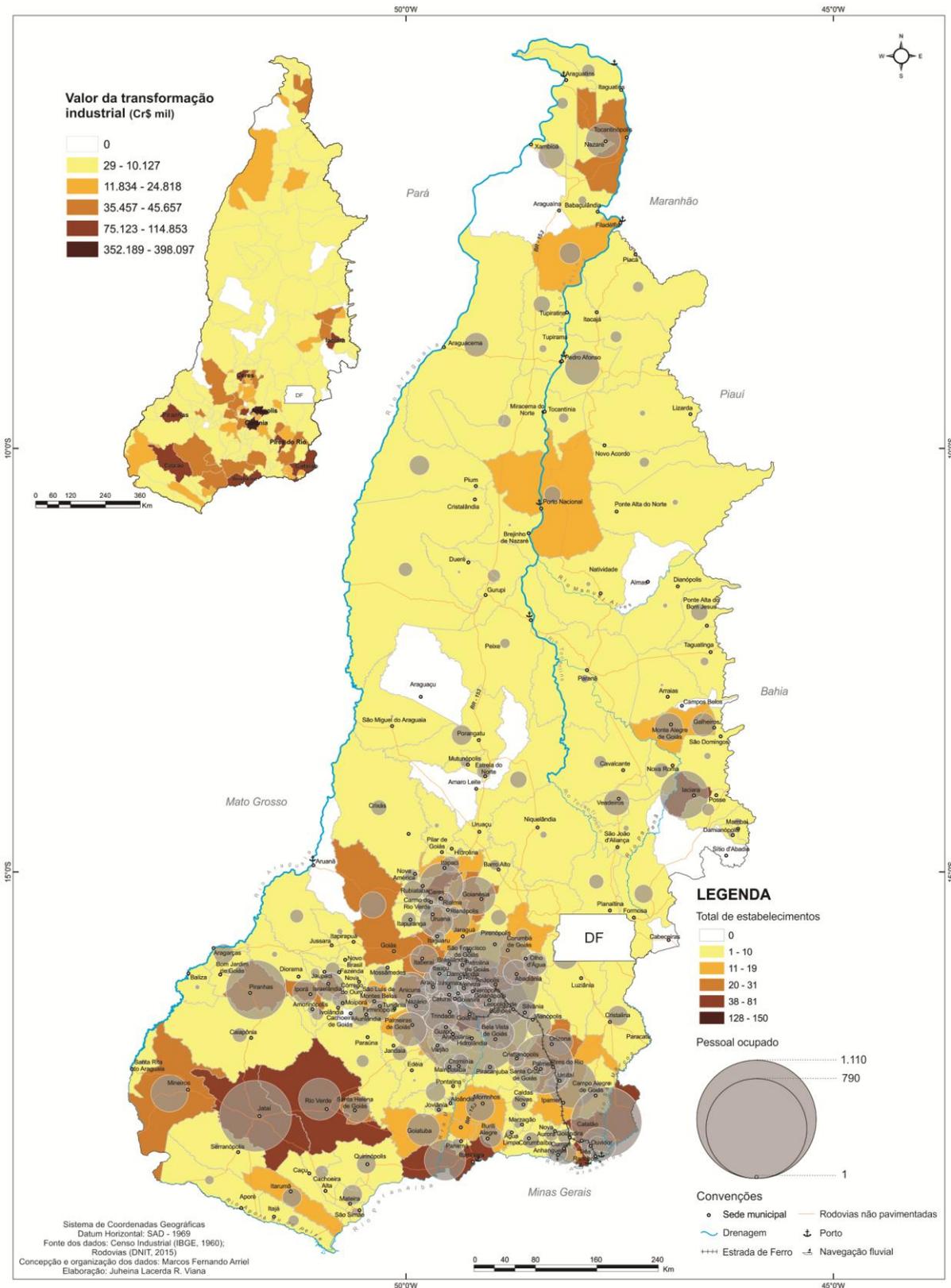


Figura 14: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1960
Fonte: IBGE (1960)

A indústria alimentícia, que representava 26% dos estabelecimentos industriais e predominantemente de pequeno porte, também sofria influência do crescimento populacional urbano. Era, em sua maioria, beneficiadoras de arroz e café, fabricação de derivados do leite e indústria da panificação. Em resumo, a indústria goianiense, em 1960, estava concentrada em fabricação de produtos básicos, alimentícia e de apoio à construção civil, e pouco produtiva (37% abaixo da indústria anapolina).

Embora a produção agropecuária da região da Cang, segundo Ipea (2002) e Neiva (1984), tenha contribuído para a indústria de Anápolis, Ceres também foi beneficiada e aparecia com 42 estabelecimentos no Censo Industrial de 1960.

Paralelamente aos colonos que migraram para a região em busca de terra e trabalho, a valorização das terras e a potencialidade econômica da área atraíram grandes proprietários e empresários que vislumbraram futuro na nova fronteira. É o caso da Companhia Cafeeira em frente à CANG, e de outras 'cafeeiras' como a de Geremia Lumardelli, que se estendia por imensas áreas próximas à Colônia[...]". (NEIVA, 1984, p. 120).

Com o aumento da produção agropecuária na região da Cang e com abertura de estradas rumo ao norte de Goiás, indústrias alimentícias (27 das 42 existentes), que em sua maioria eram beneficiadoras de arroz e café, se instalaram no município para produzir para a população local (42.803 habitantes em 1960) e para o norte de Goiás. Embora no Censo de 1960 Ceres tenha tido destaque na atividade industrial, nos anos seguintes sua importância diminuiu e o que vai prevalecer durante muitos anos é a atividade de serviços, como o comércio e educação e saúde. De acordo com Neiva (1984), o município foi importante centro comercial para vários municípios de seu entorno, como Rubiataba, Porangatu, Rianápolis, Uruaçu, dentre outros, mas foi perdendo a centralidade na medida em que o norte goiano foi sendo atendido por estradas.

Os dados do Censo Industrial de 1960 também mostram o que autores como Estevam (2004) e Borges (1990) relataram sobre a decadência econômica dos municípios atendidos pela Estrada de Ferro Goiás em seu estágio inicial, principalmente Ipameri que tinha posição de destaque na indústria goiana. A mudança do final da linha férrea para Anápolis, aos poucos foi tirando a centralidade dos municípios que haviam recebido influência da ferrovia inicialmente. Mas o maior problema para aqueles municípios, principalmente Ipameri, pode ter sido a mudança

dos modais de transporte no final da década de 1950, surgindo novos caminhos para a ligação de Goiás com o sudeste brasileiro. De acordo com Estevam (2004, p.119) “As rodovias federais implantadas estreitaram as ligações entre o centro dinâmico do país e as mais diversas áreas do território nacional”. Desta forma, a forte concorrência enfrentada pelo setor ferroviário, que já passava por problemas de falta de investimento, fez com que cidades que dependiam deste modal de transporte encolhessem no quantitativo da população e de estabelecimentos comerciais e industriais.

Assim, Ipameri, que em 1940 era o principal município industrial de Goiás, com cerca de 40% na produção industrial, cai para o décimo lugar em 1960, com participação de apenas 1,81% no VTI estadual. Restaram apenas 16 indústrias no município, sendo quatro alimentícias, outras quatro de confecções e calçados e o restante de outros ramos, empregando um total de 183 trabalhadores. Era um processo de decadência que, segundo Brandão (2005), foi inverso ao que estava acontecendo em mais de três décadas antecedentes a 1960.

Se a implantação de novas rodovias federais promoveu retração econômica em boa parte dos municípios atendidos pela ferrovia, para o norte de Goiás a realidade foi outra, embora também tenha contribuído para estagnação de alguns municípios mais prósperos que estavam distantes do trajeto do eixo rodoviário. A aceleração na construção da BR – 153 na sua parte norte, no final dos anos de 1950, ligando Brasília a Belém, promoveu o surgimento e urbanização de várias cidades ao longo da rodovia no norte de Goiás, sendo grande parte na região hoje o estado do Tocantins.

Segundo Estevam (2004), houve uma importante mudança na configuração econômica do antigo norte de Goiás (estado do Tocantins). A ligação comercial, antes feita com os estados próximos, do norte e nordeste, passa a ser com o sul de Goiás. É neste sentido que começa a surgir indústrias em municípios do norte goiano, pequenas e pouco produtivas. Na antiga regionalização, as zonas Norte Goiano e Araguaia Tocantins possuíam 85 e 16 indústrias, respectivamente, em 1960, sendo que 37,8% delas eram do ramo de fabricação de minerais não metálicos, 34% de indústrias alimentícias e 11,8% eram de fabricação de confecções e calçados. Esse foi o reflexo da urbanização crescente nas imediações da BR-153.

Ao final da segunda fase da periodização da indústria goiana, Goiás se encontrava em crescente articulação com a economia do sudeste do país. A construção de Brasília, em curso, promovia a expansão do mercado interno de consumo e a ampliação de forma significativa da infraestrutura rodoviária, da geração e transmissão de energia e de telecomunicação. A partir da abertura e ampliação do modal rodoviário, também foi possível maior integração entre as próprias regiões intraestadual e daí surgiu ou reforçou novas centralidades urbanas, além de aumentar a área de alcance do mercado de Goiânia e Anápolis. Goiás estava sendo preparado, assim como boa parte da região Centro-Oeste, para que, nos anos seguintes, se tornasse fornecedor de alimentos, a partir da modernização das técnicas de produção na agropecuária.

Nesse contexto, a indústria goiana, estimulada pela crescente urbanização de Goiás, havia se diversificado para atender o mercado interno, que se desenvolvia de maneira “natural” e produzia aquilo que não compensava ser produzido em São Paulo. Na fase seguinte, iria possuir estratégias de políticas industriais, mas em grande parte por iniciativas locais. Em termos espaciais, a localização das indústrias foi caminhando para os eixos rodoviários e ensaiava-se maior concentração produtiva em Anápolis e Goiânia, com a liderança da segunda.

CAPITULO 4 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL (1960 – 1985)

Este capítulo objetiva construir a argumentação de que a indústria goiana teve a terceira fase, de 1960 a 1985, e que possui três principais características: período favorável ao desenvolvimento de políticas industriais descentralizadoras no país, em que Goiás desenvolve uma série de políticas de apoio a indústria; a formação da base para a agroindustrialização do estado, promovida pela tecnificação da agropecuária; e a intensificação do processo de urbanização, na qual a indústria passa a concentrar-se fortemente em Goiânia e Anápolis, além de municípios atendidos pelos eixos de transporte rodoviários. Antes de expor sobre a terceira fase da indústria goiana, há necessidade de contextualizar como se dava o desenvolvimento da indústria nacional no período em que Mello (1982) e Tavares (1975) chamaram de período da industrialização pesada. Será mostrado, ainda, como foi o comportamento espacial da indústria nacional no período.

4.1 O período da industrialização pesada no Brasil (1955-1980)

Esse período se distingue do anterior pelo fato de que o crescimento dependia menos da importação de bens de produção, por meio da renda gerada do setor primário exportador, pois estava focado na indústria de bens de produção, o que daria mais autonomia à indústria nacional. No entanto, Arend (2009) discorda, em partes, desta interpretação ao afirmar que o país delegou ao capital externo os segmentos industriais dinâmicos daquela época e que faziam parte dos segmentos-chave da quarta revolução industrial, como os dos complexos metal-mecânico-químico. O consenso é que neste período contou-se com forte contribuição do Estado, mediante articulação de investimentos públicos e privado em indústrias de insumos básicos e de bens de capital.

Conforme periodização proposta por Mello (1982) e Tavares (1975), de 1955 a 1980 se dá a terceira fase da industrialização brasileira, conhecida como industrialização pesada. Inicia-se com o Plano de Metas (1956-1961), no governo de Juscelino Kubitschek estendendo-se até por volta do ano de 1980, sendo marcada por investimentos localizados e patrocinados por forte presença do capital internacional e público na economia. Uma distinção entre às demais fases é que

neste período o investimento cresce com taxas superiores à demanda, conforme a interpretação de Curado e Cruz (2008). O resultado foi o elevado crescimento do produto industrial, influenciado em grande medida pelos bens de capital e de consumo duráveis, a chamada indústria pesada.

O Brasil aproveita a elevada liquidez no mercado internacional após a reconstrução da Europa, no pós Segunda Guerra Mundial, em que as corporações empresariais norte-americanas, primeiramente, em seguida as grandes empresas europeias, passaram a buscar, nos chamados países periféricos capitalistas, oportunidades para a reprodução do seu capital. A estratégia das corporações americanas e europeias era de “[...] internacionalização do capital para a periferia capitalista mundial, resultando no transbordamento da estrutura produtiva dos países centrais para os países periféricos” (AREND, 2009, p. 136).

No âmbito das políticas públicas, o período em questão foi um dos mais férteis para o planejamento da história do Brasil, com forte influência das teorias desenvolvidas por Perroux (1977), Boudeville (1970), Myrdal (1957), Hirschman (1985) e North (1957), o que vai nortear importantes planos de desenvolvimento no país, com impactos importantes sobre o desenvolvimento regional. O Estado atua como organizador e principal ator no processo de desenvolvimento econômico, contribuindo para um rápido crescimento do setor industrial.

No Plano de Metas, segundo Versiani e Suzigan (1990), identifica-se a primeira política coordenada para o desenvolvimento industrial, com base em estratégia e organização institucional. A política industrial, além de aprofundar a substituição de importação, avança no sentido de formar uma estrutura industrial madura no país, com foco na produção de bens de consumo duráveis, especialmente a indústria automobilística. Para Versiani e Suzigan (1990), as principais estratégias do Plano seriam quatro: 1) articulação do Estado com o capital privado, nacional e estrangeiro, com metas para investimentos em infraestrutura de energia e transportes; 2) elevação de protecionismo à indústria no mercado interno; 3) crédito ao investimento industrial, principalmente através do BNDE; 4) elevação da participação direta do Estado em investimentos nas indústrias de insumos básicos (siderurgia, mineração, petroquímica) e em infraestrutura.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), o Plano foi bem coordenado e utilizou-se técnicas de planejamento para atacar pontos onde o país

tinha deficiência, como na oferta de infraestrutura e bens intermediários, além de promover ações que gerariam novas demandas. Um dos exemplos que promoveu uma enorme demanda para setor industrial foi a construção da nova capital federal. Aliás, a implantação de Brasília foi uma grande contribuição para a interiorização da indústria, abordado no capítulo anterior.

Com um plano governamental consistente, a partir do Plano de Metas, e aproveitando o momento de elevada liquidez no mercado internacional, o Brasil passa a atrair vultosos recursos internacionais por meio de Investimento Direto Externo (IDE). A estratégia brasileira era ampliar a atuação do Estado na economia, através de setores chaves como produção de insumos básicos e construção da infraestrutura e estimular o setor privado internacional, com parceria nacional, a atuar em setores industriais de maior tecnologia.

Segundo Curado e Cruz (2008), o IDE teve participação fundamental no processo de industrialização pesada no Brasil:

Até o ano 1950, o estoque de IDE havia chegado a aproximadamente US\$ 334 milhões. No decênio seguinte, ou seja, de 1951 a 1960, os fluxos de IDE atingiram aproximadamente US\$ 1,1 bilhão. Assim, em um período de apenas 10 anos após 1950, o volume de IDE mais do que triplicou em relação a todo o estoque de IDE anterior. Por um lado, essa informação confirma o caráter marginal da economia na recepção de IDE até 1950; por outro lado, permite configurar esse período como o primeiro boom do capital estrangeiro em sua forma produtiva na economia brasileira. Na década de 1960, esse processo é mantido. Entre 1961 e 1970, os fluxos de IDE atingiram US\$ 2,48 bilhões, evidenciando uma elevação de 124% em relação ao período anterior. Na década de 1970, o crescimento nos fluxos de IDE para o país é considerável, de tal forma que seu estoque total atinge, em 1979, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, a cifra de US\$ 9,6 bilhões. (CRUDADO; CRUZ, 2008, p.418).

Curado e Cruz (2008) acrescentam, ainda, que tão importante como o elevado IDE para a industrialização do Brasil neste período, foi a concentração dele em setores estratégicos. A política de industrialização durante o Plano de Metas teve como resultado uma evolução “[...] no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, material de transporte, eletrodomésticos, etc.” (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 16). Seguiu-se as recomendações dos teóricos do desenvolvimento regional, principalmente de Perroux (1977) e Hirschman (1985), que recomendavam, para países com baixa capacidade de poupança, investimentos em setores dinâmicos, aqueles que

possuísssem forte encadeamento produtivo, principalmente à jusante de seu processo produtivo, pois atrairiam para seu entorno outras atividades produtivas. Esta importante estrutura foi a base para o elevado crescimento da indústria no período do chamado milagre econômico brasileiro (1968 a 1973), que foi em média 13%, segundo dados do IBGE.

No período de 1963 a 1967, a indústria brasileira passa por um período de crise, que, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), pode ser atribuída a um conjunto de fatores políticos, como a crise do populismo, e econômicos, como a crise do Programa de Substituição de Importação (PSI) e crise cíclica típica de uma economia industrial.

Após um período de crise e mudanças institucionais impostas pelo regime militar em 1964, a indústria brasileira volta a crescer a partir de 1968. O crescimento econômico, sobretudo do setor industrial, no período de 1968 a 1973, pode ser creditado ao amadurecimento dos investimentos realizados anteriormente, mas demandado pela expansão do mercado interno e a promoção das exportações de produtos industrializados, graças ao momento favorável do mercado internacional. Portanto, a expansão industrial desse período se deu utilizando a capacidade instalada em anos anteriores e que estava ociosa no período de crise, mas com retomada dos investimentos em seguida. Segundo Versiani e Suzigan (1990), os investimentos industriais foram fortemente subsidiados pelo Estado. É importante registrar que, entre o final do Plano de Metas e o início do governo Geisel, não se tem registrado política industrial específica promovida pelo Estado brasileiro.

Com o choque do petróleo (1973-74), os preços das matérias-primas subiram muito no mercado internacional, levando o Estado a aumentar sua influência no setor industrial brasileiro. Neste sentido, embora o nível de consumo estivesse em queda, o investimento no setor industrial continuou crescendo, “[...] o que se deve à ação estruturadora do Estado sobre o setor industrial na segunda metade dos anos setenta, de forma semelhante ao que ocorrera na década de cinquenta” (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 20). O Brasil segue, então, na contramão do que estava sendo praticado em outros países, que promoveram um ajuste recessivo para desacelerar o crescimento econômico e assim conter a elevação de preços.

É nesse ambiente que o governo do general Ernesto Geisel, que tomou posse em 1974, lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79). Para o

setor industrial, o objetivo era de completar a estrutura industrial brasileira e viabilizar a exportação de insumos básicos. Para tanto, segundo Versiani e Suzigan (1990), o Estado brasileiro articulou investimentos públicos e privados em indústrias de insumos básicos (siderurgia e metalurgia dos não ferrosos, química e petroquímica, fertilizantes, cimento, celulose e papel) e bens de capital (material de transporte e máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e de comunicações), como também na ampliação de projetos públicos, como petróleo, energia nuclear e hidroelétrica, formação do programa do álcool (PROÁLCOOL) e expansão do transporte ferroviário. O resultado do apoio à indústria pode ser comprovado através da Figura 15. A média da taxa de crescimento do setor foi de 6,5% ao ano no período de 1974 a 1979, superior aos demais setores.

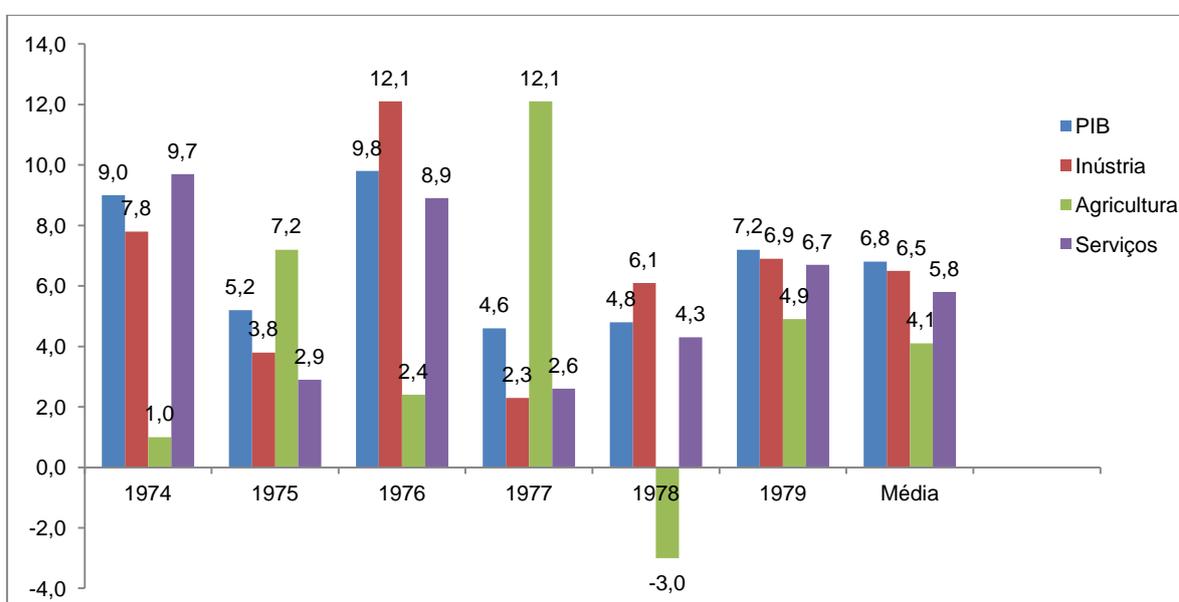


Figura 15: Taxa de crescimento do PIB e setores econômicos brasileiro – 1974-1979

Fonte: IBGE – Elaboração própria.

O II PND, de certa forma, trouxe ações para a indústria semelhantes às realizadas nos anos de 1950, procurando a diminuição da dependência do mercado internacional. Um dos diferenciais, entretanto, foi o desenvolvimento regional como elemento da política industrial. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), o II PND atendeu a demanda por modernização das regiões não industrializadas ao promover a descentralização de importantes projetos industriais, como siderúrgica no Maranhão; prospecção de petróleo no litoral do nordeste; petroquímica em Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul, fertilizantes em Sergipe;

fosfato em Minas Gerais; carvão em Santa Catarina, dentre outros. Estes importantes projetos industriais, aliados à tecnificação da agropecuária em curso no Brasil, desde a década de 1960, contribuíram para a desconcentração econômica e industrial que até então convergiam para o estado de São Paulo (assunto que será tratado no próximo tópico).

Tabela 8: Participação do Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo Grupos, Classes e Gêneros de indústria — anos selecionados

Grupos, Classes e Gêneros de Indústria	1939	1949	1960	1970	1975	1980
Indústrias de transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Predominantemente Produtores de Bens de Consumo não Durável	67,1	60,7	45,2	40,5	33,5	30,1
Bebidas	4,3	4,5	2,9	2,3	1,8	1,2
Editorial e gráfica	3,5	4,0	3,0	3,7	3,7	2,6
Fumo	2,3	1,4	1,3	1,3	1,0	0,7
Mobiliário	2,1	2,2	2,2	2,1	2,0	1,8
Perfumaria, sabões e velas	2,3	1,6	1,4	1,5	1,2	0,9
Produtos alimentares	23,3	20,5	16,4	13,5	11,3	10,0
Produtos farmacêuticos	2,7	2,8	2,5	3,4	2,6	1,6
Têxtil	21,8	19,6	12,0	9,3	6,1	6,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4,8	4,3	3,6	3,3	3,8	4,8
Predominantemente Produtores de Bens Intermediários	26,3	31,7	38,0	37,0	40,8	41,9
Borracha	0,6	1,9	2,9	1,9	1,7	1,3
Couros e peles e produtos similares	1,7	1,3	1,1	0,6	0,5	0,5
Madeira	3,2	4,2	3,2	2,5	2,9	2,7
Metalúrgica	7,5	9,4	11,8	11,6	12,6	11,5
Papel e papelão	1,5	2,2	3,0	2,6	2,5	3,0
Produtos de matérias plásticas	0,0	0,3	0,9	1,9	2,3	2,4
Produtos de minerais não-metálicos	5,3	7,1	6,6	5,9	6,2	5,8
Química	6,6	5,3	8,6	10,0	12,0	14,7
Predominantemente Produtores de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	6,6	7,6	16,8	22,5	24,4	26,3
Mecânica	0,0	2,1	3,4	7,1	10,3	10,1
Material elétrico e de comunicações	5,4	1,6	4,0	5,4	5,8	6,4
Material de transporte	0,0	2,2	7,6	8,0	6,4	7,6
Diversas	1,1	1,6	1,8	2,1	1,9	2,2
Atividades de apoio	-	-	-	-	1,3	1,7

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil, IBGE 1990 – Elaboração própria.

Em síntese, a indústria brasileira passou por profundas transformações no período tratado neste tópico. Conforme Tabela 8, no ano de 1939 a indústria de bens de consumo não durável (Grupo I) participava com 67,1% do Valor da Transformação Industrial (VTI), reduzindo para 30,1% no ano de 1980, com destaque para as reduções expressivas na participação das indústrias de produtos alimentares e têxtil. Por outro lado, as indústrias produtoras de bens intermediários e bens de capital e consumo duráveis (Grupos II e III, respectivamente) tiveram

expressivos ganhos de participação no conjunto do VTI da indústria de transformação. O grande destaque, em termos de salto, ficou por conta do Grupo I, que em 1939 representava 6,6%, passando para 26,3%. A indústria mecânica, basicamente a automobilística, que praticamente não existia em 1939, passa a representar 10,1% do VTI da indústria de transformação.

Para Arend (2009), o rápido crescimento dos segmentos industriais, referentes aos Grupos II e III, é reflexo do acordo realizado na década de 1950 para uma estratégia desenvolvimentista, com apoio do capital internacional durante a segunda parte da quarta revolução tecnológica²³. Mas o autor discorda de Mello (1982) e Tavares (1975) que essa estratégia de industrialização dava mais autonomia ao país, pois o acordo firmado previa que:

[...] o capital estrangeiro expandia-se, internalizando tecnologias emblemáticas da quarta revolução tecnológica em mercados periféricos, aliado à garantia do 'fechamento' posterior desses mesmos mercados aos seus concorrentes mundiais, e o Estado nacional e capitais privados locais beneficiavam-se com sua chegada, pois houve uma rápida dinamização do crescimento em setores industriais interconectados às novas técnicas produtivas. Assim, a intensificação do processo de industrialização nacional, num curto espaço de tempo, foi possível porque a estratégia de desenvolvimento brasileira se vinculou ao movimento de internacionalização de capital de forma bastante estreita. (AREND, 2009, p.179).

O acordo firmado pelo Brasil, segundo Arend (2009), deixou o país dependente das transferências de tecnologias estrangeiras para o setor industrial. Assim, ao final da quarta revolução tecnológica, fim dos anos de 1970, quando o ganho da produtividade industrial se mostrava decrescente, o Brasil ficou aprisionado ao capital estrangeiro, que já tinha adentrado na quinta revolução tecnológica (microeletrônica, telecomunicações, biotecnologia, dentre outros) e que não tinha disposição para transferências de capital e tecnologia aos países periféricos. Para Arend (2009), a estratégia desenvolvimentista-internacionalista adotada pelo Brasil, no período da década de 1950 ao final dos anos de 1970, foi determinante para perda do dinamismo industrial nos anos de 1980 em diante, como será abordado no capítulo seguinte.

²³ Para maiores detalhes consultar Arend (2009) e Perez (2004).

4.1.1 A desconcentração da produção industrial no Brasil

Em termos espaciais, de acordo com a proposta de periodização feita por Cano (1998), a concentração industrial em São Paulo se dá até meados da década de 1960, em seguida inicia-se um período de desconcentração industrial no Brasil, promovido, principalmente, pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Diniz e Crocco (1996) afirmam que se inicia, neste período, o processo de reversão da polarização e creditam, ainda, o papel da infraestrutura e da indústria de recursos naturais, que são indústrias localizadas.

Em termos espaciais, a produção industrial brasileira segue concentrada em São Paulo até o final da década de 1960, quando aquele estado alcança sua maior participação de, 58,1% de toda a produção da indústria no Brasil em 1970. O auge da concentração industrial vai refletir a instalação dos empreendimentos industriais durante o período do Plano de Metas (1956-1960), em São Paulo, onde, de acordo com Cano (1998), os efeitos de encadeamentos foram superiores aos de outras regiões. A partir daí segue-se um movimento de desconcentração espacial. Este movimento teve forte contribuição do Estado, principalmente pelo II PND, com a continuação das influências das teorias desenvolvidas por Perroux (1977), Boudeville (1970), Myrdal (1957), Hirschman (1985) e North (1957). Segundo Diniz e Crocco (1996), concomitantemente às políticas de desenvolvimento regional, no período de 1970 a 1980, a desconcentração industrial no Brasil ocorreu, principalmente, devido a infraestrutura implantada durante o Plano de Metas e da indústria de recursos naturais.

As políticas industriais contidas no Plano de Metas tinham estreita ligação com as recomendações das teorias de Perroux (1977) e Boudeville (1970), ao promoverem, segundo Lima e Simões (2010), implantação de indústrias capazes de dinamizar o território, as chamadas indústrias pesadas. Grande parte dos investimentos foi direcionada para as indústrias “[...] cujo potencial de geração de efeitos de encadeamento à la Hirschman era bastante elevado, apesar de não haver maiores preocupações com a dispersão da mesma no território nacional” (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 17). Isto pode explicar o período do auge da concentração industrial em São Paulo, que foi logo após o Plano de Metas.

Outras políticas importantes do Plano de Metas também deram suporte à industrialização no período, que vieram a contribuir de sobremaneira em períodos seguintes para a desconcentração produtiva, como a infraestrutura, a implantação de Brasília e mecanismos de apoio ao investimento regional. Como abordado anteriormente, a construção de Brasília e implantação da infraestrutura para atender a nova capital, foram fundamentais para desenvolver a região Centro-Oeste, bem como o estado de Goiás e, com isso, dinamizar a indústria goiana. Com relação aos mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional, pode-se citar a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, que era um desdobramento da criação dos bancos de fomentos ainda no início da década de 1950.

O II PND (1975/79) foi o plano que mais contribuiu para desconcentração da produção industrial, pois até então as forças produtivas industriais convergiam para São Paulo. O próprio objetivo do Plano era de continuar elevada taxa de crescimento do produto que o Brasil experimentou durante o Milagre Econômico (1968 a 1973), mas com descentralização espacial. Na estratégia para o setor industrial, dentro da questão espacial, o II PND explicitou o desejo de evitar o caminho da concentração produtiva em curso no Brasil. Na visão de Simões e Lima (2010), o Plano preocupou-se em realizar um ajuste dos desequilíbrios provocados pelo período do milagre econômico brasileiro. Assim, a proposta era dar

“[...] estímulo a um melhor equilíbrio no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte, e aos pólos industriais no Sul e no Nordeste, procurando-se compatibilizar os movimentos de descentralização com preservação de escalas de produção econômica e de economias de aglomeração” (BRASIL, 1974, p. 25).

As estratégias adotadas no II PND estavam ancoradas nas teorias desenvolvidas por Perroux (1977), Boudeville (1970), Myrdal (1957), Hirschman (1985) e North (1957), amplamente utilizadas naquele período para o desenvolvimento de território. A ideia era escolha de setores produtivos, que tivessem alto poder de encadeamento, e de regiões pouco dinâmicas para desenvolvê-las.

Segundo Lessa (1978) e Caiado (2002), as principais estratégias de integração do território, ligadas ao II PND, que contribuíram para a desconcentração industrial, e que estavam em consonância com o ideário teórico, em que pese a falta

de cumprimento de algumas delas, foram as seguintes: 1) projetos na área de extração mineral: ferro, em Carajás/Pará; bauxita, em Trombetas/Pará; cobre, em Caraíbas/Bahia; fosfatados, em Patos de Minas/Minas Gerais; potássio, em Carmópolis/Sergipe; nitrogenados e gás natural, nas plataformas continentais nordestinas e fluminense; carvão e pirita, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sal, no Rio Grande do Norte, e outros; 2) complexos industriais, localizados próximos à extração mineral ou em nós de transportes: grande siderurgia em Itaqui/MA, Tubarão, em Vitória/ES, Açominas e Mendes Júnior, em Minas Gerais; metalurgia de alumínio em Trombetas/PA; metalurgia do cobre em Camaçari/BA; complexo cloroquímico em Maceió/AL e complexo cloroquímico e exploração de potássio em Carmópolis/SE; nitrogenados no norte fluminense; fertilizantes em Minas Gerais; carboquímica em Santa Catarina; celulose e papel no norte do Espírito Santo e Sul da Bahia; petroquímica em Camaçari/BA e Triunfo/RS; e outros; 3) projetos para a construção de hidrelétricas: de Itaipu, Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago, Tucuruí e São Félix; ampliação da prospecção de petróleo; implantação do Programa Nacional do Alcool e do Programa Nuclear; 4) a agropecuária: teve a atenção especial ao priorizar a elevação da agrícola, reduzir os preços dos alimentos e a intenção de colocar o Brasil como supridor mundial de alimentos.

Além de complementar os programas de colonização e de exploração econômica do Norte e Centro-Oeste, estabelecidos no âmbito do PIN (Programa de Integração Nacional) e Proterra (Provale e Prodoeste), do I PND, foram acrescentados: Programa de Polos Agropecuários e Agro-industriais da Amazônia (Polamazônia); Programa de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal; Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília; Programa do Trópico Semi-Árido; Programa do Trópico Úmido, Programa dos Cerrados. É nesse contexto, aliado a outras estratégias, como a implantação de infraestrutura, que vai emergir a região Centro-Oeste e Goiás, como será tratado no tópico seguinte.

Junto às políticas implementadas para promover a desconcentração da produção industrial, principalmente pelo II PND, Diniz e Crocco (1996) chamam a atenção para um fenômeno que eles denominam de reversão da polarização ou de polarização reversa e deseconomia de aglomeração, como Diniz (1993) denomina.

Estes conceitos estão ligados ao encarecimento dos custos de produção industrial nas áreas metropolitanas, que, no caso do Brasil, foi utilizado para explicar a diminuição, em termos relativos, da renda e do emprego industriais entre os anos de 1970 e 1985.

Diniz e Crocco (1996) também analisam o papel da infraestrutura para a desconcentração da produção industrial no Brasil. Segundo os autores, a implantação das redes de transporte, energia e telecomunicações permitiram a unificação do mercado nacional “[...] facilitando a localização industrial em novas áreas ou regiões, especialmente nas cidades de porte médio” (DINIZ; CROCCO, 1996, p. 85). Dando continuidade ao programa de expansão da infraestrutura no país, os Planos seguintes (Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG -1964 a 1966; Programa Estratégico de Desenvolvimento PED - 1968 a1970; I e II PND), principalmente o Plano de Integração Nacional (PIN), no âmbito do I PND, a malha rodoviária cresceu de forma bastante significativa, com expansão de 85% no período de 1960 a 1980. Há de se ressaltar a importância do PIN, sobretudo para o Centro-Oeste e Goiás, na integração das regiões dinâmicas com as vazias demograficamente. O referido Plano tinha a intenção de abrir novos eixos rodoviários para viabilizar a criação de novos polos de crescimentos nos setores industriais e agropecuários aos moldes da teoria desenvolvida por Perroux (1977). É nesse período que se dá a implantação do Polo mineral no município de Catalão, em Goiás.

Com relação aos incentivos fiscais regionais como política federal para o processo de desconcentração da produção industrial no Brasil, após 1970, para Diniz e Crocco (1996), exerceu papel fundamental ao permitir o financiamento de atividade industrial e atividades a ela relacionadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, a Região Norte contou com os incentivos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e especificamente no estado do Amazonas, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), na região Nordeste a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região Centro-Oeste a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a última das superintendências criadas, em 1967.

Com o apoio das políticas públicas para o desenvolvimento do território brasileiro, principalmente a expansão da infraestrutura e do apoio dos incentivos fiscais para a produção, além da crescente demanda interna e externa pelas

commodities agrícolas e minerais, de acordo Diniz e Crocco (1996) o crescimento da produção agrícola e mineral contribuíram para a desconcentração produtiva industrial. A exploração de jazidas minerais e a produção de grãos estimularam outras indústrias e serviços a elas relacionados, provocando um ciclo virtuoso da causação circular e acumulativa ascendente, conforme Myrdal (1968).

Esse conjunto de eventos contribuiu, em grande medida, para impulsionar a indústria fora do centro dinâmico que era São Paulo. A Tabela 9 mostra que a Região Sudeste perdeu cerca de dez pontos percentuais do VTI e quase cinco do pessoal ocupado na indústria, liderado por São Paulo. Por outro lado, todas as outras regiões obtiveram ganho de participação, destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste, que tiveram suas participações no VTI triplicada e duplicada, respectivamente. Dentro da região Centro-Oeste, o estado de destaque foi Goiás, em que pese a pequena participação em relação ao Brasil, representava cerca de 50% da indústria centroestina.

Tabela 9: Participação do Valor da Transformação Industrial e Pessoal Ocupado das Grandes Regiões Geográficas do Brasil – 1970/1985

Regiões / UF	Valor da Transformação Industrial (Estrutura %)		Pessoal Ocupado (Estrutura %)	
	1970	1985	1970	1985
NORTE	0,8	2,5	1,5	2,7
NORDESTE	5,7	8,6	10,2	10,8
SUDESTE	80,8	70,9	69,7	64,2
Minas Gerais	15,7	9,5	7,5	8,5
Rio de Janeiro	12,1	7,7	13,3	9,4
São Paulo	58,1	51,9	48	45,1
SUL	12	16,7	16,9	20
CENTRO-OESTE	0,8	1,4	1,4	2,2
Goiás	0,4	0,7	0,4	0,9
BRASIL	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censos Industriais – Elaboração própria.

É num contexto de forte contribuição do Estado nacional, seja na atuação direta na produção ou induzindo a produção, através da implantação de infraestrutura ou de mecanismos de incentivos à produção regional, e elevação da demanda por produtos da agropecuária e extração mineral, que a indústria goiana passa a ganhar participação na estrutura produtiva estadual.

4.2 O papel do Estado na promoção industrial em Goiás

A terceira fase da industrialização brasileira, 1955 a 1980, proposta por Mello (1982) e Tavares (1975), conhecida como industrialização pesada, foi marcada por investimentos localizados, com forte patrocínio do Estado em investimentos diretos e com forte presença do capital internacional. Em termos espaciais, a produção industrial concentra-se no estado de São Paulo até o final dos anos de 1960 e depois se inicia um processo de desconcentração regional. Em Goiás, a terceira fase difere um pouco da nacional, vai de 1960 a 1985.

O início dessa fase, em 1960, é marcado pelo período favorável ao desenvolvimento de políticas industriais, em que Goiás entra em sintonia e se desenvolve as primeiras políticas setoriais, inclusive com intenção em desenvolver território. Concomitantemente, inicia-se o processo de tecnificação da agropecuária, que estimula a implantação da agroindústria no estado e a intensificação do processo de urbanização, favorecendo a diversificação da produção industrial e a concentração industrial em Goiânia e Anápolis. O final desse período, 1985, vai ao encontro do período em que inaugura uma nova fase de sistematização de políticas de atração de investimentos via incentivos fiscais em Goiás, reflexo do abandono das políticas regionais para a promoção do desenvolvimento, por parte do Estado brasileiro.

A partir da década de 1960, Goiás entra em sintonia com o que estava sendo discutido e implantado no Brasil, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional. Cria-se, em 1961, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG), também conhecido como Plano MB (Mauro Borges), e em seguida institui-se a estrutura administrativa e mecanismos de apoio à industrialização do estado. Era o início de uma nova fase para a indústria goiana, que passaria a contar com estratégias para promoção da expansão industrial, principalmente nos Planos de Governo seguintes.

A partir da leitura dos planos de desenvolvimento para o estado, sobretudo a partir dos anos de 1970, nota-se a intenção governamental de colocar a indústria como prioridade e não mais deixar que o setor seguisse evoluindo de forma espontânea. É observada uma estratégia de melhoria na produtividade dos produtos

agropecuários e da infraestrutura, para aproveitar as potencialidades do estado e assim promover a industrialização de Goiás.

4.2.1 Apoio da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU) para as políticas de industrialização

Um pouco antes da efetivação de políticas para o desenvolvimento industrial, Goiás já estava sendo influenciado a elaborar estratégias para desenvolver seu território aos moldes das teorias de desenvolvimento regional em vigor na época, que refletiria no desempenho da indústria. Trata-se do consórcio para o desenvolvimento regional, por meio da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), órgão interestadual de investigação, análise, planejamento e orientação, que vigorou entre os anos de 1951 a 1972. Segundo Chiquito (2011), esta instituição pouco é conhecida pela historiografia do planejamento regional. Mas sua produção influenciou Planos governamentais de Goiás, sobretudo de apoio à indústria, a partir da década de 1960.

Criada a partir da união entre sete estados brasileiros do chamado centro-sul daquela época (Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul), a CIBPU foi uma experiência de destaque no planejamento regional do Brasil no pós-segunda guerra. Descontentes com a política federal de desenvolvimento regional, que havia contemplado somente as regiões com graves problemas (Amazônia, Nordeste e Vale do São Francisco), os estados da região centro-sul se articularam e realizam a 1ª Conferência dos Governadores para debruçar sobre os problemas da Bacia do Rio Paraná, em São Paulo, de 6 a 8 de setembro de 1951. A Conferência visava a criação de um órgão federal para promover o desenvolvimento econômico dos estados da Bacia do Rio Paraná (acrescentando o Rio Grande do Sul no último dia do evento), ideia que foi interrompida com a morte de Getúlio Vargas, por falta da continuidade do apoio do governo federal. Mesmo assim o órgão permaneceu como interestadual, por convênio firmado entre os estados em 1952, conduzido por São Paulo. Goiás passa a participar, através de um representante legal, apenas a partir de 1964, segundo Gardin (2009), mas tendo participado ativamente desde sua criação.

Segundo Chiquito (2011), a CIBPU nasceu influenciada a partir da junção de duas teorias: a americana, de planejamento dos vales, e as ideias do movimento

francês Economia e Humanismo, acrescida da teoria dos polos de crescimento de François Perroux. A primeira foi bastante difundida inicialmente, ao planejar uma série de hidroelétricas e de hidrovias para promover desenvolvimento e integração de territórios. A última assumiu posição de destaque a partir da década de 1960.

Foi no período da influência da teoria americana de aproveitamento dos vales, que, segundo Gardin (2009), a referida Comissão patrocinou a elaboração de projetos de abastecimento de água para os municípios goianos de Itumbiara e Jataí, em 1953, e realizou estudos de implantação de uma hidroelétrica no Rio Paranaíba em 1958, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, que anos depois seria a usina de São Simão. A CIBPU também firmou parceria com a, então, Centrais Elétricas de Goiás (CELG) para estudos hidrológicos no Rio Paranaíba.

A partir da década de 1960, influenciada por um novo ideário sobre a questão do desenvolvimento regional, há uma mudança na atuação da CIBPU ao direcionar seus esforços para uma política voltada à implantação de cidades e de indústrias, baseada na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1977). Foi neste período que veio a maior contribuição para o desenvolvimento da indústria goiana. O objetivo era selecionar as cidades fora dos grandes centros, que estavam apresentando crescimento econômico mais elevado, e com ajuda acelerariam o crescimento de forma mais rápida, além de dinamizar a região sob sua influência. Segundo Chiquito (2011), o mote era *desenvolver primeiro o já desenvolvido*, a estratégia era implantar nos chamados polos do interior, cidades que já eram dotadas de certa infraestrutura, com condições favoráveis ao desenvolvimento industrial, os distritos industriais. O planejamento regional volta-se para a rede urbana, atrelada à questão da industrialização.

Para encontrar os chamados polos do interior, foram realizados estudos no âmbito da CIBPU, denominados de Plano de Industrialização Regional (PIR), através do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DPES), que, segundo Chiquito (2011), era composto por economistas recém-formados da Faculdade de Economia e Administração, da Universidade de São Paulo (FEA-USP), sob coordenação do então Diretor Antônio Delfim Netto. Assim, foram elaborados sete PIRs, chamados de monografia, um para cada estado componente da CIBPU. Para Goiás, o economista responsável pelo estudo foi Carlos Viacava. Os estudos foram baseados na Teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux e,

de acordo com Chiquito (2011), foram divulgados no I Seminário Nacional sobre Polos de Desenvolvimento, em Recife, no ano de 1966, promovido pela SUDENE, tendo concluídos em sua maioria no ano de 1964.

Conforme Viacava (1964), o PIR de Goiás tinha o objetivo de realizar um amplo estudo, por meio de coletas de dados e informações²⁴, capaz de subsidiar a escolha de locais apropriados para a instalação de indústrias no estado de Goiás, os chamados polos de crescimento na concepção de Perroux (1977). Além disso, o estudo subsidiou a escolha de setores industriais que seria objeto de elaboração de projetos estratégicos para o setor.

Em sua pesquisa, Viacava (1964, p. 115) encontrou uma indústria goiana “[...] ainda num estágio de desenvolvimento bastante primário”, e sugeriu apenas Goiânia e Anápolis como cidades polos regionais e candidatas a receberem “[...] um conjunto de indústrias novas, que assim mesmo, não devem ser muito complexas e que basicamente devem estar voltadas aos aspectos de aproveitamento de matérias primas” (VIACAVA, 1964, p. 123). O PIR chamava a atenção para o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, que poderia se tornar dinâmico e abrigar a instalação de indústrias, principalmente em Goiânia e Anápolis para servir ao mercado consumidor da capital do país.

A proximidade entre Goiânia e Anápolis permite, no entanto, que se repartam as indústrias, instalando-se uma parte delas em Anápolis, quando houverem vantagens que determinem essa instalação. Entretanto, a instalação de todas as indústrias na capital do Estado não deixa de ser uma solução plenamente aceitável. Escolher se-á esta ou aquela alternativa em face dos resultados de estudos posteriores, referentes as vantagens oferecidas especificamente para cada projeto. (VIACAVA, 1964, p. 162)

Além de apontar os polos de crescimento aptos a receberem indústrias, o PIR indicou, ainda, um conjunto de atividades industriais de baixa complexidade que poderia substituir as importações e agregar valor aos produtos da agropecuária de Goiás. Desta forma, a sugestão era de desenvolver indústrias

[...] de valor adicionado relativamente maior, seria bastante interessante para o Estado, principalmente porque tais setores, diretamente ligados a agricultura tem especiais condições de crescimento. Substituir-se, no caso as exportações: de matérias primas pela exportação de matérias primas semi-transformadas ou por produto acabado, retendo-se no Estado, a parcela de renda correspondente ao valor adicionado por essas transformações industriais, atualmente transferida para outras regiões.

²⁴ A riqueza dos dados e informações será aproveitada mais adiante.

Note-se ainda que o desenvolvimento da Indústria de Produtos Alimentares, principalmente de certos setores como: Pasteurização de Leite, Abate e Frigorificação de Carne em Geral. Produção e Refinação de Óleos Vegetais traria grandes benefícios diretos ao setor agrícola, provocando fortes estímulos ao seu desenvolvimento. (VIACAVA, 1964, p. 121).

Como será explorado mais a frente, apenas o município de Anápolis foi alvo de políticas de incentivos à industrialização nos anos seguintes, conforme preconizava a CIBPU. Viacava (1964) acertou quanto à capacidade de geração de renda do setor industrial das duas cidades por ele escolhidas, conforme estatísticas que serão expostas mais à frente, mas não foi capaz de vislumbrar o potencial do desenvolvimento de indústrias por ele mesmo sugeridas em municípios como Rio Verde, Jataí e Itumbiara, que, em décadas seguintes, despontaram como agroindustriais.

A zona sul do Estado, que também apresenta condições favoráveis de energia, demografia e transportes e que conta, dentro das devidas proporções, com uma razoável produção agrícola e industrial, deve ser colocada num segundo plano, quer pelo crescimento menos significativo que vem apresentando, quer pelo fato de estar muito mais voltada aos principais centros do Triângulo Mineiro e a São Paulo, do que ao interior do Estado de Goiás. Destaca-se principalmente nessa região a cidade de Itumbiara, na divisa com o Estado de Minas Gerais, que do ponto de vista de integração econômica regional, e muito mais uma cidade do Triângulo do que uma cidade de Goiás. (VIACAVA, 1964, p. 159).

Talvez Goiás ainda não estivesse preparado para implementar o que estava sendo discutido no âmbito da CIBPU, principalmente sobre desenvolvimento de território, mas a participação do estado na referida instituição qualificou a elaboração de políticas públicas a partir da década de 1960, principalmente para o setor industrial.

4.2.2 Planos estaduais com apoio à indústria (1960 a 1985)

O período de 1960 a 1980 foi um dos mais férteis na história do país para a elaboração de políticas regionais de desenvolvimento e com influência das teorias desenvolvidas por Perroux (1977), Boudeville (1970), Myrdal (1957), Hirschman (1985) e North (1957). A indústria, pela alta capacidade de ligação com outras atividades produtivas, seja à sua montante ou à sua jusante, era a principal atividade produtiva que recebia maior atenção. A estratégia era incentivar setores produtivos que tivessem maior capacidade de impacto no território, na geração de renda e

emprego. Em Goiás, a partir da década de 1960, os planos dos governos estaduais entraram em sintonia com o que estava sendo pensado no Brasil no que diz respeito a promoção do desenvolvimento de território, podendo citar: PDEG (1961-1965), no governo de Mauro Borges Teixeira; Plano de Ação do Governo Otávio Lage (PAG), de 1968 a 1970; Plano de Governo de Leonino Di Ramos Caiado, de 1971 a 1975; Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG), no governo de Irapuan Costa Júnior, no período de 1975 a 1979; e Governo de Ary Valadão, de 1979 a 1984.

O PDEG foi elaborado em sintonia com as discussões sobre planejamento regional no Brasil, a intenção foi do governo estadual ter mais autonomia para desenvolver o estado. Inspirado no Plano de Metas de JK, segundo Salgado (2010), o objetivo do PDEG era assegurar ao estado crescimento econômico real superior ao crescimento populacional. Para alcançar tal objetivo, a estratégia foi setorizar os investimentos e coordenar a ação das três esferas públicas (estado, união e município), além da iniciativa privada.

Para Arrais (2007), o Plano MB foi inovador pela criação de uma estrutura técnico-burocrática, com a finalidade de atender as demandas de um estado que buscava a modernização. Foi nesse intuito que, junto à instituição de um conjunto de órgãos e secretarias, é criada a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), concomitantemente à abertura de Crédito Industrial no Banco do Estado de Goiás, que, segundo Cunha (2009), foram as primeiras medidas de forma concreta, em Goiás, no sentido de promover a industrialização.

No âmbito espacial, o Plano MB baseava suas ações na teoria dos polos de crescimento de Perroux (1977),

[...] transplantada para o Estado de Goiás, não sem certas e indispensáveis adaptações. A preocupação dominante será a de identificar pólos de crescimento no sentido espacial sem chegar, contudo, a caracterizar “firmas ou grupos de firmas mais ou menos integradas” como pontos de germinação. Tem-se a finalidade, como objetivo complementar, de colocar em evidencia nas áreas identificadas como zonas pioneiras do crescimento econômico a importância das atividades econômicas nelas contidas, segundo sua classificação setorial. (GOIÁS, 1961, p. 119).

Assim, utilizando critérios de homogeneidade e integração, o PDEG agrupou os municípios goianos em seis regiões geoeconômicas: Norte, Planalto, Mato Grosso de Goiás, Goiânia, Estrada de Ferro e Sudoeste. A partir da regionalização, definiram-se as regiões de Goiânia e Mato Grosso de Goiás como

polos de crescimento, sendo “[...] ponto de germinação para o crescimento econômico do Estado” (GOIÁS, 1961, p. 125). A indicação, no Plano MB, era que a região de Goiânia concentrasse os investimentos em capital social, no sentido de consolidar sua diferenciação quanto à infraestrutura disponível, para atrair investimentos produtivos. Na região do Mato Grosso de Goiás, o foco seria investimentos no setor agrícola.

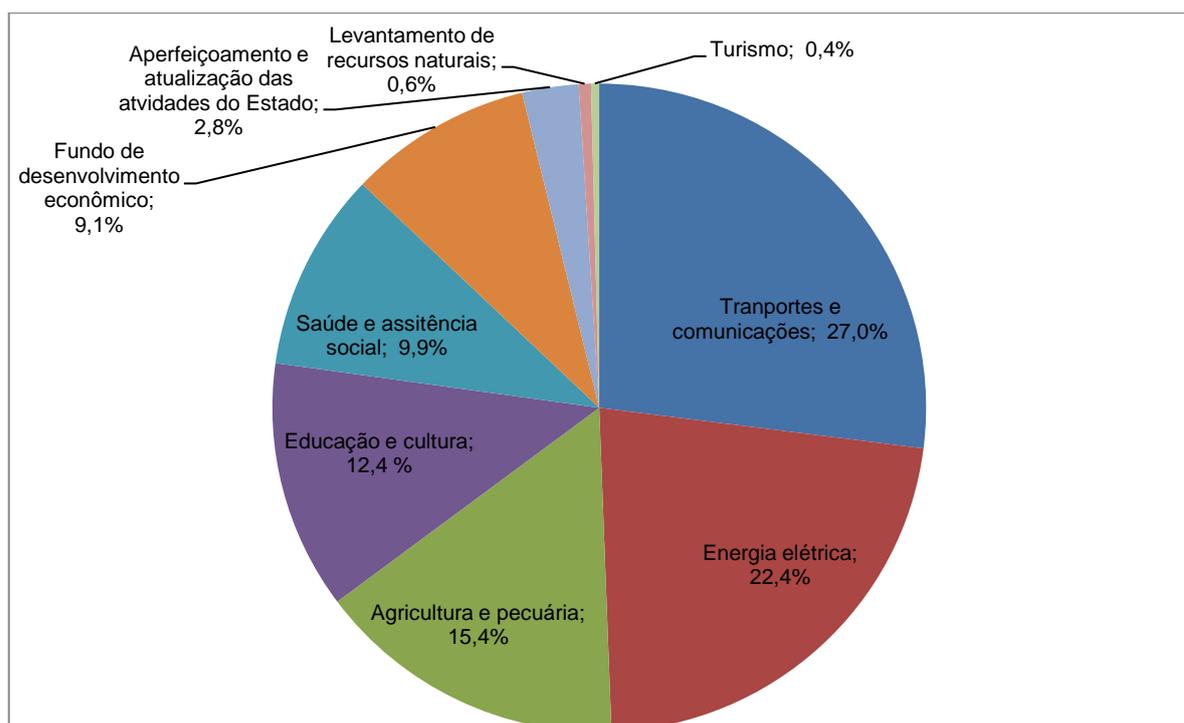


Figura 16: Distribuição setorial dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG)

Fonte: Goiás, 1961, p. 24 – Elaboração própria.

Embora tenha iniciado ações efetivas no sentido de promover a expansão industrial, o PDEG não escolheu a indústria entre os nove setores a receberem investimentos distribuídos no Plano, de forma explícita. A atenção especial foi dada aos setores de infraestrutura (energia elétrica, transporte e comunicação), que absorveria quase 50% do volume de investimento previsto no Plano (Figura 16). Também concentrou esforços no setor agropecuário (15,4% dos investimentos), visando a elevação da produção, com alta produtividade. De forma indireta, os investimentos prometidos para a infraestrutura e agropecuária dariam impulso à industrialização. Os reflexos para indústria vieram anos depois, pois a elevação na escala de produção na agricultura, melhor infraestrutura e o apoio do fundo de investimentos (9,1% do total de investimentos) possivelmente permitiram a instalação de processadoras de alimentos, como será abordado mais adiante. Em

termos espaciais, também não foi definido uma região industrial, que seria contemplada nos estudos da CBPU.

No PAG do Governo Otávio Lage que foi de 1968 a 1970, dentre os setores produtivos, a atenção maior foi dada ao setor agropecuário. Mas a indústria também despertou interesse dos planejadores ao elencar três importantes metas para se desenvolver: implantação de uma Cidade Industrial; formação de mão de obra técnica para a indústria; e incremento da mineração, através de pesquisas de prospecção para desenvolver o setor mineral.

Baseado nos estudos da CIBPU para encontrar os polos do interior, conforme abordado anteriormente, o PAG escolheu Goiânia para sediar uma Cidade Industrial. A capital apresentava melhores condições de crescimento e infraestrutura para se tornar um polo de desenvolvimento industrial do que Anápolis, outro município também escolhido pela CIBPU. Foi um plano bastante arrojado e coerente com o que estava sendo discutido e implantado em todo o mundo. Goiás (1968) citava o caso de Cidades Industriais em países como a Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Itália, Alemanha, França, dentre outros, para justificar a implantação da Cidade Industrial de Goiânia. Também foram citadas algumas iniciativas no Brasil, de Distritos e Cidades Industriais que já estavam em funcionamento ou em fase de implantação e ainda algumas em planejamento.

Partindo do pressuposto que a Cidade Industrial seria afastada da área urbana para dar qualidade de vida à população das cidades, a de Goiânia foi planejada para uma área situada a 11Km da capital, nas proximidades do então Distrito de Senador Canedo e parte do município de Bela Vista. A área destinada, inicialmente, seria de aproximadamente 1.800 ha, sendo que, nos projetos, poderia englobar outra área com 2.000 ha para expansão e até mesmo para finalidade de residir trabalhadores das indústrias. O local seria dotado com toda a infraestrutura de transporte, energia, comunicação, água e saneamento básico, além de todo o suporte de serviços relacionados às atividades industriais.

O perfil desejado para as indústrias, de um total de 1.000 programadas para instalar num prazo de até 30 anos, deveria estar ligado à substituição de importações. Segundo Goiás (1968), inicialmente as indústrias que substituiriam as importações goianas, principalmente de outros estados, seriam à montante da produção agropecuária (como fertilizantes) e à jusante, no processamento de

produtos da agricultura e pecuária. Estavam na lista de indústrias prioritária, também, a fabricação de produtos de minerais não metálicos, ligados à construção civil, metalurgia básica e fabricação de artigos de uso pessoal, como calçados e produtos da confecção e do vestuário.

O projeto da Cidade Industrial de Goiânia não chegou a se concretizar. Cunha (2009) cita razões ecológicas para justificar a não execução do projeto, mas ele foi transferido para Anápolis no governo de Leonino Di Ramos Caiado, conforme será explorado mais adiante.

No campo da qualificação, o PAG entendia que a mão de obra disponível em Goiás possuía baixa formação em nível técnico e representava obstáculo à industrialização. Diante desta constatação, a estratégia era apoiar as escolas de ensino industrial já existente em Goiás, a da Cidade Industrial de Goiânia e a implementação de mais três unidades de formação para o setor industrial no triênio 1968/1970, com capacidade para 620 alunos, no então norte de Goiás, nos municípios de Porto Nacional, Tocantinópolis e Pedro Afonso.

A terceira meta do PAG para o setor industrial era o incremento da mineração, e para tanto elegeram-se a realização de pesquisas de prospecção para desenvolver o setor mineral como a principal ação.

Após um amplo diagnóstico do setor mineral no estado, embora a mineração fosse a responsável pela formação de importantes núcleos populacionais em Goiás, predominava “[...] ainda o processo rudimentar de garimpagem, sem estudos que permitam avaliar o potencial das ocorrências e as possibilidades econômicas de exploração” (GOIÁS, 1968, p. 284). Para superar a forma rudimentar de extração mineral, a estratégia do PAG era substituir o garimpeiro por grandes empresas. Dessa forma, “[...] além dos efeitos diretos da criação de novos empregos e aumento da riqueza circulante, a Mineração possibilitará o estabelecimento de Indústrias de beneficiamento e tratamento de minerais, contribuindo assim para o desenvolvimento do Estado” (GOIÁS, 1968, p. 286).

Para mudar a situação da mineração em Goiás, que possuía participação de menos de 1% do conjunto da indústria de transformação e da própria extração mineral, o PAG propôs a realização de estudos sobre a localização e o potencial de jazidas minerais em Goiás. Além das autarquias Metais de Goiás S.A. (METAGO) e

a Companhia Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT), o estado passou a contar com o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), órgão do governo federal criado pouco antes, em 1965. Durante o triênio 1968/1970, foi realizada uma série de mapeamentos de reservas em Goiás, que contribuíram sobremaneira para a elevação da produção em anos subsequentes, como será mostrado na seção que trará os dados estatísticos.

Boa parte dos projetos referentes ao setor industrial pensados nos governos de Mauro Borges e de Otávio Lage, por meio de seus respectivos planos de desenvolvimento, foi iniciada a implantação no governo de Leonino Di Ramos Caiado, de 1971 a 1975. Segundo Cunha (2009), nesse governo foi implantado os distritos industriais, que tanto se discutia desde o início da década de 1960.

A medida mais importante foi sem dúvida a implementação da Lei 7.700/73 que previa, além de isenções de impostos e a concessão de vários benefícios para as indústrias por mais de cinco anos, a criação de infraestrutura e atração de novos investimentos para Goiás. (CUNHA, 2009, p.122).

A partir de um diagnóstico amplo do setor industrial, a equipe de planejamento do governo de Leonino Caiado definiu que as ações referentes à indústria deveriam estar concentradas em torno de ramos industriais voltados à transformação de produtos agropecuários e da extração mineral. Goiás (1973) partia do pressuposto de que a agropecuária goiana já estava em níveis avançados de produção e produtividade, e que a mineração também possuía grande potencialidade, mas para alcançar níveis elevados de crescimento econômico e maior absorção de mão de obra crescente, era necessário o estado de Goiás apostar no setor industrial. Em outras palavras, “[...] a indústria se reveste de grande importância para o desenvolvimento estadual, como geradora de mão-de-obra urbana e multiplicadora da renda em prazos menores que os tradicionalmente obtidos pela agricultura” (GOIÁS, 1973, p.120). A estratégia era industrializar os produtos da agropecuária e da extrativa mineral.

Havia uma séria preocupação, por parte dos planejadores, com o ritmo de crescimento da economia goiana e com a geração de emprego e renda para a população. A crescente urbanização, provocada principalmente pela mecanização da agricultura, a ser explorada mais adiante, elevava o nível da oferta da mão de obra nas cidades. Enquanto a população goiana crescia em média anual de 4,2%, entre os anos de 1960 e 1970, a população urbana avançava 7,6%, o que deixava

claro a pressão por ocupação em atividades produtivas com características urbanas. Por outro lado, tornava-se necessário agregar mais valores aos produtos primários produzidos em Goiás.

Com a estratégia de industrializar o estado, o governo de Leonino Caiado lançou um conjunto de nove objetivos, conforme Quadro 5. O governo estadual deveria assumir o papel de interlocutor com o setor privado e criar condições para estimular o investimento.

- Implantar política de industrialização e criar organismo administrativo que a coordene;
- Estabelecer esquema financeiro acessível e adequado as indústrias existentes, visando a sua modernização e ampliação;
- Programar estímulos e facilidades financeiras para atrair implantação de indústrias que representem absorção de mão-de-obra e aproveitamento de matéria-prima local;
- Propiciar assistência técnicas industriais pela elaboração e análise de projetos, execução de pesquisas de mercado e de tecnologia, publicação de informações e estudos técnicos;
- Intensificar e diversificar as atividades de pesquisa no sentido de reconhecimento de aspectos que interessem a indústria e, particularmente, à determinação de polos industriais e implantação de complexos industriais; elaborar Cadastro Industrial.
- Contribuir para execução de projetos de formação de mão-de-obra industrial;
- Submeter compras governamentais a preferência por produtos elaborados no Estado;
- Instruir o empresário industrial sobre problemas, benefícios e oportunidades de sua indústria pela promoção de cursos, seminários e palestras;
- Atender à promoção e divulgação das oportunidades industriais do Estado com o objetivo de atrair investimentos e tornar conhecida a produção estadual.

Quadro 5: Objetivos da política industrial de Goiás, do Governo de Leonino Di Ramos Caiado – 1973-1975

Fonte: Goiás, 1973, vol. III, p.124 – Elaboração própria.

Para alinhar os objetivos à estratégia de governo em relação ao setor industrial, o governo goiano planejou um esquema orientador para a promoção de investimento com “[...] atuação integrada dos instrumentos de decisão do Governo para o fomento ao setor privado, representados por órgãos como a Secretaria da Indústria e Comércio, a CODEG, a Secretaria do Planejamento e o Banco do Estado” (GOIÁS, 1973, p. 122).

A esse conjunto de órgãos governamentais, caberia, na atuação como indutor da promoção da industrialização, por meio de captações de recursos, financiamento ao setor industrial, estudos de viabilidades, além de assistência técnica aos empreendedores que decidirem instalar seu empreendimento industrial em Goiás. Para Cunha (2009), o primeiro passo mais importante do governo de Leonino Caiado foi a instituição da Lei 7.700/73, que previa isenções de impostos,

concessões de benefícios fiscais, implantação de infraestrutura e a promoção de atração de novos investimentos industriais.

Para Fonseca (2004, p. 20), foi a partir do governo de Leonino Caiado, em 1971, que Goiás passou a ter políticas de desenvolvimento industrial integradas: “[...] a crença de que a Goiás estava reservado papel de produtor de produtos primários começou a se desmanchar. A industrialização começou a ser admitida como fato viável ao invés de um sonho de alguns visionários da Federação das Indústrias”.

Dentro da política de desenvolvimento industrial de forma integrada, colocada por Fonseca (2004), as estratégias elaboradas para o setor industrial naquela época também possuíam uma visão territorial. Para transformar produtos da pecuária, Goiás (1973) planejou quatro grandes projetos processadores de carne. Dois estariam localizados nas regiões extremas do norte e sul de Goiás, destinados ao consumo interestadual e exterior; e outros dois, localizados próximos às regiões centrais, destinados ao mercado interno. Visando os mercados de Brasília, planejaram-se indústrias ligadas aos produtos do leite e ao ramo da construção civil, os chamados produtos minerais não metálicos.

Pensando no desenvolvimento territorial, a equipe de planejamento para o setor industrial, do governo de Leonino Caiado, elaborou uma espécie de estudo de zoneamento industrial do estado, tendo “[...] em vista de dotá-lo de regiões que poderão se constituir em Centros Polarizadores de Indústrias” (GOIÁS, 1973, p. 123). Assim, em 1973, foi criada, mediante a Lei n. 7.766/1973, a Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiásindustrial), resgatando o que já previa no PDEG de 1961. À Companhia, caberia projetar, implantar e gerir os distritos industriais em Goiás. Cunha (2009) acredita que a instituição dos distritos industriais foi a segunda medida mais importante para a promoção da industrialização naquele governo.

Segundo Castro (2014), os distritos industriais de Goiás foram inspirados nos distritos marshallianos, mas com forte influência dos teóricos do desenvolvimento regional que dominavam as discussões ainda naquele momento, como Perroux (1977), Myrdal (1957) e Hirschman (1985). O governo goiano apostava que as indústrias instaladas nos distritos industriais fossem capazes de promover integração com a agropecuária, criando polos regionais de crescimento.

Os reflexos da implementação das políticas de desenvolvimento industrial integradas, na visão de Fonseca (2004), sobretudo na desoneração fiscal para o setor, foram sentidos anos depois e poderão ser constados mais a frente. Com relação à instituição dos distritos industriais, a implantação ganhou força no governo seguinte, de Irapuan Costa Júnior com seu plano de governo denominado de Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG), do período de 1975 a 1979.

O plano de governo de Irapuan deu continuidade à política de industrialização e estava em consonância com o II PND (1975/79). A estratégia era a elevação da participação do setor industrial na geração da renda no estado, de forma integrada com os setores minerais e da agropecuária, e com isso, também, contribuir para a elevação da oferta de empregos na área urbana. De acordo com os objetivos e metas para o setor (Quadro 6), a intenção seguia o que estava proposto no II PND, que era de promover a expansão industrial desconcentrada, via criação de polos agroindustriais (distritos industriais) e aproveitamento das potencialidades regionais, sobretudo no processamento de produtos da agropecuária e na extração de recursos minerais e seu beneficiamento.

- Expansão da industrialização dos produtos da agropecuária, objetivando a criação de um parque agroindustrial com capacidade de absorver a produção excedente, com ênfase à obtenção de maior complementaridade industrial e através de empresas produtoras de insumos básicos e de bens de capital para uso na agricultura;
- Industrialização dos minérios, especialmente das jazidas pertencentes à empresa Metais de Goiás S.A., procurando implantar complexos minero-industriais e unidades moageiras de calcário, através de esforços próprios de investimento e de associação com grupos privados de reconhecida capacidade técnica e financeira;
- Apoio à iniciativa privada no desenvolvimento e implantação de projetos de indústrias de minerais não ferrosos;
- Criação de pólos agroindustriais, através da oferta de áreas próprias previamente planejadas, dotadas de infra-estrutura adequada e distribuídas economicamente pelo espaço geográfico do Estado;
- Transferência à iniciativa privada dos projetos industriais de propriedade estatal, que não estejam operando a um nível de eficiência compatível com sua finalidade;
- Maior participação governamental na educação industrial de nível médio, na assistência técnica à indústria e no treinamento de executivos, através de esforços diretos ou de terceiros, mediante convênios e outras formas de participação;
- Incentivos à pequena indústria artesanal urbana, cujas possibilidades de evolução se apresentam satisfatórias, face à qualidade de sua produção e mercado, como forma de melhoria da gestão operacional e expansão do emprego urbano;
- Integração e apoio às políticas municipalistas, que visem a estimular o crescimento da indústria;
- Defesa dos interesses do desenvolvimento da indústria goiana junto aos órgãos federais, aos demais Estados da União e a grupos empresariais, desde que os elevados propósitos do Governo e da economia assim os exigirem;

- Apoio às iniciativas particulares, visando, fundamentalmente, desenvolver uma tecnologia industrial própria, compatível com os desejos da política estadual e nacional;
- Estudos técnicos sobre determinados setores industriais, enfatizando as possibilidades de industrialização dos recursos naturais e de matéria-prima local;
- Ampliação do sistema de informações econômicas estaduais às empresas e empresários regionais, nacionais e internacionais e criação de programas próprios de promoção da indústria e potencialidades industriais do Estado;
- Capacitação do Banco do Estado de Goiás, através de sua Carteira de Desenvolvimento, de recursos humanos e financeiros para atender à demanda de crédito industrial a médio e longo prazo, procurando atingir níveis melhores de operacionalidade;
- Financiamento de exportações e de importações, através da Carteira de Câmbio do Banco do Estado de Goiás em conjunto com linhas internacionais de crédito especializado de comércio exterior;
- Ativação das operações do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE a juros subsidiados, para os projetos considerados prioritários ao desenvolvimento industrial.
- Crescimento do Setor Industrial no período 1975/79, a uma taxa média anual de 15%, superior, portanto, à taxa média nacional, estimada em 12% no II PND. Com isso, objetiva-se que o setor secundário participe com 15% na formação da renda interna do Estado, em 1979;
- Crescimento do Setor Indústria no período 1975/79, a uma taxa média anual de 15%, superior portanto, à taxa média nacional, estimada em 12% no II PND. Com isso, objetiva-se que o setor secundário participe com 15% na formação da renda interna do Estado, em 1979;
- Modificações importantes no perfil industrial da economia, com maior complementariedade industrial e ganho de posição relativa de outros ramos industriais ao ramo “alimentícios”;
- Maior dispersão dos benefícios da indústria pelo território goiano, especialmente na oferta de emprego urbano, aguardando-se para o período 1975/1979 a criação de, no mínimo, 50 mil novos empregos;
- Efetivo funcionamento do Distrito Agro-Industrial de Anápolis – DAIA – como primeiro centro industrial planejado do Centro-Oeste.

Quadro 6: Objetivos e metas para o setor da política industrial de Goiás, do Governo Irapuan Costa Junior – 1975-1979

Fonte: Goiás, 1975, p.113,114 e 115 – Elaboração própria.

Um dos passos importantes para o espraiamento da indústria no estado foi dado no governo de Irapuan, quando deu continuidade à política de instalação dos distritos industriais que havia iniciado no governo de Leonino Caiado. Segundo Cunha (2009), foram projetados 42 distritos espalhados em diversas regiões do estado, no intuito de estimular as potencialidades de suas respectivas regiões que expandiria pontos de industrialização. Contudo, a atenção especial foi para os distritos localizados nos municípios de Anápolis, Catalão, Itumbiara e do então município goiano, hoje tocantinense, de Gurupí. A cidade industrial de Goiânia, sugerida pela CIBPU e planejada durante o governo Otávio Lage, foi substituída pelo distrito agroindustrial de Anápolis.

Depois da instituição da Lei 7.700/73, que previa isenções de impostos para o setor industrial, a efetivação da implantação do Distrito-Agroindustrial de

Anápolis (DAIA), em setembro de 1976, que já estava planejado desde o governo anterior, foi o segundo grande marco histórico para a indústria em Goiás até aquela época. De acordo com Cunha (2009), a força dos industriais de Anápolis e o empenho do governador Irapuan, que tinha sido prefeito do município, na articulação junto ao governo federal para viabilizar recursos para a infraestrutura do Distrito, foram fundamentais para a viabilização do DAIA. O Distrito esteve no radar das ações do programa da região geoeconômica de Brasília, que será melhor exposto mais à frente.

Devido à posição estratégica de Anápolis, entre Goiânia e Brasília, contando com ligações rodoviária e ferroviária, a implantação do DAIA tinha o objetivo inicial de industrializar produtos alimentícios para o fornecimento à capital federal, seguindo orientação da política industrial de Goiás, que tinha como foco agregar valor aos produtos agrícolas e minerais. Para Cunha (2009), entretanto, a própria Lei 7.700/03 estimulava a diversificação da produção industrial. Foi seguindo esta orientação que o DAIA passou a abrigar, além das indústrias alimentícias, indústrias dos ramos de fabricação de minerais não metálicos, móveis, produtos de limpeza, dentre outros.

No governo seguinte, de Ary Valadão, a atenção esteve mais voltada para a agropecuária, atribuindo ao setor produtivo grande parte dos avanços da economia do estado em períodos anteriores. Mas o Plano de Ação para o período de 1980 a 1983 deu continuidade às ações de fortalecimento do setor industrial, sobretudo ao da agroindústria e implantação e ampliação de distritos industriais como política industrial.

As ações de fortalecimento do setor industrial colocavam a agropecuária no centro da dinâmica econômica, tanto à montante como à sua jusante. A visão do governo Ary Valadão era de que a implantação de indústrias em Goiás passaria

[...] a contribuir para o progresso agrícola, seja através do fornecimento de equipamentos e máquinas utilizadas na agropecuária e que libertam o homem de pesados trabalhos no amanho da terra, na colheita, no beneficiamento e conservação dos alimentos; seja através da produção de adubos e defensivos eficientes, apetrechos progressivamente mais baixos; seja pela geração de recursos para financiar a pesquisa agrícola, a educação e o desenvolvimento de novas tecnologias. (Goiás, 1980, p. 9).

Dessa forma, à montante da agropecuária, o Plano de Ação previa estimular a indústria de adubos e fertilizantes, através da exploração e

transformação de minerais, como calcário e fosfato. Além de minerais utilizados como insumos da agropecuária, também foi dada atenção para outros minerais, como níquel, cobre, amianto, nióbio, dentre outros. À jusante da agropecuária, o estímulo estaria voltado para indústrias de processamento de grãos, carnes, leite, couros, dentre outros produtos processados de origem animal e vegetal.

Com relação à questão espacial da indústria, a prioridade do Plano de Ação era a construção dos Distritos Industriais nos municípios de Araguaina, hoje estado do Tocantins, e Itumbiara que estava previsto desde o governo anterior, além de ampliar o DAIA, em Anápolis, e implantar mais indústrias em Luziânia. A expansão do DAIA havia sofrido um retrocesso com o fim da Lei 7.700, que concedia incentivos fiscais, revogada por uma lei complementar a fim de “[...] eliminar a chamada guerra fiscal entre os Estados, condicionando a concessão de incentivos fiscais locacionais à aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária” (GOIÁS, 1980, p. 191). Os incentivos à industrialização do Distrito Federal também foram apontados naquela época como fator inibidor da expansão da indústria em Anápolis. A estratégia do Plano de Ação era atrair mais indústrias para os Distritos de Anápolis e Luziânia, via incentivos fiscais localizados a serem propostos, para dar suporte em termos de oferta de mão de obra e produtos para o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e, assim, promover a integração desta região, além de preservar a função administrativa da capital federal. Com relação aos novos Distritos de Araguaina e Itumbiara, o Plano apenas mencionava, além da infraestrutura a ser implantada, a necessidade de conceder outros tipos de incentivos para atrair e implantar indústrias.

A leitura sobre a tendência para a crescente demanda por produtos de origem mineral, também favoreceu a equipe do governo de Ary Valadão a pensar políticas industriais para o território goiano. Assim, o Plano de Ação previa estimular as indústrias de extração e transformação mineral, sendo que o enfoque principal foi dado em três polos minerais: o de Catalão, prevendo formar um polo minero-químico-metalúrgico para o aproveitamento de nióbio, fosfato, titânio e vermiculita; o da região de Niquelândia e Barro Alto, para aproveitamento de níquel por três grandes empresas (Níquel Tocantins, Codemim e Baminco); e de Minaçu, para extração e beneficiamento de amianto. Para alavancar estes projetos, o estado disponibilizaria infraestrutura adequada, suporte em pesquisas de prospecção e até

mesmo na produção de empresas estatais, como a empresa Matais de Goiás S/A (METAGO).

Para promover o desenvolvimento industrial no período de vigência do Plano de Ação (1980-1983), o governo de Ary Valadão propôs as medidas relacionadas no Quadro 7.

- Estabelecimento de uma política que estimule a construção de Distritos Industriais em Araguaina e Itumbiara. A implantação de mais indústrias no DAIA e em Luziânia;
- Realização de obras e manutenção de serviços que, efetivamente, apoiem os programas de industrialização, tais como: construção e pavimentação de rodovias; construção e manutenção de prédios escolares, de instalações hospitalares e de assistência médica; saneamento básico e sistema de abastecimento; obras de urbanização; centros de treinamento de mão-de-obra; instalação de sistemas telefônicos; construção de pontes e obras hidráulicas; abastecimento de energia elétrica;
- Apoio às indústrias de mineração e metalurgia, através dos programas de prospecção em pesquisa mineral e construção do Centro Tecnologia do Instituto de Tecnologia de Goiás – ITEGO;
- Apoio e incentivo à elaboração de estudos de viabilidade econômica e projetos finais de engenharia para indústrias específicas;
- Ampliação do sistema de apoio à industrialização, gerido pelo Banco do Estado e Banco de Desenvolvimento de Goiás;
- Abertura de canais de comercialização para indústrias goianas no Brasil e no exterior;
- Ação junto ao Governo Federal no sentido de promover a descentralização industrial do país e localizar polos de produção industrial no interior, próximos das matérias-primas e/ou das fontes de energia hidroelétrica;
- Organização de um sistema de informações, capaz de suprir as necessidades dos investidores;
- Fomentar o estabelecimento de agroindústrias nas zonas de produção (óleos vegetais, fios, tortas, laticínios, enlatados de produtos hortifrutigranjeiros, carnes, congeladas, carnes enlatadas, couros, salsicharias, tecelagem, parboilização e empacotamento de arroz, indústrias derivadas do milho, fiação de algodão e seda, aproveitamento completo do babaçu, amidos, álcool e açúcar).

Quadro 7: Medidas propostas pelo governo Ary Valadão para promover o desenvolvimento do setor industrial – 1980-1983

Fonte: Goiás, 1980, p.191 e 192 – Elaboração própria.

A crise fiscal e financeira por qual o Brasil entrou no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, pode ter contribuído, de forma negativa, para que as medidas propostas para o desenvolvimento industrial, no Plano de Ação do governo de Ary Valadão, não surtiram grandes efeitos. As ações que dependiam do poder público, como infraestrutura, tiveram pouco avanço e os incentivos fiscais prometidos para os Distritos não se concretizaram²⁵. O DAIA, um dos principais projetos de apoio ao desenvolvimento industrial, entrou em crise, que, segundo Cunha (2009), pode ter sido potencializada pela concorrência do Distrito Federal e

²⁵ Somente em 1984, no governo de Iris Rezende, que é reestabelecido os incentivos fiscais. Assunto que será abordado no próximo capítulo.

ainda pela opção dos empreendimentos industriais se instalarem na proximidade da matéria-prima. Destacam-se, dentre eles, as indústrias de base mineral e as processadoras de grãos e carnes. As chamadas indústrias weberianas de recursos naturais, sobretudo as agroindústrias, que necessitam se localizar próximas às fontes de matéria-prima devido ao elevado custo do transporte destas, expandiram em Goiás não só pela ajuda das políticas estaduais de apoio a indústria nos governos citados anteriormente, mas pelo desdobramento do processo de integração agropecuária/indústria, iniciado com a chamada tecnificação da agropecuária, ainda no final da década de 1960, como será exposto a seguir.

Além dos planos estaduais de desenvolvimento citados, que continham ações de apoio a indústria, em nível federal também houve uma série de políticas visando promover o desenvolvimento do país que contribuíram para o setor industrial em Goiás, podendo citar os desdobramentos do I e II PND, conforme relatados por Ipea (2002).

De acordo com Castro e Arriel (2016), no I PND, em 1971, havia dois planos que contribuíram para o desenvolvimento de Goiás, que de certa forma estimularam a indústria: o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). O PIN instituiu benefícios fiscais e financeiros para o desenvolvimento da Amazônia Legal, contemplando o então norte de Goiás. O programa visava o desenvolvimento da agropecuária, do setor industrial e da infraestrutura, sobretudo do setor de transporte. Embora o referido programa tenha dinamizado a região de influência da BR 153, no norte de Goiás, Mueller (1990) avalia que ele contribuiu muito mais para a concentração fundiária e renda, além de ter causado danos ao meio ambiente e conflitos de terras. Já o PRODOESTE, teve contribuições importantes para expansão da rede rodoviária regional. Durante o governo de Leonino Caiado, foram destinados recursos financeiros deste programa para construção de rede rodoviária e estradas vicinais no então sul de Goiás e na região do Distrito Federal, além de financiar obras de saneamento, construção de armazéns, silos e frigoríficos. O PRODOESTE teve papel importante no financiamento das ações do governo estadual naquele período.

Para Castro e Arriel (2016), o II PND viabilizou um dos maiores saltos para o desenvolvimento de Goiás e da região Centro-Oeste, ao possibilitar ampliações importantes na infraestrutura, além de implementar importantes

programas regionais, destacando-se o Programa de desenvolvimento dos cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER II). Foi nesse período e com apoio destes programas, que é implantado em Goiás e em boa parte do Centro-Oeste brasileiro a tecnificação da agropecuária, abrindo espaço para elevação da produtividade no campo e, em seguida, propiciando a atração de grandes conglomerados agroindustriais.

4.2.3 A tecnificação da agropecuária: base para agroindustrialização

A mecanização da agropecuária²⁶ preparou as bases para a atração industrial para Goiás, seja à montante, na fabricação de insumos e implementos, seja à jusante, na indústria de processamento de grãos e carnes, principalmente. O suporte para a implantação de técnicas de produção mais avançadas para o setor, foi dado pelo conjunto de políticas públicas de alcance nacional e outras regionais, combinadas com as políticas estaduais para a elevação da produtividade da agropecuária.

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), na segunda metade da década de 1960, a equipe econômica do governo federal promoveu amplas ações para modificação na estrutura da agropecuária brasileira, visando a elevação da produção e produtividade agrícolas de interesse internacional. Para tanto, o Estado brasileiro investiu fortemente em crédito para o setor, com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das Políticas de Garantias de Preços Mínimos (PGPM), e em pesquisas científicas, como a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O SNCR, criado em 1965, tinha como objetivo disponibilizar linhas de crédito acessíveis e subsidiadas para os agricultores, com o intuito de investir na modernização de suas propriedades. Os créditos concedidos ao setor, em sua maior parte nos anos de 1970 e 1980, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), foram realizados a taxas nominais fixas num ambiente de escalada inflacionária, resultando em diminuição do valor real dos empréstimos.

²⁶ Graziano da Silva (1996) denomina de modernização da agropecuária e conceitua o termo como um conjunto de transformações na base técnica da produção na agropecuária, o que resulta em mudanças na produção e na relação de trabalho no campo.

Além dos empréstimos a juros reais negativos, o governo federal instituiu no ano de 1966 as PGPM, com o objetivo de garantir, ao produtor rural, o preço mínimo de seus produtos no momento da comercialização da safra. Desta forma, de acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002), o governo garantia renda mínima ao produtor, além de eliminar as incertezas futuras.

Os dois instrumentos de financiamento e de segurança ao produtor rural foram fundamentais para a promoção da modernização dos meios de produção da agropecuária, mas há de acrescentar e destacar o papel das pesquisas de melhoramento das sementes, correção dos solos, eliminação de doenças e adequação de produtos ao mercado consumidor. Para coordenar estas pesquisas, foi criada, em 1971, a EMBRAPA, que exerceu papel importante na elevação da produtividade no campo, principalmente da região Centro-Oeste, sobretudo de Goiás, pois permitiu a adaptação de variedades agrícolas e correção dos solos ácidos do Cerrado.

No caso da região Centro-Oeste e em especial Goiás, além dessas políticas públicas de âmbito nacional, destinadas ao setor agropecuário, também foram moldadas outras com intuito de transformar o imenso espaço rural, até então improdutivo, em ambiente de alta produtividade. Para Pires (2008), o processo de tecnificação da agropecuária em Goiás se iniciou na metade da década de 1970, tendo os principais instrumentos: o POLOCENTRO, criado em 1975; o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, 1975; o PRODECER II, 1985; e o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), instituído mais tarde, em 1989, que será mais bem explorado no capítulo seguinte. Estas políticas “[...] tiveram por objetivo difundir pacotes tecnológicos para os produtores rurais incrementarem a produtividade do trabalho” (PIRES, 2008, p.83).

O POLOCENTRO, criado em 1975, teve como objetivo promover o desenvolvimento e a tecnificação da agropecuária nas áreas do Cerrado, abrangendo a região Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais. Baseava-se na concepção da teoria dos polos de Perroux (1977), ao selecionar 12 regiões com infraestrutura e com potencial de desenvolvimento da agropecuária. O programa dava atenção à pesquisa, assistência técnica, crédito rural, financiamento para aquisição de equipamentos agrícolas, além de dar suporte em atividades de apoio, como armazenamento, transporte e energia elétrica. Em Goiás, foram quatro polos

identificados e apoiados, o de Gurupi, Pirineus, Piranhas e de Rio Verde, que teve articulação estadual na área de armazenagem de grãos, com a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO), e na área de pesquisa na agropecuária, com a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA).

Segundo Estevam (2004), embora o POLOCENTRO tenha contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento do Centro-Oeste e de Goiás, o resultado poderia ter sido ainda melhor, pois suas ações não foram todas efetivadas e a atuação foi de forma seletiva, ao fomentar a concentração fundiária e beneficiar principalmente a agropecuária empresarial, o que provocou problemas sociais. No campo de armazenagem, por exemplo, a execução orçamentária não atingiu nem um terço do previsto, e as ações de construção e melhorias de estradas atingiu cerca da metade. Mas Estevam (2004) reconhece que as ações nas áreas de energia elétrica, pesquisa e crédito o programa, cumpriram e até superaram aquilo que inicialmente previam. No setor de energia, estima-se que as metas foram superadas; na área da pesquisa, a coordenação da EMBRAPA promoveu ganhos significativos de produtividade no cultivo de grãos e na pecuária de corte; na oferta de crédito, o programa “[...] fortaleceu de maneira acelerada o processo de capitalização no campo” (ESTEVAM, 2004, p.158).

O Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, instituído em 1975, teve como objetivo promover o desenvolvimento equilibrado na região de influência da capital federal, a partir de uma proposta de fortalecimento da rede urbana e evitar fortes pressões migratórias em direção ao Distrito Federal. Antes da sua instituição, foi realizado um estudo pelo Ipea, em colaboração com a SUDECO e os governos estaduais do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, e definiram-se cinco regiões prioritárias para serem apoiadas: Eixo Ceres – Anápolis; área de Influência das BRs-040/050; área de Mineração, envolvendo os municípios de Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto e Padre Bernardo; Vale do Paranã; e Área de Paracatu, em Minas Gerais. Com base em Brasil (1975), a proposta do programa era financiar ações de infraestrutura social (educação, saúde e saneamento), infraestrutura física (energia, comunicações e transporte) e setores produtivos (desenvolvimento rural e agroindustrial). O programa contou com parceria forte dos estados atingidos, os recursos foram pactuados com 50% dos estados e 50% do governo federal.

Em relação ao POLOCENTRO, o programa contribuiu de forma diferenciada no meio rural para a tecnificação da agropecuária em Goiás. Segundo Estevam (2004), o apoio ao aumento da produtividade da agropecuária não foi somente direcionado às propriedades com características empresariais uma série de pequenas propriedades também foi contemplada, principalmente as que tinham potencial em produtos com destino ao consumo em Brasília, como o caso da intenção de constituir uma bacia leiteira no Vale do Paranã.

O apoio à agroindustrialização também foi uma característica importante do programa da região geoeconômica de Brasília, que teve impacto significativo em Goiás. O governo de Irapuan, junto aos industriais de Anápolis, articulou o apoio do referido programa à implantação do DAIA, que estava dentro de uma das regiões prioritárias, eixo Ceres-Anápolis. Cunha (2009) afirma que o projeto do DAIA, que se arrastava desde 1973, foi viabilizado por meio de recursos provenientes de fundos de industrialização, captados através do referido programa.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), no momento em que foi firmado, em 1974, teve como objetivos estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, contribuir para o desenvolvimento regional do país e aumentar a oferta de alimentos no mundo. Num primeiro momento, o programa atuou somente nos cerrados do estado de Minas Gerais e, posteriormente, em 1985, chamado de PRODECER II, abrangeu a região Centro-Oeste. Para Ipea (2002), esse programa foi de fundamental importância para fomentar a agropecuária comercial na região Centro-Oeste. Ainda em funcionamento, o Prodecercer já contribuiu para o aumento da produtividade no campo e para a elevação de exportações de *commodities* agrícolas não só de Goiás, mas de grande parte dos cerrados brasileiro.

Esse conjunto de políticas públicas voltado de forma direta e indireta à agropecuária, de alcance nacional e regional, foi fundamental para modificar as estruturas produtivas da agropecuária.

[...] estes projetos de financiamento à agropecuária tiveram um papel importante na introdução do progresso técnico no território goiano, pois aumentaram a produtividade do trabalho agrícola e, com isso, sua produção agropecuária, notadamente, naquelas culturas de exportação. (PIRES, 2008, p. 82).

Na alteração da estrutura produtiva no campo em Goiás, Estevam (2004) chama atenção para a diminuição da área colhida de produtos agrícolas tradicionais, como arroz e feijão, e a elevação na de produtos exportáveis, como soja e milho, no período de 1960 a 1985, conforme Figura 17. Nas décadas seguintes, esse processo acelerou mais ainda, com a soja assumindo a primeira colocação com cerca de 50% de toda a área colhida. Há de se ressaltar a importância da expansão da agroindustrialização em Goiás, sobretudo do complexo grãos e carnes, para a expansão na cultura da soja e milho.

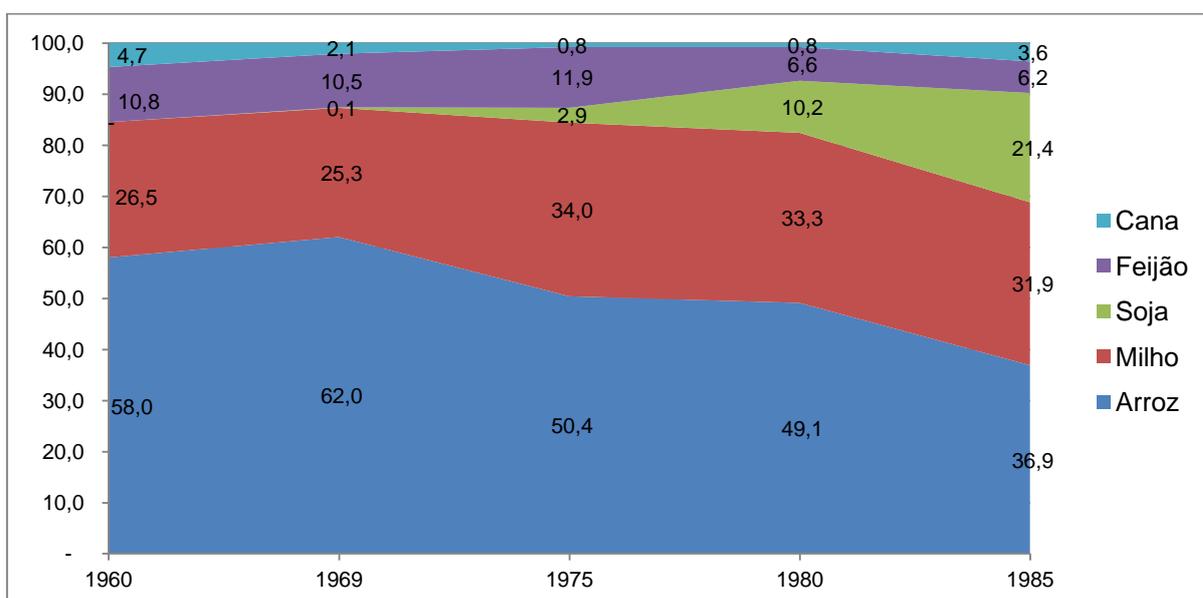


Figura 17: Estado de Goiás - participação, em %, da área colhida dos principais produtos agrícolas – 1960 a 1985.

Fonte: Estevam (2004), p. 165 e censos agropecuários - Elaboração própria.

A mudança do perfil produtivo na agricultura goiana, segundo Pires (2008), é creditada às políticas públicas de apoio ao setor agropecuário no processo de tecnificação da agropecuária. O autor relaciona o uso de tratores, fertilizantes e defensivos agrícolas pelos produtores rurais, a partir dos censos agropecuários de 1975 e 1985 (Figura 18), e afirma que a introdução dos meios modernos de se produzir transformou “[...] parte das unidades de exploração agrícola tradicionais em unidades de exploração agrícolas tipicamente capitalistas” (PIRES, 2008, p. 87).

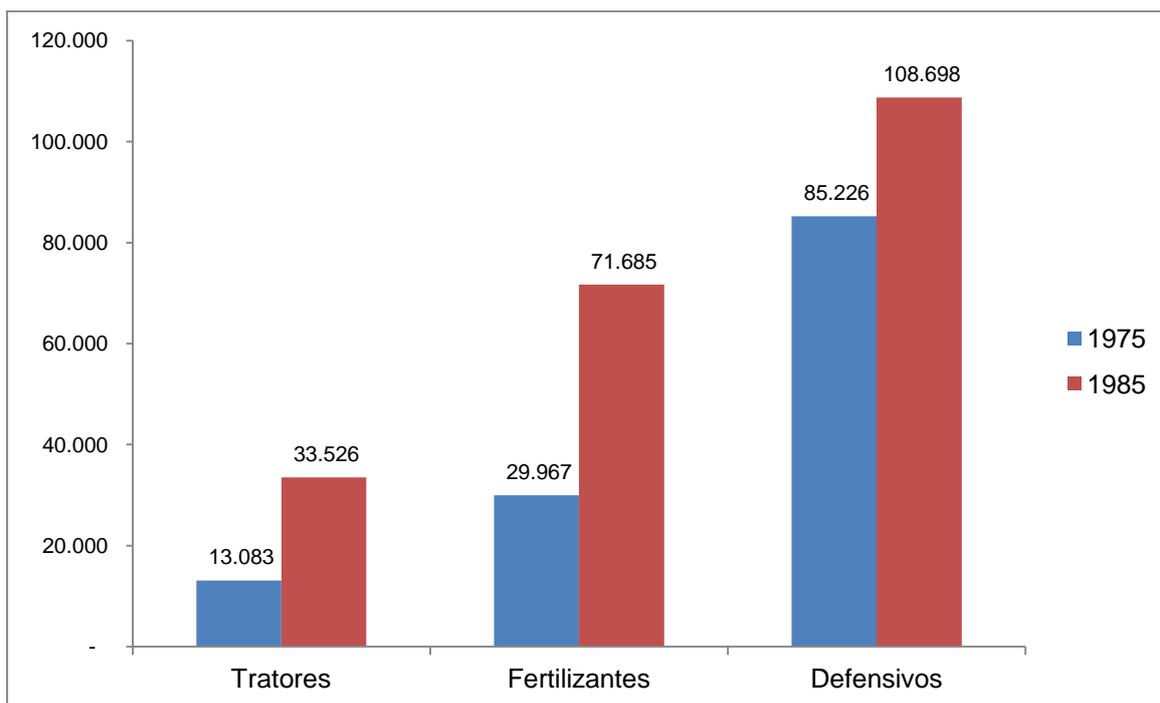


Figura 18: Estado de Goiás - número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam tratores, fertilizantes e defensivos agrícolas – 1975 e 1985.

Fonte: Pires (2008) a partir de dados dos censos agropecuários de 1975 e 1985 - Elaboração própria.

A mudança das práticas de produção na agropecuária alterou a relação desta atividade com a indústria, promovendo a integração entre elas. À montante da primeira, a indústria passou a fornecer máquinas e equipamentos, defensivos agrícolas, fertilizantes e sementes desenvolvidas a partir de pesquisas. À jusante da agropecuária, se desenvolveu as indústrias processadoras de matérias-primas de base agropecuária, com destaque para as alimentícias. Em Goiás, a integração produtiva se dá no decorrer da década de 1970, mas os reflexos desta integração, com a atração de plantas industriais para a proximidade da matéria-prima, se dão em maior intensidade a partir da metade da década de 1980, segundo Castro e Fonseca (1995), e será abordada no capítulo seguinte. Durante o período de 1960 a 1984, objeto de estudo neste capítulo, a indústria goiana ainda tinha limitada integração, mas já ensaiava avanços.

4.3 A indústria goiana no período de 1960 a 1985

A terceira fase da periodização, 1960 a 1985, foi um período de transição para a indústria goiana, que deixa de evoluir somente de forma espontânea e passa a ter indução por meio de estratégia de desenvolvimento. Para isso, conta com apoio governamental, que se deu tanto de forma indireta, através de investimentos em

melhorias da produtividade da agropecuária e em infraestrutura para aproveitar as potencialidades do estado, como de forma direta, principalmente a partir da década de 1970, com incentivos produtivos, e instalação de distritos industriais. Há de se ressaltar que o apoio à indústria goiana não partiu somente da vontade do governo local, mas também por uma estratégia nacional de desconcentração produtiva do setor, por meio de políticas públicas inspiradas nas teorias de desenvolvimento regional de Perroux (1977), Boudeville (1970), Myrdal (1957), Hirschman (1985) e North (1957). Acrescentam-se, ainda, a crescente urbanização do estado, a expansão populacional da nova capital do país, o processo de reversão da polarização industrial em São Paulo, tratada por Diniz e Crocco (1996), e a tendência de expansão das indústrias de recursos naturais com a opção em se instalar na proximidade da matéria-prima.

No período em questão, a indústria goiana ainda não havia recebido prioridade semelhante ao que o Brasil deu ao setor a partir dos anos de 1930, pois a agropecuária continuava como principal atenção. Todavia, as políticas governamentais desenvolvidas, aliadas à questão da ampliação do mercado de produtos das indústrias de base natural, contribuíram de forma significativa para o avanço do setor industrial, fazendo com que ele ganhasse participação de forma gradativa na geração de renda em Goiás, conforme será mostrado a seguir. Do ponto de vista espacial, a atividade industrial passou por grandes mudanças durante o terceiro período: emergiram novos municípios, com indústrias de base mineral; outros perderam importância, como Ceres e Pires do Rio; e houve a ascensão da capital, Goiânia, à primeira colocação na geração de renda do setor industrial²⁷.

O apoio ao setor industrial em Goiás, seja por meio do Plano de Industrialização Regional (PIR), elaborado pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), seja pelos planos de governo a partir dos anos de 1960, somente foi influenciar no conjunto das atividades produtivas em Goiás, em termos de elevação na participação na geração da renda, a partir do final dos anos de 1970 e que foi refletir nos dados do PIB de 1980, conforme Figura 19. Notou-se, nesse período, que a indústria goiana era caracterizada por estabelecimentos de pequeno porte, de baixa produtividade e concentrada em produção de alimentos, mas tendo

²⁷ Uma diferenciação importante, em relação ao período anterior, é a localização industrial em municípios nas proximidades de eixos rodoviários. No período anterior as indústrias se localizavam nas proximidades do eixo ferroviário.

diversificação na estrutura produtiva e perda de representatividade desse segmento, embora todas estas características tenham sofrido alteração ao longo do tempo.

A indústria de transformação goiana até a década de 1970, sobretudo a alimentícia que historicamente foi a mais representativa, se limitava ao beneficiamento, de forma superficial, de produtos agrícolas, como arroz, feijão e milho, abate de animais e indústria madeireira. Os dados da Figura 19 mostram que, em 1960, o conjunto da atividade industrial participava com apenas 7,30% na renda de Goiás. Se se considerar somente as atividades industriais da transformação e extrativa mineral, esse número reduz a 5,4%, conforme exposto no capítulo anterior.

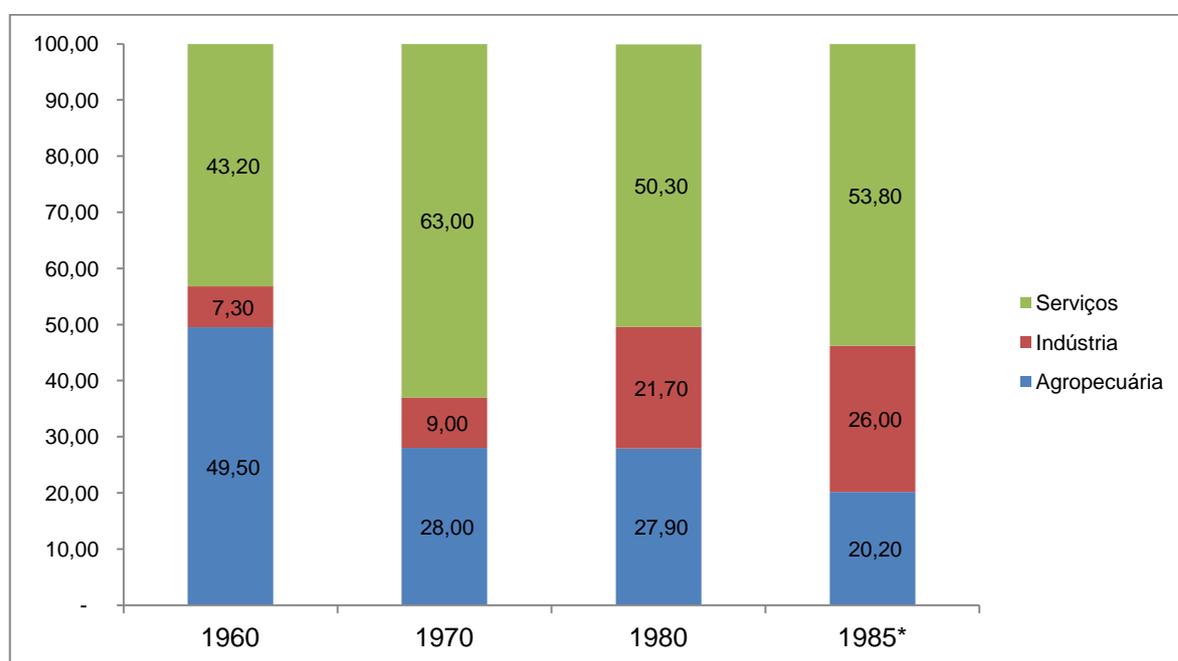


Figura 19: Estado de Goiás - Participação, em percentual, dos três grandes setores produtivos no PIB – anos selecionados

Fonte: IBRE/FGV e Contas Regionais/IBGE - Elaboração própria.

(*) A partir de 1985 foram excluídos os dados do estado do Tocantins.

Viacava (1964), ao estudar a estrutura produtiva goiana para traçar um plano ao setor industrial goiano, no âmbito da CIBPU, disse que, embora a indústria houvesse sofrido avanços nos anos anteriores a 1960, sua representatividade era ainda insignificante. Realizando exercício para retirar a indústria da atividade industrial total, afirma:

É importante salientar ainda que indústria local, além de pouco expressiva, caracteriza-se por uma estrutura primária e rudimentar. Nota-se também que a participação de 7%, acima apontada, resulta não apenas da Indústria de Transformação, (que constitui o mais importante objetivo deste estudo), como também de outros subsetores, quais sejam: Indústria de Energia

Elétrica, Indústria de Construção Civil e Indústria Extrativa Mineral. (VIACAVA, 1964, p. 111).

Ao observar a estrutura produtiva da indústria goiana, no começo da década de 1960, Viacava (1964) encontrou a indústria de transformação produzindo de forma rudimentar, com incipiente diversificação. As atividades processadoras se concentravam em indústrias alimentares, em torno da produção agropecuária, como torrefação de café e farinha, beneficiamento de arroz, abate de animais dentre outros. Na extração mineral, Viacava (1964) observou uma atividade bem restrita às jazidas com fácil aproveitamento, em que pese o vasto potencial que enxergava em Goiás, haja vista que, por meio de estudo de prospecção, já havia identificado grande potencialidade no estado.

A participação do setor industrial na geração da renda goiana continuou baixa em 1970 (9,0%)²⁸, mas naquela década foi lançada a base para que a indústria alcançasse sucessivos ganhos de participação em relação ao PIB goiano, 21,7%, em 1980, e 26,0%²⁹, em 1985. O avanço do setor industrial em Goiás pode ser atribuído à combinação de fatores positivos, como o maior empenho do governo estadual em promover políticas industrializantes e a integração da indústria com agropecuária, através de sua tecnificação, que, conforme Pires (2008), se dá em Goiás a partir da metade da década de 1970, através de forte apoio do governo federal. Pode-se atribuir, ainda, à crescente urbanização de Goiás, conforme será tratado mais à frente. Estevam (2004) caracteriza o período da década de 1970 a 1980 como ponto de ruptura entre o velho e o moderno, quando o setor industrial e de serviços passa a corresponder com frações mais elevadas na geração de renda e trabalho.

O conjunto das atividades industriais de transformação e extrativa mineral também expandiu no período de 1960 a 1985, embora tenha continuado com baixa representatividade na indústria nacional (Figura 20). Há avanços nos três indicadores selecionados, Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial, cujas participações em relação à indústria nacional

²⁸ Para os anos de 1970 e 1980 não há informação disponível para desagregar o setor industrial, com relação à participação na geração da renda em Goiás.

²⁹ A partir do ano de 1985 o IBGE assume o cálculo do PIB para os estados, que antes ficava sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Naquele ano a indústria de transformação e extrativa mineral, objeto de pesquisa desta tese, alcançou 14,90% do PIB goiano.

tenham mais que duplicado, mesmo retirando-se o estado do Tocantins no ano de 1985.

O que chama a atenção nos dados dos censos industriais é a diferença entre a participação do número de estabelecimentos industriais, em relação ao nacional, com pessoal ocupado e VTI. Em média, nos quatro censos, a participação do número de estabelecimentos da indústria goiana, em relação à do Brasil, ficou em três vezes e meia superior à participação de pessoal ocupado, e cerca de cinco vezes à participação do VTI, indicando que a indústria goiana, nesse período, tinha forte composição de pequenos estabelecimentos.

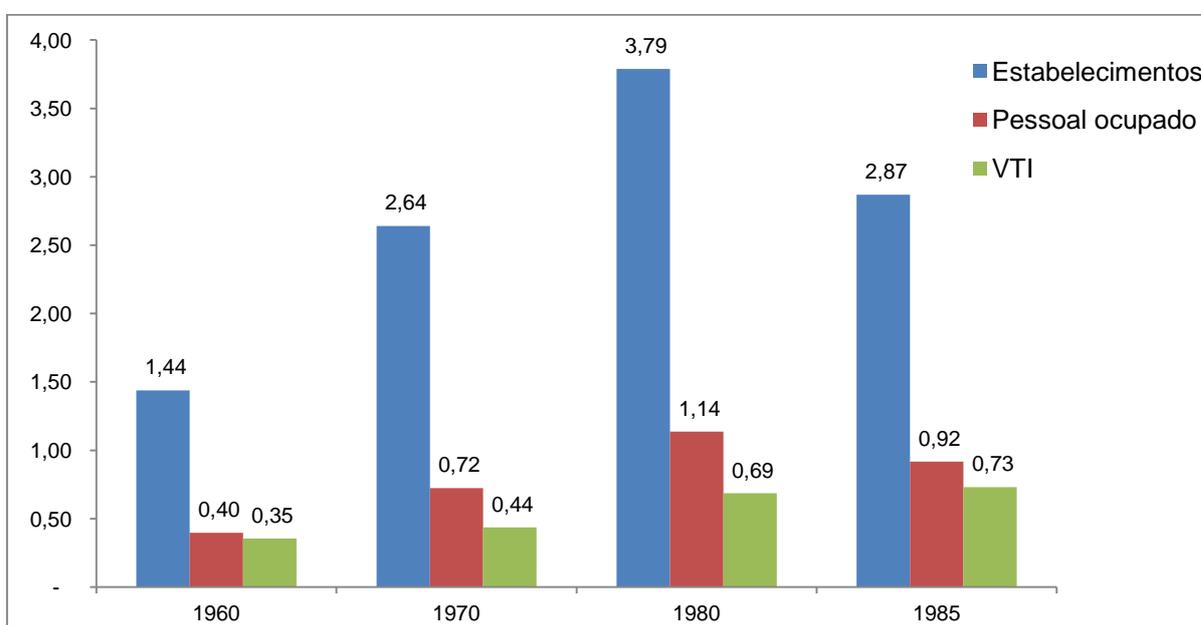


Figura 20: Estado de Goiás: Participação, em percentual, de Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em relação a indústria brasileira – anos selecionados

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1985) – Elaboração própria.

(*) A partir de 1985 foram excluídos os dados do estado do Tocantins.

Um levantamento realizado a partir dos censos industriais de 1960 mostra que 70,36% dos estabelecimentos industriais no estado empregavam de uma a quatro pessoas, e que não havia nenhum estabelecimento com número acima de 250 pessoas empregadas, conforme Tabela 10. A participação de estabelecimentos de até quatro empregados ainda continuou elevada (66,97% de um total de 5.938 estabelecimentos) no ano de 1985, mas nota-se que aparecem estabelecimentos de porte maior, inclusive acima de 500 pessoas empregadas (0,04%, que correspondia a sete estabelecimentos).

Tabela 10: Estado de Goiás e Brasil - Participação, em percentual, de Estabelecimentos, segundo faixas de pessoas ocupadas da indústria – 1960, 1980 e 1985.

Porte do Estabelecimento	1960		1980		1985*	
	GO	BR	GO	BR	GO	BR
1 a 4 pessoas	70,36	59,18	65,46	41,26	66,97	47,17
5 a 9 pessoas	18,98	18,41	17,45	22,18	19,80	23,35
10 a 19 pessoas	5,42	9,00	6,84	14,62	6,80	12,33
20 a 49 pessoas	1,60	7,57	3,72	10,70	3,62	9,00
10 a 99 pessoas	0,37	2,23	0,99	4,24	1,39	3,78
100 a 249 pessoas	0,18	1,43	0,43	2,97	0,85	2,80
250 a 499 pessoas	-	0,60	0,14	1,00	0,41	1,03
500 e mais pessoas	-	0,43	0,04	0,50	0,12	0,46
Sem declaração	3,08	1,15	4,93	2,53	0,04	0,08
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1960, 1980 e 1985) – Elaboração própria.

(*) A partir de 1985 foram excluídos os dados do estado do Tocantins.

A elevação do porte dos estabelecimentos industriais está relacionada à atratividade de empreendimentos ligados a agroindústria, sendo um desdobramento da tecnificação da agropecuária. Para Castro e Fonseca (1995), a partir do início da década de 1980, cria-se um ambiente para as grandes empresas do complexo grãos-carne, através da ampliação de escala de produção à jusante de seu processo produtivo. O aumento do número de estabelecimentos industriais de maior porte no estado está relacionado, também, ao PROÁLCOOL, que, em Goiás, segundo Estevam (2004), surtiu maior efeito a partir de 1982, e em 1984 já teriam instaladas 17 indústrias de produção de álcool e açúcar em território goiano, sendo duas no norte do estado (hoje estado do Tocantins) e 15 na parte sul. Pode-se creditar, ainda, os efeitos da implementação dos incentivos fiscais, que será abordado no capítulo seguinte.

Outras duas características marcantes da indústria goiana, observadas no período em questão, são as baixas produtividade do trabalho e agregação de valor. Os dados de 1960 mostram que a produtividade da indústria estadual representava 89,35% da nacional, tendo caído de forma acentuada nos anos de 1970 e 1980, representando cerca de 60% da produtividade do trabalho da indústria brasileira, e voltando aos patamares dos 80% em 1985 (Figura 21). Comportamento semelhante foi observado com a relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) e ao Valor da Transformação Industrial (VTI), que mensura a capacidade de agregação de valor da atividade produtiva. Em média, a indústria goiana possuía relação inferior à

registrada na média nacional, no período de 1960 a 1985, tendo se aproximado à agregação de valor brasileira em 1985. Essa aproximação está ligada à elevação do número de estabelecimentos de porte maior, pois as grandes empresas possuem sistema de produção com maior tecnificação, elevando a produtividade do trabalho. De Negri e Cavalcante (2014), ao realizarem um exercício sobre a produtividade do trabalho do setor industrial no Brasil, no período de 1960 a 2010, constataram que as grandes empresas são quase cinco vezes mais produtivas que as empresas com menos de 50 funcionários.

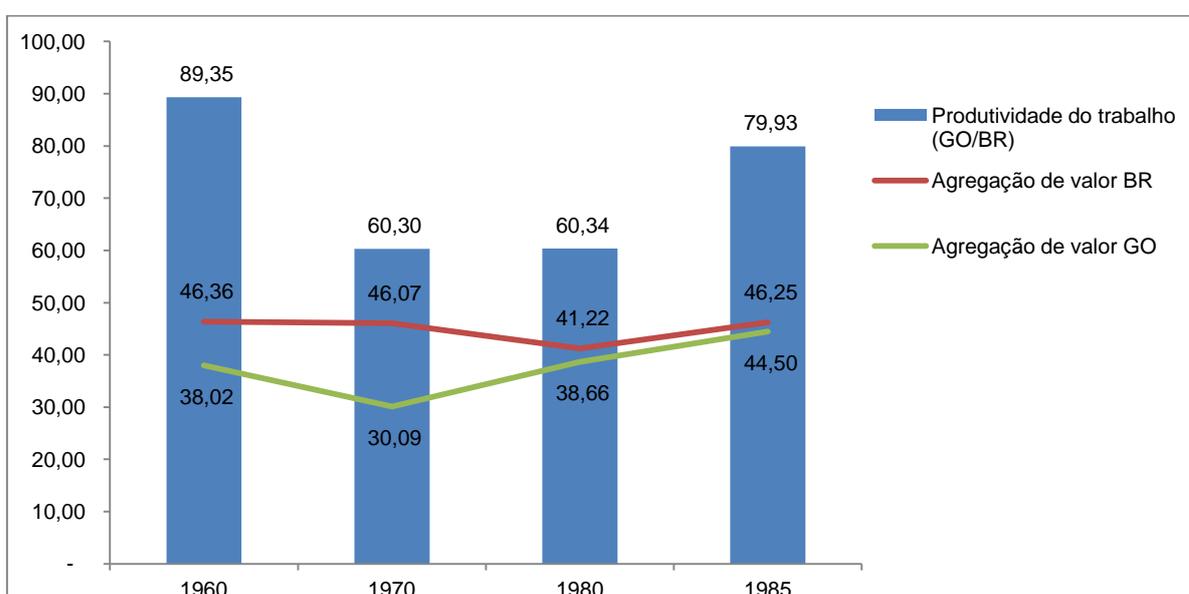


Figura 21: Produtividade do trabalho e agregação de valor da indústria goiana, comparadas à média da indústria nacional.

Fonte: Cálculos realizados a partir de IBGE - IBGE (1940, 1950 e 1960) – Elaboração própria.

Notas: 1 – Valor agregado corresponde à relação entre Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) – $VA=VBP/VTI*100$; 2 – Produtividade do Trabalho (PT) corresponde a relação entre VTI e Pessoal Ocupado (PO) – $PT=VTI/PO*100$.

O menor valor agregado e a produtividade inferior, se comparados ao nacional, e a oscilação destes indicadores ao longo do período tratado, estão relacionados ao perfil produtivo da indústria goiana e sua tentativa de afirmação enquanto atividade produtiva. A Tabela 11 mostra que, a partir de 1960, Goiás experimentou alterações significativas no perfil produtivo. Mesmo com forte expansão da indústria alimentícia, em termos de número de estabelecimentos e pessoal ocupado, sua participação na estrutura industrial sofre forte redução. Em contrapartida, outros segmentos, como extrativa mineral, fabricação de produtos minerais não metálicos e fabricação de produtos químicos e farmacêuticos, emergem.

Tabela 11: Estrutura, em percentual, de Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo Grupos e gêneros, da indústria goiana – 1960, 1970, 1980 e 1985

Grupo e gênero industrial	Estabelecimentos				Pessoal ocupado				VTI			
	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985
Indústrias extrativas de produtos minerais	1,66	0,97	2,09	1,38	1,43	4,97	6,32	7,14	0,93	8,47	12,90	8,71
Indústrias de transformação	98,34	99,03	97,91	98,62	98,57	95,03	93,68	92,86	99,07	91,53	87,10	91,29
Minerais não metálicos	22,67	21,83	21,86	16,54	21,91	18,54	22,62	15,46	11,50	7,82	23,32	18,09
Metalúrgica	1,54	2,51	2,97	6,01	2,80	3,52	6,36	5,07	1,14	2,70	4,58	9,51
Mecânica	0,06	2,78	0,87	2,88	0,28	2,53	2,75	3,43	0,40	1,47	1,77	1,58
Material elétrico e de Comunicação	0,06	0,85	0,23	0,64	0,03	1,03	1,44	0,87	0,00	0,73	1,96	1,22
Material de Transporte	1,11	1,06	1,15	1,43	1,42	1,35	2,08	1,82	0,76	0,69	1,43	0,93
Madeira	10,84	10,99	13,18	11,27	11,35	8,74	8,95	4,84	6,40	4,21	3,57	1,27
Mobiliário	7,09	7,79	5,93	8,67	5,72	5,67	4,46	4,70	3,26	2,01	1,41	1,12
Papel e papelão	0,06	0,11	0,08	0,19	0,08	-	0,44	0,47	0,03		0,42	0,41
Artigos de borracha e plásticos	-	0,76	0,68	0,88	-	1,48	1,11	1,13	-	0,97	1,20	0,72
Couros, peles e produtos similares	3,27	1,38	0,53	0,49	2,33	0,95	0,46	0,49	1,15	0,61	0,31	0,48
Química e Farmacêutica	0,43	0,55	0,59	1,73	0,67	-	2,10	4,43	1,37	-	2,33	10,09
Têxtil	0,18	0,21	0,23	0,25	0,77	-	2,15	2,93	0,76	-	2,95	2,63
Vestuário, calçado, e artefatos de tecidos	6,90	3,33	3,76	8,82	7,40	4,87	4,36	8,51	4,47	2,43	1,82	2,80
Produtos alimentares	40,67	41,28	41,38	33,65	37,56	40,06	28,21	30,21	63,85	52,58	32,64	33,94
Bebidas	1,42	1,15	0,67	0,61	1,89	2,27	1,60	2,40	1,18	2,29	2,50	3,04
Fumo	-	0,09	0,11	0,05	-	-	0,14	-	-	-	0,04	-
Editorial Gráfica	1,66	1,70	2,66	3,15	3,88	4,01	3,67	3,54	2,37	2,92	2,84	1,65
Diversas	0,37	0,67	1,04	1,35	0,48	-	0,80	0,84	0,41	-	0,21	0,24
Serviços auxiliares	-	-	3,11	-	-	-	5,28	-	-	-	1,91	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1985) – Elaboração própria.

Os dados da Figura 22 mostram a alteração sensível no perfil da indústria goiana. Em 1960, o perfil industrial do estado tinha forte concentração na fabricação de produtos alimentares (63,85% do VTI) e se resumia em praticamente cinco segmentos, quer sejam produtos alimentares, minerais não metálicos, madeiras, vestuário, calçado, e artefatos de tecidos, e mobiliário.

Em 1970, os números revelam a emergência da indústria de extração mineral (8,47% do VTI), tendo ampliado em 1980 (12,90%), refletindo o apoio recebido pelos governos estaduais, principalmente no governo Otávio Lage, conforme relatado anteriormente, além da crescente demanda por produtos minerais no Brasil e no mundo. Há de se ressaltar, também, o estímulo do governo brasileiro, na década de 1970, à produção nacional de insumos para a agricultura, com o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, beneficiando esse segmento industrial em Goiás.

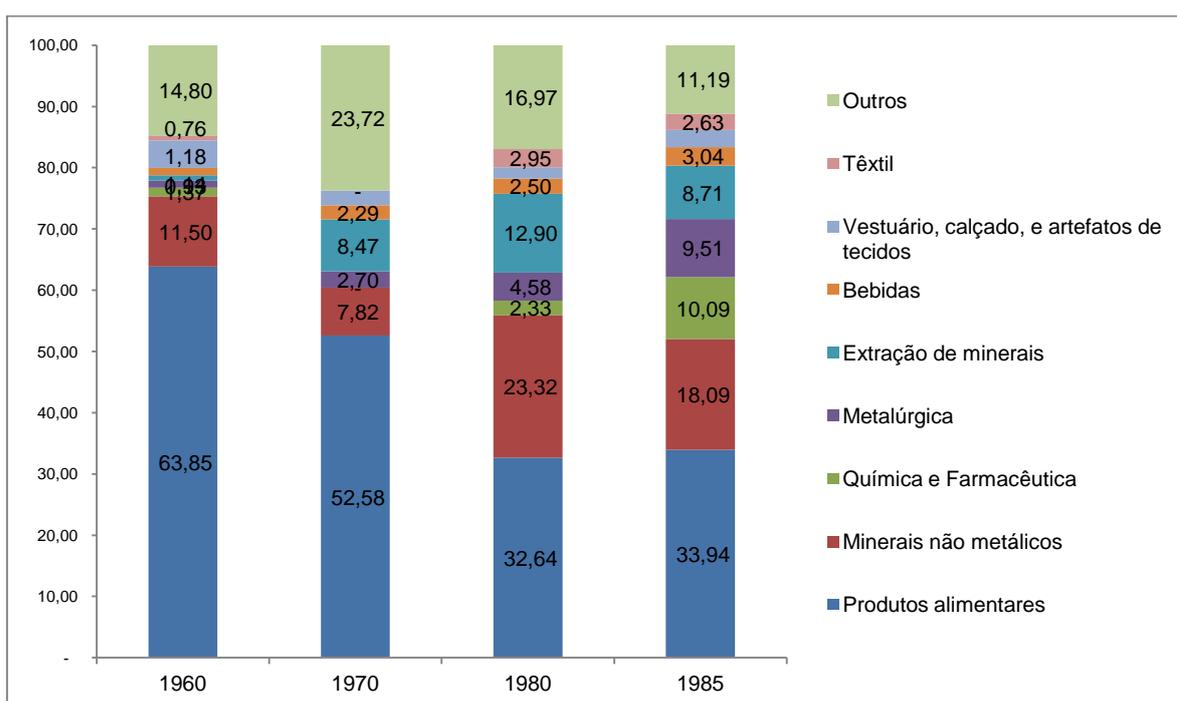


Figura 22: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo principais gêneros industriais – 1960, 1970, 1980 e 1985.

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1960, 1970, 1980 e 1985) – Elaboração própria.

Para o ano de 1980, o destaque é a queda da representatividade da indústria de produtos alimentares, no VTI total do setor industrial, e o salto do segmento de fabricação de minerais não metálicos (23,32%), permanecendo com

representatividade ainda elevada (18,09%) em 1985. O destaque para a emergência desse segmento, que contempla basicamente produtos destinados à construção civil, reflete a crescente urbanização de Goiás, que será explorada a seguir.

Os dados de IBGE (1985) mostram, além de certa estabilização da representatividade das indústrias de produtos alimentares, minerais não metálicos e extração de minerais, em relação ao VTI estadual, também a emergência da indústria química e farmacêutica, que nesse caso refere-se a química, sobretudo a fabricação de álcool, e metalurgia. A indústria sucroenergética foi impulsionada, em Goiás e no Brasil, nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, pelo PROÁLCOOL, programa que, segundo o IBGE (1985), visava a substituição da importação de produtos derivados do petróleo, nesse caso os combustíveis. Em Goiás, de acordo com Estevam (2004), a expansão desse segmento industrial ocorre com maior força a partir de 1982.

As alterações no perfil produtivo da indústria goiana, no período em questão, estiveram ligadas às transformações ocorridas no meio rural e urbano no estado. No meio rural, a tecnificação da agropecuária promoveu atração industrial à montante e à jusante do seu processo produtivo. No meio urbano, o processo de urbanização rápida pelo qual Goiás passou, impulsionou atividades industriais ligadas à construção civil principalmente, como a fabricação de produtos minerais não metálicos, e fabricação de vestuário e calçados, além de mudar a espacialização da produção industrial no estado, conforme será mostrado a seguir.

As mudanças ocorridas no meio rural e urbano, em Goiás, contribuíram para a alteração no perfil produtivo industrial ao longo da terceira fase da periodização proposta nesta tese, com base na classificação definida pela OCDE (2003) de acordo com intensidade tecnológica. A renda gerada pelas atividades industriais de Baixa intensidade tecnológica, expressa pelo VTI, foi reduzindo de forma gradual (Figura 23), e nos anos de 1980 surgem com maior participação no VTI as atividades classificadas com Média-Alta e Média-Baixa intensidade tecnológica. Juntas essas duas atividades já participavam com mais de 20% do VTI em 1985, segundo dados do Censo Industrial.

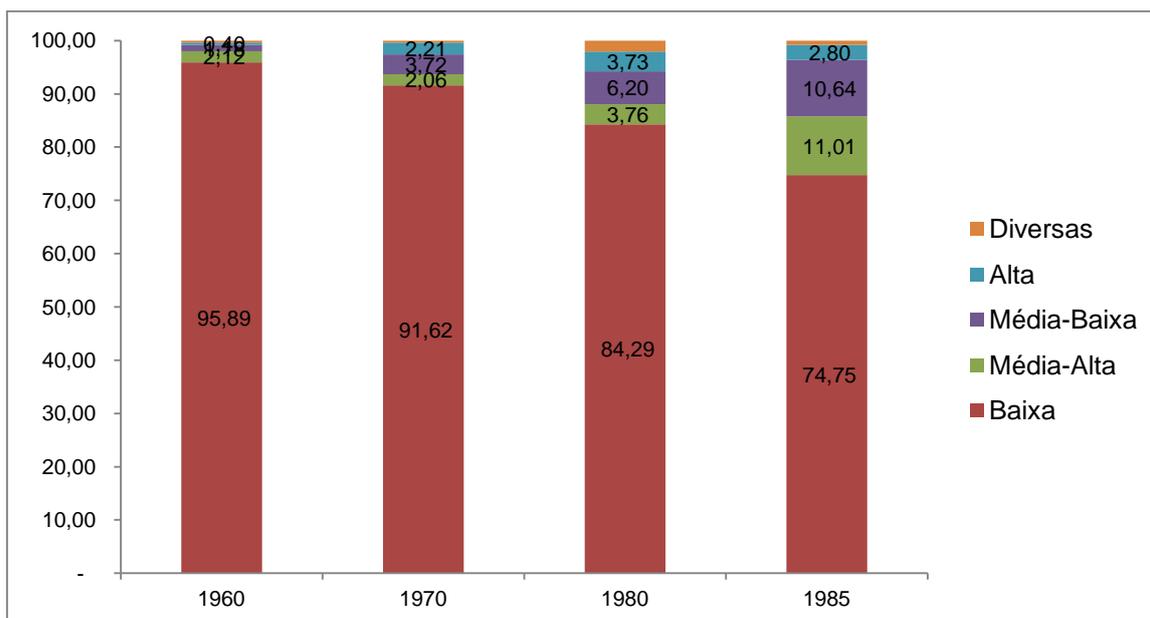


Figura 23: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – anos selecionados.

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1960, 1970, 1980 e 1985) – Elaboração própria.

* Classificação com base em OCDE (2003)

Embora as atividades com o uso de tecnologia tenham ganhado participação na geração da renda do setor, há de se destacar que, apesar de Goiás ter entrado em sintonia com as políticas industriais e de desenvolvimento de território em desenvolvimento no país, o perfil da indústria goiana mostra que o estado não participou de forma direta da estratégia desenvolvimentista de industrialização brasileira, cujos setores-chave eram ligados aos complexos metal-mecânico-químico. Na verdade, Goiás foi estimulado a ser um grande consumidor dos referidos segmentos industriais, através da tecnificação da agricultura e, quando muito, associou o segmento da extrativa mineral local, fosfato e calcário, com a indústria química nacional para fabricação de fertilizantes. O perfil da indústria goiana, portanto, estava fortemente ligado à indústria de Baixa intensidade tecnológica.

4.3.1 A concentração industrial em Goiânia: o reflexo da urbanização

A dinâmica espacial da indústria goiana na terceira fase da periodização, 1960 a 1985, teve importantes alterações e delinea a sua configuração no território goiano nas décadas seguintes. A rápida urbanização e a tecnificação da

agropecuária foram eventos importantes para a mudança espacial da produção do conjunto das indústrias de transformação e extrativa mineral.

Os quatro principais eventos ocorridos em Goiás, a saber, a chegada da ferrovia em Anápolis, a implantação das capitais de Goiás e do Brasil em território goiano, bem como a Cang de Ceres, promoveram a atração de um grande contingente populacional para o estado. Posteriormente, no final dos anos de 1960 e com maior intensidade nos anos de 1970, a modernização nos meios de produção na agropecuária, em Goiás, contribuiu para que boa parte da população rural migrasse para as cidades. O adensamento populacional no meio urbano, por sua vez, elevou a demanda por produtos industriais, contribuindo para a mudança do perfil produtivo e atratividade de empreendimentos da indústria, sobretudo nos municípios de Goiânia e Anápolis.

No período entre as décadas de 1930 e de 1970, Goiás passa por intensa atração de população, seduzida pela chegada da ferrovia no centro goiano, pela construção da nova capital, Goiânia, pela Cang de Ceres e principalmente pela implantação de Brasília, facilitada pela ampliação de uma infraestrutura de transporte, inicialmente pela ferrovia e posteriormente com as rodovias. Segundo Estevam (2004), de 1930 a 1945 o estado atraiu trabalhadores rurais, em sua maior parte de Minas Gerais, seduzidos pelas terras férteis do Mato Grosso goiano, que se inseriram no projeto da colônia agrícola de Ceres e nas proximidades de Anápolis e da nova capital, ocupados no cultivo de arroz, milho e feijão. A implantação de Goiânia também atraiu grandes contingentes populacionais, seja para a ocupação na construção civil ou em busca de alguma ocupação na nova cidade promissora, fato semelhante ocorrido com a mudança da nova capital do Brasil em território goiano.

Conforme Figura 24, no auge da expansão populacional, a população de Goiás cresceu em média 3,9% ao ano entre os anos de 1940 a 1950, e 4,8% ao ano entre 1950 e 1960. Nas décadas seguintes, houve desaceleração, tendo crescido 4,2% ao ano, entre os anos de 1960 a 1970, reduzindo ainda mais a taxa de crescimento na década seguinte (2,8% ao ano). Para Estevam (2004), a partir da década de 1970, o fluxo de imigrantes para Goiás foi menor, mas qualificado. Boa parte era de paulistas e sulistas que possuíam técnicas mais avançadas de cultivo

das novas variedades agrícolas, como a soja, no processo de tecnificação da agropecuária.

Entre os censos de 1970 e 1980, a maior movimentação da população foi do meio rural em direção às cidades, quando a população urbana saiu de 42,17% para 62,20%, conforme Figura 24. Esse movimento esteve ligado à migração “[...] campo-cidade estadual, campo cidade interestadual e cidade-cidade interestadual” (ARRAIS, 2013, p. 108). Arrais (2013), com algumas ressalvas, atribui ainda à fragmentação de municípios, a partir da divisão de outros, instituindo novas áreas urbanas.

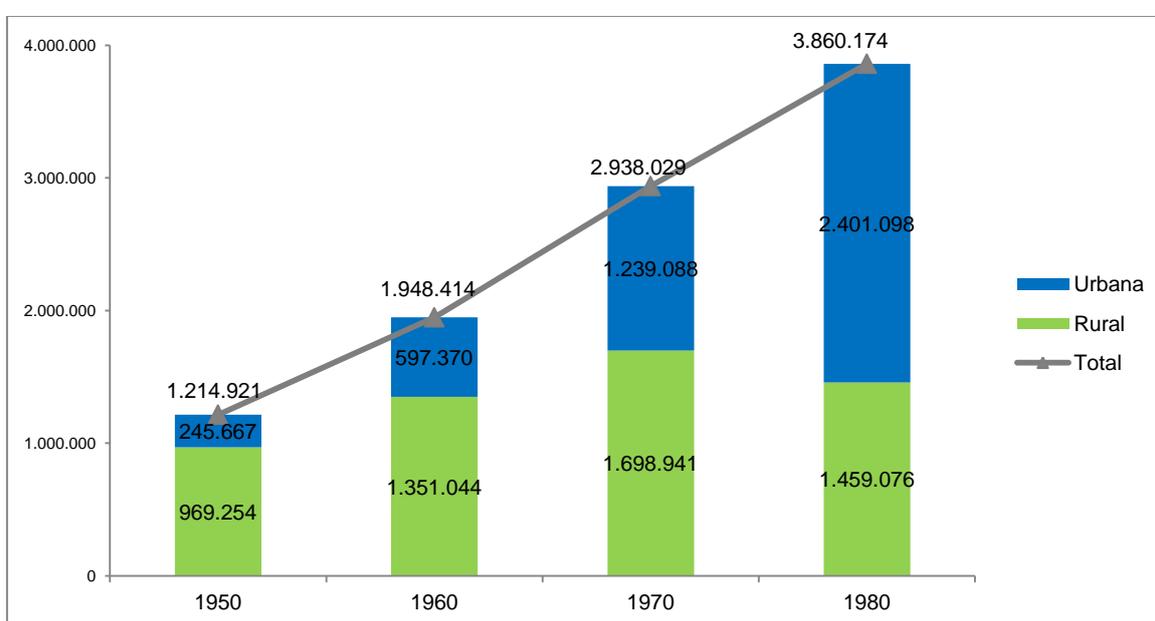


Figura 24: Estado de Goiás – Evolução da população urbana, rural e total – 1950, 1960, 1970 e 1980.

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980) – Elaboração própria.

O processo de urbanização citado por Arrais (2013) concentrou a população goiana num conjunto pequeno de municípios (Figura 25). Dos 223 municípios existentes em 1980, quando os municípios pertencentes ao estado do Tocantins ainda eram de Goiás, apenas sete (Goiânia, Anápolis, Araguaína, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Rio Verde) tinham população acima de 50 mil habitantes, e estes representavam 32,86% da população total do estado. Em 1970, a população desses mesmos municípios representava 24,42% da estadual. O processo de concentração populacional se deu nas cidades ao longo da rodovia BR 153, no eixo

Goiânia-Anápolis-Brasília, e no sudoeste do estado, nos municípios de Jataí e Rio Verde.

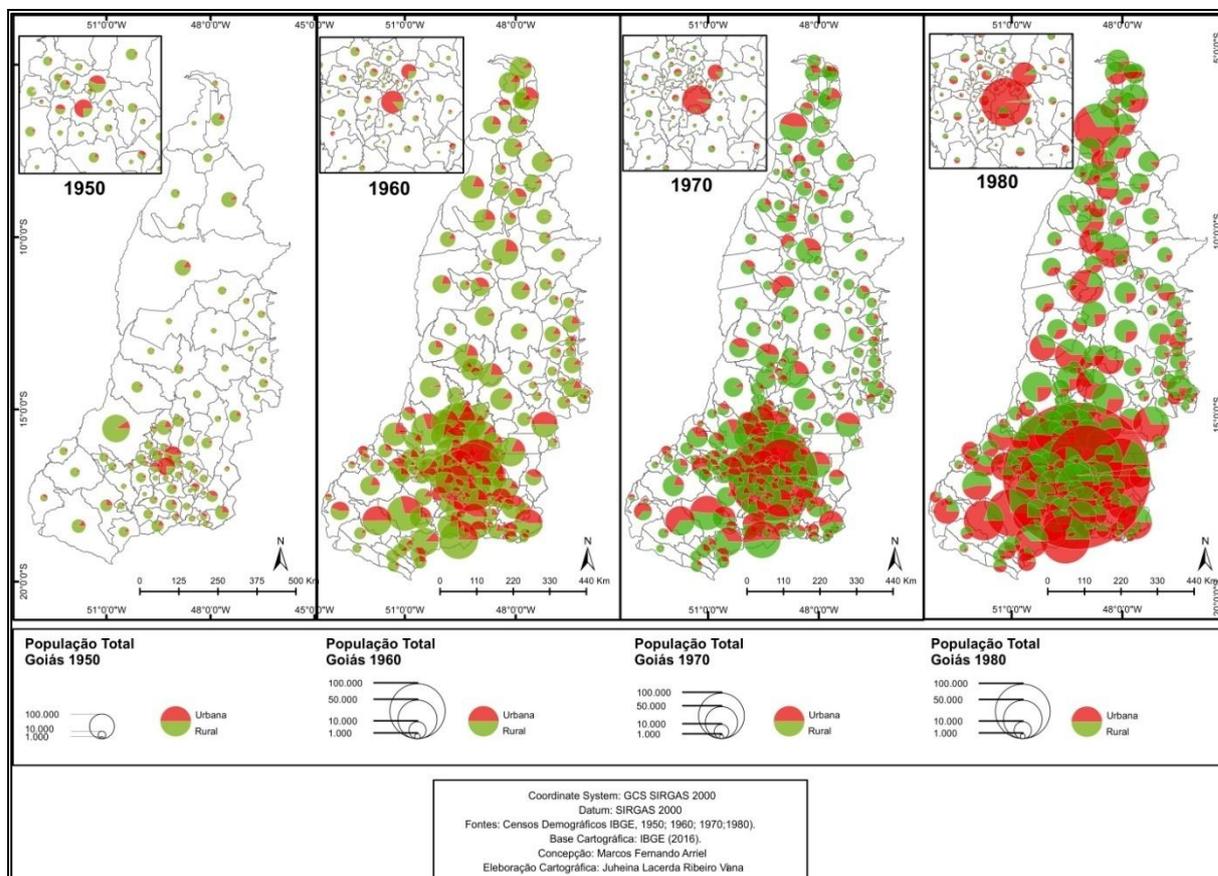


Figura 25: Estado de Goiás – Espacialização da evolução da população urbana, rural e total – 1950, 1960, 1970 e 1980.

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980).

Em termos espaciais, a indústria goiana seguiu o comportamento da população ao concentrar a geração de renda do setor em poucos municípios, mas nem todos se figuravam entre os maiores de população. Nos anos de 1960 (71,06%), 1970 (76,36%) e 1980 (76,67%), os dez maiores municípios concentravam quase 80% do VTI, sendo que os municípios de Goiânia (17,94%, no ano de 1960, 34,13%, em 1970, e 26,99%, em 1980) e Anápolis (20,28% no ano de 1960, 21,71%, em 1970, e 19,59%, em 1980) eram responsáveis por cerca de 50% do VTI estadual, conforme Tabela 12. Os dados dos censos industriais também mostram a decadência de municípios como Ceres e Pires do Rio e a ascensão de outros, como Goiânia que é elevada à primeira colocação na geração da renda industrial em 1970.

Tabela 12: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) – 1960, 1970 e 1980

1960		1970		1980	
Município	VTI estadual (%)	Município	VTI estadual (%)	Município	VTI estadual (%)
Anápolis	20,28	Goiânia	34,13	Goiânia	26,99
Goiânia	17,94	Anápolis	21,71	Anápolis	19,59
Ceres	6,3	Uruaçu	7,03	Minaçu	9,93
Pires do Rio	5,85	Itumbiara	2,93	Ouvidor	4,73
Jataí	4,84	Goianésia	2,61	Palmeiras de Goiás	3,91
Catalão	3,98	Catalão	1,81	Itumbiara	2,86
Itumbiara	3,9	Pires do Rio	1,72	Corumbá de Goiás	2,69
Inhumas	3,83	Santa Helena de Goiás	1,6	Piracanjuba	2,53
Goiatuba	2,33	Jataí	1,53	Araguaína	1,78
Ipameri	1,81	Ceres	1,28	Santa Helena de Goiás	1,66
Subtotal	71,06		76,35		76,67
Outros	28,94	Outros	23,65	Outros	23,33
Estado de Goiás	100,00		100,00		100,00

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980) – Elaboração própria.

Observando os dez maiores municípios na geração de renda do setor industrial, Tabela 12 e figuras 26 e 27, nem todos são os de maior população. A exceção são aqueles cuja atividade industrial necessita se localizar na proximidade da matéria-prima, como é o caso das indústrias weberianas de recursos naturais, do ramo mineral, que instalam suas unidades produtivas independente do tamanho da população do município. Nesses municípios, estão localizadas reservas minerais (indústria extrativa mineral), podendo citar o município de Uruaçu, que em 1970 aparece como o terceiro na geração do VTI. Neste município, a SAMA S.A. (Minerações Associadas) iniciou as operações em 1967, na usina Cana Brava, com extração e processamento Crisotila, usada principalmente para fabricação de telhas e caixas de água, insumos para a construção civil, num momento de acelerada urbanização. Em 1976, o município de Uruaçu é desmembrado e a localização da indústria SAMA passa a pertencer ao município de Minaçu, que nos dados do Censo Industrial de 1980 estreia em terceiro no VTI, continuando na posição do município de sua origem.

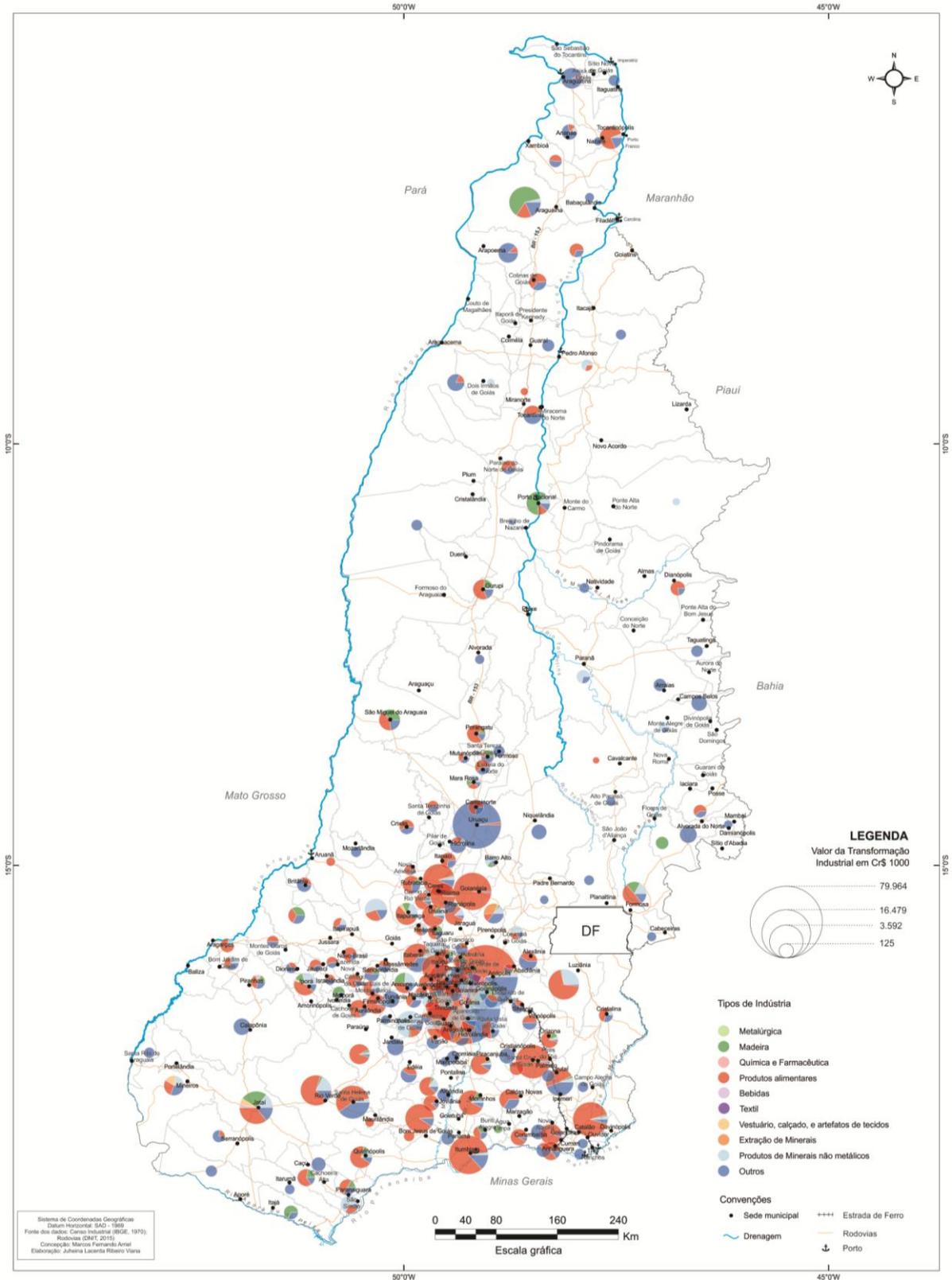


Figura 26: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1970
Fonte: IBGE (1970)

Impulsionada pelas ações contidas nos planos de governo das décadas de 1960 a 1980, em consonância com as políticas federais para o setor, a atividade mineral ganhou força no estado e colocou os municípios de Ouvidor, Palmeiras de Goiás e Corumbá de Goiás, além de Minaçu, entre os dez maiores municípios do VTI em 1980. O primeiro foi favorecido pela expansão do uso de fertilizantes, que junto com o município de Catalão formava grande reserva de fosfato e que, nos anos seguintes, formou o polo minero-químico Catalão/Ouvidor. Os municípios de Palmeiras de Goiás e Corumbá de Goiás se destacaram pela extração de calcário para fabricação de cimento, sendo que cada um abrigava uma fábrica de cimento. O primeiro teve a indústria implantada em 1970 para atender o crescente mercado da construção civil, principalmente de Goiânia, e em 1988, com emancipação de Cezarina, o local da fábrica passou a pertencer a este município. Corumbá de Goiás foi o primeiro município goiano a receber uma fábrica de cimento, a Companhia de Cimento Votorantin, instalada entre os anos de 1958 e 1961. Essa fábrica foi construída para atender a construção de Brasília. Em 1990, o local da fábrica passa a pertencer ao município de Cocalzinho, antigo distrito.

Outras indústrias weberianas de recursos naturais, mas com necessidade de se instalarem em locais com boa infraestrutura, processadoras de produtos da agropecuária, também contribuíram para ascensão de alguns municípios entre os maiores VTIs, em Goiás. Destacam-se, entre os municípios, Itumbiara, Goianésia, Santa Helena de Goiás e Jataí. Itumbiara, por estar entre Goiânia e o Triângulo Mineiro, importantes centros consumidores e distribuidores, com boa infraestrutura e próxima de regiões com elevada produção de grãos, se figurou nos anos de 1970 e 1980 na quarta e sexta colocação, respectivamente, na geração do VTI no estado. Goianésia aparece entre os dez primeiros apenas em 1970, influenciada, principalmente, por uma indústria de açúcar e álcool instalada em 1961. O município de Santa Helena de Goiás, relacionado nos dois Censos Industriais, além da indústria alimentícia também, se destacou no ano de 1980 a indústria têxtil, sendo uma primeira fase do processamento de algodão. Jataí, que aparece entre os dez maiores somente no ano de 1970, ganha força na produção industrial a partir da década de 1980, junto com o município de Rio Verde, formaram um polo de indústrias processadoras de grão e carnes.

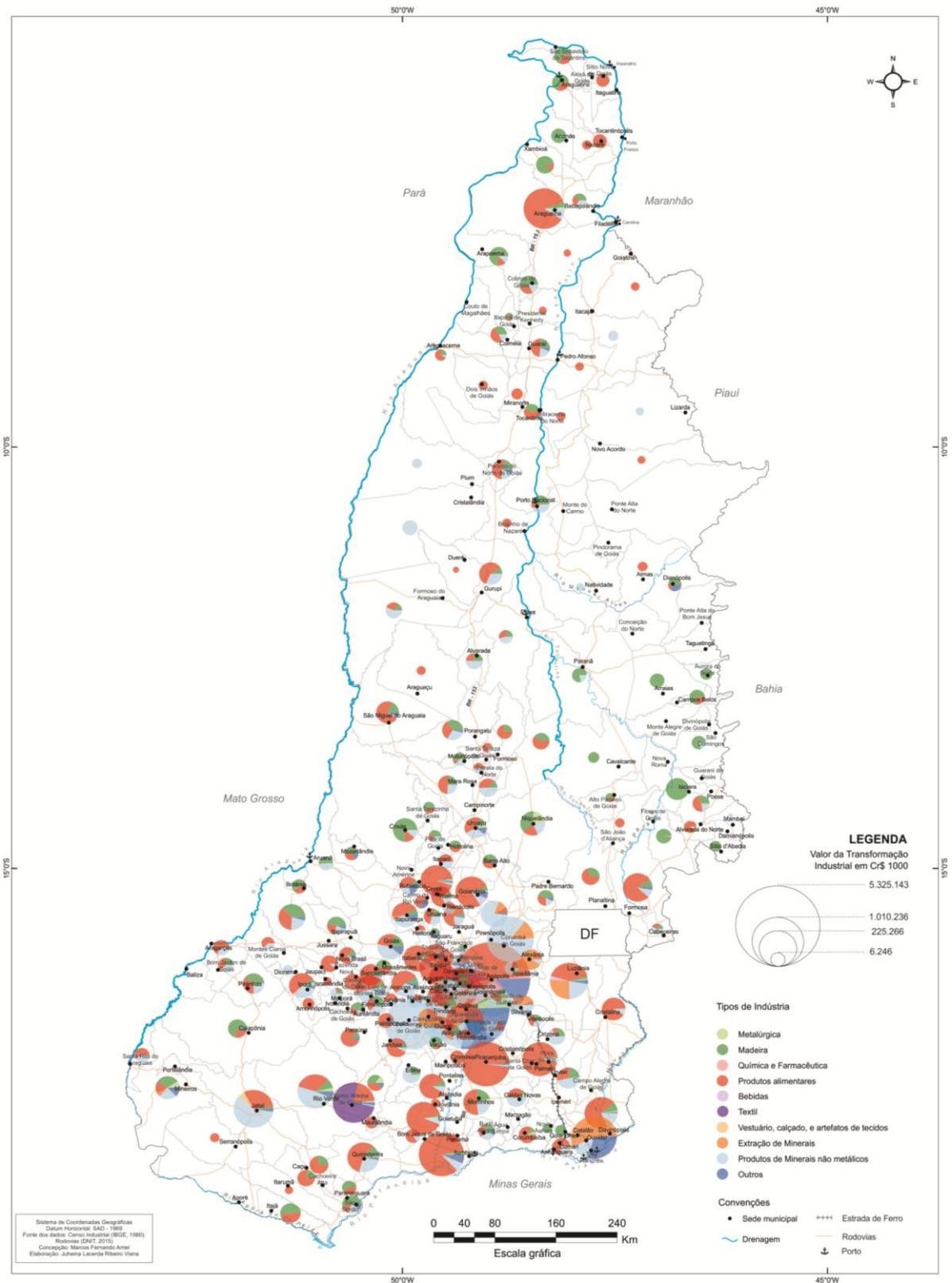


Figura 27: Espacialização da indústria goiana, segundo Valor da Produção, Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – 1980
Fonte: IBGE (1980)

Os dados dos censos também mostram municípios decaindo em participação no VTI, entre os anos de 1960 e 1980. Ceres, que em 1960 participava com 6,30% da indústria estadual, passou a contar com pouco mais de 1% em 1970, reflexo do fim da Cang que articulava elevada produção de arroz e café, para o beneficiamento no município. Pires do Rio é outro exemplo, com a perda de importância da ferrovia, ficou na sétima colocação com maior participação na indústria em 1970, mas em 1980 não ficou entre os dez primeiros.

Embora a indústria intensiva em recursos naturais tenha ganhado força no estado e fazendo emergir em alguns municípios a atividade industrial, foi a chamada indústria weberiana de mercado que reforçou a concentração industrial no estado, nos municípios de Goiânia e Anápolis durante o período em questão, inclusive com a elevação da capital à primeira colocação no VTI, em 1970. Depois de dois censos (1950 e 1960) liderando a atividade industrial no estado, Anápolis perde a hegemonia, mas continua com elevada participação no VTI, conforme Figura 28.

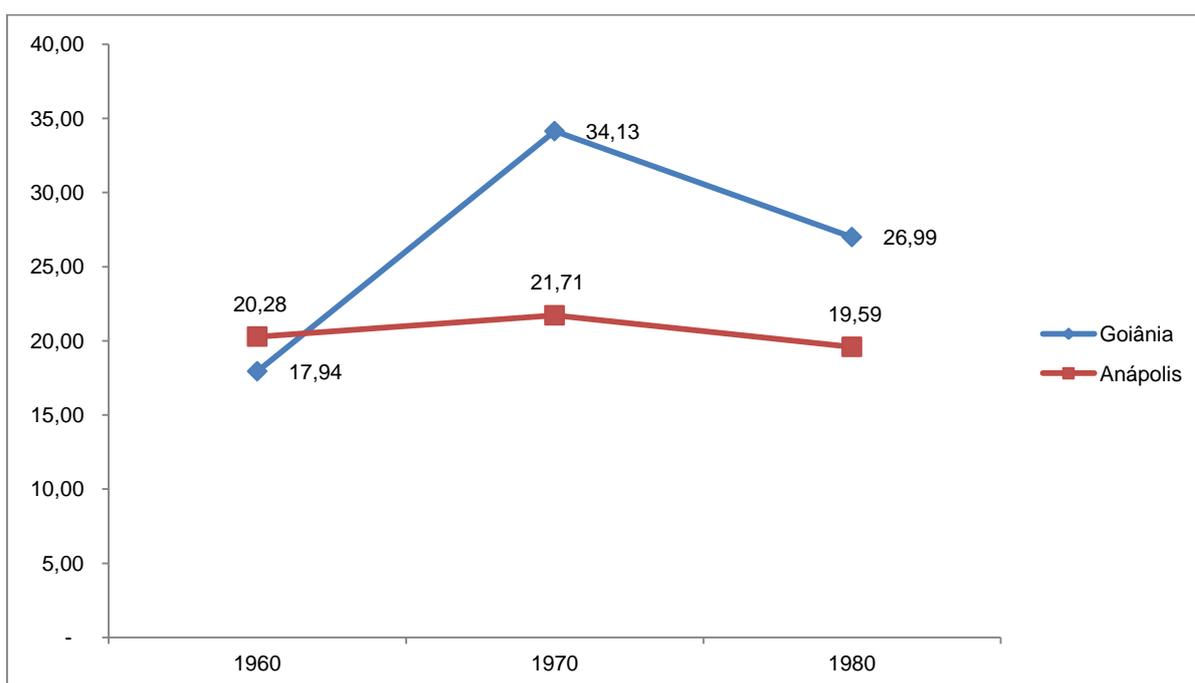


Figura 28: Goiânia e Anápolis – Evolução da participação, em %, no Valor da Transformação Industrial (VTI) – 1960, 1970 e 1980.

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980) – Elaboração própria.

Em 1980, Goiânia e Anápolis concentravam 23,25% da população e 46,58% na geração de renda da indústria, sendo que em 1970 a indústria estava ainda mais concentrada (55,84%). A concentração da atividade industrial nestas

duas cidades foi beneficiada, além da elevada população, também pela oferta de serviços, que pode ter um processo circular e contínuo: a população foi se concentrando nas aglomerações urbanas, atraindo atividades produtivas que também se aglomeraram. Esse movimento está em consonância com as observações realizadas por Myrdal (1968), quando desenvolveu sua teoria da causação circular e acumulativa. Christaller.(1966), com sua teoria dos lugares centrais, também abordou o tema da concentração da atividade produtiva, nesse caso a indústria, ao afirmar que a oferta de serviços relacionados a atividades industriais pode explicar a concentração de indústrias em cidades com maior capacidade de polarização, pois esses serviços minimizam custos de produção ao estarem nas proximidades. Foi dessa forma que a atividade industrial se concentrou em Goiânia e Anápolis.

Por ser capital do estado, Goiânia atraiu para si grande fluxo populacional. De 1950 a 1980, a população da capital cresceu 9,05% em média anual, enquanto a população do estado cresceu, em média, “apenas” 3,93%. Arrais (2013) reconhece que a oferta de trabalho e de bens e serviços foram fundamentais para atração de migrantes tanto do próprio estado, quanto de outras unidades da federação, para uma cidade que emergia. Depois da concentração de pessoas,

[...] Goiânia passou a estimular demandas, nas mesmas proporções, de capitais fixos, bens e serviços, de meios de informação e da atividade política institucional. Enfim, de uma gama de atributos da modernização, tanto materiais quanto imateriais, que passaram a influenciar a produção do território goiano. (ARRAIS, 2013, p. 113).

É nesse processo que a indústria goianiense expandiu e se diversificou. Conforme Figura 29 a seguir, a tradicional indústria alimentícia foi cedendo espaço para outros segmentos industriais. Exemplo disso é a fabricação de produtos de minerais não metálicos que, estimulada pela construção civil, ganhou quase dez pontos percentuais entre os anos de 1970 a 1980. Vale ressaltar que, mesmo com a diversificação produtiva, a indústria no município de Goiânia continuou sendo predominantemente de bens de consumo não duráveis, intensiva em trabalho, de baixa produtividade e baixa agregação de valor. No setor de fabricação de produtos alimentares e bebidas, predominava a indústria de panificação, laticínios, abate de animais, dentre outros. A indústria de produtos minerais não metálicos estava ligada à cadeia da construção civil, mas com produtos de menor complexidade produtiva, como produtos cerâmicos (tijolos e telhas), areia, britas e pedras ornamentais.

Enfim, a indústria na capital estava ligada à produção de baixa complexidade e, na maioria dos segmentos, estava voltada para o consumo local.

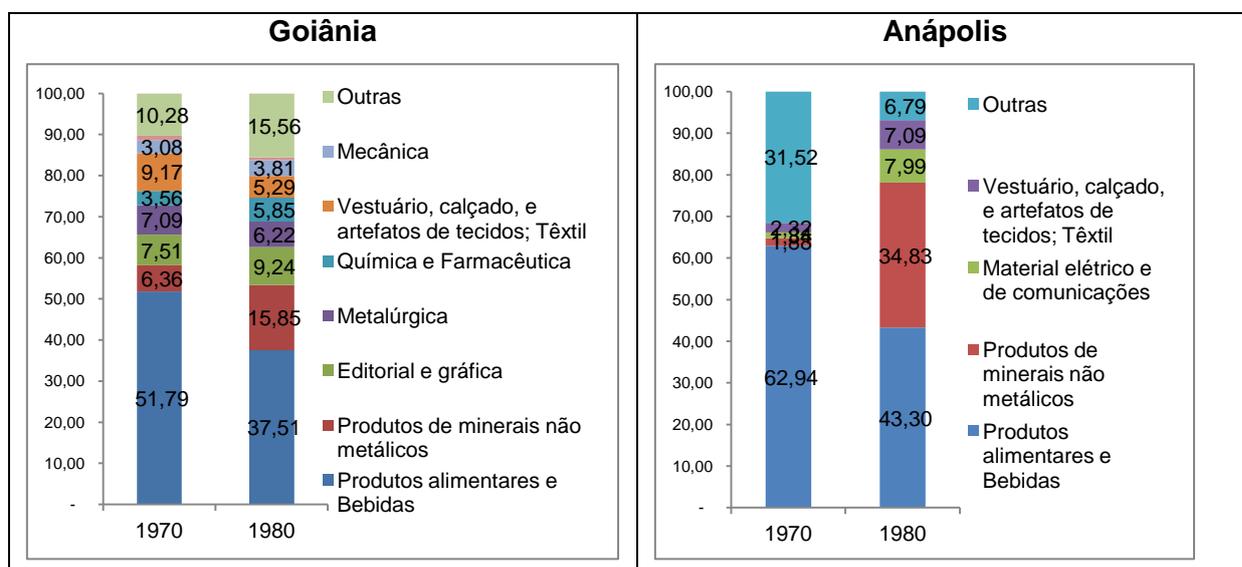


Figura 29: Goiânia e Anápolis – Evolução da estrutura produtiva, em %, com base no VTI – 1970 e 1980

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1970 e 1980) – Elaboração própria.

O município de Anápolis, segundo colocado no VTI nos anos de 1970 e 1980, perdeu a primeira colocação que tinha nos anos de 1950 e 1960. Ainda, continuou com elevada participação na renda gerada pela indústria, e foi protagonista em sediar a primeira unidade da escola do Senai em Goiás e o primeiro Distrito Industrial no estado.

Anápolis exerceu importante papel para a economia goiana a partir da chegada da ferrovia, em 1935. A ligação ferroviária com o sudeste do país contribuiu para a conexão da região central do estado com a economia dinâmica do país, e para inserir Goiás na economia capitalista daquela época. Segundo França (1974), o município teve participação fundamental na construção de Goiânia, ao fornecer suprimentos e material de construção para as obras de implantação da nova capital, o mesmo ocorreu anos depois com a construção da nova capital do país. A proximidade com a Canga de Ceres também fez do município um polo comercial fornecedor de produtos industrializados, receptor de produtos agrícola, e processador de arroz, milho, café, dentre outros.

A influência regional de Anápolis atraiu para si uma indústria incipiente que produzia grande parte daquilo que não compensava importar do sudeste brasileiro, mas que contribuía para suprir as necessidades básicas de consumo

industrial na região. Na Figura 30, estão expostas imagens de indústrias típicas da década de 1960, naquele município, como beneficiadoras de café e arroz, indústria têxtil e fabricação de óleos vegetais.

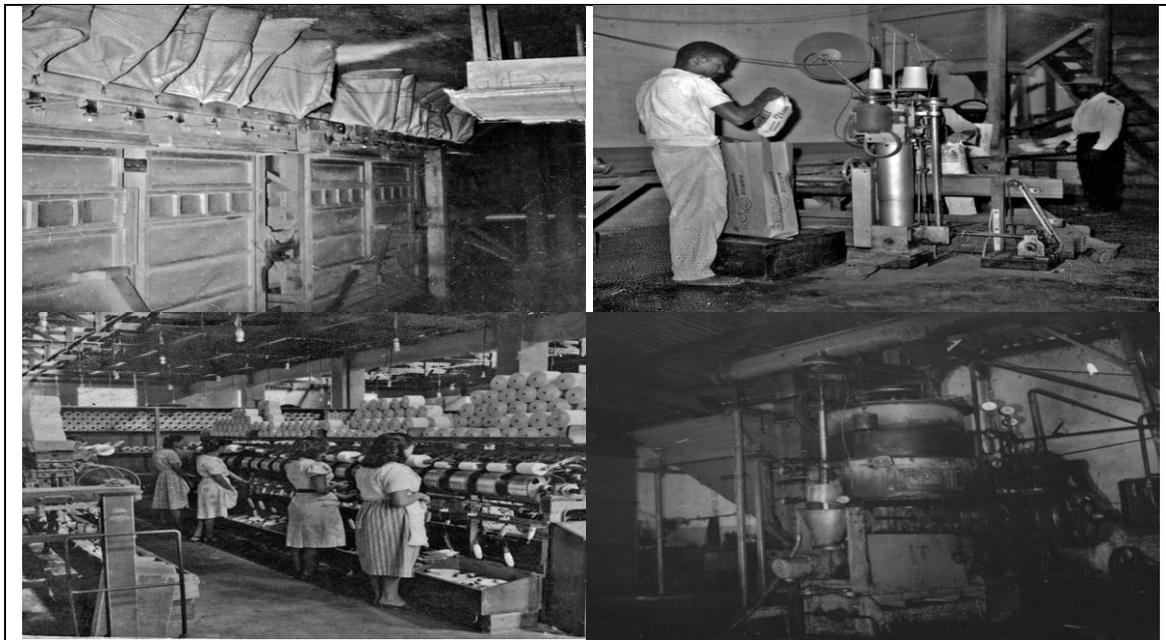


Figura 30: Fotos de indústria em Anápolis, em 1965. Da esquerda para direita, fábrica de beneficiamento de café, fábrica de beneficiamento e empacotamento de arroz e fábrica de óleos vegetais.

Fonte: IBGE

Mesmo depois de Goiânia assumir a primeira colocação entre os municípios industriais, conforme dados de 1970, Anápolis continuou com elevada participação (em torno de 20% do VTI estadual) e acompanhou a expansão industrial goiana acima da média brasileira. O impulso maior foi dado com a efetivação do DAIA, em 1976, que, de acordo com Cunha (2009), estimulou a diversificação da produção industrial naquele município. Conforme exposto na Figura 30, Anápolis passou a abrigar além das indústrias alimentícias, outras dos segmentos de vestuários, calçados e artefatos de tecidos, material elétrico, móveis, produtos de limpeza, dentre outros. O grande destaque, entretanto, foi o ganho de participação da indústria de produtos de minerais não metálicos, que participava com 1,88% da indústria local em 1970, e passou para 34,83% em 1980, segundo dados do Censo Industrial.

Segundo Cunha (2009) e Castro (2004), pouco depois da inauguração do DAIA, um conjunto de 40 indústrias estavam em estágio avançado de implantação, sendo que as primeiras instaladas foram uma fábrica de pisos e revestimentos, uma

de pré-moldados de amiantos e outra de lapidação de pedras preciosas e semipreciosas. Conforme Goiás (1980), nem todos os 40 projetos vingaram. No início dos anos de 1980, nove indústrias estavam em funcionamento, quatro em construção e quatro com área escriturada, pronta para iniciar a implantação. No entanto, os anos que sucederam não foram promissores para o DAIA, bem como para a indústria de Anápolis. A crise fiscal financeira pela qual o Brasil entrou e a reorganização espacial das indústrias processadoras de recursos naturais, além da mudança do ideário teórico, colocando em cheque o sucesso dos distritos industriais, podem ter contribuído para relativo fracasso do município.

No final do terceiro período a indústria goiana, não se pode dizer que o setor caminhava de forma “natural”. O impulso dado pelas políticas industriais, explícitas por meio dos planos de governo estadual, e das ações de melhoria e implementação de infraestrutura nos programas estadual e federal, no âmbito do I e II PND, contribuíram significativamente para o avanço do setor industrial em Goiás. Acrescenta-se ainda a tecnificação da agropecuária que lançou a base para a agroindustrialização do estado, com reflexos na fase da periodização seguinte, e a intensificação do processo de urbanização.

Do ponto de vista dos resultados, a indústria goiana avança na participação na geração de renda estadual. Com a diminuição de participação da indústria alimentícia, mais voltada para o atendimento local, se diversifica ensaiando outros mercados com o ganho de escalas de produção, e passa a concentrar fortemente em Goiânia e Anápolis. Na fase seguinte, a quarta e última na periodização proposta por esta tese, há um esvaziamento das políticas regional e industrial, provocado pela crise que o país estava vivendo. Assim, diante da falta de coordenação federal, os estados tornaram-se protagonistas ao desenvolverem mecanismos de promoção da industrialização, baseados principalmente na concessão de benefícios fiscais e financeiros. No caso de Goiás, a referida fase é marcada, ainda, pelo desdobramento do processo de integração agricultura e indústria, que, aliado às políticas de fomento à industrialização, acelera a participação da indústria na geração de renda no estado, integrando-se a outras regiões, e contribui de forma significativa na formação de polos industriais regionais.

CAPITULO 5 A POLARIZAÇÃO DA INDÚSTRIA EM GOIÁS (1985 – aos dias atuais)

Este capítulo consiste em delimitar o quarto e último período da indústria goiana, que vai de 1985 aos dias atuais, mas em função das bases de dados disponíveis optou-se em fixar a data final em 2014. Nesse último período, há uma combinação do aproveitamento da base montada durante o terceiro período da indústria goiana (1960 a 1985) e a instituição de incentivos fiscais de forma coordenada, a partir de 1984, que resulta na industrialização de Goiás, aos moldes do conceituado no início desta tese. Do ponto de vista espacial, este capítulo concentra esforços em verificar a inter-relação das atividades industriais nos polos industriais de Goiás, para identificar sua integração à base produtiva local e sua inserção nacional e internacional, sob a ótica do setor industrial. Para contextualizar, será abordado de forma geral o comportamento da indústria nacional no período pós 1980.

5.1 A indústria brasileira pós 1980

Após um período de elevado crescimento do produto industrial, com forte contribuição da indústria de bens de capital e de consumo duráveis, conforme tratado no capítulo anterior, a indústria brasileira entra num período de baixo desempenho, culminando na perda relativa na geração de renda do país, de forma sucessiva ao longo dos anos pós 1980, com tendência de elevação na participação na produção de bens de consumo leves.

Entre os anos de 1955 e 1980, a indústria brasileira passou por um período desenvolvimentista, em que o país aproveitou o momento de elevada liquidez internacional, em que o capital buscava oportunidades para investimento em países periféricos. O resultado, segundo Arend (2009), foi a internacionalização de grandes corporações americanas e europeias, que expandiram suas estruturas produtivas no país, com elevada transferência de tecnologia. Em linha com os IDEs, o Estado brasileiro atuou como indutor do processo de desenvolvimento econômico, influenciado pelas teorias de desenvolvimento regional, contribuindo para um rápido crescimento do setor industrial, destacando-se o Plano de Metas e o II PND.

A partir do início da década de 1980, após sucessivas crises externas, houve diminuição e encarecimento do crédito externo, provocando forte retração de IDEs e transferências tecnológicas. Para Arend (2009), a forma como o Brasil delegou ao capital externo o processo de industrialização no período anterior, deixou o país vulnerável na entrada da quinta revolução tecnológica³⁰, por causa da dependência dos recursos estrangeiros. A dependência tecnológica impediu o processo de expansão industrial e fez com que a economia brasileira seguisse com baixo dinamismo nos anos posteriores. Somam-se a isso, ainda, os desequilíbrios fiscal e financeiro por qual o Brasil entrou no início dos anos de 1980, e a falta de previsibilidade, que levaram o setor industrial a reduzir investimentos de longo prazo.

Na década seguinte, a indústria sofre novo revés. A redução do investimento em anos anteriores, combinado com a abertura comercial abrupta do início dos anos de 1990, provocou elevada competição com produtos industrializados do exterior. O resultado foi a forte diminuição da participação do produto industrial em relação ao PIB, conforme Figura 31, provocando a discussão sobre a desindustrialização precoce do Brasil, discutido por Arend (2009), Cano (2012), Oreiro e Marconi (2014), Squeff (2012), dentre outros.

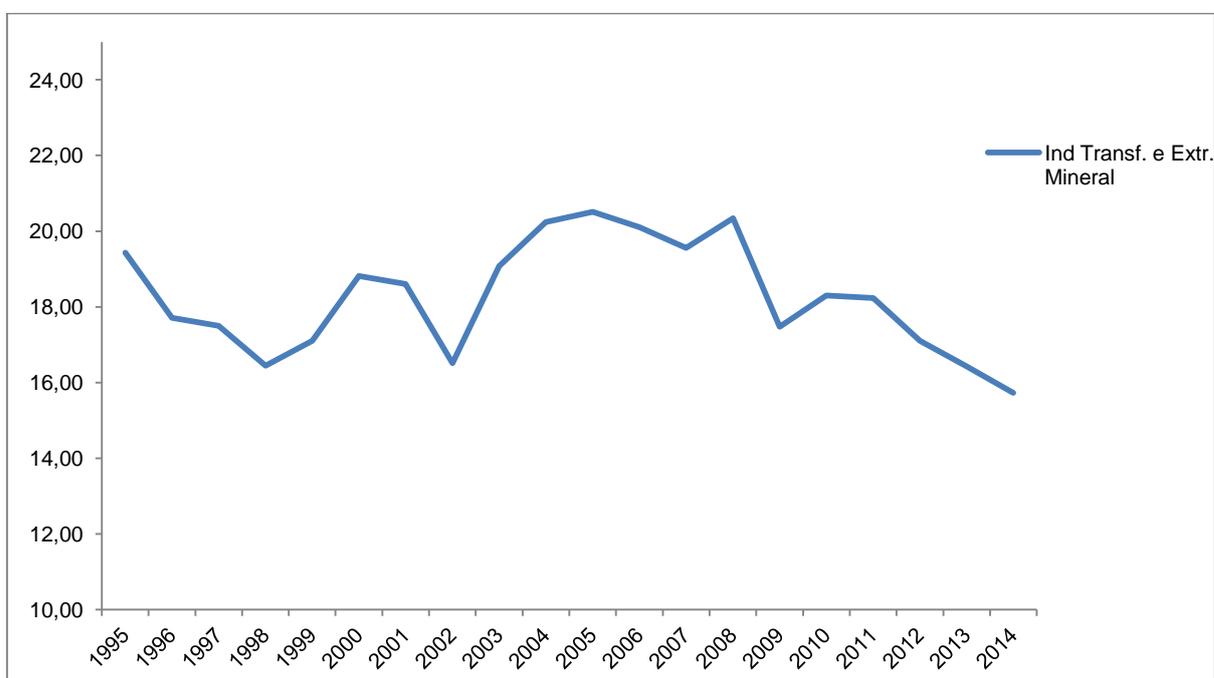


Figura 31: Brasil - Participação das indústrias de transformação e extrativa mineral no PIB – 1995 – 2014

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais – Elaboração própria.

³⁰ Segundo Arend (2009), a quinta revolução tecnológica pautou-se pela estratégia da acumulação flexível, cujos investimentos estavam ligados à coordenação financeira, distante do ambiente produtivo.

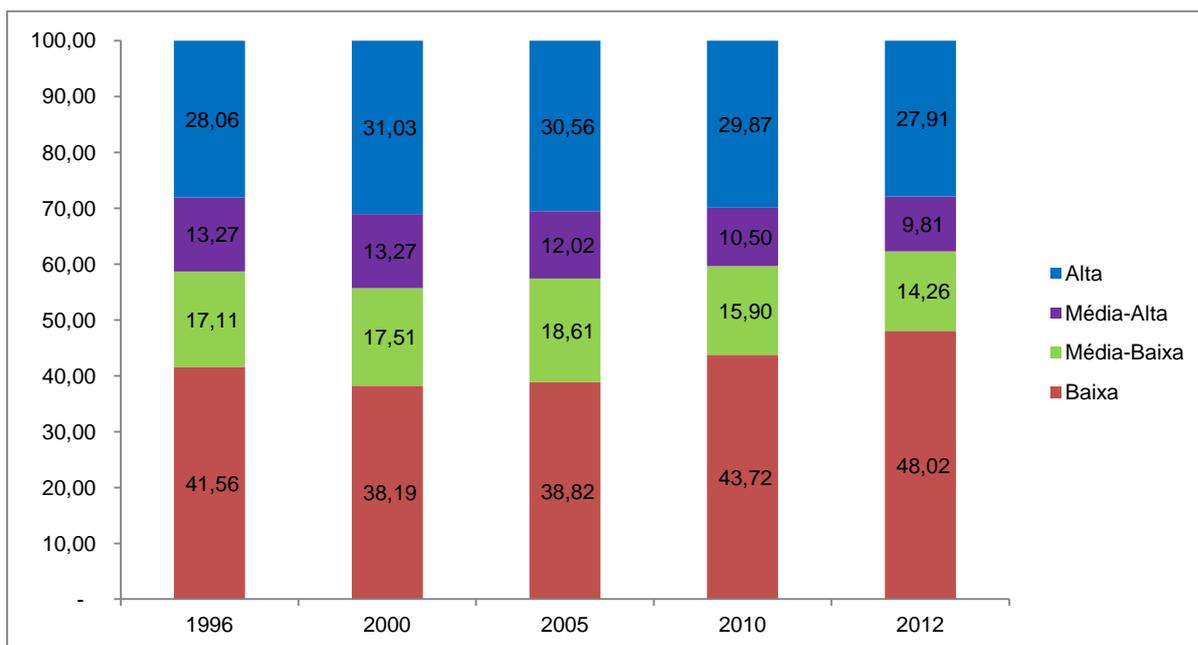


Figura 32: Estrutura (em %) da indústria brasileira, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – anos selecionados.

Fonte: IBGE – Pesquisa da Indústria Anual (PIA) – Elaboração própria.

* Classificação com base em OCDE (2003)

No contexto de queda da participação na geração de renda da indústria, nem todos os segmentos foram afetados. Conforme a Figura 32, aqueles segmentos industriais de Alta e Média-Alta intensidade tecnológica foram mais afetados, principalmente aqueles ligados aos complexos metal-mecânico. Mas outros, de Baixa intensidade tecnológica principalmente, despontaram, como os ligados ao processamento de recursos de base natural, como alimentícias, celulose e mineral, afetando inclusive na espacialização da produção industrial brasileira.

5.1.2 O comportamento espacial da indústria brasileira pós 1980

A crise em que o Brasil entrou a partir dos anos de 1980 desequilibrou as finanças públicas e afetou a capacidade de investimento do Estado, o grande indutor das políticas industrial e de desenvolvimento regional, principalmente no período do II PND. Após reflexos sentidos ainda nos anos de 1980, a desconcentração produtiva de forma acelerada foi interrompida, dando lugar a um processo lento de desconcentração espacial da indústria. Pacheco (1996) e Araujo (1997), embora reconheçam que as políticas de desenvolvimento regional perderam força,

consideraram que a desconcentração produtiva continuou de forma lenta, sobretudo a industrial, com uma tendência à fragmentação das cadeias produtivas.

Após um período fértil para as políticas de desenvolvimento regional, sobretudo no período do II PND, conforme exposto no capítulo anterior, que tinha como principal objetivo a desconcentração da produção brasileira, o Estado brasileiro, principal indutor desse processo, entra em crise fiscal e financeira no início dos anos de 1980 levando a interromper importantes projetos de integração nacional. Os projetos de integração, como os de transporte, energia e telecomunicações, principalmente, segundo Diniz e Crocco (1996), foram fundamentais para a unificação dos mercados entre as regiões e facilitaram a localização de indústrias em diversas regiões.

No período pós 1980, até final daquela década, os dados do IBGE indicam que a desconcentração produtiva brasileira ainda seguiu a tendência anterior, que, conforme Pacheco (1996), era reflexo da maturação dos projetos do II PND. A partir de então, o que sustenta a trajetória de desconcentração, mesmo que em ritmo lento, é a postura proativa dos governos estaduais e o esforço exportador de segmentos produtivos e localizados.

Órfãos de uma política nacional voltada para o desenvolvimento regional, governos estaduais de regiões menos dinâmicas se empenharam em instituir ou aperfeiçoar políticas locais de atração de investimento via incentivos fiscais, com a autonomia concedida pela constituição de 1988 aos estados que legislassem sobre o ICMS. Segundo Borges (2014), a partir dos anos de 1990, com o aumento da autonomia dos estados brasileiros em legislar sobre políticas tributárias, promove-se uma competição com o uso do ICMS para financiar a atração de investimentos privados em setores como indústria e serviços. Goiás, por exemplo, como será exposto mais à frente, institui de forma organizada a partir de 1984 um conjunto de incentivos fiscais ao setor produtivo, que passa a acelerar o processo de instalação de indústrias processadoras de matérias-primas locais e atrai outras de segmentos mais dinâmicos.

Pacheco (1996) credita, ainda, num quadro de globalização dos mercados, a inserção de forma localizada em partes do território brasileiro no comércio internacional, que fez emergir regiões produtoras e/ou processadoras de

produtos de base natural, como agropecuária e extrativa mineral, para a exportação.³¹ Esse processo,

[...] mostrou uma crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo das “antigas periferias” nacionais e uma importância maior do conjunto das “cidades médias”. (PACHECO, 1996, p. 123).

Foi nesse período que emergiu em parte das regiões Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como no interior do Sudeste brasileiro, regiões processadoras de matéria-prima local com ligação direta com o exterior. Há de se ressaltar, ainda, que a reestruturação produtiva dos anos de 1990 cria novas áreas industriais no Brasil, segundo Diniz e Crocco (1996). É nessa reorganização espacial da produção industrial que, de acordo com Pacheco (1996), evidenciam-se cadeias produtivas fragmentadas, com boa parte da produção industrial voltada para fora.

Ao estudar o caso do Nordeste brasileiro, Araujo (1997) analisou o movimento de mercadorias e de capitais nas décadas de 1960 a 1980 e chegou a conclusão semelhante ao que estava ocorrendo em outras regiões do Brasil. Para a autora, durante a crise dos anos de 1980, quando a demanda interna retraiu, os estados do Nordeste, assim como o que ocorreu no Brasil, ampliaram suas relações comerciais com o exterior.

Com a adoção e ampliação de incentivos no âmbito estadual, aliada à conexão de economias regionais com exterior, boa parte dos estados das regiões Norte, Nordeste e da região Centro-Oeste, onde se localiza o estado de Goiás, seguiram trajetória de ganho de participação na geração da renda do setor industrial. A região Centro-Oeste, por exemplo, participava com 1,37% do VA da indústria de transformação brasileira em 1985, avançando para 5,75% no ano de 2014. Em contrapartida, a Região Sudeste perde 12,71 pontos percentuais na participação do VA industrial brasileiro, conforme mostrado na Figura 33.

³¹ Há ainda de se ressaltar que parte da desconcentração produtiva nesse período pode ser atribuída à crise em regiões industriais, afetando a participação na produção em estados mais dinâmicos.

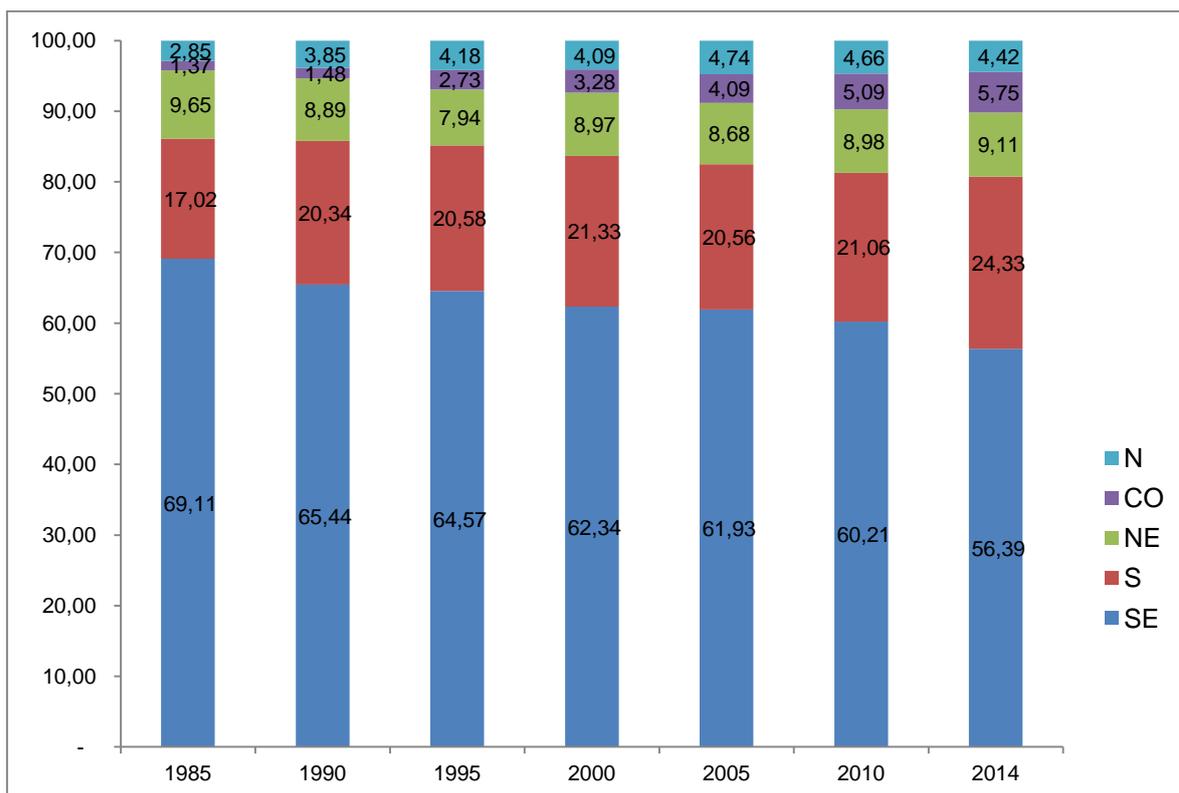


Figura 33: Participação das regiões geográficas na indústria de transformação brasileira – anos selecionados

Fonte: IBGE – Contas Regionais – Elaboração própria.

O ganho de participação da região Centro-Oeste na geração da renda da indústria da transformação brasileira, no período em questão, pode ser creditado em grande parte a Goiás, que representa cerca de 50% da indústria da região.

5.2 A evolução da indústria goiana nos anos recentes

Se a indústria brasileira pós 1980 reduz a taxa de crescimento, sendo fragilizada a partir dos anos de 1990, perdendo participação no PIB e com tendência a fragmentação do seu tecido produtivo, conforme observado anteriormente, a indústria goiana ganha corpo, beneficiada pela integração da agropecuária com a indústria e as políticas de incentivos fiscais instituídas a partir de 1984. O resultado é uma integração produtiva industrial com a base local, agropecuária e mineração, e inserção nacional e internacional de certas cadeias produtivas. Especialmente, após um período de concentração da produção industrial nos municípios de Goiânia e Anápolis, há uma tendência de descentralização produtiva com polarização em um conjunto de pequenos municípios.

Esse período da indústria em Goiás foi bastante discutido, principalmente por Paschoal (2001), Castro (2007), Arriel (2010), Aguiaris (2013), Borges (2014) e Castro (2014), sendo o primeiro de forma mais restrita pelo período estudado. Embora se trate de um período bastante explorado, ainda há questões importantes a serem abordadas, sobretudo no âmbito espacial. Assim, verifica-se a inter-relação das atividades industriais nos polos de Goiás identificados por Arriel (2010). Há um apontamento, diferentemente do que Pacheco (1996) e Araujo (1997) encontraram para o Brasil uma indústria fragmentada, que em Goiás, assim como a região Centro-Oeste, a indústria reforçou neste período a integração com outras UFs, sobretudo com estados do Sudeste brasileiro, bem como com o exterior.

5.2.1 O processo de integração da agropecuária e indústria

A tecnificação da agropecuária foi fundamental para a atração industrial ao estado de Goiás. À montante da atividade agropecuária, foram atraídos empreendimentos industriais ligados à fabricação de insumos e implementos agrícolas, e à jusante, indústrias ligadas ao complexo de grãos e carnes, principalmente.

Castro e Arriel (2016), ao estudarem as transformações do setor industrial nos estados da Região do Brasil Central³², onde Goiás é o grande protagonista por representar cerca de 50% da renda gerada naquele setor, observaram a integração agropecuária/indústria em dois momentos.

No primeiro momento daquele processo, o papel mais determinante na relação é dos segmentos industriais a montante das atividades agrícolas, como a mecânica, a química, e as indústrias de adubos e sementes. Contudo, em um segundo momento, são as grandes empresas processadoras de matérias primas e de alimentos, a jusante nas cadeias, que passam a liderar a dinâmica. Um fato relevante a ser destacado, é que, diferentemente das primeiras, as últimas precisam se localizar próximo das fontes de matérias primas, favorecendo o desenvolvimento industrial nas regiões com vocação agropecuária. (CASTRO; ARRIEL, 2016, p. 28).

Os momentos identificados por Castro e Arriel (2016) se sobrepõem ao longo do tempo. Goiás foi mais beneficiado pelo segundo momento, na medida em que as indústrias à jusante da agropecuária buscaram proximidade da matéria-prima para instalação de suas unidades produtivas. A esse respeito, Weber (1929) destaca

³² Além das Unidades da Federação do Centro-Oeste brasileiro, são acrescentadas Tocantins e Rondônia.

que as indústrias processadoras de recursos naturais, em que o custo de transporte dos insumos seja elevado, tenderão a se localizarem próximas às fontes de matéria-prima. Há de se ressaltar, ainda, que este movimento de localização das indústrias junto às regiões produtoras de insumos só foi possível, em Goiás, pelo avanço da infraestrutura e da urbanização do estado e, em seguida, a instituição dos incentivos fiscais e financeiros de forma coordenada.

O processo de integração referente ao segundo momento em Goiás, para Castro e Fonseca (1995), se dá de forma mais intensa quando as grandes empresas dos complexos grãos e carnes se instalam no estado, na segunda metade dos anos de 1980. Utilizando dados do Censo Industrial do IBGE de 1985 e a arrecadação de ICMS de 1991, as autoras mostraram que em 1985 havia apenas duas grandes empresas internacionais do ramo agroindustrial no estado e seis grandes de capital nacional. Na observação seguinte, em 1991, o número de empresas internacionais saltou para nove e 13 de capital nacional. Castro e Fonseca (1995) creditaram a grande evolução do setor agroindustrial às empresas dos complexos grãos e carnes, sobretudo das processadoras de soja, seja para o refino do óleo ou para fabricação de rações.

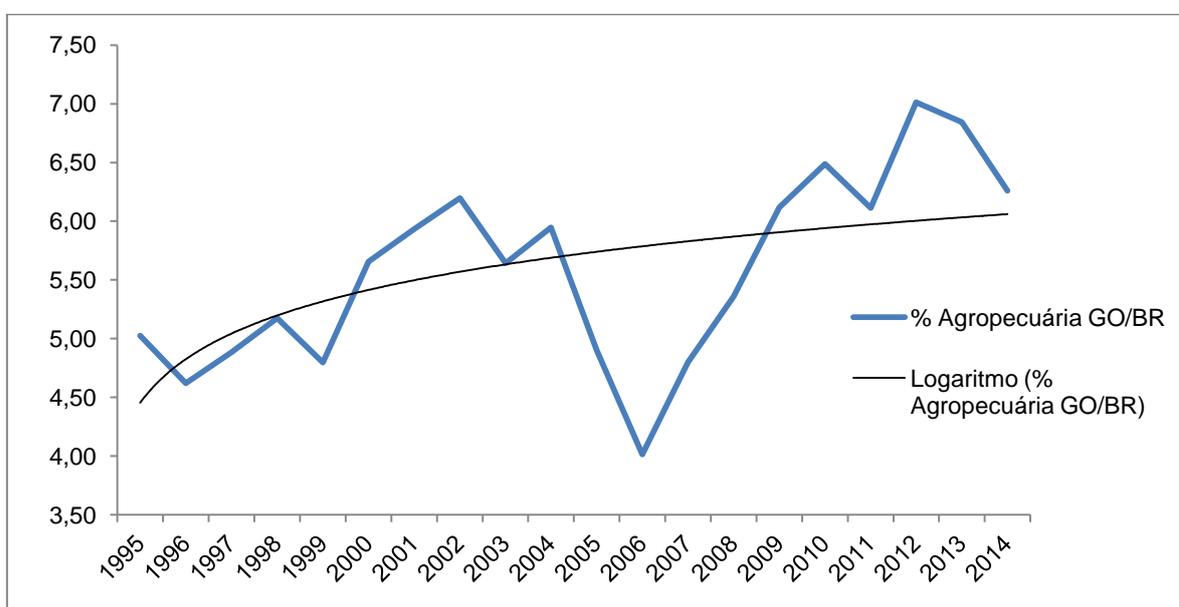


Figura 34: Estado de Goiás - Participação da agropecuária no PIB – 1995 – 2014

Fonte: IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – Elaboração própria.

A localização das agroindústrias estimulou a crescente produção agropecuária, que continuou a avançar no estado, causando um processo circular e contínuo aos moldes da teoria da causação circular e acumulativa de Myrdal (1968). Conforme pode ser verificado na Figura 34, a participação da renda da agropecuária goiana, em relação a nacional, tem-se mostrado crescente. A exceção fica para entre os anos de 2005 e 2006, quando a crise no setor afetou fortemente a agropecuária goiana.

Marques (2013), ao mensurar o valor do agronegócio e sua participação na economia de Goiás, para o ano de 2008, sintetizou em dados, de forma detalhada, a integração da agropecuária com as outras atividades produtivas, sobretudo a industrial, tanto antes do seu processo produtivo como insumos agropecuários (agregado I), quanto depois com a indústria de base agropecuária (agregado II) e distribuição e serviços. Segundo Marques (2013), o agronegócio goiano representava 27,6% de toda a renda gerada na economia goiana no ano de 2008, sendo que a agropecuária representava 10,5% e estava bastante integrada à atividade industrial.

Os resultados apresentados revelaram que existe forte articulação entre os agregados componentes do agronegócio, refletindo a importância do setor agropecuário na estrutura produtiva do Estado, como grande fornecedor de matérias primas para as agroindústrias e com forte encadeamento, tanto a montante como a jusante. (MARQUES, 2013, p. 96).

À montante da atividade agropecuária, Marques (2013) mostrou que os insumos correspondiam a 4,9% do agronegócio, sendo que 39% destes eram provenientes das indústrias de transformação e da extrativa mineral, e que boa parte era importada de outros países ou de outros estados, com destaque para produtos químicos e máquinas e equipamentos³³.

À jusante do processo produtivo da agropecuária, no que se refere ao setor industrial, Marques (2013) destaca forte ligação e argumenta que a agroindústria representava 29,7% do agronegócio goiano em 2008. Conforme Figura 35, a indústria de alimentos e bebidas (55,60%) foi a mais representativa, seguida pelo setor têxtil, vestuário e couros (18,56%). Há de se ressaltar que, embora a agropecuária goiana tenha forte vínculo com a indústria, Goiás ainda exporta

³³ Pelo o que foi explorado por Marques (2013), a oferta de insumos industriais para agropecuária goiana é suprida em grande medida por mercados externos, seja de outros países ou estados. Mais à frente, quando será exposta a relação comercial da indústria goiana, poderá ser comprovado.

grandes quantidades de produtos *in natura*, que poderia ter seu valor agregado localmente³⁴.

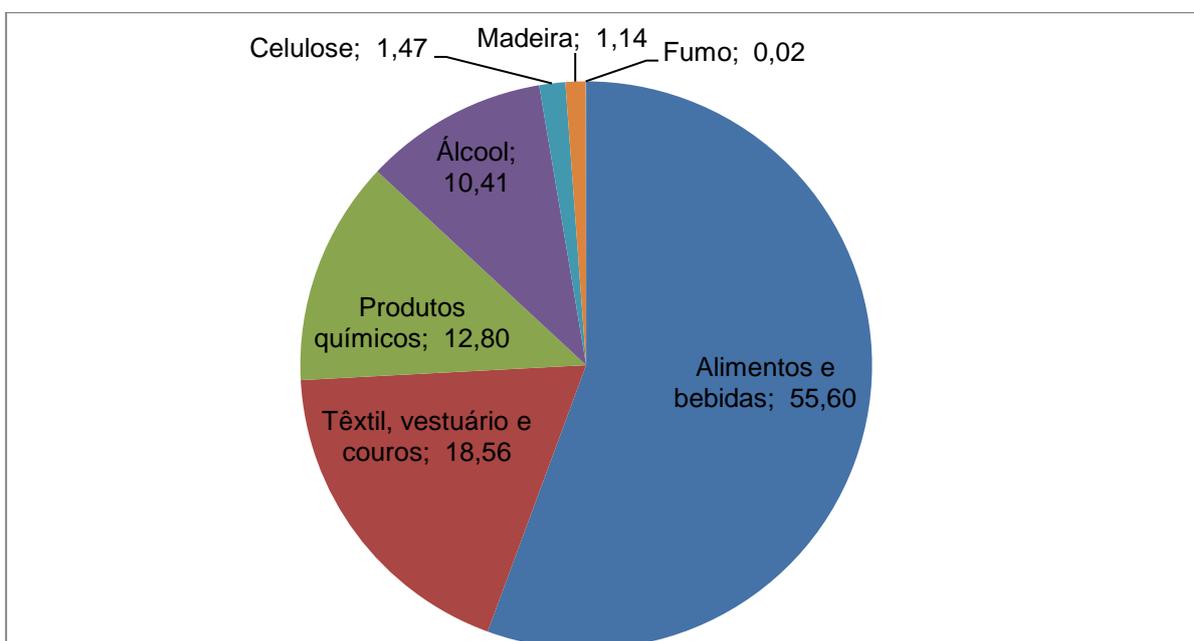


Figura 35: Estado de Goiás – Participação, em %, dos segmentos industriais na agroindústria, 2008.

Fonte: MARQUES, 2013, p. 68 – Elaboração própria.

Além das indústrias diretamente ligadas à agropecuária, os desdobramentos do processo de integração agropecuária/indústria atraíram ainda, segundo Castro e Arriel (2016), segmentos industriais complementares, como embalagens e serviços técnicos de apoio à agropecuária e às agroindústrias. O resultado, conforme será mostrado mais à frente, foi o fortalecimento de cidades com certa capacidade de polarização, pois grande parte das indústrias processadoras de produtos agropecuários se localizou nas proximidades das regiões produtoras, conforme apontado por Arriel (2010), por serem indústrias weberianas de base natural.

A expansão dos segmentos industriais ligados à atividade da agropecuária, tanto à montante como à jusante de seu processo produtivo, bem como as atividades relacionadas, seja industriais ou de serviços, foi potencializada ainda mais com a implementação de incentivos fiscais e financeiros de forma coordenada a partir de 1984.

³⁴ Com base em dados do IMB (2015), 26,7% da soja produzida em Goiás são destinadas ao exterior, revelando forte integração da própria atividade agropecuária ao mercado externo, sem mesmo passar pela indústria.

5.2.2 Principais políticas de industrialização em Goiás no quarto período da indústria

A partir de meados da década de 1980, se materializa o forte apoio governamental à industrialização goiana, cujas iniciativas de boa parte dos governos goianos vêm desde os anos de 1960. A instituição do Fomentar, em 1984 com sua regulamentação em 1985, foi um marco institucional de apoio à indústria goiana. Em 2001, ele é substituído³⁵ pelo Produzir, que foi muito mais agressivo na concessão de incentivos e benefícios fiscais. Acrescenta-se, ainda no âmbito estadual, uma série de apoio ao financiamento das atividades industriais, como o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO)³⁶ e a criação da Agência Goiana de Fomento (GoiásFomento).³⁷

A criação do Fomentar, por meio da lei estadual número 9.489, de 19 de julho de 1984³⁸, foi um marco na história para a industrialização em Goiás, embora possa elencar uma série de tentativas antecedentes. Segundo Borges (2014), as preocupações do governo estadual com o apoio à indústria goiana partem da década de 1950, por meio de iniciativas em 1951, com a lei estadual número 575, e sua reformulação em 1956, que basicamente atendia a indústria da carne. Posteriormente, em 1958, com a lei estadual de número 2.000, que vigorou até 1967, foi concedida isenção fiscal para indústrias sem similares no estado. Todavia, conforme relatado no capítulo anterior, é na década de 1960 que se inicia uma nova fase para a indústria goiana, com estrutura administrativa estadual capaz de apoiar à atividade industrial. Os incentivos, de forma mais ampla, segundo Paschoal (2001), vieram na década seguinte ao governo estadual instituir a lei 7.700, de 19 de setembro de 1973, que permitiu a instalação de algumas indústrias em Goiás, abrindo caminho para os programas Fomentar e Produzir que viriam mais tarde³⁹.

O Fomentar foi instituído num ambiente em que

³⁵ O Fomentar continuou existindo para as empresas que eram beneficiadas.

³⁶ Embora o FCO não seja um instrumento estadual, sua administração é compartilhada pelo Ministério da Integração Nacional, Banco do Brasil e Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO, que o governo estadual faz parte, através da Secretaria de Desenvolvimento.

³⁷ No âmbito federal podem-se elencar outros instrumentos que podem ter contribuído para o fomento à indústria goiana, como redução da alíquota de Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) e recursos do BNDES.

³⁸ A regulamentação ocorreu através do Decreto n. 2.453, de 22 de fevereiro de 1985.

³⁹ Paschoal (2001) cita, ainda, a importância de vários programas no âmbito do II PND, que em conjunto com as iniciativas do governo goiano foram fundamentais para a expansão industrial.

[...] os governos estaduais assumiram o papel de articulador e promotor dos projetos de desenvolvimento regional que tinham como eixo central as políticas e programas de incentivos fiscais. Seu objetivo era atrair investidores para suas regiões e, com isto, acelerar o processo de industrialização de seus Estados para, assim, minimizarem o hiato existente entre as economias que estavam na periferia do capitalismo nacional e a economia paulista, principal centro dinâmico do país. (PIRES, 2009, p.102).

Naquela ocasião, os estados com economias menos dinâmicas sentiram-se órfãos de uma política nacional de desenvolvimento regional, e, assim, buscaram estratégias para industrializar seus territórios através da criação de programas de incentivos fiscais. Posteriormente, as iniciativas estaduais foram aprimoradas devido a maior autonomia concedida pela Constituição de 1988 às Unidades da Federação para legislarem sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)⁴⁰.

Desse modo, conforme Paschoal (2001), Borges (2014) e Castro (2014), o Fomentar tinha como objetivo a implantação e expansão das atividades industriais, preferencialmente as agroindústrias, e teve como diferencial a adoção do financiamento do ICM e não mais a isenção⁴¹. Na prática, a intenção do Fundo era estimular a industrialização dos produtos agropecuários goianos, passando a agregar mais valor localmente.

Após a Constituição de 1988, com maior autonomia em legislar a respeito do ICMS, o governo estadual promoveu uma série de modificações na legislação do Fomentar. Dentre as mudanças, estavam as taxas de juros sobre o ICMS financiado pelas empresas, sempre abaixo do mercado, não cumulativos e sem correção monetária. O prazo para pagamento dos “empréstimos”, que inicialmente eram até cinco anos, mas com as várias modificações da lei ao longo do tempo, foi sendo dilatado, chegando até 30 anos. De acordo com Paschoal (2001), o Fomentar passou por 33 modificações, sendo 15 leis e 18 decretos, tratando sobre a extensão de prazos para o pagamento dos créditos e tolerando a utilização dos benefícios por mais de uma vez, ficando até 120 anos para recolher o saldo devido. Esse saldo muitas vezes tenderia a zero, com a falta de correção monetária num período com elevada inflação.

⁴⁰ Com a Constituição Federal de 1988 o ICM recebeu o “S”, referente à prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, que antes era de competência tributária da União.

⁴¹ A lei do Fomentar previa empréstimos de até 70% do ICM a recolher pelas empresas, que era financiado através do fundo previsto.

Embora tenha acumulado uma série de irregularidades e distorções, segundo Paschoal (2001) e Borges (2014), o Fomentar contribuiu de forma ativa para a expansão industrial no estado, chegando a aprovar 1.565 projetos, sendo efetivados 364, com grande parte de grandes empreendimentos industriais relacionados à agroindústria⁴².

No ano de 2000, com a proposta de “[...] corrigir as falhas estruturais do programa anterior” (BORGES, 2014, p.172), é criado o Produzir. Conforme a lei estadual 13.591, de 18 de janeiro de 2000, o Programa foi criado com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar o setor industrial goiano, promovendo a elevação da competitividade do estado, a geração de emprego e renda, além de permitir a redução das desigualdades sociais e regionais.

Subprogramas	Objetivo	Lei de Criação
Microproduzir	Incentivar a implantação ou expansão de micro e pequenas empresas, enquadradas ou não no Regime Simplificado de Tributos Federais, desde que o faturamento não ultrapasse o limite estipulado para o Regime. Financiamento de até 90% do ICMS mensal num prazo de 3 à 5 anos, limitado à 2020.	Lei nº. 13.591 de 18/01/00
Centroproduzir	Incentivar, por meio de apoio financeiro, a instalação, no Estado de Goiás, de central única de distribuição de produtos de informática, telecomunicação, móvel, eletroeletrônico e utilidades domésticas em geral.	Lei nº. 13.844 de 01/06/01
Teleproduzir	Prestação de assistência financeira destinada ao financiamento de parcela do custo do investimento realizado, à empresa de telecomunicação que instalar unidade central de atendimento (call center) no Estado de Goiás.	Lei nº. 13.839 de 15/05/01
Comexproduzir	Apoiar operações de comércio exterior no Estado de Goiás realizadas por empresa comercial importadora, inclusive por <i>trading company</i> , que operem exclusiva ou preponderantemente com essas operações. Concede um crédito outorgado de ICMS, a ser apropriado na saída interestadual de mercadorias importadas, compensando o imposto devido pela empresa no valor de até 65% sobre o saldo devedor do imposto no período correspondente às operações internacionais.	Lei nº. 14.186 de 27/06/02
Tecnoproduzir	Prestação de incentivo financeiro destinado a motivar investimentos privados para a construção da torre central do “Teleporto Parque Serrinha”, cujo prazo para execução será de 03 anos, após realização do termo licitatório. O incentivo poderá ser concedido com base na arrecadação do ICMS efetivamente pago pela empresa investidora, após celebração de TARE com a Secretaria da Fazenda.	Lei nº. 13.919 de 04/10/2001
Logproduzir	Incentivar a instalação e expansão de empresas operadoras de Logística de Distribuição de produtos no Estado de Goiás. O incentivo consiste na concessão de crédito outorgado sobre o ICMS incidente sobre as operações interestaduais de transportes pela empresa operadora de logística.	Lei nº. 14.244 de 29/07/02

Quadro 8: Subprogramas do Produzir

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Elaboração própria.

Aos moldes do programa anterior, o Produzir também atua como financiamento de parte do ICMS a recolher pelas empresas beneficiárias, que varia

⁴² Para melhor compreensão do Fomentar e sua avaliação, consultar Paschoal (2001) e Borges (2014).

de 73% a 90%, dependendo do porte do empreendimento. Com relação ao prazo para usufruir do benefício, varia de acordo com a análise dos coeficientes de prioridade do projeto, calculado segundo critérios sociais e econômicos, especificados em regulamento⁴³.

Ao longo do tempo, várias alterações foram feitas na lei de instituição do Produzir, inclusive beneficiando outros setores produtivos, como a criação de subprogramas. Além do Produzir, que atende o setor industrial com destinação a empreendimentos de médio e grande porte, os subprogramas existentes são: Microproduzir para o setor industrial; Centroproduzir e Progredir, para o segmento comercial de distribuição; Comexproduzir, para importação; e Logproduzir, para a logística (Quadro 8).

Para Castro (2007), o Produzir apresentou dois avanços importantes em relação ao Fomentar:

O primeiro é o de incorporar um conjunto de mecanismos de seletividade setorial e regional ao programa de incentivos, com foco no estímulo a verticalização e agregação de valor a produção primária de Goiás, e na redução das desigualdades regionais no âmbito do próprio Estado. O segundo é o de situar-se dentro de um planejamento mais amplo de governo, o plano “Goiás Século XXI” (de 1999), onde se procura articular o programa de incentivos fiscais a um conjunto de políticas públicas organizadas em torno de um macro objetivo de desenvolvimento sustentável. (CASTRO, 2007, p. 9).

Embora o Produzir tenha se preocupado com a seletividade na concessão de incentivos fiscais em termos setoriais e regionais, conforme apontou Castro (2007), os números mostram baixa efetividade dos mecanismos de indução. Tanto do ponto de vista setorial quanto regional, houve elevado volume de concessões dos benefícios de forma concentrada.

Do ponto de vista setorial, Arriel e Castro (2014) constataram que, no período de 2001 a 2012, 80,4% dos investimentos realizados a partir dos incentivos concedidos pelo Produzir estavam ligados à indústria de processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias⁴⁴, 9,2% ficaram por conta da indústria química, farmacêutica e automobilística, e apenas 2% ao conjunto de

⁴³ Para maiores detalhes, consultar Borges (2014).

⁴⁴ Vale destacar que somente o setor sucroenergético (produção de etanol e açúcar) foi responsável por 64,8% dos investimentos e consumiram 42,1% dos incentivos concedidos.

setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis. Isso mostra a elevada concentração setorial em relação aos incentivos concedidos no âmbito do Programa.

Quanto à distribuição regional, Borges (2014) chama a atenção para a elevada concentração espacial na concessão dos incentivos fiscais. Segundo o autor, das 18 microrregiões existentes em Goiás, somente sete (Sudoeste de Goiás, Quirinópolis, Anápolis, Meia Ponte, Vale do Rio dos Bois, Goiânia e Catalão) foram responsáveis por 85% dos investimentos realizados e 86,6% dos incentivos concedidos pelo Produzir, das 650 empresas beneficiárias pelo Programa, no período de 2001 a maio de 2012.

Embora os programas Fomentar e Produzir tenham acumulado algumas distorções, para Arriel e Castro (2014, p. 24), “[...] é fato que esses programas contribuíram para o aprofundamento do processo de transformação vivido pela economia goiana nesse período, acelerando o desenvolvimento industrial e induzindo uma maior integração e diversificação do tecido produtivo.”

Além dos incentivos fiscais, pode ser acrescentada uma série de apoio às atividades industriais de Goiás, principalmente a partir dos anos de 2000. Borges (2014) relata que foi promovida uma série de redução de alíquotas de ICMS para ampliar a competitividade dos segmentos indústrias goianos⁴⁵. Podem ser acrescentados, ainda, como parte das políticas de apoio ao setor industrial goiano, os apoios do FCO e a criação da GoiásFomento.

O FCO, assim como os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), foram criados pela Constituição Federal de 1988, no artigo 159, e regulamentados pela Lei n.º 7.827/89. O objetivo desses Fundos é de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das suas regiões geográficas. Num estudo avaliativo para Goiás, realizado por Resende, Arriel e Leite (2014), para os anos de 2004 a 2011, os autores mostraram que houve um salto no desembolso do Fundo de 14,66% ao ano de crescimento real no período e que, em média, 30% dos recursos destinados ao estado foram para as atividades das indústrias da transformação e extrativa mineral⁴⁶. Isso mostra que o FCO foi de grande

⁴⁵ Para maiores detalhes, consultar Borges (2014).

⁴⁶ Para maiores conhecimentos sobre o FCO, no âmbito de Goiás, consultar Resende, Arriel e Leite (2014).

importância para o fomento do setor industrial em Goiás, agindo junto aos incentivos fiscais concedidos.

Outro instrumento que, junto aos incentivos fiscais, contribuiu para estimular o setor industrial goiano, foi a GoiásFomento, instituída por meio da Lei Estadual nº 13.533, de 15/10/1999, com seu efetivo funcionamento em maio do ano de 2000. A instituição operacionaliza financiamentos provenientes de recursos próprios e repasses do FCO, do BNDES para pequenos, médios e micro empresários, e empreendedores individuais. Num estudo evolutivo, de 2000 a 2015, sobre a atuação da GoiásFomento, referente a operacionalização de seus recursos próprio. Araújo, Resende e Arriel (2016) mostraram que nesse período foram financiados R\$ 540 milhões em 12.465 contratos, sendo que o setor industrial participou com 22,8% do volume de crédito concedido. Embora seja pequena a participação na concessão de crédito, a instituição é o agente responsável por operacionalizar todos os recursos concedidos pelos Programas Produzir, Fomentar e Fundo de Fomento à Mineração (FUNMINERAL)⁴⁷.

A materialização do apoio governamental à industrialização goiana, conforme exposto neste tópico, junto ao processo de integração da agropecuária e indústria, contribuiu para o processo de industrialização de Goiás e permitiu maior integração entre os mercados internacionais e nacionais, conforme será mostrado nos próximos tópicos.

5.2.3 A ampliação da indústria na geração da renda estadual e seu perfil produtivo

Nos anos seguintes a 1985, a indústria goiana, nesta tese conceituada com a junção dos segmentos industriais da transformação e extrativa mineral, eleva sua importância em relação à indústria nacional, intensifica sua participação na geração de renda, tornando-se uma das principais atividades na composição da estrutura produtiva do estado. Houve aceleração no crescimento de indústrias processadoras de matérias-primas provenientes da agropecuária e da extrativa mineral, intensiva em recursos naturais, outras caracterizadas como média e alta tecnologia são atraídas, provocando uma diversificação do tecido produtivo goiano.

⁴⁷ Para maiores detalhes, consultar Araújo, Resende e Arriel (2016).

Conforme dados relacionados na Figura 36, a indústria goiana seguiu em sucessivos ganhos de participação na renda estadual até o ano de 2009, chegando a ter mesma participação que a indústria brasileira no PIB do Brasil naquele ano. A tendência só foi quebrada pela crise internacional, refletindo a queda nos preços das *commodities* minerais, e, posteriormente, de 2013 em diante, com redução na produção das indústrias do segmento metal-mecânico, sobretudo na montagem de veículos, afetada pela crise interna brasileira. A sensibilidade nos indicadores da indústria goiana aos problemas conjunturais recentes, evidencia seu perfil diversificado, conforme será mostrado mais adiante.

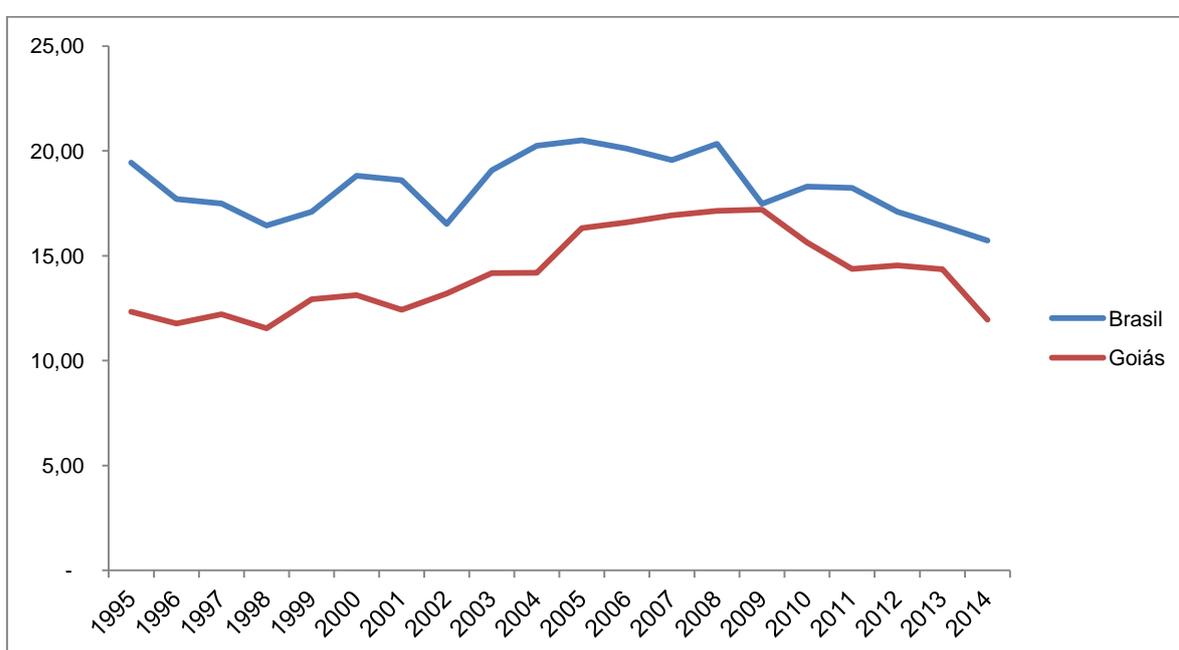


Figura 36: Goiás e Brasil - Participação das indústrias de transformação e extrativa mineral em seus respectivos PIBs – 1995 – 2014

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais – Elaboração própria.

Com elevação na composição do PIB, a indústria goiana também elevou a participação na indústria brasileira, conforme mostra a Figura 37. No período de 1985 a 2014, em anos selecionados, notaram-se avanços nos três indicadores escolhidos, Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), sendo que este último foi multiplicado por 3,5 vezes. O VTI goiano, que representava apenas 0,73% do nacional em 1985, avançou para 2,57% em 2014.

Os dados da Figura 37 também chamam a atenção para uma tendência de homogeneidade da participação das três variáveis selecionadas da indústria, ao longo do tempo, em relação ao Brasil. Houve forte crescimento da participação do VTI e de Pessoal Ocupado, mas pouco na participação no número de

estabelecimentos. Essa tendência já tinha sido observada em dados do Censo Industrial de 1985, se comparado com os anteriores, quando mostrava uma tendência de ampliação no número de Pessoal Ocupado por Estabelecimento industrial. Enquanto em 1985 a média de Pessoal Ocupado/Estabelecimento era de apenas 10,3, no ano de 2014 essa relação saltou para 35,3.

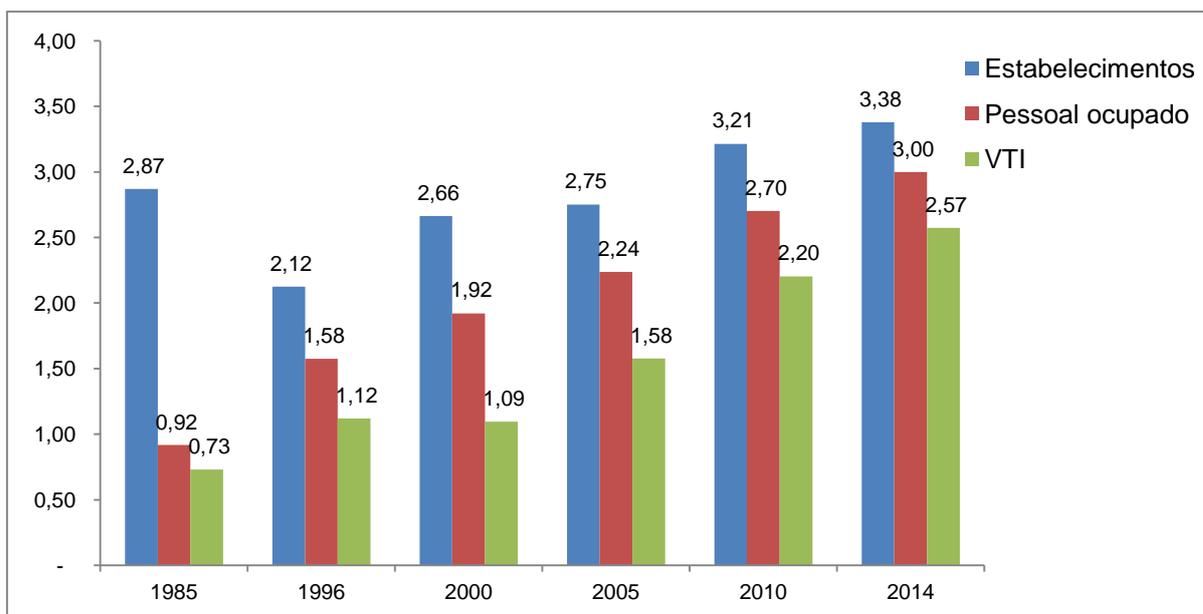


Figura 37: Estado de Goiás: Participação, em percentual, de Estabelecimentos, Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), em relação a indústria brasileira – anos selecionados.

Fonte: IBGE (1985), PIA/IBGE – Elaboração própria.

Nota: Os dados de 1985 refere-se ao Censo Industrial, para os demais foram utilizados a Pesquisa da Indústria Anual, por não haver mais o Censo Industrial.

A elevação da média Pessoal Ocupado/Estabelecimento industrial está intimamente ligada ao aumento de empresas de porte maior, em número de pessoal ocupado, conforme constaram De Negri e Cavalcante (2014). No caso de Goiás, a ampliação de empresas de grande porte se deve à atração de empreendimentos ligados aos complexos agroindustriais, aos ramos de extração e beneficiamento mineral, bem como montadoras de automóveis e indústrias químicas e farmacêuticas. Esse comportamento contribuiu para a elevação da relação produtividade do trabalho da indústria goiana, com a indústria nacional, que avançou de 79,93%, em 1985, para 88,31% em 2012, conforme Figura 38. A diminuição da Produtividade do Trabalho da indústria goiana no ano de 2014 se deve a questões conjunturais, provocada pela queda na produção das indústrias extrativa mineral e metal-mecânica.

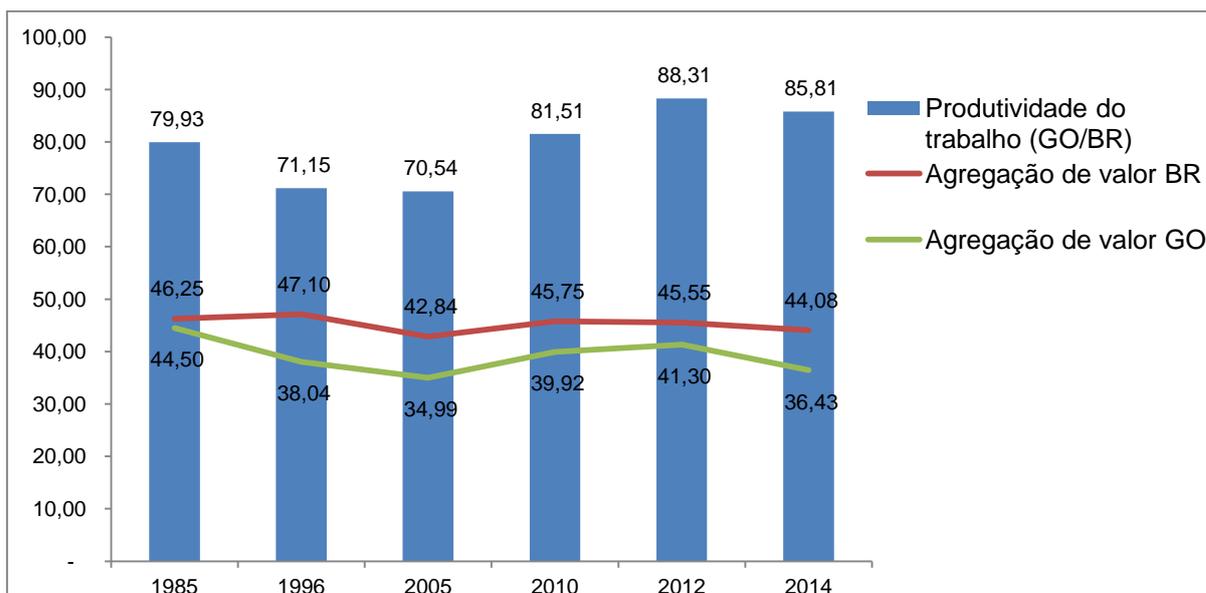


Figura 38: Produtividade do trabalho e agregação de valor da indústria goiana, comparadas à média da indústria nacional, em percentual – anos selecionados.

Fonte: Cálculos realizados a partir de IBGE (1985) e PIA/IBGE – Elaboração própria.

Notas: 1 – Valor agregado corresponde à relação entre Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) – $VA=VBP/VTI*100$; 2 – Produtividade do Trabalho (PT) corresponde a relação entre VTI e Pessoal Ocupado (PO) – $PT=VTI/PO*100$.

A Figura 38 também mostra que a agregação de valor (VTI/VBP) à produção industrial goiana, manteve-se abaixo da indústria nacional (44,5% em 1985 e 36,43% em 2014), com tendência de queda. A baixa agregação de valor da indústria goiana se deve à elevada participação da indústria alimentícia, conforme Tabela 12 e Figura 39, além da crescente contribuição das indústrias de montagem de veículos e farmacêuticas, que, embora sejam indústrias de alto uso de tecnologia, segundo IMB (2012), são segmentos industriais que importam grande parte dos seus insumos, encarecendo o consumo intermediário, o que diminui a agregação de valor.

Os dados da Tabela 13, além da Figura 39 chamam atenção para a transformação da estrutura produtiva da indústria goiana ao longo do último período abordado nesta tese. A indústria alimentícia e de bebidas, que diminuiu sua participação nos anos de 1980, chegando a pouco mais de 30% da indústria goiana, ficou mais complexa nos anos de 1990 e atingiu cerca de 50% nos anos de 2000 e 2005. Nos anos seguintes, em termos de participação na geração de renda do setor industrial, a indústria alimentícia cede espaço para outros segmentos industriais que emergiram, como a produção de etanol (Coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool), por exemplo, que chegou a participar com 10,9% do VTI em 2014. Outro exemplo é a indústria de montagem de veículos e

reboques, que participava com apenas 0,3% do VTI em 1996, chegando a 9,1% em 2010⁴⁸. A indústria química e farmacêutica manteve certa estabilidade, em termos de participação do VTI, durante o período, mas com ganhos sucessivos de Pessoal Ocupado. O destaque desse segmento é a inserção de indústrias de medicamentos similares, em Anápolis, e a expansão na produção de fertilizantes em Catalão e Anápolis.

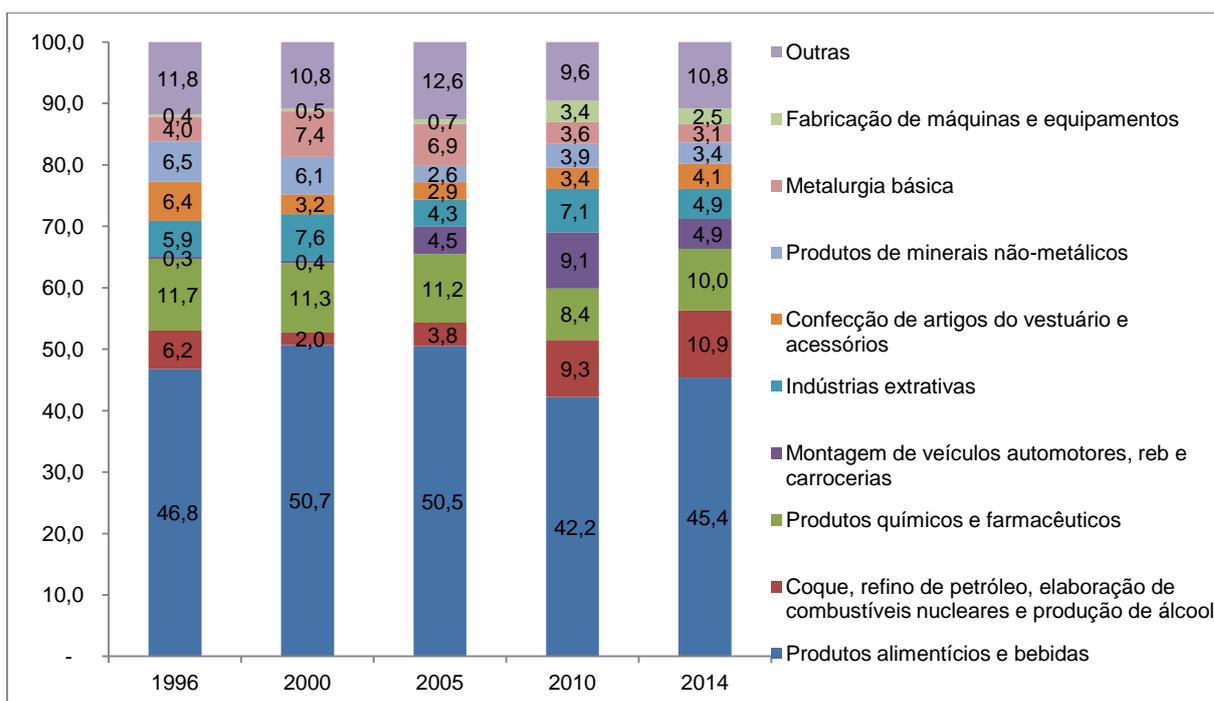


Figura 39: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo principais atividades industriais – anos selecionados.

Fonte: IBGE/PIA– Elaboração própria.

Os segmentos industriais, como o da confecção de vestuários e fabricação de minerais não-metálicos, continuam como grandes empregadores de mão de obra, mas perderam participação no VTI. O primeiro participava com 6,4% do VTI estadual em 1996, reduzindo para 4,1% em 2014. O segundo apresentou queda ainda mais brusca, de 6,5% do VTI, em 1996, para 3,4% em 2014. Esse segmento chegou a representar 23% do VTI goiano em 1980.

⁴⁸ Esse segmento industrial diminuiu a participação, em 2014, para 4,9% do VTI em função da crise nacional no setor.

Tabela 13: Estrutura, em percentual, de Pessoal ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo Grupos e gêneros, da indústria goiana – anos selecionados

Divisão de atividades	Pessoal Ocupado					Valor da Transformação Industrial				
	1996	2000	2005	2010	2014	1996	2000	2005	2010	2014
Indústrias extrativas	3,2	3,0	2,7	2,1	2,1	5,9	7,6	4,3	7,1	4,9
Indústrias de transformação	96,8	97,0	97,3	97,9	98,0	94,1	92,4	95,7	92,9	95,1
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	33,3	39,0	39,8	36,2	35,5	46,8	50,7	50,5	42,2	45,4
Fabricação de produtos do fumo	0,1	0,1	0,1	-	0,1	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	3,6	2,1	1,5	1,5	1,6	1,4	0,8	0,3	0,4	0,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	17,8	13,9	12,1	12,1	8,6	6,4	3,2	2,9	3,4	4,1
Preparação de couros e fab de artef de couro, artigos e calçados	3,1	2,9	3,6	1,4	1,6	1,2	1,4	1,5	0,4	0,9
Fabricação de produtos de madeira	1,1	0,9	1,1	0,9	0,4	0,5	0,7	0,4	0,4	0,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,0	1,2	1,7	1,7	1,6	0,6	0,6	1,8	1,9	1,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	4,1	3,0	2,6	1,3	1,4	3,0	2,4	1,3	0,5	0,4
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb nucleares e prod. de álcool	6,0	1,7	2,0	8,7	11,5	6,2	2,0	3,8	9,3	10,9
Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos	5,7	8,3	9,6	7,9	9,3	11,7	11,3	11,2	8,4	10,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,1	2,6	3,6	2,7	2,7	2,2	1,3	1,4	1,5	1,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6,7	7,2	5,7	6,4	6,1	6,5	6,1	2,6	3,9	3,4
Metalurgia básica	2,3	2,0	1,7	2,3	2,3	4,0	7,4	6,9	3,6	3,1
Fabricação de produtos de metal - exceto máq e equipamentos	3,5	4,4	4,1	4,6	3,8	1,4	2,0	4,4	2,3	1,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,6	1,1	1,3	1,6	1,5	0,4	0,5	0,7	3,4	2,5
Fabricação de máquinas para escritório e equip de informática	-	-	0,1	0,3	0,1	-	-	-	0,1	0,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,4	0,5	0,4	0,3	0,6	0,2	0,2	0,1	0,1	0,9
Fabricação e mont de veículos automotores, reb e carrocerias	1,2	1,2	1,8	2,7	2,5	0,3	0,4	4,5	9,1	4,9
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,4	0,4	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	-	-
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,8	4,2	3,3	4,3	4,9	0,9	1,0	0,8	1,7	2,2
Outras	-	0,3	0,9	0,9	1,8	0,3	0,2	0,5	0,3	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PIA– Elaboração própria.

A elevação na participação de segmentos industriais como as indústrias de montagem de veículos e a química e farmacêutica, na geração da renda do setor industrial, e a redução de outros, como a de confecções de vestuário e fabricação de minerais não-metálico, durante o quarto período da indústria goiana, produziram alterações no perfil produtivo industrial, com base na classificação definida pela OCDE (2003) de acordo com intensidade tecnológica. Conforme Figura 40, as indústrias classificadas como de Baixa intensidade tecnológica participava com 74,75% do VTI goiano em 1985, reduzindo 61,9% em 2014, enquanto as classificadas como de Alta intensidade tecnológica aumentaram de 2,8%, no ano de 1985, para 19,3% em 2014. As atividades classificadas com Média-Alta e Média-Baixa intensidade tecnológica pouco tiveram alteração durante o período.

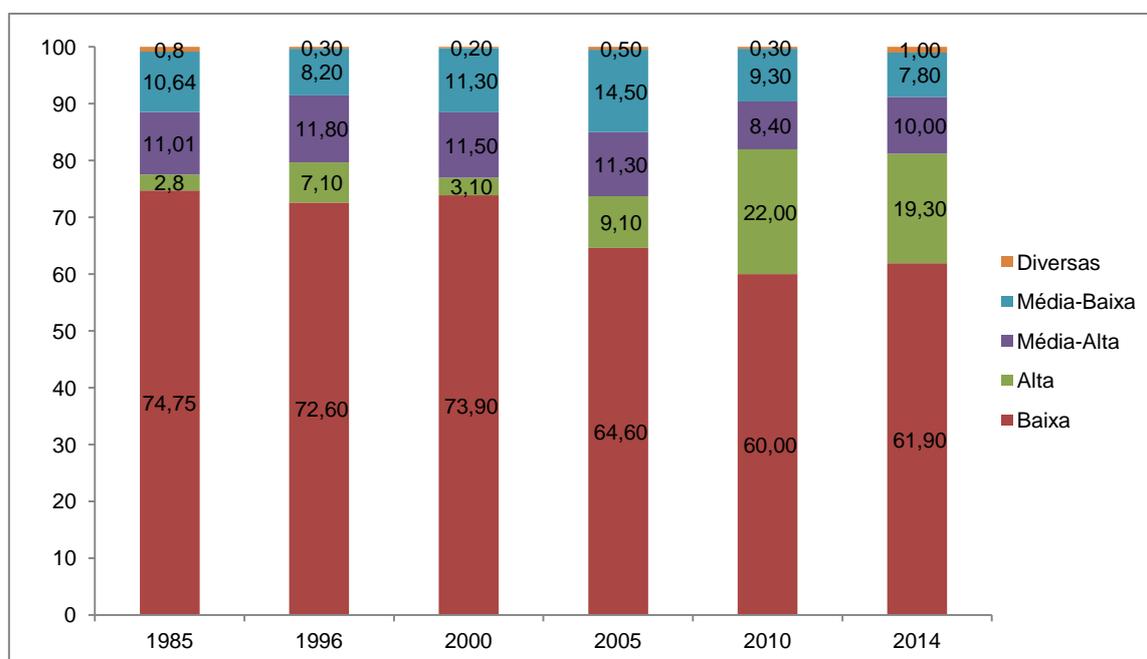


Figura 40: Estrutura (em %) da indústria goiana, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo intensidade tecnológica* – anos selecionados.

Fonte: IBGE (1985) e PIA/IBGE – Elaboração própria.

* Classificação com base em OCDE (2003)

O quarto período da indústria goiana é marcado pela presença do governo estadual no apoio direto ao setor, com políticas de incentivos financeiros e creditícios, e pela integração da agropecuária e indústria, desdobramento da tecnificação da primeira, importante evento do período anterior. Acrescenta-se, ainda, a elevada demanda por *commodities* minerais no mercado internacional, atraindo grandes empreendimentos minero-industriais de fosfato e nióbio e de ferro-

níquel. O resultado foi a aceleração de segmentos industriais processadores de insumos locais, como a indústria alimentícia, produção de etanol e extração e beneficiamento minerais. Por outro lado, segmentos como o de montagem de veículos e outros de indústrias acessórias às agroindústrias, foram atraídos para o estado. Há de se ressaltar, ainda, que a crescente urbanização de Goiás, com concentração populacional em alguns polos, permitiu o movimento de elevação da produção industrial num conjunto de municípios.

5.2.4 A polarização da indústria em Goiás

A integração da agropecuária e indústria e seus desdobramentos, a elevada demanda por *commodities* minerais, bem como a instituição de incentivos fiscais e financeiro a partir de 1984, modificam a geografia da produção industrial e consolidam um conjunto de polos industriais, no quarto período da industrialização em Goiás. Em termos espaciais, esse período é marcado pela perda significativa da hegemonia de Goiânia e a volta da liderança de Anápolis, perdida desde a década de 1960, além da ascensão de outros municípios polos identificados por Arriel (2010), a saber: Catalão, Itumbiara, Jataí e Rio Verde.

O movimento de desconcentração industrial em Goiás, no período em questão, seguiu o que no Brasil já ocorria desde a década de 1970, com o II PND, através dos projetos de integração, como os de transporte, energia e telecomunicações. Segundo Diniz e Crocco (1996), estes projetos foram essenciais para a localização de indústrias espalhadas pelo país, em Goiás inclusive. Além disso, Diniz (1993) lembra que o fenômeno pelo qual o Brasil passava naquele período estava ligado às economias e deseconomias de aglomeração, que, em função do aumento da renda urbana, os empreendimentos industriais afastam-se dos grandes centros e procuram outros de menor custos operacionais. Todavia, Arriel (2010) diz que, para o caso de Goiás,

[...] o que provocou o ganho de participação na produção da indústria em outros municípios não metropolitanos, em grande medida, foi a busca de empresas, as chamadas indústrias weberianas, de se instalarem próximas às fontes de matéria-prima, além de outras que procuraram por cidades medianas com potencial de se desenvolver serviços relacionados ao empreendimento industrial. (ARRIEL, 2010, p.60).

Goiás foi beneficiado pelo movimento de desconcentração industrial no Brasil e, num primeiro momento, a produção se concentra em Goiânia e em

Anápolis, logo depois segue em direção a outros municípios com capacidade de polarização. A Tabela 14 mostra que, em 1998, Goiânia ocupava a primeira posição e participava com 26,17% das vendas da indústria de transformação e extrativa mineral, tendo perdido participação relativa ao longo do período, passando a ocupar a terceira colocação em 2014, com 9,21%⁴⁹. É importante ressaltar que a capital não pode ser considerada de forma isolada, e sim a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), pois parte das indústrias pode ter migrado para seu entorno devido ao que Diniz (1993) chamou de deseconomia de aglomeração⁵⁰. Na medida em que houve o adensamento populacional em Goiânia, os custos produtivos se elevaram e fizeram com que ocorresse um deslocamento de indústrias para municípios próximos, onde o custo de produção era inferior. Ainda que seja considerada a RMG, observou-se uma redução significativa na participação na geração de renda industrial durante o período em questão. Em 1998, a RMG participava com 39,21% das saídas de mercadorias industriais de Goiás, enquanto no ano de 2014 essa participação foi reduzida para 23,17%.

Tabela 14: Os dez maiores municípios da indústria goiana, segundo participação nas vendas industriais – anos selecionados.

1998		2005		2010		2014	
Município	% estadual	Município	% estadual	Município	% estadual	Município	% estadual
Goiânia	26,17	Goiânia	14,22	Anápolis	22,21	Anápolis	15,55
Anápolis	9,44	Catalão	10,79	Catalão	11,61	Rio Verde	9,38
Luziânia	8,35	Rio Verde	10,08	Goiânia	9,39	Goiânia	9,21
Itumbiara	6,03	Anápolis	9,59	Rio Verde	8,03	Catalão	9,00
Rio Verde	3,63	Luziânia	5,89	Aparecida de Goiânia	4,10	Itumbiara	4,79
Trindade	3,48	Itumbiara	5,26	Alto Horizonte	3,69	Aparecida de Goiânia	4,72
Aparecida de Goiânia	3,40	Aparecida de Goiânia	4,01	Luziânia	3,51	Jataí	3,35
Catalão	2,80	Jataí	3,45	Itumbiara	3,51	Luziânia	2,42
São Simão	2,24	Goiatuba	3,06	Jataí	3,03	Senador Canedo	2,12
Jataí	2,02	Niquelândia	2,46	Trindade	1,61	Bela Vista de Goiás	1,80
Subtotal	67,55		68,81		70,70		62,33
Outros	32,45		31,19		29,30		37,67
Estado de Goiás	100,00		100,00		100,00		100,00

Fonte: Sefaz-GO – Elaboração própria.

⁴⁹ Vale lembrar que é participação relativa, o que significa que Goiânia continua com elevada produção industrial, mas outros municípios cresceram bem acima da capital.

⁵⁰ Chama-se a atenção para o município de Aparecida de Goiânia, que tem se fortalecido com ganhos sucessivos na participação da produção industrial estadual.

Em contrapartida, conforme pode ser observado na Tabela 14, há ascensão de Anápolis, Rio Verde e Catalão. Anápolis volta a ocupar a primeira colocação na indústria, perdida na década de 1960, e chega a participar com 22,21% das vendas industriais no ano de 2014, tendo decrescido para 15,55% em 2010, devido à crise na indústria de montagem de veículos automotores. Rio Verde, segundo colocado nas vendas em 2014, com 9,38%, quase triplicou sua participação em relação a 1998 e nem era listado entre os dez municípios no Censo Industrial de 1980. Catalão, quarto lugar em 2014, com 9,0% das vendas industriais, mais que triplicou sua participação de 1998 e chegou a ocupar a segunda colocação em 2010, mas, em função da crise que afetou segmentos da montagem de veículos e de mineração, sofreu recuo⁵¹. As Figuras 41 e 42 mostra o movimento espacial da indústria no período.

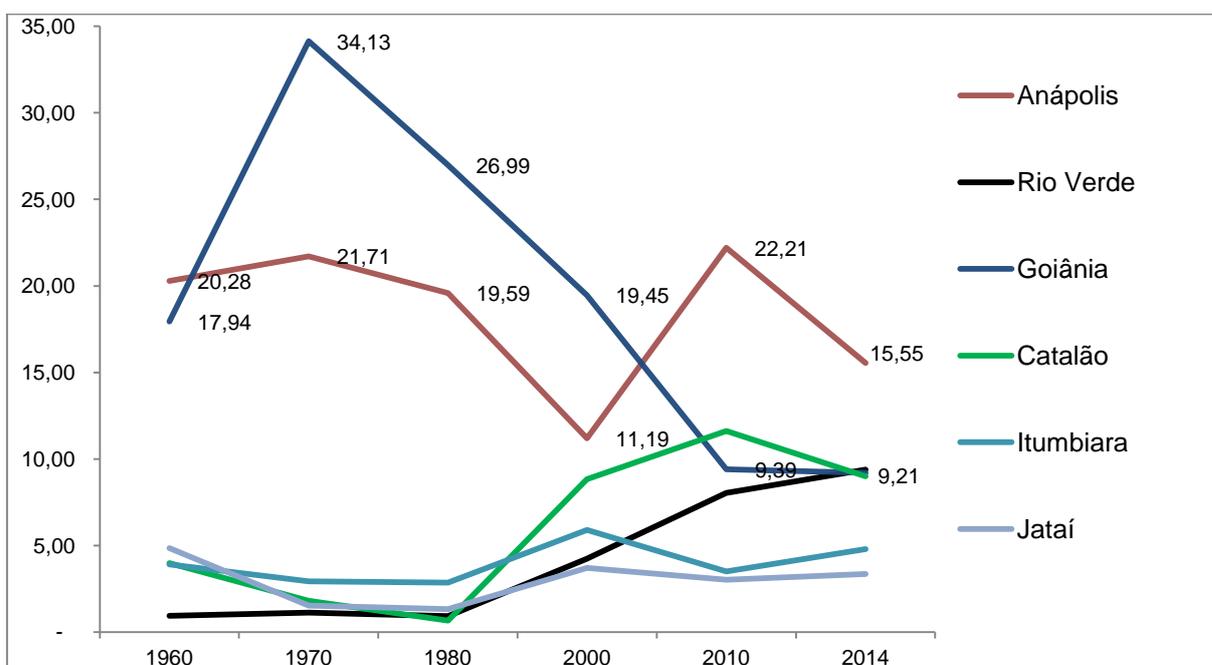


Figura 41: Evolução da representatividade, em percentual, dos municípios polos no setor industrial de Goiás – anos selecionados.

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980) e Sefaz – Elaboração própria.

Nota: Para os anos de 1960, 1970 e 1980 foram utilizados o Valor da Transformação Industrial (VTI) e registros administrativos de vendas de mercadoria do setor industrial para os demais anos.

⁵¹ Após o Censo Industrial de 1980 perdeu-se a riqueza de dados de produção industrial em nível de municípios. Uma alternativa foi utilizar os registros administrativos da Secretaria de Fazenda de Goiás, disponível a partir de 1998.

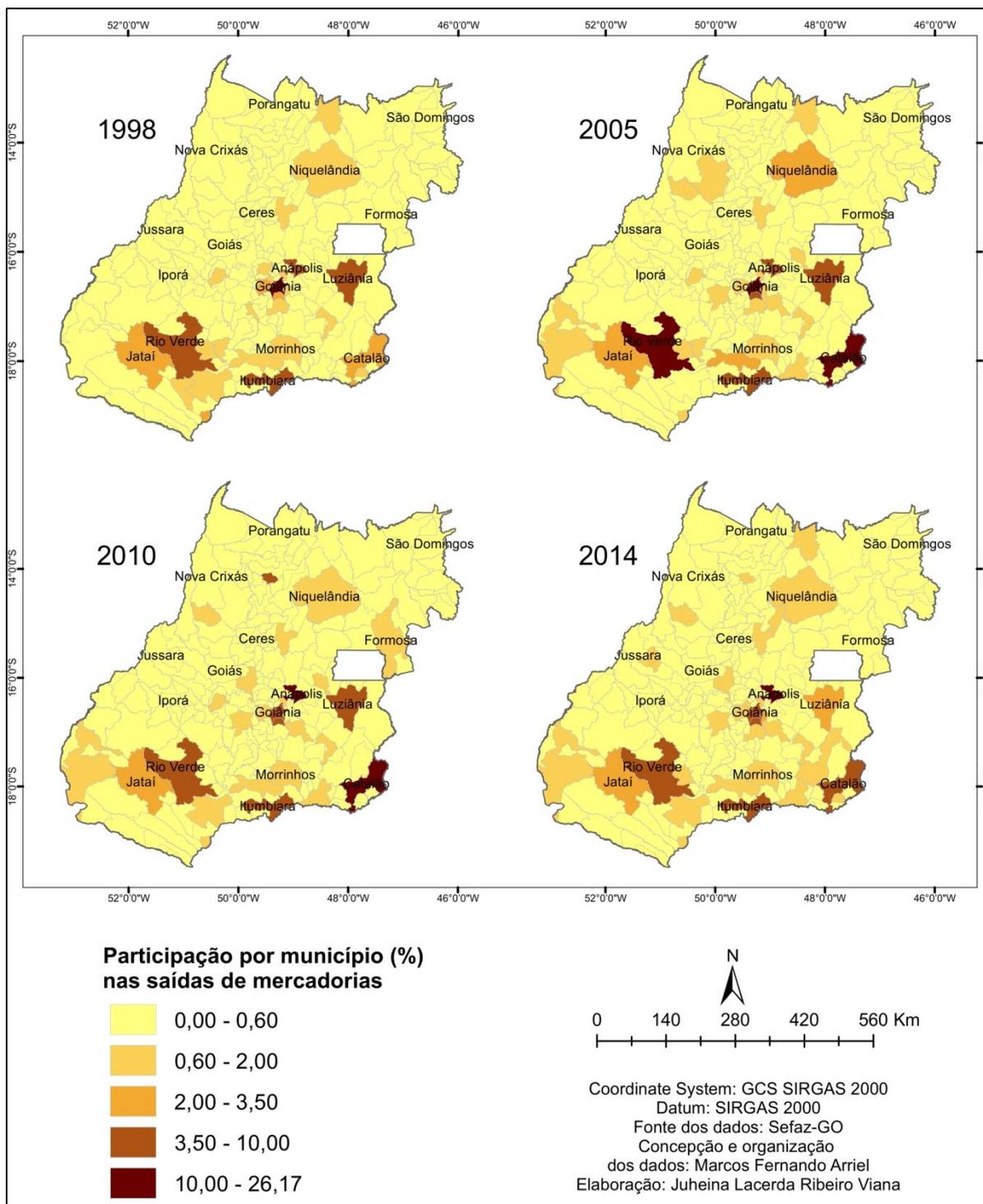


Figura 42: Espacialização da indústria goiana, segundo participação (em %) das saídas de mercadorias do setor industrial – anos selecionados.

Fonte: Sefaz-GO

A partir da primeira década dos anos de 2000, foi se configurando uma nova geografia para a indústria em Goiás, que Arriel (2010) identificou como polos regionais. Além de Goiânia, que também pode representar RMG, foram considerados os polos de Anápolis, Rio Verde, Jataí, Catalão e Itumbiara. Dos seis municípios, três (Jataí, Catalão e Itumbiara) estão na casa dos 90 mil habitantes e os

demais acima de 200 mil habitantes, indicando elevada capacidade de polarização aos moldes da definição dos lugares centrais de Christaller (1966). A Figura 41 mostra que Goiânia, que chegou a representar 34,13% da indústria goiana em 1970, ficou, no ano de 2014, em terceiro lugar com apenas 9,21% das vendas do setor industrial. Por outro lado, Anápolis recupera a primeira colocação perdida nos anos de 1960 e os demais municípios polos seguem em ascensão após 2000.

A capacidade de ofertar serviços relacionados às atividades industriais ligadas ao novo perfil produtivo do estado, atraiu para esse conjunto de municípios, especialmente, empreendimentos de grande porte, seja do segmento processador de matérias-primas locais ou ligados ao farmacêutico e metal-mecânico, e outras indústrias relacionadas às atividades principais, como de insumos e embalagens. A atração de indústrias nos municípios que já concentravam maior volume de população e potencial de oferta de serviços, causou um processo circular e contínuo, pelo qual a população expandiu e que, por sua vez, atraiu novas atividades produtivas, conforme os postulados de Myrdal (1968), com a teoria da causação circular e acumulativa.

O processo de emergência ou expansão do conjunto dos polos industriais seguiu tendência observada para as atividades industriais da região Centro-Oeste do país, integrada à base de produção local e com forte integração nacional e até mesmo internacional, contrariando, de certa maneira, as colocações de Pacheco (1996) e Araújo (1997). Os dados do fluxo de mercadorias da indústria goiana mostram essa integração. Em termos gerais, do total das vendas do setor no ano de 2014, cerca de 51% são destinadas ao próprio estado, 45% para outros estados e 4% para o exterior.

Ao observar o fluxo de valores de mercadorias do setor industrial (Entradas e Saídas) dos polos regionais (figuras 43 e 44 e quadros de 9 a 14), nota-se uma indústria bastante conectada. Isto se deve aos encadeamentos produtivos, conforme destacou Hirschman (1985), tanto para trás (quando a atividade produtiva compra insumos), quanto para frente (quando a atividade produtiva vende insumos ou produtos acabados).

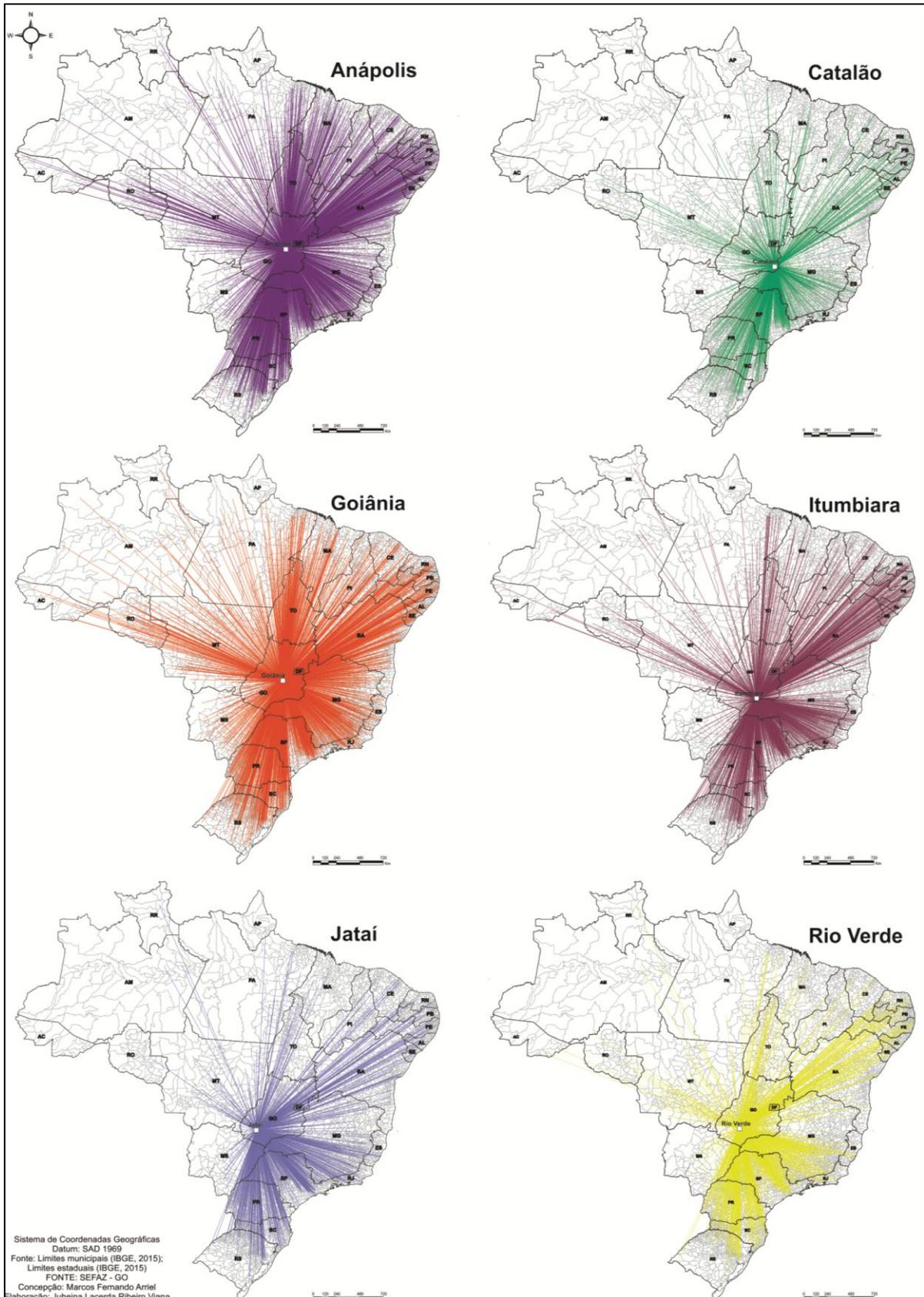


Figura 43: Fluxo de entradas de mercadorias do setor industrial, em R\$, dos municípios polos – 2014.

Fonte: Sefaz-GO.

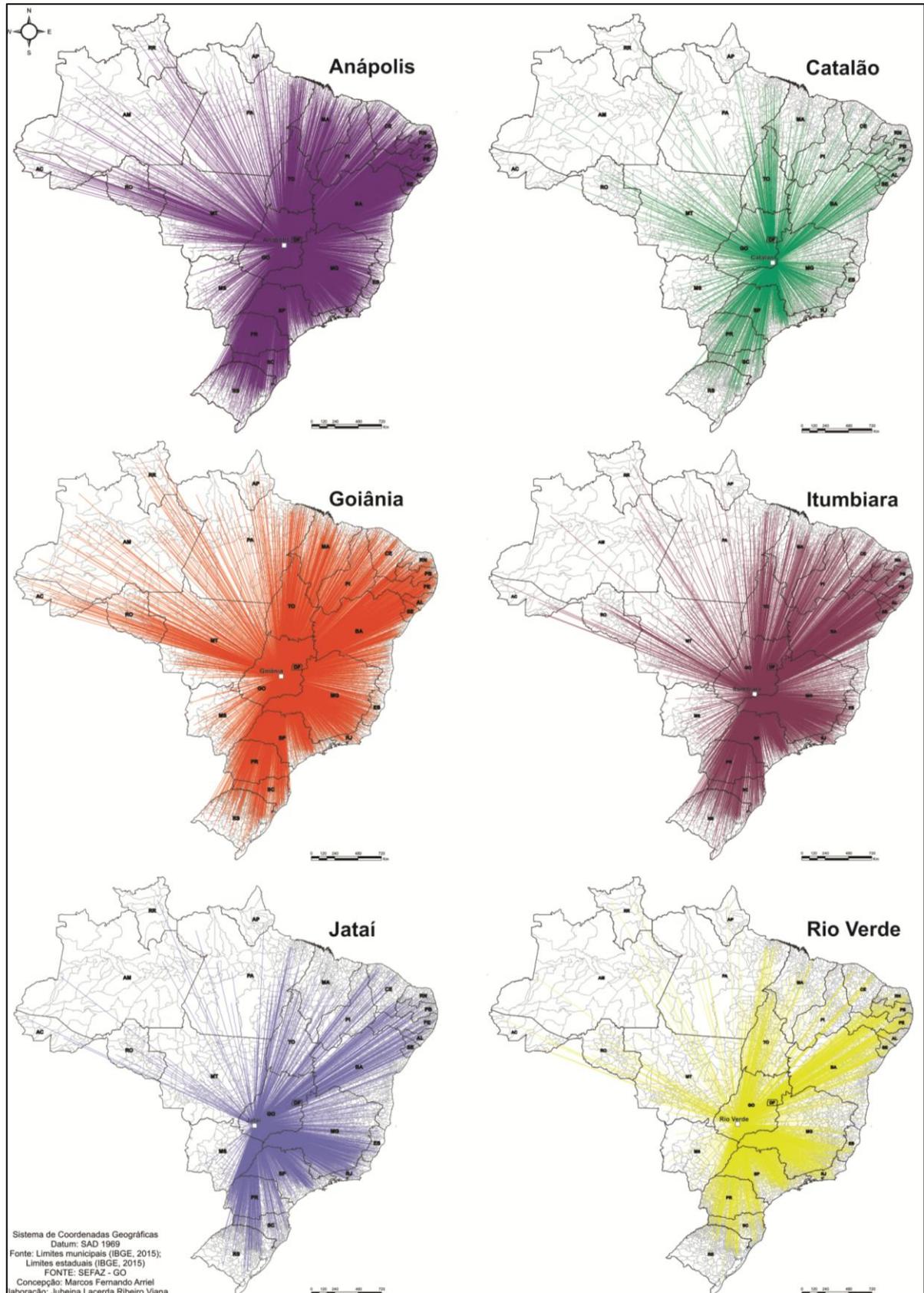


Figura 44: Fluxo de saídas de mercadorias do setor industrial, em R\$, dos municípios polos – 2014.

Fonte: Sefaz-GO.

Anápolis, tido como polo industrial e primeiro lugar no ranking do setor em 2014, possui ligação de entradas de mercadorias da indústria com 2.047 municípios, com exceção dele próprio, e mais que o dobro em ligações de saídas de mercadorias (4.597 municípios), conforme Quadro 9, sendo o polo mais conectado entre os seis identificados. Embora o município esteja a 50 km de Goiânia e 150 km de Brasília, o que pode reduzir a capacidade de polarização em relação ao setor de serviços, ele encontra nestas duas capitais seus principais parceiros comerciais da indústria, tanto pelo lado das compras como pelo lado das vendas. Essa relação foi fundamental desde a construção das duas capitais, quando Anápolis foi grande fornecedor de insumos para construção e bens de consumo para a população que aglomerava. Com sistema logístico diferenciado (entroncamento de importantes rodovias e ferrovias, armazéns e Estação Aduaneira), o município acessa importantes mercados produtores e consumidores de bens industriais, tendo atraído plantas industriais dos segmentos farmacêuticos, montagem de veículos, alimentícios, dentre outros (Quadro 9).

Entradas de Mercadorias		Polo industrial/Principais segmentos industriais	Saídas de Mercadorias	
Município /UF	%		Município /UF	%
		Anápolis Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Confecção de artigos do vestuário e acessórios; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.		
Anápolis - GO	21,92		Goiânia -GO	20,45
Goiânia - GO	6,46		Anápolis - GO	11,75
São Paulo - SP	3,52		São Paulo - SP	6,43
Rio Verde	3,12		Brasília	4,58
Brasília - DF	3,03		Aparecida de Goiânia - GO	3,78
Aparecida de Goiânia – GO	2,56		Rio de Janeiro - RJ	1,84
Uruaçu – GO	1,99		Porto Alegre - RS	1,45
Manaus - AM	1,81		Rio Verde - GO	1,39
Silvânia - GO	1,73		São Luis - MA	1,36
Rio de Janeiro - RJ	1,60		Senador Canedo - GO	1,14
Outros 2.038	52,27		Outros 4.588	45,83
Total	100,00		Total	100,00

Quadro 9: Município de Anápolis - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014

Fonte: Sefaz – Elaboração própria.

O polo industrial de Rio Verde tem forte ligação com o mercado próximo, com apenas um município fora de Goiás entre os principais fornecedores (Paranaguá – PR), e compra um terço das mercadorias dentro de seu próprio município (Quadro 10). Do lado das saídas de mercadorias, Rio Verde relaciona-se com um conjunto maior de municípios, cujos destinos estão ligados a regiões com

perfis atacadistas ou agropecuários. Essa característica está ligada ao perfil industrial do município, que sedia importantes complexos agroindustriais produtores de alimentos para consumo humano e de animais, bem como indústria a eles relacionada.

Entradas de Mercadorias		Polo industrial/Principais segmentos industriais	Saídas de Mercadorias	
Município /UF	%		Município /UF	%
Rio Verde –GO	33,65	<p style="text-align: center;">Rio Verde</p> <p>Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.</p>	Rio Verde – GO	28,56
Jataí – GO	9,72		Jataí – GO	7,38
Montividiu – GO	5,95		Paranaguá – PR	4,16
Catalao – GO	2,85		Itajai – SC	4,02
Paraúna – GO	2,73		Montividiu - GO	3,53
Santa Helena de Goiás – GO	2,64		Uberlandia – MG	2,21
Mineiros – GO	2,54		Santa Helena de Goiás GO	1,99
Caiapônia – GO	2,39		Caiapônia – GO	1,95
Paranaguá – PR	1,85		Parauna – GO	1,78
Bom Jesus - GO	1,30		Vitoria de Santo Antão – PE	1,40
Outros 1.068	34,38		Outros 1.538	43,02
Total	100,00		Total	100,00

Quadro 10: Município de Rio Verde - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014

Fonte: Sefaz – Elaboração própria.

Goiânia, importante núcleo polarizador, exerce influência sobre os municípios goianos, vários do Tocantins, e alguns dos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso, conforme dados do IBGE (2008). A capital, que na atualidade atrai população em busca de serviços especializados, foi o maior município gerador de renda do setor industrial no estado, no período da década de 1960 até o início dos anos de 2000, mas vem perdendo participação e passou a ocupar a terceira colocação no ano de 2014⁵². Goiânia diminui sua participação na indústria estadual por ter, em sua estrutura produtiva, predominantemente segmentos com baixa intensidade tecnológica, que perdeu espaço no perfil estadual. Mesmo assim, conforme Quadro 11, a indústria do município relaciona-se bem internamente, tanto nas entradas de mercadorias quanto nas saídas (21,61% e 33,27%, respectivamente), como também com outros municípios do estado e importantes

⁵² Goiânia não pode ser vista como único município, mas um aglomerado de 20 municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia. Para fins estatísticos, foi separado para dar notoriedade ao próprio município.

centros do país. No total, a indústria da capital compra de 2.029 municípios e vende para 3.329, mostrando-se bastante integrada.

Entradas de Mercadorias		Polo industrial/Principais segmentos industriais	Saídas de Mercadorias	
Município /UF	%	Goiânia Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Confecção de artigos do vestuário e acessórios; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; Fabricação de máquinas e equipamentos.	Município /UF	%
Goiânia – GO	21,61		Goiânia – GO	33,27
Aparecida de Goiânia – GO	3,65		Aparecida de Goiânia – GO	4,23
Uberlândia – MG	2,92		Brasília – DF	3,72
São Paulo – SP	2,89		Anápolis – GO	2,94
Brasília – DF	2,78		São Paulo – SP	2,47
Anápolis – GO	2,77		Alexânia – GO	1,92
Alexânia – GO	2,33		Fortaleza – CE	1,56
Rio Verde – GO	1,87		Rio Verde – GO	1,43
Padre Bernardo – GO	1,26		Uberlândia – MG	1,40
Ponta Grossa - PR	1,19		Manaus - AM	1,21
Outros 2.020	56,72		Outros 3.318	45,87
Total	100,00		Total	100,00

Quadro 11: Município de Goiânia - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014

Fonte: Sefaz – Elaboração própria.

O município de Catalão chegou a ser o segundo do setor industrial em 2010, tendo recuado para quarta posição em 2014, em função da crise nos segmentos de montagem de veículos e a queda no valor das *commodities* minerais. O município, que foi protagonista no primeiro período da indústria goiana, com as indústrias charqueadas, e depois entrou em decadência até a década de 1970, segundo Deus (2002), ressurgiu nos anos de 1980, com as indústrias ligadas a extração mineral, e volta a ser um dos principais do setor industrial nos anos 2000. Os dois complexos industriais do segmento minero-químico (composição de adubos e fertilizantes) e metal-mecânico (fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de máquinas e equipamentos) encontram-se bem articulados localmente, o que faz com que as entradas de mercadorias do setor industrial sejam bastante elevadas no próprio município (44,83%). Do ponto de vista das saídas de mercadorias, conforme Quadro 12, o polo industrial de Catalão se mostra mais conectado, articulando com 1.131 municípios, grandes centros consumidores e outros com perfil agropecuário. Devido a sua localização no estado e seu perfil produtivo, pouco articula com a capital Goiânia.

Entradas de Mercadorias		Polo industrial/Principais segmentos industriais	Saídas de Mercadorias	
Município /UF	%		Município /UF	%
Catalão – GO	44,83	<p style="text-align: center;">Catalão</p> Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos químicos; Extração de minerais não-metálicos	Catalão – GO	19,94
Uberaba – MG	4,03		São Paulo – SP	5,90
Pouso Alegre – MG	3,34		Rio Verde – GO	2,78
Santos – SP	3,26		Rio de Janeiro – RJ	2,59
Ouidor – GO	2,88		Belo Horizonte – MG	1,90
São Paulo - SP	2,69		Santos – SP	1,87
São Bernardo do Campo – GO	2,57		Brasília – DF	1,85
Paranaguá - PR	2,24		Uberaba – MG	1,51
Rio Claro – SP	1,59		Rondonópolis – MT	1,36
Campinas – SP	1,25		Salvador - BA	1,35
Outros 664	31,31		Outros 1.122	58,94
Total	100,00		Total	100,00

Quadro 12: Município de Catalão - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014

Fonte: Sefaz – Elaboração própria.

O polo industrial de Itumbiara, que participa com 4,79% das saídas do setor no estado, localiza-se na divisa de Goiás com Minas Gerais e, por estar às margens da BR 153, mostra-se uma indústria bem conectada, tanto à montante, que se relaciona com 1.147 municípios, quanto à jusante, com 2.354 (Quadro 13). Assim como Catalão, a capital do estado é pouco representativa no fluxo de entradas e saídas do setor industrial de Itumbiara, mas tem fortes ligações com outras capitais, como Porto Alegre (5,53%) e São Paulo (2,69%) do lado das entradas, e São Paulo (4,84%) e Brasília (2,05%) pelo lado das vendas.

Entradas de Mercadorias		Polo industrial/Principais segmentos industriais	Saídas de Mercadorias	
Município /UF	%		Município /UF	%
Itumbiara – GO	14,76	<p style="text-align: center;">Itumbiara</p> Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de biocombustíveis; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados.	Itumbiara – GO	9,90
Porto Alegre – RS	5,53		São Paulo – SP	4,84
Jataí – GO	3,28		Uberlândia – MG	3,00
São Paulo – SP	2,69		Rio de Janeiro - RJ	2,73
Rio Verde – GO	2,68		Brasília – DF	2,05
Uberlândia – MG	2,54		São Simão – GO	1,61
Barra do Garças – MT	2,43		Contagem – MG	1,55
Bom Jesus – GO	2,34		Goiânia – GO	1,55
Catalão- GO	2,18		Rio Verde – GO	1,50
Colíder – MT	1,87		Ipameri – GO	1,42
Outros 1.138	59,70		Outros 2.345	69,84
Total	100,00		Total	100,00

Quadro 13: Município de Itumbiara - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014

Fonte: Sefaz – Elaboração própria.

Dentre os polos regionais da indústria, Jataí é o que possui menor participação (3,55% das saídas industriais) e também o que possui maior relação de trocas dentro do próprio município, 43,78% pelo lado das entradas do setor e 40,1% pelo lado das saídas (Quadro 14). Seu perfil industrial pouco diversificado (Fabricação de produtos alimentícios e Fabricação de biocombustíveis, como principais segmentos), e em função da localização, em uma região com fraca densidade populacional e distante de centros urbanos, é entrave para maior intensidade de ligação do setor industrial com outras regiões. Mesmo assim, Jataí ainda se relaciona com 772 municípios pelo lado das entradas de mercadorias e 1.297 pelo lado das saídas (Quadro 14).

Entradas de Mercadorias		Polo industrial/Principais segmentos industriais	Saídas de Mercadorias	
Município /UF	%		Município /UF	%
Jataí – GO	43,78	<p style="text-align: center;">Jataí</p> <p>Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de biocombustíveis.</p>	Jataí – GO	40,10
Rio Verde – GO	10,26		Rio Verde – GO	8,51
Mineiros – GO	4,59		Paranaguá – PR	4,65
Chapadão do Céu – GO	4,22		Alto Taquari – MT	3,03
Cristalina – GO	3,24		Ituiutaba – MG	2,93
Paranaguá – PR	2,88		Mineiros – GO	2,57
Montividiu – GO	1,96		Chapadão do Céu – GO	2,33
Caiapônia – GO	1,70		Montividiu – GO	2,07
Catalão – GO	1,25		São Paulo – SP	1,82
Aparecida de Goiânia – GO	1,07		Itajaí – SC	1,29
Outros 763	25,06		Outros 1.288	30,70
Total	100,00		Total	100,00

Quadro 14: Município de Jataí - Principais municípios remetentes e destinatários de mercadorias da atividade industrial - 2014

Fonte: Sefaz – Elaboração própria.

Até a última observação do quarto período, verifica-se uma indústria goiana com elevada participação na geração da renda do estado, estrutura produtiva diversificada, elevada integração com a base local (agropecuária e mineração) e inserida de forma nacional em certas cadeias produtivas. Do ponto de vista espacial, há uma nova configuração na geração de renda do setor: Goiânia e Anápolis deixam de serem os principais produtores industriais. O primeiro perde a hegemonia e o segundo passa a exercer a colocação perdida na década de 1970. Surgem novos polos industriais, em sua maioria, conectados com o estado e outras regiões do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se produziu sobre a evolução da indústria brasileira ao longo do tempo e sua periodização foi bastante debatida, mas pouco se produziu sobre a evolução da indústria goiana. Esta tese teve a propositura de preencher esta lacuna ao construir a periodização da indústria goiana, tanto do ponto de vista de sua estrutura produtiva quanto da sua localização no espaço. Ao analisar os eventos que influenciaram o setor, observados por meio dos dados estatísticos e documentos históricos, foram identificados quatro períodos distintos que vão desde a segunda década de 1900 até o período atual.

O primeiro período, caracterizado como a gênese da indústria goiana, delimitado de 1910 até 1935, teve a integração de Goiás com a economia nacional por meio da construção da Estrada de Ferro Goiás (EFG) como um dos principais eventos dinamizador. De acordo com as informações da revista *A Informação Goyana* e os dados do Recenseamento Industrial de 1920, a indústria goiana era incipiente, tinha características rudimentar e voltada para o mercado do Sudeste brasileiro. As poucas indústrias existentes, em sua maioria processadora de alimentos, concentravam-se ao longo da Estrada de Ferro Goiás, sobretudo nos municípios Catalão e Ipameri.

O perfil produtivo e a localização da indústria mudam significativamente a partir da década de 1930, quando se elevam as relações de trocas com a região mais dinâmica do país, e as demandas provocadas pela urbanização do estado passam a estimular o consumo interno, dando início ao segundo período para a indústria goiana, que vai de 1935 a 1960. Esse período é marcado por três principais eventos externos e um interno. A chegada da EFG em Anápolis no ano de 1935, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), em 1941, e o processo de construção de Brasília, foram eventos exógenos que contribuíram para alavancar a indústria goiana; enquanto a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia foi um evento de natureza interna. Pode-se dizer que, durante o segundo período, a indústria goiana se articulou com o Sudeste do país e expandiu seu perfil para atender o mercado interno, mas gerava somente artigos cuja produção não era viável em São Paulo. Por isso, apesar de sua expansão, permanecia com baixa participação na indústria nacional e pouco representativa na economia local. Em

termos espaciais, a indústria concentrou-se em grande medida nos municípios de Anápolis e Goiânia, com liderança do primeiro.

Com a infraestrutura em processo de construção, o terceiro período da industrialização, 1960 a 1985, foi caracterizado pelo apoio governamental. Num período fértil para o planejamento regional, com implementação de políticas industriais descentralizadoras no país, Goiás promove, através dos planos do governo estadual, uma série de políticas de apoio à indústria. Além disso, a tecnificação da agropecuária, em curso, estimula a implantação de indústrias a sua montante do processo produtivo, especialmente as ligadas à extração mineral, que vai formar a base da indústria no período seguinte. A expansão da urbanização foi outro importante evento que contribuiu para alterar a dinâmica industrial, sobretudo sua localização. Os resultados foram o avanço significativo do setor na participação da estrutura produtiva estadual, a diversificação do seu perfil produtivo, com diminuição relativa da indústria alimentícia e elevação na participação de segmentos industriais da extrativa mineral e ligados à construção civil, como minerais não-metálicos e madeira, mas continua caracterizada como uma indústria de Baixa intensidade tecnológica, com perda moderada. Especialmente, a indústria goiana elevou sua concentração em Goiânia, que passa a ser líder, e Anápolis.

O quarto e último período identificado nesta tese é marcado pelo desdobramento do processo de integração da agropecuária e indústria, e pela instituição dos incentivos fiscais e financeiros, de forma coordenada. Nesse período, a indústria expande sua participação na geração da renda do estado, diversifica-se e se integra à base local (agropecuária e mineração) e se insere nas cadeias produtivas nacionais. Do ponto de vista espacial, Goiânia e Anápolis perdem a hegemonia como os principais municípios industriais, sendo que o segundo passa a assumir a liderança perdida na década de 1970. Surge uma nova configuração espacial da indústria goiana, com novos polos industriais, em sua maioria, integrados com outras regiões do país. Além de Goiânia e Anápolis, a indústria polarizou nos municípios de Rio Verde, Catalão, Itumbiara e Jataí.

Não parece ser crível determinar o ano do fim do quarto período da indústria goiana e o início de um próximo. O que se sabe é que a crise vivenciada na atualidade tem promovido alterações na estrutura produtiva industrial, afetando a produção das indústrias ligadas aos segmentos de montagem de veículos,

farmacêutico e a indústria extrativa mineral, principalmente. Em termos espaciais, os municípios de Anápolis e Rio Verde, assim como outros que localizam empreendimentos industriais ligados a estes segmentos, sofrem relativa perda de participação na geração da renda do setor.

Com a análise do processo de desenvolvimento industrial de Goiás, numa perspectiva histórica da dinâmica produtiva e espacial, baseada nos principais eventos que influenciaram de forma direta e indiretamente e na observação dos documentos históricos e dados estatísticos, foi possível identificar os períodos da industrialização do estado. A trajetória da industrialização de Goiás nem sempre seguiu a mesma perspectiva da brasileira, tendo alguns períodos coincidentes e outros não, apresentando sua própria dinâmica.

REFERÊNCIAS

- AGUIAIS, Edilson Gonçalves. **Heterogeneidade estrutural na Indústria Goiana, 2000-2010**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2013.
- A INFORMAÇÃO GOYANA. Rio de Janeiro, Ano I, v. I, n. 1, jul. 1917.
- A INFORMAÇÃO GOYANA. Rio de Janeiro, Ano II, v. II, n. 11, jun. 1919.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p.36, jan./apr. 1997.
- ARAÚJO, Eduardo Santos; RESENDE, Guilherme; ARRIEL, Marcos Fernando; Análise das linhas de crédito da GoiásFomento (2000 – 2015). **Estudos do IMB**, p.28, nov. 2016.
- AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. 251f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator - Revista de Geografia da UFG**, ano 06, n. 12, p. 25-36, 2007.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano – economia, urbanização e metropolização**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.
- ARRIEL, Marcos Fernando. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da Indústria Goiana (1999-2007)**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.
- ARRIEL, Marcos Fernando. e CASTRO, Sérgio Duarte. A Dinâmica da Indústria Goiana (1996-2012). **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 31, p. 18-34, dez. 2014. Disponível: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj31/artigo_02.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- ASSIS, Deire; LIMA, Dehovan. **Da carpintaria à automação Industrial (SENAI Goiás 60 anos)**. Goiânia: SENAI-DR/Goiás. 2012.
- AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à economia do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan, 1988.
- BORGES, Barsafulfo. Gomides. **Goiás: modernização e crise (1920- 1960)**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BORGES, Barsanúfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

BORGES, Eduardo Batista. **Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: análise de impactos dos Programas FOMENTAR e PRODUIZIR (1995-2011)**. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

BOUDEVILLE, Jacques. **Les spaces économiques**. Paris: Press Universitaires de France, 1970.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um Tempo Perdido: A Estrada de Ferro Goiás e a Cidade de Ipameri (Início do Século XX)**. 2005. 115p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920: indústria**. Rio de Janeiro, 1927. v. V, parte 1.

BRASIL. **Decreto n. 3.059**, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Rio de Janeiro, 1941. (D.O.U. de 17/02/1941).

Brasil. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)**. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985–1998): pausa ou retrocesso?** 2002. 269f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia - Unicamp, Campinas, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. . 2. Ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. In. **Texto Para Discussão 200**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio**. 11. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CASTRO, Ana Célia.; FONSECA, Maria da Graça. D. **A dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, Joana D"Arc Bardella. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CASTRO, Mario Cesar Gomes de. **Industrialização em Goiás: política industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010**. 2014. 187f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CASTRO, Sérgio Duarte (Coord). **Goiás: Diretrizes de política industrial**. Goiânia, 2007. Mimeo.

CASTRO, Sérgio Duarte de; ESTEVAM, Luiz; ARRIEL, Marcos Fernando; BRITO Leila; COSTA, Wagno; COSTA Lenandro. Análise do balanço de pagamentos do estado de Goiás e a importância dos APLs no fluxo de comércio. In: **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Florianópolis: Ufsc, 2009 (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES).

CASTRO, Sérgio Duarte de; ARRIEL, Marcos Fernando. Indústria no Brasil Central: Transformações, desafios e oportunidades. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 36, jul. p. 21-40, 2016. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj36/artigo_02.pdf>. Acesso em: 19 maio. 2016.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento**. 265f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Dinâmica Regional e Estruturação do Espaço Intraurbano: Um Estudo sobre as Influências do Daia na Economia Anapolina a partir de 1990**. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Marcio José Vargas da. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

DANTAS, Alexis; KERTSNETZKY, Jacques; PROCHNIK, Victor. Empresa, indústria e mercados. In: KUPFER, David S.; HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 23-41.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização**. 1974, 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1971.

DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Eds.) **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI / IPEA, 2014 p. 15-51.

DEUS, João Batista de. **O sudeste goiano: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira**. 2002. 277f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, São Paulo, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.3 n.1, p. 35-64, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para discussão n 159**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v.6 n. 1, p. 77-103, 1996.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERRAZ, João Carlos; PAULA, Germano Mendes; KUPFER, David. Política Industrial. In: KUPFER, David; HASENCLER, Lia. **Economia Industrial: fundamentos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 545-567.

FONSECA, Reinaldo. Uma Nova Proposta de Política industrial para Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 01, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/conj/conj1/05.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

FRANÇA, Maria de Souza. A Formação Histórica da cidade de Anápolis e sua área de Influência regional. São Paulo: ANPUH, 1974.

FREITAS, Weder David de. **Políticas Recentes de Desenvolvimento Regional: Goiás no contexto nacional**. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GARDIN, Cleonice. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – 1961-1965**. v.1 e 2. Goiânia: Secretaria de Governo, 1961.

GOIÁS. **Plano de Ação do Governo Otávio Lage de Siqueira: Triênio 1968 a 1970**. Goiânia: Secretaria de Governo, 1968.

GOIÁS. **Diretrizes gerais e setoriais da ação do Governo de Irapuan Costa Junior**. Goiânia: Oriente, 1975.

GOIÁS. **Plano de Ação do Governo Ary Valadão 1980-1983**. Goiânia: Secretaria de Governo, 1980.

GOIÁS. **Lei nº 9.489**, de 19 de julho de 1984. Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR. Goiânia, 1984. (D.O. de 31-07-1984)

GOIÁS. **Decreto nº 2.453**, de 22 de fevereiro de 1985. Aprova o Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR. Goiânia, 1985. (D.O de 07-03-1985).

GOIÁS. **Diagnóstico do Setor Mineral Goiano**. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2002.

GOIAZ. Assembleia Constituinte. **Constituição do Estado de Goiás – 1935**. Goiás, 1935.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1996.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRSCHMAN, Albert. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernard; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ISARD, Walter. **Location and space economy**. Cambridge: MIT; New York: John Wiley; London: Chapman and Hall, 1956.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1940**: Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Série Regional, v. XXI – Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1950**: Censos Econômicos. Série Regional, v. XXX – Estado de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. V.36. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1960**: Mato Grosso e Goiás. VII Recenseamento geral do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1970**: Goiás. VIII Recenseamento geral do Brasil 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1980**: Goiás. IX Recenseamento geral do Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1985**: Unidades da Federação. Censos Econômicos 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Tabela de Recursos e Usos - TRU Goiás 2008. Goiânia: IMB, 2012.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais. Brasília: IPEA, 2002.

JAMES, Preston E.; FAISSOL, Speridião. O Problema da Capital do Brasil. Tradução Maria de Lourdes Lima Modiano. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 158, p. 771-783, 1960 (publicado originalmente como separata em *The Geographical Review*, vol. XLVI, n. 3, julho 1956).

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest and money**. London: Macmillan, 1936.

LEFF, Nathaniel H. **Underdevelopment and development of Brazil: Economic structure and change, 1822-1947**. Londres: George Allen and Unwin, 1982.

LESSA, Carlos. **Estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso (1974 – 1976)**. Tese apresentada para o concurso de professor titular. FEA – UFRJ, Rio de Janeiro. 1978.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas: o caso do Brasil. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

MARQUES, Dinamar Maria Ferreira. **Desenvolvimento de uma metodologia para mensuração da participação do agronegócio na economia: Uma aplicação para o estado de Goiás**. 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2013.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2v. (Os economistas)

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e a modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUELLER, Charles C. **Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste**. Brasília: PPP / IPEA, 1990.

MYRDAL, Gunar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NEIVA, Ivany Câmara. **O Outro lado da colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás**. 1984. 224f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

NOGUEIRA, Wilson C. **Pires do Rio: marco da história de Goiás**. Goiânia: Roriz, 1977.

NORTH, Douglas C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 333-343.

OCDE. Science, **Technology and Industry Scoreboard**. Paris: OCDE, 2003.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. **Revista NECAT**, v. 3, p. 24-48, 2014.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 113-40, jun. 1996.

- PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)**. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- PELÁEZ, Manoel Carlos. **História da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- PEREZ, C. **Revoluciones tecnológicas y capital financeiro**: La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. México: Siglo XXI, 2004.
- PERROUX, François. O conceito de polos de crescimento. In SCHARTZMAN, J. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- PINTO, Anibal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. **El trimestre económico**, v. 37, n. 145, mar. 1970.
- PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008.
- POSSAS, Mario Luiz. Multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. v. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RESENDE, Guilherme; ARRIEL, Marcos Fernando; LEITE, Everaldo. Macroimpactos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO: o caso de Goiás. **Estudos do IMB**, jul. 2014.
- SALGADO, Tathiana Rodrigues. **Planejamento e Regionalização**: Análise dos Planos Plurianuais elaborados pelo Governo do Estado de Goiás entre 1999 a 2007. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SANTOS, Milton. Do Espaço sem Nação ao Espaço Transnacionalizado. In RATTNER, Henrique (org): **Brasil 1990**: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 143-161.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço - técnica e tempo**: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- SILVA, Eduardo R. **A economia goiana no contexto nacional**: 1970-2000. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.
- Silva, Sérgio S. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SILVA, Ana Lúcia. A Revolução de 30 em Goiás. Goiânia: Cênone Editorial e Agepel, 2001.

- SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973.
- SOUZA, Sônia Alves de. Distribuição da População da Região Centro-Oeste – 1960. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n.3, p.515-521, jul./set. 1965.
- SQUEFF, Gabriel Coelho. **Desindustrialização**: luzes e sombra no debate brasileiro. Brasília: Ipea, jun. 2012. (Texto para Discussão, n. 1.747).
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. (Tese de Livre Docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2. ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.
- VARGAS, Getúlio. Planalto Goiano – miradouro do Brasil – atualidade e futuro de Goiaz, 1940. In: IBGE. **Goiânia**. Rio de Janeiro, 1942.
- VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. **O Processo brasileiro de industrialização**: uma visão geral. Brasília: UnB, 1990. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- VERSIANI, Flávio R.; VERSIANI, Maria Teresa R. O. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição. In: VERSIANI, Flávio R.; MENDONÇA DE BARROS, José R. Formação econômica do Brasil: **período republicano**. São Paulo: Saraiva, 1977.
- VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.
- VIACAVA, Carlos. **Plano de Industrialização Regional**: alguns aspectos da economia do Estado de Goiás e seleção de pólos de desenvolvimento. São Paulo: CIBPU, 1964.
- VON THÜNEN, Johann Heinrich. **The isolated state**. Oxford: Pergamon Press, 1966.
- WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.313-342, jul./set. 1947.
- WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries**. Chicago: Chicago University, 1929.